



UNIVERSIDADE INTERNACIONAL IBEROAMERICANA DE MÉXICO
ÁREA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

Linha de Pesquisa em: Competência Profissional, Educação e Emprego

TESE DE DOUTORADO

TÍTULO

**ESTUDO DE CURRÍCULO E FORMAÇÃO DE AGENTES DE SEGURANÇA
PÚBLICA, NA PERSPECTIVA DOS DESAFIOS CONTRA AS NOVAS
FORMAS DE CRIMINALIDADE EM MOÇAMBIQUE
(Caso de Formação Superior da Polícia da República de Moçambique, 2010 a
2021)**

Doutorando
José Caetano

Directora
Prof^a. Doutora Juliana Azevedo Gomes

Janeiro, 2024



UNIVERSIDADE INTERNACIONAL IBEROAMERICANA DE MÉXICO
ÁREA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

Linha de Pesquisa em: Competência Profissional, Educação e Emprego

TESE DE DOUTORADO

TÍTULO

**ESTUDO DE CURRÍCULO E FORMAÇÃO DE AGENTES DE SEGURANÇA
PÚBLICA, NA PERSPECTIVA DOS DESAFIOS CONTRA AS NOVAS
FORMAS DE CRIMINALIDADE EM MOÇAMBIQUE
(Caso de Formação Superior da Polícia da República de Moçambique, 2010 a
2021)**

Doutorando
José Caetano

Directora
Prof^a. Doutora Juliana Azevedo Gomes

Janeiro, 2024

FOLHA DE ACEITAÇÃO DA TESE DOUTORAL¹

O senhor / senhora **Juliana Azevedo Gomes**, na qualidade de Diretor/a da Tese de Doutorado do doutorando/a senhora/senhor **José Caetano**

.....

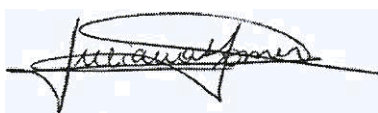
ACEITAÇÃO

Assino este documento como prova de minha conformidade de que o/a aluno/a apresente para avaliação esta Tese Doutoral, cumprindo todos os requisitos científicos, metodológicos e formais exigidos.

Em Barcelona, a 12.de Dezembro de 2021

Visto Positivo do diretor e/ou diretores de tese

Assinado



Diretor/a — Codiretores/as

O doutorando,

Assinado



Doutorando

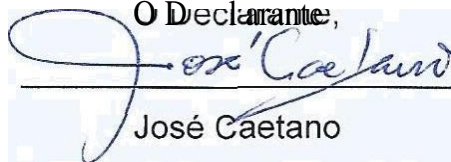
¹ Este documento deverá estar assinado por todos os participantes e incluído após a capa da PTD/TD.

TERMO DE COMPROMISSO

Eu, **José Caetano**, portador do B.I. nº 110100081993N, emitido na Cidade de Matola, 24/04/2021 e, aluno do programa académico Doutoramento em Educação, da Universidade Internacional Ibero-americana de México (UNINI-MX), declaro pela minha honra que, o conteúdo deste documento é um reflexo do meu trabalho pessoal e manifesto que, antes de qualquer notificação de plágio, cópia ou falta da fonte original, sou directamente responsável legal, financeiro e administrativo, sem afectar o/a Orientador/a do trabalho, a Universidade e as instituições que colaboraram no referido trabalho, assumindo as consequências derivadas de tais práticas.

Maputo, _____ de _____ de 2021

O Declarante,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'José Caetano', is written over a light blue rectangular background.

José Caetano

/Doutorando em educação/



Revista ENIAC Pesquisa ISSN 2316-2341

<http://ojs.eniac.com.br/index.php/EniacPesquisa/index>

DECLARAÇÃO

Declaramos que o artigo “Pedagogia eletrônica: uma análise epistemológica de currículo tecnológico na intensificação da formação de agentes de segurança pública na emergência da Covid-19 - Caso da Academia de Ciências Policiais em Moçambique”, elaborado por Jose Caetano e Juliana Azevedo Gomes, foi aprovado para publicação na Revista ENIAC Pesquisa.

O artigo será publicado no Volume XI, edição 1, da Revista ENIAC Pesquisa, que será publicada em 2022.

Guarulhos, 25 de abril de 2022.

Prof. Dr. Fernando de Almeida Santos
Membro do Conselho Editorial Revista
Eniac Pesquisa
fernando.almeida@eniac.edu.br

Rua Força Pública, 89–Centro-Guarulhos-SP-Fone:2472-5500
www.eniac.com.br

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese a meus pais, minha esposa, meus filhos e irmãos, minha directora da pesquisa, funcionários da UNINI-MX, família funiber, bem como ao povo moçambicano, que com tanta pressão das calamidades epidemiológicas, naturais e, do terrorismo que tem posto em sofrimento e chacina de milhares de pessoas entre homens, mulheres, velhos e crianças, está sempre empenhado na reconstrução do país.

REVERÊNCIAS

Em homenagem

a:

- Minha mãe Marieta Sal;
- Minha filha Whelsgirl;
- Minha irmã Ácia;
- Minhas avós maternas (Amina Labeka e Fátima Lekedze);
- Minha avó paterna Rosa Waphita;
- Meu irmão João Caetano;
- Meu tio materno Oliveira Chale;
- Meu tio paterno Manuel Nattima;
- E, de mais parentes familiares e amigos, saudade eterna!

AGRADECIMENTOS

Endereço afectivamente de maneira encarecida, agradecimentos para a minha meiga família, por destaque: a minha mãe Marieta Sal (saúde eterna) e o meu pai Caetano Ramos Serra, por terem me trazido a este mundo, onde me ensinaram a fonte de conhecimento científico, a escola, que nela nunca me dissociarei à presente data.

Profundamente enalteço a minha amável esposa Julieta Eurico, meus filhos: Norbertino, Mary, Marieta, Caetano, Berta e Dillon; a minha irmã Laura Manuel Nattima; meus irmãos Júlio e Ferro; meu cunhado John Sualehe; minha nora Cacilda; meus netos: júnior e Josimar.

Na perspectiva científica, dirijo a minha gratidão do fundo de coração a Prof^a. Doutora Juliana Azevedo Gomes, minha Directora da Tese e, Prof^a. Doutora Lília Stevens, Tutora do projecto de pesquisa científica, mais todos meus docentes do curso de doutorado, pela magnífica e espectacular forma afectiva de dar aulas direccionadas à prática reflexiva no contexto de padrões de competências na óptica da criatividade e inovação incidida para as áreas tecnico-científica e humanística.

Agradeço imensamente a Universidade Internacional Iberoamericana de México, que em colaboração com Fundação Universitária Iberoamericana, proporcionaram a oportunidade ímpar de continuar a formação em educação ao nível de doutoramento.

O meu gesto de agradecimento é extensivo para a Academia de Ciências Policiais, na pessoa do Magnífico Reitor, Dr. José de Jesus Mateus Pedro Mandra, por ter outorgado a bolsa de poder prosseguir os estudos de doutoramento em educação que hoje culminam.

A minha intensa gratidão vai para a Prof^a. Doutora Inês Raimundo; Prof. Doutor Inocente Mutumucuo; Prof. Doutor Uraneo Stefane Mahanja; Prof. Doutor Guilherme Basílio; Prof. Doutor Fernando Francisco Tsucane e Prof. Doutor José

Cossa, que apesar das agendas sobrecarregadas por programas ordinários, sempre dedicaram a maior atenção na autentificação e legitimação dos instrumentos de recolha de dados, para a concretização do estudo de campus.

Também, o reconhecimento vai para os académicos: Prof. Doutor Fernando Francisco; Prof. Doutor Fernando Lives Andela Niquice; Prof. Doutor Rodriguez Nhiumane Cumbane, que através de apoio moral e material bibliográfico, sempre me incentivaram na realização do presente estudo.

Para toda personalidade, individualidade singular e colectiva, colegas e amigos, pelo apoio moral prestado, cujo proporcionou directa e indirectamente, as melhores condições e oportunidades para tornar possível a realização desta pesquisa, endereço de forma humilde a minha sincera expressão de gratidão, kossukhuro mim!

RESUMO

O Currículo e Formação de Agentes de Segurança Pública, na Perspectiva dos Desafios contra as novas Formas de Criminalidade em Moçambique foi o tema concebido no período entre 2010 e 2021, que informes anuais da Procuradoria-Geral da República apresentados à Assembleia da República relatavam o incremento de crimes como rapto, sequestro de empresários e seus familiares, onde para o resgate os criminosos exigiam altas somas monetárias, em dólar norte-americano. Também, ocorriam crimes violentos contra cidadãos com insuficiências da pigmentação da pele, vulgo albinos, extracção e venda de tecidos e órgãos humanos, cujo móbil teve interpretações supersticiosas. Paralelamente aos factos se notou a espoliação de recursos florestais, faunísticos e minerais, na sua maioria protegidos e vulneráveis à extinção na natureza. A globalização e a emergência das tecnologias de informação e comunicação constituem determinados factores principais na eclosão dessas infracções criminosas não acostumadas pelo povo moçambicano. Analisar as distintas formas de currículo e formação para identificação, definição de estratégias e modelos curriculares, que intensificam melhorias na constituição de competências profissionais para agentes de segurança pública, na perspectiva dos desafios contra as novas formas de criminalidade na sociedade humana, foi o objectivo geral do estudo. A metodologia teve a abordagem qualitativa e quantitativa, onde a revisão da literatura, análise documental, entrevista padronizada e aprofundada, a observação participante, questionário, escala social de Likert e roteiros, foram técnicas e instrumentos de recolha de dados. A população e amostra do estudo foram constituídos por investigadores científicos, docentes, estudantes dos cursos de licenciatura e mestrado em ciências policiais, funcionarios entre membros da PRM e Corpo tecnico administrativo da ACIPOL. A adopção de estratégias curriculares modernas para formação de recursos humanos de qualidade dentro dos padrões internacionais foi um dos maiores desafios desta instituição de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Currículo, formação, segurança pública, estratégias e competências.

ABSTRACT

The Curriculum and Training of Public Security Agents, from the Perspective of the Challenges against the New Forms of Crime in Mozambique was the theme conceived in the period between 2010 and 2021, which annual reports of the Attorney General's Office presented to the Assembly of the Republic reported the increase of crimes such as kidnapping, kidnapping of businessmen and their families, where criminals demanded large sums of money in US dollars for ransom. Also, there were violent crimes against citizens with skin pigmentation deficiencies, commonly known as albinos, extraction and sale of human tissues and organs, whose motive had superstitious interpretations. Parallel to the facts, it was noted the spoliation of forest, fauna and mineral resources, most of them protected and vulnerable to extinction in nature. Globalization and the emergence of information and communication technologies are certain main factors in the outbreak of these criminal offenses not used by the Mozambican people. Analyzing the different forms of curriculum and training to identify, define strategies and curriculum models, which intensify improvements in the constitution of professional skills for public security agents, in the perspective of the challenges against the new forms of crime in human society, was the general objective of the study. The methodology had a qualitative and quantitative approach, where the literature review, document analysis, standardized and in-depth interview, participant observation, questionnaire, social Likert scale and scripts were techniques and instruments for data collection. The study population and sample were made up of scientific researchers, professors, undergraduate and master's degree students in police science, employees among members of the PRM and the administrative technical staff of ACIPOL. The adoption of modern curricular strategies for the training of quality human resources within international standards was one of the biggest challenges of this teaching and learning institution.

Keywords: Curriculum, training, public security, strategies and competences.

ÍNDICE

Conteúdo	Página
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - PROPOSTA DA PESQUISA	7
1.1 Justificativa da pesquisa.....	10
1.2 Problema de pesquisa.....	14
1.3 Hipótese da pesquisa	17
1.4 Questões de pesquisa	18
1.5 Objectivos da pesquisa.....	19
1.5.1 Objectivo geral	20
1.5.2 Objectivos específicos	21
CAPÍTULO II - REVISÃO DA LITERATURA	22
2.1 Contexto conceptual e histórico da educação e pedagogia.....	23
2.1.1 Breve história da educação.....	29
2.1.2 Percurso histórico da educação em África.....	33
2.2 Contexto conceptual e histórico de currículo	39
2.2.1 Aspecto conceptual de currículo	39
2.2.2 Âmbito histórico de currículo	43
2.2.3 Perspectivas curriculares da idade média à moderna.....	47
2.2.4 Currículo na óptica cultural-educativa e socio-económica	50
2.2.4.1 Papel Ideológico da educação ao Estado.....	51
2.2.4.2 Educação na reprodução da estrutura Social.....	52
2.2.4.3 Educação vector para Capitalismo.....	52
2.2.5 Hegemonia ideológica e currículo oculto	53
2.2.6 Tipologias de currículo	54
2.2.6.1 Currículo por ensino	54
2.2.6.2 Currículo por aprendizagem	55
2.2.6.3 Currículo por competência	58

2.2.6.4 Currículo integral	61
2.3 Perspectiva conceptual de formação.....	64
2.3.1 Formação humana integral	66
2.4 Perspectiva conceptual sobre Polícia.....	69
2.5 Contexto Conceptual de Segurança Pública.....	71
2.6 Perspectiva conceptual de crime e a criminalidade	73
2.6.1 Contexto conceptual sobre crimes de colarinho branco.....	74
2.6.2 Contexto tipologico do crime	74
2.6.3 Perspectivas conceptuais sobre a criminalidade	76
2.7 Evolução da educação em Moçambique	77
2.7.1 Educação na Frente de Libertação de Moçambique	82
2.7.2 Educação no período após Independência Nacional	85
2.7.3 A genese da educação superior em Moçambique.....	94
2.8 Procriação conceptual de currículo em Moçambique	97
2.9 Formação superior da PRM, em Moçambique.....	98
2.10 Situação criminal e a Criminalidade entre 2010 e 2019.....	102
2.10.1 Características da situação criminal em 2011.....	104
2.10.2 Características da criminalidade em 2012.....	105
2.10.3 Características da criminalidade em 2013.....	106
2.10.4 Radiografia sobre a criminalidade em 2014	109
2.10.5 Radiografia criminal em 2015 e 2016.....	112
2.10.6 Situação da criminalidade entre 2017 e 2019	115
2.10.7 Radiografia da criminalidade entre 2020 e 2021	118
2.11 Pesquisas precedentes da tese	122
2.11.1 Educação	122
2.11.2 Abordagem conceptual sobre pedagogia e didáctica	129
2.11.3 Contexto conceptual da didáctica	133
2.11.4 Análise tipológica entre pedagogia e didáctica	134
2.11.4.1 Pedagogia tradicional	134
2.11.4.2 Pedagogia da Escola Nova	136

2.11.4.3 Pedagogia libertadora	137
2.11.4.4 Pedagogia sócio-crítica.....	138
2.11.4.5 Pedagogia e abordagem da psicologia genético-dialectica	139
2.11.5 Criminalidade moderna no país	140
2.11.6 Desafios de MINT, PRM e ACIPOL.....	142
CAPÍTULO III – METODOLOGIA	144
3.1. Introdução.....	144
3.2. Metodologia da pesquisa.....	150
3.2.1 Paradigma metodológica.....	151
3.3. População-alvo e amostra	152
3.3.1 Fórmula e calculo da amostra probabilística.....	153
3.3.2 Características selectivas da amostra do estudo.....	154
3.4 Variáveis do estudo.....	155
3.5 Técnicas e instrumentos de recolha de dados da pesquisa	156
3.5.1 A entrevista	158
3.5.2 O questionário	160
3.5.3 A observação	162
3.5.4 A escala de medição de atitudes e opiniões	165
3.6 Análise de dados da pesquisa	172
CAPÍTULO IV – RESULTADOS	180
4.1 Processo de análise e interpretação de dados.....	182
4.1.1 Análise comparativa de dados de investigadores científicos no âmbito de diferentes entrevistados e estudos	184
4.1.1.1 Paradigma educativo enquadrado na formação da PRM.....	184
Respondente A1.....	185
Respondente A2.....	186
Respondente A3	188
4.1.1.2 Modelo curricular configurado para formação da PRM	189
Respondente A1	190
Respondente A2	191

Respondente A3	193
4.1.1.3 Desafios da ACIPOL na formação de agentes da polícia	194
Respondente A1	194
Respondente A2	196
Respondente A3	197
4.1.1.4 Crimes relacionados com o desenvolvimento moderno	198
Respondente A1	198
Respondente A2	200
Respondente A3	201
4.1.1.5 Estratégias curriculares da ACIPOL na formação policial	202
Respondente A1	203
Respondente A2	205
Respondente A3	206
4.1.2 Análise comparativa de dados de docentes considerando diferentes entrevistados e estudos	207
4.1.2.1 Modelo de educação enquadrado na formação da PRM	208
Entrevistado B1.....	208
Entrevistado B2	209
Entrevistado B3	209
Entrevistado B4	209
Entrevistado B5	209
Entrevistado B6	210
Entrevistado B7	210
Entrevistado B8	210
4.1.2.2 Crimes atípicos ligados com a globalização e as TICs	213
Entrevistado B1.....	213
Entrevistado B2	214
Entrevistado B3	214
Entrevistado B4	214
Entrevistado B5	215

Entrevistado B6	215
Entrevistado B7	215
Entrevistado B8	216
4.1.2.3 Desafios de MINT, PRM e ACIPOL	218
Entrevistado B1.....	219
Entrevistado B2	219
Entrevistado B3	220
Entrevistado B4	220
Entrevistado B5	220
Entrevistado B6	221
Entrevistado B7	221
Entrevistado B8	221
4.1.2.4 Modelo curricular compactável na melhoria da formação	223
Entrevistado B1.....	224
Entrevistado B2	224
Entrevistado B3	224
Entrevistado B4	224
Entrevistado B5	225
Entrevistado B6	225
Entrevistado B7	225
Entrevistado B8	226
4.1.3 Análise comparativa de dados dos funcionários considerando diferentes inquiridos e estudos.....	227
4.1.3.1 Currículo centrado no professor	230
4.1.3.2 Currículo centrado no estudante	231
4.1.3.3 Relações coordenativas entre ACIPOL, PRM e MINT	233
4.1.3.4 Currículo centrado na aprendizagem integral	236
4.1.3.5 Currículo incidido na inter-relação e competência	238
4.1.3.6 Currículo centrado nas tecnologias e TICs	242

4.1.4 Análise comparativa de dados dos estudantes considerando diferentes inquiridos e estudos.....	246
4.1.4.1 Formação baseada no ensino e professor	249
4.1.4.2 Formação baseada na aprendizagem e aluno	252
4.1.4.3 Formação baseada nos conteúdos	255
4.1.4.4 Formação baseada no ensino e na aprendizagem.....	256
4.1.4.5 Formação baseada na exposição de conteúdos	259
4.1.4.6 Formação baseada no ensino com recurso às TICs	260
4.1.4.7 Formação baseada no ensino presencial	263
4.1.4.8 Formação baseada no ensino semi-presencial	265
4.1.4.9 Formação baseada na competência	266
4.1.4.10 Formação baseada na aprendizagem integral	271
4.1.4.11 Formação baseada na aprendizagem socio-crítica	273
4.1.4.12 Síntese	276
4.1.5 Análise comparativa de dados da observação participante considerando a prática reflexiva.....	277
CAPÍTULO V – CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E IMPLICAÇÕES	282
5.1 Conclusões	284
5.2 Limitações	294
5.3 Implicações	296
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	299
APÊNDICES	314
ANEXOS	325

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Conteúdo	Página
Gráfico 1.4 - Perfil de categoria de funcionários	228
Gráfico 2.4 - Perfil de funcionários por sexo	229
Gráfico 3.4 - Perfil de nível académico de funcionários	229
Gráfico 4.4 - A 1ª fase das modalidades da composição da amostra	248
Gráfico 5.4 - Apresenta 1ª fase da composição da amostra por sexo	248

ÍNDICE DE TABELAS

Conteúdo	Página
Tabela 1.2 - Ilustra a evolução da educação no período colonial entre 1956 – 1973	38
Tabela 2.4 - Perfil de currículo centrado no professor	231
Tabela 3.4 - Perfil de currículo centrado no estudante	233
Tabela 4.4 - Perfil de relações coordenativas entre ACIPOL, PRM e MNT	236
Tabela 5.4 - Perfil de currículo integral	238
Tabela 6.4 - Perfil de currículo centrado na inter-relação e competência	242
Tabela 7.4 - Perfil de modelo curricular tecnológico e TICs	246
Tabela 8.4 - Perfil de formação centrada no professor	251
Tabela 9.4 - Perfil de formação baseada no aluno	254
Tabela 10.4 - Perfil de formação baseada nos conteúdos	256
Tabela 11.4 - Perfil de formação baseada no ensino e aprendizagem	259
Tabela 12.4 - Perfil de formação baseada na exposição de conteúdos	260
Tabela 13.4 - Perfil de formação baseada no recurso às TICs	263
Tabela 14.4 - Perfil de formação baseada no ensino presencial	265
Tabela 15.4 - Perfil de formação baseada no ensino semi-presencial	266
Tabela 16.4 - Perfil de formação baseada nas competências	271
Tabela 17.4 - Perfil de formação baseada na aprendizagem integral	273
Tabela 18.4 - Perfil de formação baseada aprendizagem socio-crítica	276

ÍNDICE DE FIGURAS

Conteúdo	Página
Figura 1.3 – Descrição pormenorizada do prospecto de observação no campo	165
Figura 2.3 – Resumo da metodologia aplicada à pesquisa	179
Figura 3.4 – Esboço do processo de recolha de dados	182

ÍNDICE DE APÊNDICES

Conteúdo	Página
Guião – I: Entrevista dirigida aos investigadores científicos -----	315
Guião – II: Entrevista dirigida aos docentes da ACIPOL-----	317
Guião – III: Questionário dirigido a PRM e CTA -----	319
Roteiro IV – Escala de mensuração de atitudes e opiniões -----	322

ÍNDICE DE ANEXOS

Conteúdo	Página
O Comité de Ética da Universidade Internacional Iberoamericana	326

ÍNDICE DE PÁGINAS PRÉ-TEXTUAIS

Conteúdo	Página
FOLHA DE ROSTO.....	I
FOLHA DE ACEITAÇÃO DA TESE DOUTORAL	II
TERMO DE COMPROMISSO.....	III
DECLARAÇÃO DA REVISTA ENIAC – pesquisa	IV
DEDICATÓRIA	V
REVERÊNCIAS	VI
AGRADECIMENTOS.....	VII
RESUMO	IX
ABSTRACT.....	X
ÍNDICE	XI
ÍNDICE DE GRÁFICOS	XVII
ÍNDICE DE TABELAS.....	XVIII
ÍNDICE DE FIGURAS.....	XIX
ÍNDICE DE APÊNDICES.....	XX
ÍNDICE DE ANEXO.....	XXI
ÍNDICE DE PÁGINAS PRÉ-TEXTUAIS.....	XXII
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	XXIII

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAE	Amostra Aleatória Estratificada
AAS	Amostra Aleatória Simples
a.C.	antes de Cristo
ACIPOL	Academia de Ciências Policiais
ATM	Automated Teller Machine
AR	Assembleia da República
CFPP	Centro de Formação de Professores Primários
Cit	Citado
CP	Código Penal
Coord.	Coordenação
CPM	Corpo de Polícia de Moçambique
CTA	Corpo Técnico Administrativo
D.	Desvio
d. C	depois de Cristo
Dr.	Doutor
DUDH	Declaração Universal de Direitos Humanos
DTI	Departamento de Trabalho Ideológico
EACIPOL	Estatuto de Academia de Ciências Policiais
ECTS	Sistema de Transferência e Acumulação de Créditos
EDIMINT	Estudo de Desenvolvimento Institucional do Ministério do Interior
EFEP	Escola de Formação e Educação de Professores
EGUM	Estudos Gerais Universitários de Moçambique
EMATUM	Empresa moçambicana de Atum
e-pedagogia	pedagogia electrónica
EP1	Escola Primária de 1º Grau
EP2	Escola Primária de 2º Grau

ESCN	Escola Superior de Ciências Náuticas
EUA	Estados Unidos de América
E-R	Estímulo - Resposta
Ex	Exemplo
FDA	Fundo de Desenvolvimento Agrário
FPLM	Forças Populares de Libertação de Moçambique
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
FUNIBER	Fundação Universitária Ibero-americana
Id.	Idem
IFPs	Instituto de Formação de Professores
IMAPs	Instituto de Magistérios Primários
INTERPOL	International Policy
ISCTEM	Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique
ISP	Instituto Superior Pedagógico
ISUTC	Instituto Superior de Transportes e Comunicações
MAM	Mozambique Asset Management
MANU	Mozambique African National Union
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MESCT	Ministério de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia
MINT	Ministério do Interior
MJDM	Movimento de Jovens Democratas de Moçambique
Mts	Meticais
N	Número global/universal
Nº	Número
n.e	nossa era
NATO	Tratado do Atlântico Norte
NESAM	Núcleo dos Estudantes Secundários de Moçambique
NSE	Nova Sociologia da Educação
Km	Quilometro
Kg	Kilograma/s

TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
OIPC/ICPO	Organização Internacional de Polícia Criminal
ONU	Organização das Nações Unidas
Org.	Organização
OSTP.....	Ordem, Segurança e Tranquilidade Públicas
p.	página
pad.	padrão
PGR	Procuradoria-Geral da República
POS	Point of Sale ou Point of Service
pp.....	páginas
PRM	Polícia da República de Moçambique
PEACIPOL	Plano Estratégico da Academia de Ciências Policiais
PEPRM	Plano Estratégico da Polícia da República de Moçambique
PROINDICUS	Serviço Social de Protecção marítima no Índico
PSP	Polícia de Segurança Pública
SADC	Comunidade para Desenvolvimento da África Austral
S/d	Sem/data
SNATCA	Sistema Nacional de Acumulação e Transferência de Créditos Académicos
SNE	Sistema Nacional de Educação
SI	Sociedade de Informação e Comunicação
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
UDENAMO	União Nacional Democrática de Moçambique
UNAMI	União Africana de Moçambique Independente
UNINI-MX	Universidade Internacional Ibero-americana de México
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
ULM	Universidade de Lourenço Margues
UNESCO	Organização das Nações Unidas Para Ciência Educação e Cultura
UP	Universidade Pedagógica
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USDUnidets Stats Dolars
RENAMOResistência Nacional de Moçambique

INTRODUÇÃO

A Polícia da República de Moçambique abreviadamente descrita pela sigla PRM, foi criada pela Lei nº 19/92 de 31 de Dezembro, cuja devido as mudanças políticas institucionais ao nível desta polícia, fora revogada pela Lei nº 16/2013 de 12 de Agosto, antecede da Polícia Popular de Moçambique (PPM) criada pela Lei nº 5/79 de 26 de Maio e, esta antecede o Corpo de Polícia de Moçambique (CPM) criado pelo Decreto-Lei nº 54/75 de 17 de Maio. Organizada de forma descendente, a Polícia República de Moçambique surgiu da fusão entre a Polícia de Segurança Pública (PSP) portuguesa e os membros das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), que haviam sido incorporados no Corpo de Polícia de Moçambique, para integrar o governo de transição fundado nos Acordos de Cessar fogo de Lusaka – Zâmbia, realizados em 7 de Setembro de 1974.

Os membros das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), para se integrarem no Corpo da Polícia de Moçambique (CPM), foram treinados em Machingweya – Tanzânia, um centro de preparação político-militar das FPLM, força armada da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Somente em 1977 foi quando começou o recrutamento de moçambicanos para formação policial no Centro de formação básica de Unidades de (CPM), actual Escola Prática da PRM de Matalane, fundada aos 08 de Junho de 1976. Criado, o centro de formação básica da Polícia, em Matalane, província de Maputo, a seguir passaram a fundar escolas similares em Dondo - Sofala, com vista abarcar a zona centro e, nos finais da década 80 do século XX, se criara o Centro de Natikiri – Nampula, para a zona norte do país.

Enquanto decorria a expansão das escolas de formação básica de unidades da PRM, já se criara 1976 Centro de Formação de Quadros Médios de Direcção em Michafutene - Maputo por instruções ministeriais emanadas no período pós-independência proclamada em 25 de Junho de 1975, com intuito de formação de quadros da polícia para ocupação e exercício de cargos de chefia em distintas direcções do Comando Geral e Ministério de Interior.

Moçambique em progresso, com incremento da demanda em Segurança Pública pelos cidadãos, em defesa da vida, personalidade e recursos patrimoniais particulares e estatais, como pressuposto de garantir de forma eficiente e eficaz a manutenção da Lei, Ordem e Tranquilidade Públicas, despontou a necessidade da criação de um estabelecimento de ensino superior e universitário à altura de formar quadros qualificados técnica e cientificamente, face a prevenção do crime e da criminalidade, que se encontra em constante dinamismo. Assim sendo, a Lei nº 24/99 de 18 de Maio, cria a Academia de Ciências Policiais, abreviadamente designada pela sigla ACIPOL, uma instituição de formação superior e universitária dos agentes da Polícia da República de Moçambique.

Salienta-se que, fundada e, em decurso a formação superior de membros da PRM em Michafutene, distrito de Marracuene na província de Maputo, o Diploma ministerial nº 47/2016, de 3 de Agosto, proclama a criação da Escola de Sargentos da Polícia Tinentes-General Osvaldo Tazama, abreviadamente denominada por ESAPOL, o estabelecimento de categoria para a formação educativa e corporativa de nível médio para os quadros da Polícia da República de Moçambique, sita no Posto Administrativo de Metuchira, distrito de Nhamatanda, província de Sofala, região centro de Moçambique.

Contudo, o autor desta pesquisa, na qualidade de quadro da PRM que exerceu função de docência desde os momentos finais do Centro de Formação de Quadros Médios de Direcção à fundação da Academia de Ciências Policiais até 2021. Durante este período e tendo tido a oportunidade de fazer o curso de doutorado em educação, viu como sendo a melhor janela, para engendrar uma ideia que culminou com a emergência do estudo sobre o *“Currículo e Formação de Agentes de Segurança Pública, na perspectiva dos Desafios contra as Novas Formas de Criminalidade em Moçambique”*, em especial para a formação educativa e corporativa levada a cabo pela ACIPOL, uma instituição única no país, vocacionada para o ensino e aprendizagem superior e universitário dos quadros de segurança pública.

O estudo de currículo e formação superior de agentes de segurança pública, em Moçambique, não foi fácil devido a vários factores envolventes no processo, que partem das próprias características associadas ao progresso social, económico, técnico, científico e político do país. Mas, a tautologia, eloquência e filologia de uma vasta gama de autores e cientistas, que se dignificaram em estudar e escrever sobre o tema, em relevo: Lima, Silva e Oliveira, (2013); Opilhar, (2006); Oliveira, (2004); Marcineiro (2001); Cabral, et. al, (2008); Thomé (1997); Borges, (1833), que se debruçam acerca da polícia; Correia,(2015); Gouveia, (2013, 2014); Correia e Duque, (2012); Valente, (2012); Filocre (2010); Martinz, (2009); Rolim, (2009); Saponi, (2007) autores que falam da segurança pública; Anes (2010); Giddens, (2004 e 2012); ACIPOL, (2004 e 2006); Beleza (2003), cuja literatura discursa sobre o crime e a criminalidade; Gomez (2010); Leopoldo e Silva, (2009); Tonet, (2007); Kant, (2004); Giddens, (2004, 2012); Ohmãe (1990, 1995); Freire, (1980, 2003) escreveram sobre formação e educação; Rego, (2018); Lopes, (2015); Pouw, (2013); Oliveira, (2011); Zarifian (2010, 2012); Macedo (2009, 2011); Dutra (2011); Garcia, (2011); Freire (2010); Bastos (2006); Apple, (1979, 1980, 2006); Ramos (2005); Perrenoud, (2003); Fleury e Fleury (2001); Perrenoud (1997, 1998, 2000); Rocha e Fidalgo, (1999); Santomé (1998); Goodson, (1998); Peaget, (1996); Bernstein, (1996); Gadotti (1995); Skinner, (1993); Vygotsky, (1989, 2007); Kemmis, (1988); Comenius (1985); Giroux, (1983); Ausubel, Novak e Hanesian, (1980); Passmore, (1980); Althusser (1980); Da Silva, (2015) dentre outros que escreveram sobre as distintas formas e tipologias de currículos e formação. Cujas obras literárias os seus conteúdos se encontram vinculados e conformados com as declarações heurísticas de cerca de 297 “duzentos, noventa e sete” participantes eleitos, como representantes da nossa população em estudo, que com o entusiasmo deram o máximo para a pesquisa de campus, bem como outros actores, técnicos, cientistas e experts, que através de múltiplas formas, directa e indirectamente contribuíram para a robustez desta matéria, mereceram a nossa admiração, por terem tornado a presente pesquisa em realidade grandiosamente possível e fácil para a efectivação.

A insuficiência de apoio financeiro pelas instituições de tutela laboral foi uma das principais limitações iniciais para a prossecução do estudo. A emergência da pandemia, Covid-19 conjugada com outros factores de ordem bélica, o terrorismo que assolou a província nortenha de Cabo Delgado, onde milhares e milhares de pessoas humanas foram barbaramente exterminadas, mais as questões técnico-estatísticas, constituíram um dos desafios adjacentes mais notórios durante o percurso da realização de toda investigação.

Relativamente ao aspecto metodológico, a pesquisa se caracterizou no método exploratório descritivo e comparativo com incidências nas abordagens qualitativa e quantitativa levando a perceber que os métodos são de paradigmas híbridos entre o hermenêutico, interpretativo, antropológico e etnográfico, cujas propriedades se classificaram na análise e interpretação profundas dos depoimentos humanos quer verbais orais, quer verbais escritos e, o positivista, cujas propriedades fundamentais se centraram na quantificação dos dados colectados nos participantes da pesquisa. Essa simbiose paradigmática nos imbuíu definirmos que a metodologia se drena no paradigma sócio-crítico, porque o estudo para se apurar a sua veracidade, também, recorreu outros factores adicionais como históricos, políticos, culturais dentre outros elementos correlacionados.

Os procedimentos de colecta da informação e dados se conduziram por meio da revisão da literatura e documentos relacionados com a matéria em pesquisa.

A vertente do estudo de campo aberto e empírico teve como suporte principal as técnicas de entrevista em profundidade e estruturada, questionário, escala social de Likert e a observação participante dirigidos à comunidade académica da ACIPOL, em especial para funcionários de corpo técnico administrativo, polícias, docentes, investigadores científicos e estudantes dos cursos de licenciatura e mestrado, dentre o académico e profissional.

A análise de dados qualitativos, foi levada a cabo através de aplicação de técnicas linguísticas sob ponto de vista filológico e, para os dados de natureza quantitativa, foram recorridas as técnicas estatísticas como as frequências,

medidas de tendências centrais, como a média e de dispersão de dados, como o desvio-padrão. O sistema de banco de dados, SPSS, facultou bastante para análise quantitativa dos dados, em primeiro plano, antes de submeter-se às medidas de tendências centrais e de dispersão. Com vista à facultar a interpretação de ambos dados, qualitativos e quantitativos, optou-se pelo agrupamento dos mesmos em dimensões diversificadas e diferenciadas de acordo com os conceitos essenciais que estiveram em jogo para o estudo mas, sem se descartar da existência de determinadas similitudes entre as mesmas grandezas conceptuais.

O âmbito estrutural do estudo se encontrou organizado em capítulos, sub-capítulos e secções com as características seguintes:

1. Introdução, onde se descreveu a génese contextual da pesquisa e posterior apresentação dos antecedentes da pesquisa, procedimentos metodológicos levados, levados a cabo durante a pesquisa e, a exposição do painel referente a organização estrutural do estudo.

2. Capítulo – I, fora efectuada a breve proposta da pesquisa, a efectivação das distintas formas de descrição sobre a justificativa, o problema e, objectivos gerais e específicos da tese.

3. Capítulo – II, apresentou-se a exposição do marco teórico, de forma a comunidade académica compreender melhor o panorama geral e específico da análise dos conceitos e teorias fundamentais do estudo. Também, neste espaço foi realizada a exposição do teor de principais estudos sobre a temática da presente tese, em especial as pesquisas dos últimos cinco anos, em cumprimento das regras e normas heurísticas para trabalhos científicos à altura.

4. Capítulo – III, se desenvolveu a abordagem sobre o formato da estratégia metodológica empregue durante a elaboração da tese, cuja começou pela introdução, metodologia, tipo e paradigma de pesquisa, população-alvo e amostra, hipóteses, variáveis, técnicas, instrumento e a análise dos dados da pesquisa.

5. Capítulo – IV, se apresentaram e discutiram os resultados da pesquisa, os dados quantitativos, que se efectivaram em gráficos, tabelas e diagramas estatísticos, organizados de acordo com as categorias e dimensões de variáveis e

conceitos do estudo. Os dados qualitativos se ostentaram no contexto das regras filológicas, linguísticas e dimensões conceptuais correspondentes.

6. Capítulo – V, foi desenvolvida a exposição das conclusões chegadas depois de todo processo de pesquisa, limitações encaradas durante o estudo e, as implicações reflectivas às futuras investigações relacionadas com objectivos da tese.

CAPÍTULO I - PROPOSTA DA PESQUISA

A história da humanidade nos demonstra, que o homem se preocupou pelas mudanças que estimulam a evolução no estilo da sua vida, desde os primórdios momentos do seu aparecimento na natureza. Essa ansiedade permitiu de certa maneira superar a maior parte dos obstáculos existentes ao longo da sua vivência, quer de uma maneira particular, quer de outra forma colectiva e pública, com vista alcançar as metas na melhoria das condições para o bem comum. Porém, para conquistar a revolução humana, foi necessário a impressão contínua e incessante de mais esforços na procura de recursos materiais, humanos e técnico-científicos, para de forma flexível proceder a concretização dos objectivos previamente definidos para o efeito (Aranha, 2012; Cambi, 1999; Marrou 1973; Nhampule & Mavie, 2011).

A apropriação e aprofundamento dos conhecimentos científicos torna preciso a submissão do homem à educação de forma moderada e contínua, o que consequentemente tem permitido o domínio da tecnologia, formando o novo binómio, 'conhecimento técnico-científico', isto é, enriquecendo o primeiro binómio, conhecimento científico. Compreendendo-se que a educação na perspectiva formal, ela decorre em obediência de uma série de regimentos pedagógicos, dentre eles, se destaca o currículo, onde se configuram a metodologia, formas, as circunstâncias e os factores, que envolvem o decurso do desenvolvimento de todo processo educativo (Goni & Linares, 2016; Goodson, 1995; Hamilton, 1992; Macedo, 2011; Rego, 2018).

A segurança no contexto das suas múltiplas dimensões, vigorou constantemente de forma paralela, lado a lado na sucessão do progresso das actividades humanas, facto que nos revelou, que ela acompanha a evolução da humanidade desde os tempos remotos, a antiguidade clássica aos nossos dias (Correia, 2015; Filocre. 2010; Lima, et al., 2013).

A Segurança Pública no Estado-Nação se compreende como sendo aquela exercida por duas forças estatais: - a militar e a policial, cujas para a intensificação

das suas acções na manutenção da Ordem, Segurança e Tranquilidade no que concerne à prevenção e ao combate à criminalidade, bem como a defesa da integridade territorial, tem contado com apoio e coordenação das forças de natureza comunitária e privada (Correia & Duque, 2012; Correia, 2015; Gouveia, 2013, 2014; Rolim, 2009).

Relativamente às importâncias que a educação embalada no currículo e segurança pública têm para a prosperidade da humanidade desde os momentos longínquos, também, para a sociedade contemporânea acredita-se que nunca se dissociou, é-la razão que muitas foram as pesquisas científicas, que se centram na melhoria destas áreas bastante desejadas pelos homens, e mulheres, para o estabelecimento da paz e harmonia intra e interpessoais (Correia, 2015; Macedo, 2002, 2011; Rego, 2018).

Portanto, pesquisar o currículo e formação sobre a Segurança Pública em Moçambique, implica, também, falar e escrever acerca da literatura de cada um dos termos principais que compôs a temática, descrever em linhas gerais sobre a história do geral ao particular de maneira explicar a evolução da educação formal e superior em Moçambique do período colonial português, prodo-independência (zonas libertadas pela Frente de Libertação de Moçambique – Frelimo) à Independência Nacional, desaguando a após-independência até ao espaço geográfico e temporal, que se delimitou o presente tema. Também, falar das variáveis que formaram o corpo das perguntas, objectivos e hipóteses da pesquisa (Chilundo, 2003; Cruz, 2008; Dias, 2009; Hedges, 1999; Mondlane, 1995).

Também, descrever técnicas e instrumentos de recolha de dados durante o trabalho de campo (entrevista, questionário, escala social de Likert e observação participante), organizar e categorizar os dados em programas informáticos e configurados em SPSS, depois interpretar as informações qualitativas e quantitativas colectadas em todas perspectivas metodológicas entre as positivistas, hermenéuticas e sócio-críticas, para o apuramento de resultados e conclusões do do estudo (Gil, 1999; Lakatos e Marconi, 1999, 2001, 2007; McMillan & Schumacher, 2005; Malhotra, 2001; Marconi & Lakatos, 1999, 2007).

A palavra pesquisa apresenta várias definições conceptuais que, sempre se encontram ligados com o contexto, que tem sido lhe referenciado por cada autor que pretende articulá-la. Porém, ao nosso estudo coube-nos resgatar a definição dada por Abramo (1979) citado por Marconi e Lakatos (1999, p. 18), que “aponta a existência de dois princípios gerais validos na investigação científica e, podem ser identificados de forma seguinte *“objectividade e sistematização de informações fragmentadas”*”, as autoras indicam ainda princípios particulares, que são aqueles válidos para a pesquisa em determinado campo de conhecimento, bem como os que dependem da natureza específica do objecto da ciência em pauta.

Em torno de pesquisa científica, as estudiosas têm realçado, que ela se caracteriza pela aplicação de métodos caracteristicamente científicos, os quais pela sua melhor aplicação conferem a consistência e o rigor epistemológicos.

Relativamente à sua finalidade, Trujillo (1974) citado por Marconi e Lakatos (1999, p. 18), assevera que “a pesquisa tem objectivo de *“tentar conhecer e explicar os fenómenos que ocorrem no mundo existencial”*”, isto é, como esses factos e fenómenos operam, sua função e estrutura, as mudanças que efectuam, sua realização, consequências e, a forma como podem ser controlados” pelo ser humano.

Ciente das dinâmicas que o mundo e a sociedade humana se envolvem por força de diferentes factores, dentre naturais e humanos, muitos foram os estudos realizados por autores, quase de todos quadrantes do globo terrestre: americanos, europeus, australianos, asiáticos e africanos, sobre os currículos relacionados com a formação educativa e corporativa.

O interesse para a realização da presente pesquisa consistiu na necessidade da compreensão profunda de factores, teorias e modelos de educação que, podem contribuir na concepção de estratégias curriculares que possam incrementar, intensificar melhorias na formação educativa, corporativa e superior de Agentes de Segurança Pública na Academia de Ciências Policiais, em Moçambique. Em especial no período compreendido entre 2010 e 2021, momento que foi bastante caracterizado por crimes violentos relacionados com a vida e

integridade física, crimes económicos e transfronteiriços, como branqueamento de capitais financeiros, tráfico de armas de fogo, drogas, tecidos e órgãos humanos, crimes contra integridade territorial e Segurança do Estado, como o terrorismo, crimes contra o ambiente, que a maior parte dos quais se associa com a corrupção.

A melhor forma, de se proceder com a situação e disposição de um estudo, tem tido como praxes científicas a exposição descritiva de determinados factores faciais, que a aprimoram tudo quanto foi projectado para se atingirem os resultados pretendidos, mas, sempre a partir do problema de partida, justificativa, hipóteses, questões do estudo, pressupostos, objectivos gerais e específicos da investigação respectivamente (Gil, 1999; Lakatos & Marconi, 2007; Marconi & Lakatos, 1999). De tal modo que nesta unidade, foi se efectivar a arrumação meticulosas dos elementos anteriormente mencionados pelos autores, tendo se começado pela disposição seguinte: 1. justificativa do estudo, onde foi feita a descrição dos factores motivadores para a realização do estudo, originalidade, tipo de pesquisa quanto ao problema, relevância profissional, académica e social; 2. a proposição da problemática, desenvolvida no círculo dos interesses promotores que culminaram na originalidade do estudo, que seguidamente articulou-se, em forma de pergunta de partida; 3. a efectivação das hipóteses, cujas características notórias se fixaram nas relações, que se estabelecem entre as variáveis dependentes e independentes; 4. a exposição de perguntas da pesquisa, cujas se relacionam directamente com os objectivos específicos e, 5. a apresentação de objectivos, dentre o geral e os específicos da pesquisa.

1.1 Justificativa da pesquisa

A Procuradoria-geral da República nos seus informes anuais perante as sessões ordinárias da Assembleia da República, no período compreendido entre 2010 e 2021, sempre relatou que na República de Moçambique ocorreram crimes que não foram tão habituais para cidadãos moçambicanos. Exemplo o terrorismo; raptos e sequestros de empresários ou seus familiares, que para o resgate exigiram muitas somas de dinheiro em dólar norte-americano; rapto e

assassinatos de cidadãos com problemas de pigmentação da pele, mais conhecidos por albinos, cujos fins sempre tiveram interpretações supersticiosas; tráfico de pessoas, essencialmente mulheres, crianças; extracção e venda de tecidos e órgãos humanos; espoliação de recursos florestais, faunísticos e minerais preciosos e, em via de extinção na natureza, entre outras infracções de natureza criminal e, de carácter nacional e transfronteiriços.

Esta recrudescência dos factos delituosos atípicos para os moçambicanos nos serviu de impulso para o renascimento da necessidade de empreender esforços, para promover a produção de conhecimento científico, um desafio imenso, que carece de explicações claras sobre a sua importância e motivação: social, académica, profissional, prática e pessoal, para os leitores, ouvintes e o público receptor da mensagem. Compreendendo-se que, a mesma se emprenha em torno de um processo desenvolvido em contextos de comunicação científica e humana.

De acordo com Ackoff (1953) e Hernández, et al. (2003) explicam que “uma pesquisa científica, para ser robusta precisa que a sua justificativa contenha uma série de itens que possam se descrever em *“conveniência, relevância implicações prática e valor teórico”* ”. (Velasco & Villa, 2016, p. 53). Isto é, conveniência, para que serve o estudo no âmbito social, socio-económico e técnico-científico; relevância social, concernente à sua projecção cortês; relevância prática, vinculada com implicações relativas à sua importância para o conjunto de problemas de natureza prática; valor teórico, relacionado com a sua contribuição no incremento da robustez teórica; em termos demonstrativos sobre o comportamento de relações entre variáveis, bem como a possibilidade de uma exploração frutífera de certos fenómenos e, por último a utilidade metodológica, tipificada na produção de novidades e criatividade no método, na técnica e instrumentos de recolha de dados ou mesmo na recomendação e sugestão sobre novas formas para a descrição de sujeitos, população e amostra de estudos científicos.

Proporcionalmente, com estas notas epistemológicas se serviram de elo de inspiração para a nossa justificativa, onde a escolha do tema se caracterizou pela necessidade de construir os conhecimentos científicos e tecnológicos, para a resolução da prática reflexiva pelos agentes de segurança pública, face ao desenvolvimento social, económico e político do país, com a finalidade específica, a intensificação e promoção da plena protecção e manutenção da Lei, Ordem, Segurança e Tranquilidade Públicas, no âmbito da garantia da paz, direito (direitos humanos) e, cumprimento de deveres fundamentais do cidadão, um fundamento importante para a formação da polícia, em um país de Direito, Democracia e Justiça social.

A pesquisa se enquadrou na produção de conhecimentos técnico-científicos, com vista ao incremento das fontes científicas para partilhar-se entre a comunidade científica, em especial na área de estudos de currículo e formação no campo de segurança pública, sem se descartar o seu reflexo para outras áreas de progresso e prosperidade socio-económicas.

A identificação de estratégias curriculares, que permitam melhorias na formação dos agentes de segurança pública no desenvolvimento das competências nas suas múltiplas dimensões, impactará no tecido social, devido à activação do processo da prevenção e combate ao crime e à criminalidade, com reflexos no sentimento pleno da segurança pública almejada dia após dia pelo cidadão.

A natureza do problema, que é teórico-prática, contribuirá na produção e incremento específico e imprescindível de conhecimentos técnicos e científicos, características emblemáticas e próprias para uma pesquisa básica, aplicável no processo de formação de agentes de segurança pública, repercutindo ao longo do desenvolvimento das suas competências básicas, pessoais, sociais, académicas e profissionais na melhoria da prevenção e combate à criminalidade. Cujo, propósito robustece o carácter da originalidade da pesquisa.

A efectivação da pesquisa terá um impacto social positivo, devido a qualidade de formação de agentes de segurança pública, em especial aos quadros da Polícia da República de Moçambique (PRM), formados em habilidades,

competências e conhecimentos técnico-científicos, éticos, morais e deontológicos, prontos para resolver as incertezas e os problemas complexos, que afectam às actividades de segurança pública, almejada, em maior relevo, pela sociedade do XXI.

Na perspectiva académica, a pesquisa contribuirá na melhoria e o incremento do acervo bibliográfico das escolas e centros de formação de agentes de segurança pública de qualquer grau e especialidade e, à consulta por outros académicos, docentes, pesquisadores e pessoal interessado pelos conhecimentos, em currículo, formação e desenvolvimento do homem.

Relativamente ao âmbito metodológico da pesquisa, poderá ter influências na formação inicial e continua de agentes em segurança pública do século XXI, momento esse caracterizado pelas complexidades e incertezas, devido ao célere progresso das tecnologias de informação e de comunicação (TICs), onde a sociedade de informação (SI) encontra-se altamente saturada, em cada fracção do tempo de informação e comunicação diversas, fenómenos, que se conjugam com a globalização e, movimentos migratórios, tecnológicos e étnico-culturais caóticos.

Todavia, os modelos modernos de cortes construtivistas, humanísticas e perspectivas epistemológicas socio-educativas, psico-pedagógicas e formativas poderão servir de espelho para outras escolas que permaneciam com modelos clássicos e tradicionais de formação de crianças, adolescente, jovens e quadros, em qualquer grau, especialidade e categoria, em especial, nos quadros de segurança pública.

Metodologicamente a tese se caracteriza em pesquisa de caso, quanto à delimitação do objecto de estudo, descritiva, quanto aos objectivos, questões de pesquisa, população-alvo e amostra da pesquisa e, qualitativo-quantitativa, quanto à natureza das técnicas de colecta e análise de dados: entrevistas, observação, questionários, escala social de Likert e, análise de conteúdo e estatística. Propriedades típicas de uma conjugação entre as pesquisas de natureza qualitativa e quantitativa, que se complementam mutuamente.

No âmbito pessoal e profissional, o estudo tem como sua originalidade na identificação e, na necessidade de produzirem-se conhecimentos técnico-científicos, morais, éticos e deontológicos, que possam favorecer a educação, formação, e desenvolvimento humano, em prol da paz e convivências sociais harmoniosas.

O estudo se centralizou na procura de novas estratégias curriculares para a melhoria da qualidade formativa e profissional dos agentes de segurança pública, no que tange a prevenção e combate ao crime, sobretudo às novas formas e dinâmicas da criminalidade na sociedade humana, de uma maneira especial a moçambicana.

1.2 Problema da pesquisa

A enunciação de um problema de carácter científico não constitui uma tarefa tão simples, ela é complexa porque extrapola a mera identificação, exigindo os primeiros reparos operacionais: isolamento e compreensão dos factores específicos que constituem o problema no plano de hipóteses e de informações. Porém, o problema é uma dificuldade teórica e prática, no conhecimento de alguma coisa de real importância, para a qual se deve encontrar uma determinada solução (Marconi & Lakatos, 1999, 2007).

Problema é Planeamento de uma situação cuja resposta desconhecida deve ser obtida através de métodos científicos¹.

Para McMillan e Schumacher (2005) a resposta que o pesquisador não conhece vai conduzir a um desafio para ele, posto que seu anterior ponto de partida é o tema escolhido. Para tal, deverá materializá-lo e reduzir a algo investigável o que implicará diversas verificações em escalas sucessivas até chegar ao que é realmente singular e particular. Para conseguir isso, pode ser muito útil identificar o grupo a (população), as variáveis e a lógica que confere consistência ao problema em si mesmo.

¹ A Real Academia Espanhola da Língua oferece, em sua página de Internet, uma lista de definições, de problema entre as quais destaca a presente definição.

Kerlinger (1980) em sentido holístico e amplo define que o problema é uma questão que mostra uma situação que necessita de uma discussão, investigação, decisão e solução. Posteriormente, o autor oferece-nos outra definição do termo, problema, mas, neste contexto, em um sentido restrito e aproximado a ciência, um problema é uma questão que pergunta como duas ou mais variáveis estão interrelacionadas. Esta definição certamente se identifica com o conceito de um problema científico, devido ao questionamento das relações entre as variáveis: independente, dependente e intervenientes.

A nossa pesquisa passou formular a descrição do problema de maneira seguinte:

Moçambique, no período entre a primeira década e segunda do século XXI, se encontrou imergido numa vasta onda de movimentos migratórios étnico-culturais, conjugada com o célere progresso das tecnologias de informação e comunicação (TICs). Cujo corolário se distinguiu na eclosão de formas de criminalidade, não tradicionais para o país, especialmente caracterizadas por sequestros, tráfico de drogas, seres humanos, comércio de tecidos e órgãos humanos, espoliação de recursos florestais, faunísticos e minerais, corrupção, falsificação da moeda, branqueamento de capitais financeiros de entre outros factos de carácter delituoso relacionados.

A Procuradoria-Geral da República, em Moçambique anualmente, sobretudo no período de 2010 a 2021, em estudo neste trabalho, sempre apresentou Relatórios anuais à Assembleia da República onde, cada vez mais as características dominantes são os crimes típicos: - tráficos de drogas, estupefacientes e substâncias psicotrópicas (cannabis sativa vulgo suruma, cocaína, haxixe, heroína, mandrax, morfina, efidrina), frente ao tráfico de pessoas humanas, em especial para mulheres e crianças; em seguida são crimes atípicos de homicídio relacionado com a extracção e venda de tecidos e órgãos humanos, essencialmente e, por destaque os cidadãos com problemas de pigmentação da pele (albinos); as imigrações ilegais; crimes contra a biodiversidade (abate fraudulenta de espécies protegidas e, em via de extinção da flora e a fauna

bravias), em procura da madeira preciosa e marfim de elefantes, cornos de rinocerontes, unhas, dentes e peles de leopardos e leões.

Os crimes e a criminalidade contra o meio ambiente, associados com a exploração ilegal de recursos minerais por todos quadrantes de Moçambique, onde os infractores, andam poluir as águas ribeirinhas, lacustre, fluviais e marinha, causando o extermínio da biodiversidade existente nos rios e lagos com reflexos ao mar, afectando directa e indirectamente a saúde do próprio ser humano, em virtude da falta de água potável. Os raptos, sequestros e cárceres privados, onde os criminosos com a sua vítima, em cativeiros, usaram os telemóveis das lesadas para comunicar com os parentes familiares, exigindo somas avultadas de dinheiros, em troca, para se efectuar o resgate. E, com aflição, os familiares foram efectuando os pagamentos.

Muitos foram os cidadãos interpelados nas zonas fronteiriças e no interior do país a circularem com somas monetárias avultadas, em Rand sul-africanos e as vezes, com Dólar norte-americano. Comportamentos que caracterizam o crime de falsificação da moeda e branqueamento de capitais financeiros, com proveniências, em negócios ilícitos conjugados com o tráfico de drogas, pessoas e órgãos humanos.

O Estado perde anualmente milhares e milhares de meticais desviados pelos funcionários do erário público. De uma forma a outra, entende-se que certos tipos de crimes, que posteriormente foram mencionados, estejam vinculados com o crime organizado doméstico e transfronteiriço, com o âmago na corrupção. Estes fenómenos arrastaram na eclosão da consciência académica, para o estudo integral afluído em uma inter-relação com vista a definir novas estratégias no currículo e processo de formação dos agentes de segurança pública.

A necessidade, de se formar a Polícia da República de Moçambique de qualidade, com vista a prevenir e combater ao crime e à criminalidade, imbuíu-nos formular o problema de partida, em forma da seguinte questão: *Que estratégias curriculares a Academia de Ciências Policiais – ACIPOL deve adoptar na melhoria da formação de agentes de segurança pública no âmbito de desenvolvimento de competências para a prevenção e combate à criminalidade, em Moçambique?*

O nosso problema conseguiu abarcar os critérios principais e indispensáveis na definição da questão de partida para uma pesquisa científica: 1. lidar no mínimo com duas variáveis, o que facilita a definição da área problemática com maior precisão; 2. fazer com que, de alguma maneira, o fenómeno exposto possa ser observado; 3. definição com a clareza do problema visando não deixar dúvidas, que qualquer pessoa entenda bem o que se está propondo e, 4. delimitação dos aspectos que abrangem o estudo (Kerlinger, 1980).

A definição final, em forma de interrogação, permitiu facilmente a adequação e contextualização do mesmo, bem como a descrição de outros factores-chave: objectivos, população, perguntas, hipóteses e variáveis da pesquisa com vista a clarear o que se estuda, com quem se estuda e, como se estuda o respectivo problema, face a aquisição dos resultados projectados à partida (Bisquerra, 2004; Buendía, et al., 1997; Cardona, 2002; Latorre, et al., 2003; León & Montero, 2002).

1.3 Hipótese da pesquisa

A literatura revisada demonstrou que, depois da elaboração do problema, em um trabalho de natureza puramente científica, sempre e posteriormente segue-se com a definição de uma ou mais hipóteses, como sinal de indicação e explicação das possíveis respostas à situação e ao problema anteriormente levantados (Lakatos & Marconi, 2007; Marconi & Lakatos, 2007; Pouw, 2011).

A hipótese é um enunciado conjectural das relações entre duas ou mais variáveis ou hipóteses são sentenças declarativas e relacionam de alguma forma variáveis à variáveis (Kerlinger, 1980). O autor nos ensina que, problemas e hipóteses são semelhantes, porque ambos anunciam relações somente, problemas são sentenças interrogativas e hipóteses são sentenças afirmativas. A diferença imprescindível é que as hipóteses geralmente têm sido enunciados específicos do que os problemas, mas, geralmente estão mais próximas nas operações, testes e pesquisa.

“Hipótese considera-se uma proposição, que se faz na tentativa de verificar a validade de resposta existente para um problema” (Marconi & Lakatos 1999, p. 30).

Todavia, importa se entender, que uma hipótese deve incluir informação sobre a situação, que se está pesquisando, as variáveis envolvidas na explicação, a relação entre essas variáveis e o sentido do esclarecimento, que se está oferecendo (Pouw, 2011; Velasco & Villa, 2016). De tal forma as hipóteses carecem de testagens e observações empíricas em trabalho de campo aberto e natural ou no campo artificial e laboratorial. Relativamente à nossa pesquisa, definimos as hipóteses, cujas variáveis independentes e dependente estabelecem relações de causa-efeito (De Barros & Lehfeld, 1999; Gil, 1999), entre elas se destaram as seguintes:

1 - A concepção do modelo de inter-relação curricular e pedagogia de reciprocidade pode melhorar as estratégias de currículo e formação na aquisição e desenvolvimento de competências dos agentes da segurança pública na Academia de Ciências Policiais – ACIPOL, face à prevenção e ao combate da criminalidade.

2 - A concepção de paradigma tecnológico curricular e pedagogia electrónica (e-pedagogia) pode intensificar as estratégias na formação extensiva aos quadros de segurança pública na Academia de Ciências Policiais - ACIPOL, em prol da manutenção da Lei e Ordem.

1.4 Questões de pesquisa

Durante o decurso da pesquisa, foi se compreendendo que depois da definição e formulação do problema, em um trabalho que apresenta traços típicos de estudo científico, posteriormente tem sido uma norma ou praxe ético-deontológica para os investigadores e cientistas, procederem com o delineamento de questões de pesquisa. As quais, se alinham com os objectivos específicos, com vista a abertura de um trilho para a concretização do objectivo geral, cujo imprescindivelmente assume o compromisso na resolução do problema levantado, logo no início do estudo (Kuark, et al., 2010; Pouw, 2011; Velasco & Villa, 2016).

No âmbito destas perspectivas sobre as perguntas de pesquisa, quanto ao nosso estudo, fomos definindo e formulando as questões de pesquisa com o teor seguinte:

1. Que métodos a empreender no exame de teorias que facultam a definição de modelos curriculares adequados à formação de agentes de segurança pública, face a prevenção e o combate às novas formas de criminalidade?

2. Que características têm os desafios estratégicos da Polícia da República de Moçambique - PRM, em relação com às novas formas de criminalidade em Moçambique?

3. Como compreender a relação entre o currículo da formação superior da Polícia da República de Moçambique - PRM e orientações curriculares de formação contemporânea?

1.5 Objectivos da pesquisa

Neste espaço foram apresentados os objectivos: 1 – objectivo geral, cujas características explicativas têm reflexos claros no propósito principal da pesquisa e, 2 – objectivos específicos que identificam de forma particular os passos intermediários, para se atingir o objectivo geral do estudo.

O pesquisador tem percebido que as asserções sobre os diferentes objectivos, buscam conferir resposta à natureza dos enfoques e paradigmas de pesquisas, que cada um dos quais contribui com sua própria personalidade em função do objecto de estudo. A razão pela qual, pesquisas de natureza quantitativa, temos objectivos mais gerais e caracteristicamente amplos e, para aqueles estudos que apresentam a corte mais qualitativa, têm sido de uma maneira particular e próximo às situações e contextos meramente específicos.

Todavia, autores como Sabariego e Bisquerra (2004) propõem uma tipologia de pesquisas baseada em sua relação com o tipo de objectivo: 1. pesquisas explicativas e analíticas podem ter objectivos como provar teorias, comparar, verificar hipóteses, confirmar relações entre variáveis, antecipar e

predizer fenómenos; 2. pesquisas descritivas e exploratórias, podem possuir objectivos como, identificar e descrever características que levem a induzir conhecimento e, 3. pesquisas de carácter aplicativo, procuram a resolução de um problema prático.

Para Cardona (2002) os objectivos podem ser exploratórios, descritivos e, analíticos, explicativos e preditivos. Portanto, os primeiros aproximam o pesquisador do estudo de problemas pouco conhecidos, a passo que, os analíticos estudam a relação entre uma causa e um efeito.

Salienta-se ainda, que o objectivo geral, sempre tem a tendência de reflectir ao propósito principal da pesquisa e expressar o que o pesquisador vai concretizar no fim do estudo. Enquanto os objectivos específicos incidem nos passos intermediários para alcançar o objectivo geral, de tal modo, que devem vislumbrar as acções basilares que conduzem ao móbil principal.

Para a presente tese, procurou-se a melhor forma de os objectivos específicos estarem sempre alinhados com o propósito geral, de uma maneira que a visão e leitura dos objectivos especiais permitam focar nitidamente a consecução do objectivo essencial da mesma, sempre em prol da resolução do problema definido a princípio na pesquisa.

O propósito de ter sido definido, um objectivo geral e mais objectivos específicos, se derivou da concordância do enunciado heurístico de Buendía, et al. (1997), segundo o qual, no projecto de pesquisa científica, normalmente formula-se um objectivo geral, que tem carácter bastante largo e expressa aquilo que o pesquisador vai fazer e, os objectivos específicos concretizam mais as tarefas. Mas, servindo-se de base o problema e as variáveis adjacentes, para elaborar cuidadosamente os passos concernentes à boa perfeição do trabalho, no contexto da metodologia científica.

1.5.1 Objectivo geral

1. Analisar as distintas formas de currículo e formação para identificação, definição de estratégias e modelos curriculares, que intensificam melhorias na constituição de competências profissionais para agentes de segurança pública, na

perspectiva dos desafios contra as novas formas de criminalidade na sociedade humana.

1.5.2 Objectivos específicos

1. Examinar teorias que facultam a definição de modelos curriculares adequados à formação de agentes de segurança pública, face a prevenção e o combate às novas formas de criminalidade.

2. Caracterizar os desafios de Ministério de Interior – MINT, Polícia da República de Moçambique - PRM e Academia Ciências Policiais - ACIPOL, em relação às novas formas de criminalidade em Moçambique.

3. Compreender o currículo da formação superior das Forças de Segurança Pública na Academia de Ciências Policiais, em conexão com as orientações curriculares de formação contemporânea.

CAPÍTULO II - REVISÃO DA LITERATURA

A presente unidade foi eleita para a efectivação de uma vasta gama de teorias produzidas de forma literária por determinados autores, que envidaram esforços intensos para enriquecer os prismas epistemológico, metodológico, técnico-científico, éticos e deontológicos do tema desta pesquisa, bem como a inclusão daqueles estudos científicos, cujos conteúdos foram julgados necessários para constituir o enquadramento teórico do estudo.

A estrutura do capítulo foi constituída por termos e conceitos principais que formam o tema pesquisado. Mas, tivemos ousadia de tecer de maneira que as abordagens pudessem ter obediências às praxes literárias de indução, que se caracterizam pela descrição dos factos queiram naturais, queiram sociais, sempre seguindo o sentido do geral ao particular (Galilei s.d., citado por Gil, 1999; Lakatos & Marconi, 2007; Marconi & Lakatos, 1999), também, pela mesma ordem, foram se apresentando minuciosamente as nossas perspectivas de forma analítica e comparativa, face às conjecturas exploradas e descritas por cada autor e grupo de autores.

A apresentação dos conceitos, fora caracterizada simultaneamente com as definições conceptuais, abordagens históricas, descritivas, explicativas, dentre outras expressões correlacionadas, tudo em contextos das práticas monográficas e bibliográficas devidamente vinculadas com o estudo.

Todavia, para a descrição do quadro formado por teorias, que enquadrasse de forma incontornável com tema: *Currículo e Formação de Agentes de Segurança Pública, na Perspectiva dos Desafios contra as Novas Formas de Criminalidade em Moçambique*, implicou ter que se empreenderem esforços, em desenhar um esquema estrutural, que tivesse nos permitido incluir: 1. O aporte teórico de educação na óptica científica, que conseqüentemente imbuíu ter que mexer a pedagogia, a didáctica, o ensino e aprendizagem, juntamente com os seus principais actores entre o professor e o aluno. Cujos elementos têm sido inevitáveis quando se trata da educação, no âmbito do progresso da humanidade. Também, foram mencionados os desenvolvimentos de determinados traços

históricos, que caracterizaram a evolução da educação; 2. Teceu-se abordagem histórica e conceptual de currículo e formação, em contexto de educação e desenvolvimento humano; 3. Realizaram-se abordagens sobre a segurança pública e a polícia, esta última na qualidade de instituição responsável pelo exercício e prossecução da prevenção e combate ao crime e à criminalidade, com vista ao estabelecimento da manutenção de Ordem Segurança e Tranquilidade Públicas (OSTP), em âmbitos de garantia da paz e convivência social entre os homens no mundo, sobretudo em Moçambique; 4. A descrição do crime e da criminalidade, referencialmente na definição conceptual e outros contornos e, 5. Foi efectivado o retrato descritivo da situação da criminalidade no país, especialmente, no período entre 2010 e 2021, na qualidade do espaço temporal, que foi focalizado o desenvolvimento da presente tese.

2.1 Contexto conceptual e histórico da educação e pedagogia

A humanidade desde os tempos mais longínquos, sempre foi caracterizada por fenómenos educativos, que têm intensificado acções conducentes às aprendizagens que permitem a evolução das mentes com vista à manipulação e ao domínio dos instrumentos de trabalho, em prol da melhoria da produção e produtividade, para estimular progressivamente a sua sobrevivência na natureza.

A definição conceptual de educação se alicerçou em autores como: Saviani (2013); Hegel (s.d.), citado por Cabral, et al. (2008); Adorno (s.d.), citado por Leopoldo e Silva, (2009); Giddens (2004, 2012), entre outros.

A conceitualização do termo educação, tem apresentado diferentes matizes, onde a verdade tem demonstrado que é uma acção exercida do homem para homem, com vista adaptar e adequar as regras, normas e valores sobre a realidade dos fenómenos, que ocorrem no mundo, sobretudo no que diz respeito a convívios em sociedade humana e, com ambiente natural simultaneamente.

Para Hegel (s.d.), citado por Cabral et al, (2008), afirma que não há sociedade que se sustente sem a educação, pois ela é expressão da razão que busca estabelecer a liberdade e implantá-la enquanto prática corrente. Tomando-

se de base a afirmação do autor, a educação é factor imprescindível e propulsor no processo de disseminação de valores culturais de geração em geração nos parâmetros de todas suas tradições milenares das sociedades humanas.

Neste enfoque do papel da educação na transmissão de valores e hábitos culturais de um povo, de geração em geração, o autor brinda-nos a sua experiência que, o homem derivado do mundo grego é aquele, que se emprenha pela eticidade, pela razão, pelo espírito despojado de suas contingências. A compreender e conhecer o que os gregos sabiam e percebiam significava a garantia da formação de homens guiados pela razão e pelo espírito.

Portanto, o autor de forma intrínseca e implícita, nas suas reflexões persiste a autonomia e a emancipação do Kant (2004); Adorno (s.d.) citado por Leopoldo e Silva, (2009), face a razão e educação. O homem advindo dos estágios inferiores: infância, a mocidade ou juventude, finalmente atinge a maturidade, o que equipara com a sociedade ou humanidade, macrocosmo onde o individuo humano, microcosmo e microssistema se encontra emergido, sujeito a estes estágios de transformação e evolução, até alcançar a maturidade, emancipação ou autonomia racional por intermédio da educação adjacente à formação nas suas múltiplas facetas.

O contexto educacional na humanidade deve se encarnar em seu tempo e sua meta é favorecer o Estado e não qualquer Estado como já foi mencionado, isso se traduz na criação de uma eticidade que confirme os homens e as mulheres como cidadãos artífices de si mesmos numa instituição que tenha a consubstanciação da cidadania. Para Hegel (s.d.), não há preparação para a vida e sim para uma vida qualificada, predominantemente determinada no tempo e no espaço com a educação contínua no âmago (Cabral et al., 2008; Leopoldo & Silva, 2009).

Os homens e as mulheres movidos por objectivos que transcendem o aqui e o agora, porque intentam a permanência, já se encontram inseridos no contexto do espírito e este já está, visto que precisa disso, incluído no resultado das produções humanas (Leopoldo & Silva, 2009).

Nesta óptica, tem sido percebido que o Hegel (s.d.), citado por Cabral et al. (2008), e seus discípulos filosóficos da época, entenderam, que o indivíduo humano ontologicamente é político pela razão dele se encontrar cada vez mais ao lado dos outros homens. Dai, a educação tem orientado o homem à melhor forma de conviver harmoniosamente com outros e, respeito das diferenças na sua diversidade.

Assim, se percebe que as configurações que uma sociedade adquire ao longo de sua existência já são educadoras para o indivíduo, pois, informal e formalmente, recebe suas primeiras determinações referenciais de acordo com as tradições. Isso indica para Hegel (s.d.), citado por Cabral et al. (2008), que nenhuma sociedade se sustenta sem a educação e passa a construir-se quando intencionalmente formaliza seu processo educacional e, investe no mesmo dentro de seus potenciais administrativos, financeiros e económicos.

A instituição de educação escolar é uma particularidade relativamente, que aparece na história humana, porém, toda parte constrói a totalidade ainda que não o queira. A missão da escola é a de ser mediadora entre a família e o mundo. Cujas implicações, se reflectem na preparação do homem para a vida pública (Cabral et al., 2008; Giddens, 2012).

A família já é o convívio entre diferentes, mas, na sociedade, os laços que unem as diversas diferenças superam as determinações particulares pelos vínculos do raciocínio subjectivo e da razão objectiva, isto é a ligação entre a teoria e a prática reflexiva. Contudo, a escola concilia o envolvimento com o mundo e o necessário isolamento do mesmo para que a reflexão, versus raciocínio e a investigação tenham cada vez mais o seu lugar condigno (Leopoldo & Silva, 2009; Giddens, 2004, 2012).

As concepções hegelianas em educação apontam sempre pela visão humanística da educação popular, quando a firma que a instituição escolar educa formalmente para conviver e servir o público. Porém, intensificou a educação individual do homem como um microssistema, cuja a família constitui a primária instância de educação para o ser humano e, a escola ou centro de formação

educativa é segunda instância de educação, sociologicamente é segundo estágio de socialização, onde o homem aprende respeitos pelas diferenças diversificadas, conformalizando-as com o seu ser social e político.

Comenius (1985) com a palavra de ordem, ensinar tudo a todos, parecendo afirmar que o tudo se refere somente até certo grau de educação, sendo que os graus mais elevados deveriam ser para um grupo escolhido e exclusivo, como indivíduos detentores do saber, educados para as decisões políticas e a condução de outras pessoas.

Relativamente a epistemologia da educação, ficou se compreendendo que o autor é a referência notável da pedagogia moderna, facto de seus ensinamentos terem sido inspirados por pedagogos modernos como, Freire (1996) e Piaget (1996) entre outras figuras correlacionadas.

Comenius (1985) põe o homem no centro da educação, como sujeito principal, na base de uma óptica teocêntrica. E, Freire (1996) por sua vez, enquadra o ser humano nos processos educativo e pedagógico, numa visão antropocêntrica.

Para Piaget (1996) na esteira da educação infantil, enquadra a figura humana, a criança, a partir da realidade, educação da realidade, o que equipara com o Freire (1996), quando trata de educação em adultos, no processo de alfabetização, que devem basear-se das coisas reais, para uma melhor assimilação da matéria.

O significado da educação em Comenius (1985), ensinar tudo a todos, reflecte na pedagogia do oprimido de Freire (1996), onde a educação dominadora, somente serve na transmissão do conhecimento pré-definido pela classe dominante e objectivado para a defesa de seus interesses dominadores. A educação do dominado é para a produção de conhecimento libertador.

Segundo Freire (1996) e Saviani (2013) articulam a educação como sendo uma forma interventiva do homem, uma invenção e, mesmo como uma teoria que exprimem a essência do conhecimento humano. Facto que ilustra que estes autores reconhecem o papel que a educação tem para a vida do homem, pois com ela, a pessoa humana serve, para intervir no processo de convivência social, em

respeito do preceituado em moral e, em direito convencional. Também, na criação de conjecturas, explícitas e implícitas para a interpretação dos acontecimentos naturais e sociais. Que, o homem deve se educar em todos ambientes, por excelência no ambiente escolar, onde ele consegue abrir o horizonte amplo, descobrindo a razão da ocorrência dos factos, em volta do mundo que o rodeia, para atingir a perfeita liberdade. Porém, a pedagogia do Freire, incide principalmente na perspectiva política.

Para Guidens (2012) educação é uma instituição social que possibilita e promove a aquisição de habilidades e conhecimentos e, ampliação dos horizontes pessoais. A educação pode ocorrer em muitos ambientes sociais: informais, não formais e formais. Torna evidente que a educação informal do homem, ocorre na família; a não formal regista-se em grupos de convivências sociais: em clubes desportivos, igreja, instituições laborais e, agremiações de índoles sociais. A educação formal é de carácter escolar, também denominado processo de escolarização.

A educação formal se embala no processo de escolarização onde a matéria para ser leccionada tem sido coleccionada e planificada previamente, em forma de programas curriculares elaborados por pedagogos especializados e, as escolas constituem melhores ambiente para o efeito (Guidens, 2004, 2012). A afirmação que nos imbuí perceber, que a educação é uma questão política, económica e cultural bastante complexa e cheia de incertezas, por isso precisa de pesquisas contínuas, para se adequar as dinâmicas sócio-económicas e naturais, sobretudo as questões ecológicas.

Durkheim (s.d.), citado por Guidens (2012) afirma que a educação tem um papel na socialização das pessoas, em particular na idade de criança... A escolarização proporciona que as crianças internalizem as regras sociais que contribuem para o funcionamento da sociedade. As escolas têm desempenhado papéis cruciais por ensinarem as crianças a responsabilidade mútua e valores do bem comum e público, bem como, ensina a disciplina e respeito pela autoridade.

Segundo Parson (s.d.), citado por Guidens (2012), as escolas como sociedades em miniaturas, permitem que as crianças adquiram o status por mérito ou valor, em vez de ser por sexo, raça, ou classe social. O autor realça que as escolas são instituições de emancipação do homem, permitem aprender os direitos fundamentais do homem, a igualdade entre os homens, sem discriminação de qualquer tipologia que seja.

Paralelamente às asseverações, há certos testemunhos literários que abordam a educação no enfoque docente-educador, procurando explicar a relação entre o professor e factores que formam um currículo educacional: objectivos, conteúdos, metodologia e avaliação. Para esses, o docente de qualidade é aquele que domina os conteúdos da sua disciplina. Pois, defendem que na experiência social, não existem pessoas que podem dar a outrem, o que normalmente não tem.

Quanto as circunstâncias da vida contemporânea relacionada com a emergência das tecnologias de informação e comunicação (TICs), recordem-se que nenhuma técnica de comunicação, como telefone, a Internet, traz por si mesma a compreensão. A compreensão não pode ser quantificada. Educar para compreender a Matemática ou a disciplina de determinada matéria é uma coisa; educar para a compreensão humana é outra. Nela encontra-se a missão propriamente espiritual da educação: ensinar a compreensão às pessoas como condição e garantia da solidariedade, colaboração intelectual e moral da humanidade (Morin, 2001).

Entretanto, em todos autores, apesar das suas diferenças, em pontos de vista sobre a educação, em qualquer categoria “informal, não formal e formal” de forma explícita e implícita, existiram nós de cruzamentos, que podem se caracterizar de forma seguinte:

a) - O primeiro ponto, envolve o ser humano, em duas dimensões: i – dimensão de sujeito, por ser o homem que promove o processo de ensino e aprendizagem e, ii – dimensão, o homem como objecto da educação. Porque a educação é digna para a pessoa humana desde ao nascimento a todo percurso, currículo da vida à velhice e, termina com a última hora da sua morte.

b) - O segundo caracterizou-se pelos processos de conformismo com as normas de convivência social e respeito pela autoridade, que se convergem, em política e direito.

c) - Em terceiro lugar a praxes organizacional do processo educativo explícita e implicitamente, se crê, que a educação por mais que seja o ambiente, onde se manifesta, sempre regista-se, em um currículo pré-definido conjugado com o currículo relacionado com as circunstâncias situacionais e contextuais, vulgos currículos ocultos. Assim, a existência de currículo teórico e currículo prático. O teórico é o pré-definido e, o prático é aquele manifestado em sala de aula e lugares de leccionação plena.

d) - O quarto, a educação embala-se em processos de ensino e aprendizagem, onde se manifestam as interações e inter-relações sociais dignos de ambientes educativos, com moral e ética específicas, em prol de progresso e prosperidade da pessoa e sociedade humanas.

Actualmente, a abordagem sobre o conceito de educação, abrange os factores sociais, económicos, ecológicos e políticos: I – factores sociais, porque a concepção de educação tem tido a consideração das questões socioculturais conjugados com a moral, ética e direito. II – factores económicos, a educação o seu desenvolvimento carece de envolvimento de recursos escassos: materiais, financeiros e humanos. III – ecológicos, a educação nos últimos momentos, tem abarcado às questões relacionadas à preservação do meio ambiente e biodiversidade e, IV – Factor político, a educação apesar de ser uma prática, que se realiza, em todos segmentos de socialização, tem sido percebida que é propriedade e competência do Estado, no âmbito da responsabilidade social da máquina governamental, para definir as políticas de uma educação integral, humanística e inclusiva a todos cidadãos, sem discriminação de qualquer índole.

2.1.1 Breve história da educação

A antiguidade clássica da humanidade constitui o berço da educação, especialmente os grandes centros de civilização, que se encontravam localizados

no mundo, dentre: Roma, Grécia e Fenícia na região da orla do Mar Mediterrâneo na zona de Euroásia; Mesopotâmia, na região do vale formado por rios Tigre e Eufrates; Persa no epicentro do crescente fértil; Vale do rio Amarelo na China; Vale do rio Indo – Índia, todas civilizações no continente asiático; Vale do rio Nilo no Egito em África e, Soconusco na costa do Oceano Pacífico, norte de América Central nas regiões de Chiapa, Tabasco, Península de Yucatán, Quitana Roo, Campeche e Yucatán em México, incluindo os territórios como Guatemala, Belize, norte de El Salvador e oeste de Honduras, onde se desenvolveu a civilização Maia na América Central (Aranha, 2012; Cambi, 1999; Marrou 1973; Nhampule & Mavie, 2011).

Todavia, a título ilustrativo preferimos a civilização romana, em virtude de a educação académica moçambicana, possuir sinais típicos da região sitiada entre as penínsulas ibérica e balcânica na Europa Ocidental. As análises históricas têm demonstrado insuficiência de fontes escritas sobre a educação romana até século II d. C., porém, as escavações arqueológicas e outros relatos trouxeram sinais, sempre que explicam o processo de educação como tendo sido por tradição, atribuído a responsabilidade aos pais da família, isto é, paterfamilia, em língua latina.

Durante o pico de desenvolvimento da República e Império romano, verificou-se que a educação tinha traços característicos da educação grega, pois, o escravo liberto, sempre era encarregado de educação das crianças romanas. Exemplo de Lívio Andrónico foi um escravo grego preso em Tarento-Itália, cujo fora usado como tutor de filhos de uma família nobre, depois da sua liberdade continuou viver em Roma, onde se tornou um professor, tutor privado que seguia a pedagogia grega e traduzia as Odisseias de Homero, em latim. Mas, Educação e respectivo currículo eram elaborados em cada província, devido à maior extensão do império romano (Cambi, 1999; Cumbi, et al., 2009; Marrou, 1973; Nhampule & Mavie, 2011).

Relativamente à literatura, os romanos foram diferentes de gregos que interpretavam as poesias de Homero, somente no período entre 239 e 169 a. C. com Ênio, o pai da poesia romana, foi quando a literatura tipicamente romana,

pôde chegar à superfície. Entretanto, os romanos priorizavam na educação a música e o atletismo, apesar de terem utilizado os métodos educativos gregos (Cambi, 1999; Cumbi, et al., 2009; Nhampule & Mavie, 2011).

As romanas recebiam educação moral na família sobre as técnicas domésticas, agrícolas, militares e as regras de como conviver na República, bem como aprendiam a ler e a matemática, diferentemente da mocidade grega, que logo aprendiam tudo da comunidade (Cambi, 1999; Marrou, 1973).

As crianças de família nobre tornava normal, receberem a educação infantil por tutores ou professores particulares. E, as crianças de classes humildes obtinham instrução em escolas primárias conhecidas pelo nome de Ludo Literário, em latim: Ludus Litterarius leccionados por um literador ou literato (litteratu), para língua latina (Cambi, 1999; Cumbi, et al., 2009).

Roma facultava para o literato fundar a sua escola para leccionar. Alias, os ludos literários não tinham lugares especiais, para se estabelecerem, era normal encontrar ludo nas praças públicas e, em um salão simples de uma oficina, devido aos salários insignificantes que pagavam ao litteratu, obrigava abrir escola em qualquer sítio ou espacinho de um certo estabelecimento (Aranha, 2012; Cambi, 1999; Marrou, 19973).

Salienta-se que de uma forma geral, a educação romana esteve dividida em três níveis de escolaridade: 1. nível primário, onde geralmente se aprendia o abecedário que culminava com a leitura latina e a numeração, que facultava a contagem; 2. nível compreendia o secundário, que se intensifica a aprendizagem da gramática, para melhor compreensão da construção frásica na expressão oral e escrita e, o 3º nível se classifica em terceiro ou universitário, cujo currículo se centrava na retórica, direito, advocacia e filosofia (Cambi, 1999; Marrou, 1971).

Relativamente à época actual, o sistema de ludo aplicado na educação da Antiga Roma pelos literatus, corresponde à praxe de extensão científica no ensino superior, delegações e salas anexas, para os níveis médios e básicos, que têm sido feitos em Moçambique.

O processo de formação superior de agentes de segurança pública em Moçambique, levado a cabo pela Academia de Ciências Policiais, as suas

delegações têm tido a designação de Centros de Recurso, para assessorar os discentes de Cursos Executivos, em regimes de leccionação à distância.

Prosseguindo com os relatos da educação na Roma clássica, os meninos de faixa etária compreendida entre nove e doze anos e, com condições financeiras podiam abandonar o seu literato a um gramático, para aprender a ler, escrever, aprender o grego com vista a analisar as poesias de poetas como Homero e outros. Também, do gramático, os meninos aprendiam as palestras (narratio) e a leitura expressiva (lectio), em latim. A obrigatoriedade de o gramático leccionar a língua grega, conseqüentemente, o ensino era bilingue para esse nível gramático (Aranha, 2012; Cambi, 1999; Cumbi, at al., 2009; Marrou 1973).

Os autores nos brindam que a metodologia de ensino usada em Roma clássica, foi muito violenta, porque o litteratus açoitava aos alunos, para exigir a aprendizagem. Porém, a forma de avaliação não fora decretada pelas estruturas governamentais e, cada professor fazia avaliação a seu estilo, cujos exercícios eram feitos a gosto do mesmo literato. O Pupilo que viveu nos de 114 – 14 a. C., citado por Aranha (2012), como o gramático e celebre pedagogo romano, em forma de critica, descreveu ao seu antigo mestre como açoitador dos alunos.

A retórica e a oratória judicial foram umas disciplinas que serviam para a preparação de futuros advogados e políticos romanos. Mas, estas matérias se associavam com a geometria, musica, mitologia, literatura, filosofia e geografia. Cujas disciplinas diversificaram a educação e preparavam aos formandos a posteriores debates (Aranha, 2012; Cambi, 1999; Marrou 1973; Nhampule & Mavie, 2011).

Nestas linhas de pensamento, os testemunhos literários ilustram, também, que a formação académica de Cícero em filosofia, foi bastante contestada pelos ricos romanos, porque consideravam como uma matéria tipicamente grega, a razão pela qual, os ricos romanos investiam muito na edificação de escolas para o ensino de retórica e o direito. Entretanto, para prosseguir os estudos em filosofia, o estudante tinha que sair à Grécia (Cambi, 1999; Gõni & Linares, 2016).

2.1.2 Percurso histórico da educação em África

A evolução da educação formal, tradicionalmente conhecida por educação escolar, foi directamente ligada com o sistema de educação das potências colonizadoras europeias, dentre várias nações que dominaram o continente africano durante centenas de anos. As potências colonizadoras frente aos subjugados no seu jugo, de uma forma parcial, se sentiram comprometidos em alfabetizar na gramática das suas respectivas línguas com vista a facultar o processo de comunicação com eles, ensinar a contabilidade no sentido facilitar na cobrança de impostos e realização das médias e pequenas transacções comerciais.

Os traços dos sistemas curriculares instalados para educação das metrópoles: Inglaterra, França, Alemanha, Portugal e Estados Unidos de América nos séculos XVIII a XX, foram transferidos para as ditas províncias e nações ultramarinas. Exemplo: a França no século XIX, havia criado a educação obrigatória formado por dois currículos diferentes, de um lado escolas elementares para instrução dos filhos do povo, que constituía a maioria e, por outro lado existiam os faustos liceus destinados aos filhos das classes mais nobres da nação, dentre elas, a burguesia (Assis & Covane, 1999; Dubet, 2008; Dud, 2005; Hedges, 1999).

O propósito de salvaguardar a promoção e a manutenção do trabalho mecanizado, fruto da Revolução Industrial estendida por vários quadrantes do mundo inteiro, a Inglaterra, também, no século XIX, concebeu e implementou o sistema de ensino que consistia em, umas escolas para a massa popular e outras para filhos da burguesia. Consequentemente uma educação, cujos currículos se caracterizavam em duas tipologias distintas: um currículo tecnicista centrado na formação de mão-de-obra mecanizada para trabalhar nas grandes fábricas existentes na metrópole e nas colónias, em especial na África. E, outro currículo belicista, destinado para a formação das forças militares, com vista a proteger as pretensões inglesas espelhada pelo planeta (Assis & Covane, 1999; Eby, 1976; Hedges, 1999).

A promoção de educação com cariz caracteristicamente democrática visando ao abrangimento da maior massa popular existente nos vários estados que formam os Estados Unidos de América, serviu de marco para o entrada de um sistema educativo de igualdade para o povo dos EUA. Cujá tipicidade democrática, difere muito da educação dentro dos Estados Unidos de América e nos territórios onde teve sua devida influência socio-económica e política. O continente europeu para além de Alemanha, a França obteve a educação universal e obrigatória para cidadãos franceses, no período após a Revolução Francesa, movimento que promoveu mudanças políticas na maior parte da vida social e política do mundo (Dubet, 2008; Hedges, 1999).

O Portugal, a potência colonizadora dos países dos extremos ocidental e oriental de África: Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-bissau, Angola e Moçambique, a partir de 1820, operaram reformas políticas que passaram a considerar as colónias por províncias ultramarinas. No âmbito de Estado-Nação português, cooperou com as missões da religião cristã para assumir a educação dos indígenas, em mão-de-obra barata onde, também, concebera educação com traços discriminatórios com dois tipos de escolas: ensino rudimentar para a massa, os filhos dos indígenas e liceus com melhores condições para a burguesia: colonos, mulatos e assimilados. Ao lado desses países, com excepção da Tanzânia e terras adjacentes, a África do Sul, Rodésia do Sul (Zimbabwé), Rodésia do Norte (Zâmbia) e Malawi na qualidade de colónias inglesas, de igual modo, foram directamente flagelados por dois sistemas de educação, tendo sido um para negros e povo indígenas, formação de mão-de-obra e, outro favorecia aos nobres, constituíam o aparelho colonial político e administrativo (Cumbi, et al., 2009; Dubet, 2008; Hedges, 1999; Mateus, 1999).

A educação escolar em África, apesar das características discriminatórias dentre um ensino faustoso e outro débil impostos pelas potências dominadoras propriamente dos regimes revestidos com ideologias e façanhas do imperialismo colonial, estava rica de cargas intelectuais e académicas, que posteriormente despertaram atenções psicológicas aos povos nativos rumo à proclamação de

identidades nacionalistas tipicamente africanas, cujas foram fundindo em maciços movimentos nacionalistas independentistas.

As monções libertadoras no continente africano, em respeito pela conquista da identidade nacionalista, suas bases se fundiram no processo de africanização e modernização educativa, no sentido da construção da educação propriamente africana, que ensinasse filhos do continente, a cultura, tecnologia e ciência que retrata dos fenómenos, arte e artificies naturais e sociais típicos de África.

As primeiras correntes sobre as mudanças na educação, sopraram da África Ocidental na Libéria e Serra-Leoa nas vozes de académicos afro-americanos: Horton, Johnston, Agbebi, Blyden e mais, que nos meados do século XIX e prosseguiram no século XX, clamavam por educação obrigatória e para todos, como forma de dissipar as desigualdades raciais notáveis no seio das nações, onde simultaneamente se observavam quatro culturas dentre as tradições africanas, a cristã, islâmica e da influencia afro-americana, onde esta última galvanizou a ideia da democratização de educação, com enfoque na africanização (Castiano, et al., 2005).

A África do Sul, o país vizinho de Moçambique foi o palco de Apartheid – uma política segregacionista e racial, onde a minoria racial discriminava fortemente a raça negra dos indígenas que formam a maior parte dos habitantes daquele país. A independência nacional foi proclamada em 1961, mas, no campo da educação o governo da minoria branca instituíra em 1948, The Bantu Education Act (O Acto de Educação Bantu) para os negros e, em 1953, encarregara aos missionários para a formação de mão-de-obra e confiar na doutrina cristã e pregação do evangelho bíblico. Enquanto, a minoria de raça branca formada pelos bóeres estava envolvida em uma educação luxuosa e melhor (Cambi, 1999; Cumbi, et al., 2009).

O ensino inclusivo com africanização e sinais técnico-científicos globais, de forma parcial, foram se registando a partir de 1994 com ascensão na presidência do Governo sul-africano do Nelson Mandela. Porém, de uma maneira integral, ocorreu no ano de 2005 no governo de Thabu Mbeki com a criação de The Outcome Based Education, em idioma português (Educação Baseada em

Resultados), organismo que introduziu reformas qualificativas na educação sul africana: 1. agricultura e conservação da natureza; 2. cultura e arte; 3. comércio e gestão; 4. comunicação e linguagem; 5. educação, formação e desenvolvimento; 6. manufactura, engenharia e tecnologia; 7. estudos sociais e humanos; 8. direito e segurança; 9. estudos de saúde; 10. computação, ciências físicas e matemática; 11. serviços e ciências de vida e, 12. planificação física e construção (Castiano, et al., 2005; Cumbi, et al., 2009).

Moçambique, território outrora colonizado por Portugal, durante cerca de cinco séculos de 1498, data de chegada na Ilha de Moçambique da expedição comandada por Vasco da Gama, até 25 de Junho de 1975, dia da Independência Nacional, proclamada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). A educação no sentido restrito caracterizada por ensino escolástico diferentemente da educação no sentido lato, que compreende o ensino nas três esferas de socialização e resocialização: 1. educação informal (familiar); 2. educação não formal aprendida nas agremiações sociais sem aplicação dos métodos pedagógicos (gupos laborais, desportivos, culturais e eclesiásticos) e, 3. educação formal leccionada e aprendida de forma sistemática, metódicas e consistência fundida em princípios pedagógicos (Mateus, 1999; Ministério de Educação e Cultura [MEC],1980).

A educação escolar e formal, no período colonial estivera organizada em três categorias: 1, ensino rudimentar que administravam-se às 1^a, 2^a e 3^a classes, em ciclos entre primeiro ano elementar e primeiro ano que principalmente compreendia alunos de 7 a 12 anos de idade; 2. ensino profissional, praticava-se nas Escolas Artes e Ofícios, frequentado por instruendos maiores de 10 anos de idade e, 3. o ensino normal cabia-lhe a formação de professores para leccionarem nas escolas rudimentares. As missões da religião cristã, estavam encarregue ao ensino dos indígenas, em processo de alfabetização, caracterizado pela leitura, saber escrever e fazer contas através de adestramento da tabuada e aritmética. Enquanto, o ensino oficial, cabia lhe a tarefas e função de formar os filhos de colonos, mulatos e assimilados com afinidades político-administrativa com o aparelho colonial (Castiano, et al., 2005; Hedges, 1999).

A formação escolar, durante o período colonial em Moçambique, fora assegurada por professores formados dentre os indígenas, apesar da deficiente e desperdiçada formação pedagógica, tendo em consideração que até no século XIX, a massa intelectual estava fazendo pesquisas intensivas na área de ensino e aprendizagem, que culminaram com a emergência das teorias psicopedagógicas, que até aos nossos dias, robusteceram a formação educativa no contexto técnico-científico.

O prosseguimento dos referenciais educativos em Moçambique como colónia portuguesa, salienta-se, que no intervalo de cerca da quarta e sexta década do século XX, entre 1940 e 1961, o Governo português já fortificara acordos educativos com a Santa Sé, com vista a progredir com a educação dos nativos nas colónias, ao mesmo tempo que mudava da nomenclatura característica do indígena a cidadão português e a reformulação do ensino indígena para o ensino de adaptação, como forma de adequar com o projecto de transformar as províncias ultramarinas em estados federativos á metrópole – Portugal. O ensino de adaptação tinha objectivos de ensinar a ler e escrever perfeitamente a língua portuguesa e elevar a criança não assimilada ao estatuto de uma criança assimilada, por um lado e, formar a mão-de-obra qualificada para responder o progresso do sistema capitalista por outro lado, bem como despistar a atenção dos indígenas abafando o mando maciço dos movimentos nacionalistas em formação nas respectivas colónias africanas (Hedges, 1999; Mazula, 1995; Suassuna, 2007; Universidade Eduardo Mondlane [UEM], 1978).

A Organização das Nações Unidas (ONU), na qualidade de órgão humanitário internacional fundado no período pós a Segunda Guerra Mundial decorrida entre 1939 e 1945, através da Organização das Nações Unidas para Ciência, Educação e Cultura (UNESCO), portanto, órgão subalterno desse magno movimento universal das nações, foi pressionando a todas potências colonizadoras, que intensificassem a extensão da rede educativa, com vista a abranger todos homens e mulheres, em todas faixas etárias, em um processo célere e flexível para redução e erradicação do analfabetismo. Este apelo internacional foi concebido e desatou a sua implementação nas décadas 50 a 70

do século XX, pelo governo português, na qualidade de anfitrião do teatro colonial em África, em particular em Moçambique (Gomez, 1999; Hedges, 1993; Mondlane, 1995). Porém, com a tentativa de transformações de termos para a nomenclatura do sistema, do ensino indígena para o ensino de adaptação, a educação continuava com sinais segregacionistas. (Vide a tabela 1.2) abaixo devidamente apresentada.

Tabela 1.2

Ilustra a evolução da educação no período colonial, entre 1956 e 1973.

Nível escolar	Nº de ingressos em anos				
	1956	1961	1966	1971	1973
Primário	313.442	416.443	434.558	526.962	578.957
Secundário	1.521	4.639	8.657	26.298	35.547
Técnico	-----	5.638	12.012	12.792	14.012
Médio	-----	-----	537	1.049	1.470
Formação de Professores	-----	-----	897	1.218	1.360
Universitário	-----	-----	503	1.835	2.621

Fonte: Autor, em adaptação do Basílio (2010).

De acordo com a tabela acima devidamente exposta, nas décadas 50 a 70 do século XX, a população estudantil crescia consoante com o incremento do número de níveis de instituições de formação e desenvolvimento do homem, em Moçambique.

Todavia, além do esforço dado pela UNESCO, no que concerne a promoção e expansão do processo educativo nas colónias, em África, as teorias cognitivistas de Peaget e outros contribuíram bastante na concepção dos currículos, fruto da emergência e desenvolvimento da psicopedagogia, que toma atenção as capacidades mentais da criança e a sua interacção coroada de reciprocidade com o meio social, que a rodeia, quer na família e comunidade residencial, quer na escola, onde interagem com colegas, professores e gestores da educação. O construtivismo, considerou a criança (aluno) ontologicamente, como o ser humano dotado de conhecimentos e experiências prévias, juntamente com experiências escolares pode de forma autónoma construir novos conhecimentos, que faz parte central dos fundamentos no sistema educativo

moderno (Ausubel, 1968; Nunes & Silveira, 2015; Piaget, 1996; Vygotsky, 1987, 2007).

2.2 Contexto conceptual e histórico de currículo

Os indícios literários referentes aos factos históricos da humanidade levaram-nos à primeira vista tirar ilações que, a geração de conceito do verbo currículo, usado um pouco por todo mundo se inspirou dos Jogos Olímpicos realizados pela primeira vez, no século VIII a.C. aproximadamente no ano de 776 a.C. na Cordilheira de Olimpus na Grécia Clássica. Nesse grande evento desportivo, os atletas classificados eram premiados pelo cumprimento da trajetória estimada para a corrida ou bateria desportiva, consideravam ter obtido o currículo completo da prova. Em 753 a.C. a data da fundação do império romano, o termo foi usado em Roma Antiga, para designar o decurso da ascensão dos cidadãos romanos aos altos graus no poder político da República.

Todavia, a literatura ensina que a etimologia da palavra currículo, vem do latim, *curriculum*, na Antiga Roma. Também, o termo foi servido para designar percurso, trajetória, relacionado com os estudos da mocidade e, ao mesmo tempo, a palavra forma o diminutivo, *cursus honoris*, e o verbo *currere*, que por sinal tivera influência para o sentido da *carreira*, aos estudos (Goni & Linares, 2016; Goodson, 1995; Hamilton, 1992), esta última significação tem sido relacionada com a nossa pesquisa, que se tipificou na carreira de formação de Agentes de Segurança Pública na ACIPOL.

2.2.1 Aspecto conceptual de currículo

A definição da palavra currículo, com vista ao enquadramento no processo de formação corporativa e educativa, com rizomas coroados de caracteres técnico-científicos, ético e deontológico, tem o seu significado em contextos sociológicos, políticos, antropológicos, psicológicos, biológicos, históricos, físicos e ontológicos, sempre com tangências ao âmbito do desenvolvimento do homem e da humanidade. Cujos, pressupostos se incidem devidamente na educação para a

transformação da natureza, bem como a manipulação dos actos conferidos ao progresso social com sustentabilidade, em prol da melhor perpetuação da convivência harmoniosa do homem no ecossistema existente à sua volta.

Segundo Goodson (1998) faz compreender o currículo como uma tradição inventada, um artefacto sócio-educativo, que se configura nas acções de conceber, seleccionar, produzir, organizar, institucionalizar, implementar e dinamizar saberes, conhecimentos, actividades, competências e valores, visando a estabelecer uma formação adequada por processos e construções, constituídos na relação com conhecimento eleito como educativo.

Assim, uns dos subsídios fundamentais para a construção do currículo são o conhecimento e os valores orientados, para uma determinada formação e, a sua sistematização (Macedo, 2011). Porém, o currículo como um fenómeno complexo, sempre carece de actualizações.

A educação e a formação do homem sempre têm suas implicações na base de um currículo pré-definido pelas entidades responsáveis pelos respectivos processos socio-educativos e, sempre na esteira da sociopedagogia conjugada com a tradicional psicopedagogia. Justificando-se, que a educação é uma instituição e função ao serviço da sociedade, cujo propósito fundamental se restringe em moldar o individuo humano, com crenças, morais e ético-culturais, para de boa maneira, conviver e servir simultaneamente, a sociedade com a costumada cultura de harmonia e paz democratizada. O mesmo acontece com a pedagogia que actualmente progride com tendências fortes, em prol da sociedade imbuída no Estado de Direito, Democracia e Justiça Social.

A definição conceptual do currículo por vários autores que tratam das teorias curriculares, têm a firmado que é uma palavra polissémica que carece do relativismo, longe das considerações absolutista.

O currículo considera-se como um complexo e poderoso artefacto educacional e organizador das formações (Macedo, 2011). É uma definição que pretende fazer compreender que, os processos de educação e formação da pessoa humana, sempre seguem aos planos e programas organizados previamente em torno dos seus objectivos, conteúdos, metodologia (métodos,

procedimentos, técnicas e instrumentos) de organização, avaliação incluindo o respectivo desfecho do processo.

Para Formosinho (1991, p. 1) “Currículo Uniforme – pronto-a-vestir de tamanho único”. O autor se refere de questão da centralidade das concepções curriculares, caracterizadas em políticas educativas e pedagógicas que legitimam os processos de educação e formação formais, que tem sido percebida como o eixo da complexidade dos currículos, pois, nas conhecidas práticas curriculares, a face torna diferente, devido a necessidade de adaptação do currículo com o contexto ambiental vinculado com o currículo oculto.

Nesta óptica, urge a necessidade da democratização do processo de concepção dos currículos, de maneira adequar às práticas e implementações do mesmo no acto real dos processos educativos e formativos unidos com as dinâmicas sócio-económicas, políticas, éticas, étnico-culturais emergentes na sociedade contemporânea.

O currículo, para além de ser um dispositivo vocacionado para organizar e definir de forma sistémica, o plano e programa dos cursos educativos e formativos, no arco das suas variadas diferenças, sempre em prol do desenvolvimento do homem. Também, social e historicamente é de forma teórica e prática constituído por um corpo de disciplinas, que se inter-relacionam entre si, facto que reflecte ao currículo como uma ciência (Pacheco, 1996; Kemmis, 1998).

Porém, o currículo como produto (programa definidor de objectivos, conteúdos, metodologia e mecanismos de avaliação) e, como processo, espaço de realização de práticas reflexivas no campo de educação e formação de homem e a mulher, pode-se no entanto reafirmar, também, que currículo constitui o espaço de realização de interacções entre os actores envolvidos nos processos educativos.

Que, nesses processo, se incluem relações e transformações sociais e educativas no que tange as implicações positivas e negativas (Macedo, 2002). O que revela a importância e o carácter: social, educativo e pedagógico do currículo no campo de formação do homem e a mulher, dia após dia.

Assim, há pertinência da concepção e construção dos currículos como

produtos sócio-educativos e formativos, tendo em conta a história dos povos, cultura, contextos e demandas de realidades democráticas e globais, mesclando a mutualidade e inter-criticidade (Macedo, 20011). Portanto, são as tonalidades que devem caracterizar as concepções e implementações dos currículos contemporâneos.

As correntes curriculares no campo de educação e formação têm vindo de várias visões académicas. Segundo Rocha (2002) aporta sobre currículo por conteúdos em determinadas disciplinas, com o realce ao seu teor e impacto nos processos de ensino e aprendizagem no quotidiano dos actores envolvidos nos mesmos.

As teorias curriculares actuais se debruçam sobre as questões relacionadas com as convivências da sociedade contemporânea, vinculada com as tecnologias de informação e de comunicação (TICs); a globalização nas diversas dimensões (técnico-científica, ética, etnico-cultural), em suma, na dimensão sócio-económica e política, incluindo às condutas pelo género, saúde pública, sexualidade e ecologia (Danielsk, et al, 2020; Garcia, 2011; Lopes, 2015; Moreira, 2013).

Paralelamente às teorias evolucionistas das modalidades de concepção e implementação dos currículos, encontram-se as tenções críticas relacionadas com as raízes curriculares classistas, drenando as tecnicistas e mecanistas até aquelas vinculadas com os movimentos políticos, como a relação entre o saber e poder no contexto dos processos de colonização da Europa ocidental aos países africanos, asiáticos e americanos, que se conjugam com as manifestações e movimentos libertadores do jugo colonial. Assim se verificaram as emergências das teorias funcionalistas e estruturalistas, face à análise das teorias curriculares e o seu impacto nas relações de produção, especialmente entre a classe trabalhadora e o empresariado (capitalista), cuja figura fora Marx nos séculos XIX e XX (Apple, 1982, 1985; Girox, 1983, 1997; McLaren, 1997).

A problemática da criminalidade no âmbito das suas classes derivadas da classificação pelas entidades e instituições responsáveis pela prevenção e combate deste mal social, a sua abordagem curricular torna mercê de uma especificidade cautelara, o que se vinculou com a originalidade da presente

pesquisa, cuja intenção foi a definição de estratégias curriculares para a melhoria da formação de agentes de Segurança Pública, em especial, para Moçambique.

Cientes que a sociedade académica, sobretudo a componente dos curricologistas tem se envolvido na onda das transições dos currículos de corte centrado na transmissão de conteúdos e no professor para o currículo que incide na aprendizagem e no aluno, bem como no currículo por competência que permite a independência, autonomia e responsabilidade na produção do conhecimento e a própria aprendizagem, baseados em metodologias não lineares e simples, mas, com metodologias cognitivas de ensino-aprendizagem multidisciplinares e múltidimensionais devidamente inter-relacionados.

Partindo-se da consciência que, a educação, pedagogia, didáctica e curricula, todas são disciplinas derivadas das tradicionais ciências de educação, cujos eixos são as ciências sociais e, a sociedade viveu e persiste sempre no contexto das inter-relações com correntes caracteristicamente repletas de reciprocidades entre elas. Assim, as ciências contemporâneas, especialmente as ciências sociais gozam, também, o privilégio de interrelacionamento e reciprocidades. Para mais ilustrações e ênfase propôs-se a concepção e implementação no processo de ensino-aprendizagem, de modelos de inter-relação curricular e pedagogia de reciprocidade.

O fluxo das tecnologias de informação e comunicação – TICs, em paralelo com a emergência da sociedade de Informação – SI, actora das incertezas e complexidade, fruto da saturação pelas informações e comunicações na sua diversidade, também, se propôs neste estudo, o modelo curricular tecnológico, em um contexto de pedagogia electrónica, e-pedagogia.

2.2.2 Âmbito histórico de currículo

O trilhar da perspectiva histórica sobre o termo currículo, seus testemunhos literários relacionados com as descrições sobre esta área de grande interesse científico e tecnológico, na esteira da educação, formação e desenvolvimento da pessoa humana sempre desvelaram, que teve o vinculo com o percurso da

evolução da humanidade, a partir das antigas civilizações às actuais, que se espalharam por todos os quadrantes do globo terrestre.

O presente estudo procurou fazer o resgate deste panorama de forma representativa, cujo propósito foi de fazer uma narrativa inclusiva, que fosse abarcar minimamente todos os continentes: Europa, Ásia, África e América, porém, sem descartar-se o mérito de Austrália ou Oceania, em virtude de ter sido compreendido que, este foi formado por grupos vindo do continente europeu e mais. E, esta presença dos europeus, imbuiu-nos entender que a forma de abordagem sobre gênese do currículo tenha traços similares e potenciais, entre os dois continentes.

Os depoimentos históricos têm demonstrado ainda, que as informações obtidas dos vestígios fósseis advindos dos processos de escavações arqueológicas indicam que, cerca do 3º milênio a.C. na Mesopotâmia os reis e sacerdotes ocuparam lugares sociais, que por vezes se confundiam nas suas acções: a figura real mediava entre o povo e a política e, os sacerdotes eram mediadores entre o povo e a divindade, mas ambas figuras a favor do bem estar social. A ciência e a técnica na Mesopotâmia se caracterizavam na escrita, cálculos, calendário e observação astrológica solar e luar. O templo teve representatividade económica e cultural, em redor da vida social, como um produto de currículo (Aranha, 2012; Cambi, 1999; Marrou, 1973).

O livro da Piedade Filial, o ético e o intelectual representaram a sabedoria, caracterizando a educação no tempo pré-confuciano datado a 2000 anos, também antes da nossa era. Portanto, avaliou-se o eixo de currículo vinculado com a família real, a ética e a moral, a musica, cerimónias e treinamentos. E, o currículo estende-se em seis livros clássicos sistematizados pelo Confúcio (séc. VI a.C.). O carácter académico, filosófico, normativo, espiritual e moralista da obra teve consideração pelo povo chinês, repercutindo à cultura da fase hodierna (Idem).

A educação e o currículo de formação na Índia encontravam-se conectado com a casta de precedência, cujos livros foram o Veda, Brahma e Upanishad reservados aos Brâmanes. Os párias, os artesãos e guerreiros não receberam

ensinamentos. A educação se destinou somente às castas da classe de elite, cujas tinham acesso à leitura e o cálculo.

As mudanças ocorridas na Índia no séc. IV a.C. em que atacavam contra as religiões tradicionais, permitiram o aparecimento do Siddarta Gauthama, que através das dinâmicas religiosas deram impulso inovador, defendendo abertura de escolas para o povo indiano, sem discriminação que seja a sua tipologia (Aranha, 2012; Cambi, 1999; Gõni & Linares, 2016; Marrou, 1973).

O Egito constitui uma das civilizações sitiada no norte de África que fizera parte da Grécia e Roma, cujos beberam a cultura ocidental. O sacerdote fora um dos funcionários máximos do Faraó e, era obrigado aprender as três tipologias de escritas egípcias: hieroglífica, hierática e demótica, incluindo muitas leituras didática e infinidade de preceitos, que aprendia de cor (Aranha, 2012; Gõni & Linares, 2016; Marrou, 1973).

O Escriba auxiliava o sacerdote nos seus trabalhos, ensinava na escola do templo aos funcionários, noções rudimentares de desenho e caligrafia. O currículo egípcio naquele momento, separava a escrita da leitura e, umas artes diferenciadas e outros saberes dirigiam exclusivamente aos respectivos responsáveis. O ensino rudimentar de cálculos matemáticos fora extensivo para os funcionários fiscais, para cobrir as cobranças de impostos no vasto império de Faraó (Aranha, 2012; Cambi, 1999; Gõni & Linares, 2016).

A Grécia clássica teve *Paidéia* (a herança cultural de geração em geração), cuja envolveu áreas como a retórica, gramática, matemática, filosofia, história, geografia, história natural e ginástica. Cujo currículo fora reservado para a classe representante da aristocracia. A maioria formada por guerreiros e artesãos, cada possuía o seu currículo diferente da *arete* (Cambi, 1999; Gõni & Linares, 2016).

Em consonância com os autores acima devidamente mencionados se reafirma que a *Paidéia* fora exportada para Roma por filósofos estóicos através de termo *Humanitas* origem do termo *Humanismo*, fora usado na epopéia do Renascimento. Também, o termo, Artes liberais, a pesar de ser próprio do século

V, posterior ao ensino clássico, também, originou nos mesmos procedimentos literários.

Capella (s.d.), citado por Gõni e Linares (2016, p. 6), define o currículo em sede de “sete disciplinas organizadas em *“trivium: gramática, lógica e retórica, e quadrivium: aritmética, astronomia, música e geometria”*, cujo currículo fora sistematizado mais tarde no renascimento por Petrus Ramus”.

A civilização Maia que teve início com a ocupação de Cuello no Belize, em 2600 a. C. com a sua localização efectiva datada aproximadamente no século XIX a. C., provavelmente em Soconusco na costa do Oceano Pacífico, foi caracterizada por um currículo e cultura educativa mesoamericana pré-colombiana: escrita típica com a língua falada actualmente nesta região, a arte, arquitectura, a matemática, o sistema astronómico, o comércio, agricultura, a pecuária e a religião, foram as propriedades que os tonalizaram (Cambi, 1999; Gõni & Linares, 2016; Cumbi, et al., 2009; Marrou, 1973).

A escrita foi hieroglífica comparativamente com a civilização egípcia, onde a diferença somente pode se notar pelos seus próprios caracteres. As construções piramidais são de estilos com segmentos de aproximadamente de um metro e meio e, sobre-postos. Cujas são bastante observáveis nas cidades-estados dos maias, bem como nos grandes monumentos sacerdotais dos mesmos. Por exemplo, as ruínas da cidade-estado Maia de Zaculeu, nas terras altas de Guatemala, o templo de Kukulcán em Chichén Itzá, Tulum, antiga cidade maia localizada no México, dentre outras ilustrações correlacionadas (Aranha, 2012; Cambi, 1999; Cumbi, et al., 2009; Marrou, 1973).

Sinteticamente, foi se percebendo que o processo educativo nas antigas civilizações humanas teve currículos, que se caracterizavam na ética, virtudes e moral. A religião ocupava o lugar de destaque no campo da educação na antiguidade clássica, porque os sacerdotes eram responsáveis pela interpretação dos fenómenos naturais e humanos na base de aglutinação entre a astrologia e animismo com vista a explicar os fenómenos cósmicos e do mundo inteiro mas, baseado em contextos metafísicos (Aranha, 2012; Cambi, 1999; Marrou, 1973; Nhampule & Mavie, 2011).

O desenvolvimento económico se alicerçava na agricultura, pecuária e pesqueira. A mineração de metais (bronze, ferro, prata e ouro) e, as pedras se destinavam para alimentar a indústria artesanal e arquitectura. Porém, a actividade comercial interna e externa entre os povos se efectuava em torno dos produtos económicos de natureza agro-pecuária, piscícola, mineral e artesanal.

A medicina foi uma actividade, que em determinadas circunstâncias podia se confundir com a magia, devido ao seu âmbito mítico, cujas interpretações criavam controvérsias, que se traduziram em metafísica (Aranha, 2012; Cambi, 1999; Marrou, 1973).

Nas primeiras civilizações da humanidade desde a idade dos metais e da escrita, o currículo educativo fora de maneira geral, constituído pela moral, ética, a física baseada na astrologia do cosmos, que eram propriedades dos monarcas e sacerdotes, cujos moderados pelos escribas todos em tonalidade do poder e sabedoria divina, a razão pela qual até na idade media a realeza e o clero formavam a classe nobre. As personalidades geniais das classes posteriores em particular as baixas e não privilegiadas, que pudessem apresentar teorias sobre certos fenómenos do cosmos, eram reprimidos, submetidos a interrogatórios e rapidamente condenados a morte (Aranha, 2012; Assis & Covane, 1999; Cambi, 1999).

2.2.3 Perspectivas curriculares da idade média à moderna

Relativamente a este subcapítulo, a revista pela literatura histórica nos revela que tantos foram autores, que se debruçaram sobre a matéria. Porém, para Hamilton (1992) o termo Currículo está referindo à ordem como sequência e à ordem como estrutura. Esta última interpretação remonta ao conjunto de práticas educativas difundidas no século XVI, em universidades, colégios e escolas, a partir do *Modus et Ordo Parisienses*. *Modus* denominava a disposição e a subdivisão das escolas em classes, com a aplicação da educação e instrução individualizada, isto é, aluno por aluno e, *Ordo* (ordem) com dois significados: sequência - ordem de eventos e coerência - sociedade ordenada.

A palavra curriculum aplicada aos meios educacionais no século XVI, com evidências que demonstram, que o currículo esteve devidamente unido com a aceção de ordem como estrutura e ordem como sequência, em função de determinada eficiência social. Deste modo, na Universidade de Leiden, em 1582, os registos constam que ‘tendo completado o curriculum de seus estudos’ o certificado era concedido ao aluno. Na Universidade de Glasgow, em 1633 e na Grammar School de Glasgow, em 1643, o curriculum referia-se ao curso inteiro de vários anos, seguido pelos estudantes, e não apenas às unidades pedagógicas curtas (Gõni & Linares, 2016; Hamilton, 1992).

Berticelli (1999) ainda nos revela que, no século XVII, provavelmente ano 1682, já se utilizava em inglês, a palavra curricule, com o sentido de “cursinho”. Pela mesma língua, se utilizava a partir de 1824, o termo curriculum com o sentido de um curso de aperfeiçoamento ou estudos universitários, traduzido, também, pela palavra course e, somente no século XX, a palavra curriculum migra da Europa para os Estados Unidos.

Todavia, foi principalmente na temporada após as revoluções liberais de séculos XVIII e XIX, que foram aparecendo modelos de organização social, que influenciaram directamente nos paradigmas de preparação de currículos de educação: o programa central, onde o estado somente organiza o currículo com objectivo de estabelecer a uniformidade da educação para todos os cidadãos e depois pôr à disposição para a execução de todos actores envolvidos no sistema, cuja origem é a França.

Enquanto, no currículo liberal onde a elaboração do currículo de educação pedia-se a opinião de distintas camadas sociais, tem a genealogia Anglo-saxónica, entrando pela Grã-Bretanha, com origens nos Estados Unidos de América (EUA). Partindo-se deste ponto de vista, ficou a percepção que, os francêses usam o termo *Programme* e, o modelo anglo-saxónico, prefere a palavra, Currículo.

Segundo Berticelli (1999) diz que a partir de 1920, já se tinha orientações sobre a problemática do currículo, mas, foi precisamente e somente a partir da Segunda Guerra Mundial que vão aparecer às primeiras formulações

Cremos ocorrer isto pelas razões arroladas que dizem respeito ao desenvolvimento da tecnologia, umas das características marcantes da modernidade inaugurada por Galileu, a qual passa por Descartes, amadurece com Newton e se expande definitivamente com a era industrial. A partir da era industrial se faz a produção de sentido actual do currículo, fenómeno que se estabelece definitivamente no pós-segunda Guerra Mundial. (p.163)

A expansão europeia que teve o seu principio no século XV e alcançou o pico no último quartel do século XIX, aproximadamente em 1885 com a realização da Conferencia de Berlim, que fizera a divisão do continente africano para ocupação efectiva pelas potências colonizadoras da Europa: Inglaterra, França, Portugal e Alemanha, se crê que carregou consigo o legado do sentido “Currículo” e influenciou o processo de educação formal introduzido nas suas colónias.

O território moçambicano, como fora uma das colónias portuguesas, também, obteve de maneira explicita e implicitamente, a aderência e a consciência sobre o sentido significativo do termo currículo para a socialização escolar concebida e implementada a seu respectivo ritmo de submissão ao jugo colonial, transitando ao período posterior da Independência Política Nacional proclamada em 25 de Junho de 1975.

O pesquisador entendeu mais, que as acepções relacionadas com o currículo se sustentam nas ciências desportivas, filosóficas, antropológicas, jurídicas, históricas, políticas, psicológicas, sociológicas, tecnológicas, económicas e cibernéticas, que contribuem muito para o desenvolvimento das teorias de educação, sobretudo em pedagogia, didáctica e ensino-aprendizagem com vista a definição de estratégias educativas para o progresso cultural e sócio-económico decorrente e, reflectindo com flexibilidade ao futuro da humanidade.

A perspectiva formativa e educativa do homem no âmbito escolástico, o currículo é considerado como uma praxis teórico-administrativa, devido a sua expressão socializadora de cunho culturalmente instrutiva, fundada na técnica e

ciência, cuja função prática e objectiva caracteriza-se na definição, organização e planificação de todo aparato programático para o exercício do sistema de educação nas suas diversas dimensões, em determinada sociedade politicamente organizada.

2.2.4 Currículo na óptica cultural-educativa e socio-económica

Os aportes teóricos relativos ao currículo, têm se desdobrado em paralelo com as fases históricas da humanidade, um belo sinal que nos levou a conhecer as mudanças desenvolvidas nas esferas sociais: jurídica, política, económica, sociológica e ideológica, registadas nos séculos XV a XVIII, d. C. (nossa era), as quais formam o conjunto das características da transição do período do feudalismo ao capitalismo (Hedges, 1999; Nhampule & Mavie, 2011).

O Ciclo depois da Primeira Guerra Mundial, 1918, na psicologia comportamentalista e na administração científica de Taylor, Ford e Fayol, nota-se por destaque o taylorismo americano, o fruto nítido da industrialização que comoveu a necessidade de formação de mão-de-obra para suportar a produção em série. Nesta etapa, a escola e o currículo foram importantes para galvanizar a formação de trabalhador, isto é, o jovem pronto para o trabalho industrial, constituindo-se o estofo educativo em instrumentos de controlo social (Aranha, 2012; Hedges, 1999).

Os estudos teóricos do currículo, tiveram princípio aproximadamente nos anos 60 “sessenta” e 70 “setenta” do século XX, que prosseguem aos nossos dias com outras pistas paradigmáticas, que acompanham passo a passo o desenvolvimento socio-económico e técnico-científico do mundo. As transformações que estavam registando nas áreas sociais e económicas, tiveram consequências tecnológicas que contribuíram na acumulação de riquezas monetárias (capitais financeiros) pela classe nobre detentora dos meios de produção (empresas e comércio), fruto da Revolução industrial no continente europeu e outros quadrantes adjacentes no globo terrestre, o que constituiu a fonte de inspiração para a eclosão das ideias e debates sobre a função da escola e do currículo no sistema capitalista (Göni & Linares, 2016; Lopes, 2015).

Deste modo, especificamente a década 70 do século XX, conheceu um número considerável de sábios de outros pontos de planeta, que se tornaram prosseguidores dos ideais, face aos estudos curriculares imergindo conceitos como de resistência contra a hegemonia (Apple, 1982; Freire, 1996; Giroux, 1983) e, noções de poder, a ideologia, o controle social, com reflexos na forma como os conhecimentos são seleccionados, organizados e tratados pela escola (Young, 2000), estudos que analisaram as relações entre a escola, currículo, poder económico e político (hegemonia), imbricados em vínculos estreitos com a psicopedagogia, psicanálise, hermenêutica e fenomenologia, disciplinas fundidas em, processos de ensino e aprendizagem modernos, que são projectados na melhoria do bem estar social do futuro.

Pelo mesmo diapasão, foi-se aperfeiçoando que as notas históricas, permitiram saber, que a revolução industrial ligada com as tecnologias surgidas no campo da produção, especialmente no que toca organização do trabalho na esteira da administração científica, onde se notabilizaram figuras: Taylor, Ford, Fayol e Ohno, formam o marco de robustecimento para o florescimento das teorias sobre os currículos escolares, onde as reflexões se fazem sentir na contemporaneidade académica (Althusser, 1980; Goodson, 1998; Kemmis, 1988; Young, 2000).

Segundo Lopes (2015) o flanco dos estudiosos franceses, na década 60 do século XX, passou a considerar a escola e o desdobramento do currículo que orienta a formação e desenvolvimento humano, como sendo: 1. Aparelho Ideológico do Estado, por iniciativa de Althusser (1980, 1987); 2. Aparelho Reprodutor da estrutura social por autoria de Bourdieu e Passeron (1975) e, 3. Aparelho Orientador para interesses da classe capitalista, todos autores de nacionalidade francesa.

2.2.4.1 Papel Ideológico da educação ao Estado

Os autores fazem análise crítica da função desempenhada pelo currículo e escola, como sendo responsáveis pelas desigualdades sociais, denunciando a

falsa propagação de escola como espaço de oportunidades a todos (Althusser, 1980, 1987).

2.2.4.2 Educação na reprodução da estrutura social

Nesta teoria, trabalha-se sobre a função reprodutora da Escola. Apesar de não se fazer análise profunda de escola e currículo mas, explica-se com ênfase a forte relação vinculativa entre a estrutura social e de produção. A escola opera com códigos de transmissão cultural familiar para as crianças de classe media, dificultando as crianças de classes mais populares, mas sempre neutralizando essa cultura e escondendo o seu carácter de classe (Bourdieu & Passeron, 1975).

2.2.4.3 Educação vector para Capitalismo

A escola contribui para a legitimação de determinados conhecimentos e, só para certos grupos que detêm o poder social e económico. A elaboração do currículo é um processo social que na altura se prendia a certas classes mais privilegiadas (capitalistas), uma diferenciação determinada pelo currículo (Baudelot & Establet, 1971).

Baseando nestas lições, percebemos os desígnios para análise do sistema educativo na preparação dos sujeitos de cada classe social, para assumir papeis que lhes são destinados pelo sistema capitalista na França por: - Althusser, Baudelot, Establet, Bourdieu e Passeron. Também, tiveram repercussões em 1970 na Escola britânica com a publicação da obra: - Conhecimento e controle: novas direcções para a sociologia de educação, por Young (1971), que serviu de referência para o movimento denominado Nova sociologia de educação – NSE. E, 1976 na Escola americana com Bowles e Gintis, quanto à análise da função reprodutora da escola. Portanto, a partir do momento que o currículo tem como eixo aquilo, que se pretende leccionar, objecto da escolarização, percebe-se que a academia, não somente instrui o aluno, também, forma o próprio conhecimento técnico-científico.

A Ideologia e Currículo de Apple (1979) constituiu a obra de reflexo nas análises reprodutivistas, especificamente do currículo com enfoque popular, obra

publicada no Brasil em 1980, serviu de marco na pedagogia histórico-crítica de Saviane e a pedagogia de oprimido de Freire, bem como a pedagogia crítico-social de Libâneo.

Para Apple (1979) defende a correspondência entre a dominação económica e cultural, baseando-se na Nova Sociologia Escolar, para entender acção de educação na reprodução de dificuldades e, retoma os conceitos, hegemonia e ideologia de Bourdieu e Passeron, trazendo a ideia que, nas sociedades capitalistas as propriedades económicas e simbólicas que formam o capital cultural, são distribuídas de forma desigual. E, as escolas contribuem para a manutenção de controlo social, porque ajuda manter essa desigualdade na distribuição de capital simbólico.

2.2.5 Hegemonia ideológica e currículo oculto

Segundo Lopes (2015) o conceito de hegemonia e ideologia é articulado na teoria Marxista que Williams, baseando-se em Gramsci, define como sendo um confronto organizado e dominante aos sentidos que são vividos pelos sujeitos de uma sociedade, como uma espécie de senso comum, algo que satura todo espaço social nas nossas consciências.

A intensificação da problemática da inclusão no currículo de normas e valores, além de conteúdos, também, Apple (1980) reformula o conceito de currículo oculto definido por Jackson (1960), para dar ênfase às relações de poder que revestem o currículo. Em virtude de currículo oficial e escolar camuflar as relações de poder (hegemonia), que estão consolidadas nas supostas opções curriculares. Exemplo: - a definição de currículo por módulo, como forma de sistematização do ensino e a metodologia adequada, se faz com propósitos técnico-científicos, ocultando de certo modo a dimensão ideológica presente na respectiva escolha (Apple, 2006; Garcia, 2011; Goodson, 1998; Lopes, 2015; Macedo, 2002).

2.2.6 Tipologias de currículo

Os currículos têm modo de organização, classificação e avaliação, quanto ao tipo, que sempre desencadearam-se em ambientes relacionados com objectos, sujeitos e acções, os quais respaldam a sua significação justificando-se dentro do processo educativo, como fenómeno histórico e social, que tem sido registado em torno de pontos de vista ideológico e técnico-científico (Garcia, 2011; Goodson, 1998; Kemmis, 1988; Lopes, 2015; Macedo, 2011; Santomé, 1998).

Nesta óptica, passamos ilustrar um número de cerca de quatro tipos de currículos, dentre os quais, se citam os seguintes: 1. currículo por ensino; 2. currículo por aprendizagem; 3. currículo por competência e 4. currículo por integração e integral.

2.2.6.1 Currículo por ensino

A metodologia pedagógica levada a cabo para a organização de planos, conteúdos e objectivos, visando à prossecução do acto educativo, acontecimento social e histórico, incide geralmente nos conteúdos, ensino e professor. A razão pela qual, certos autores têm caracterizado como currículo por conteúdo e enciclopédico, em virtude de neste tipo de currículo os pressupostos formativos, estarem sempre centrados no docente e, na didáctica expositiva e transmissiva da matéria em lição. O aluno toma a posição de espectador e coprador, como actor passivo na educação (Freire, 1996).

As abordagens conceptuais das palavras ensino e aprendizagem têm o vínculo estreito com as perspectivas pedagógicas, psicológicas, biológicas, sociológicas, bem como as ciências de comunicação e naturais. Desde modo, foi-se baseando em autores como os seguintes: - Crossman (1937); Montessori (1970); Peters (1967); Scheffler (1973), citados por Passmore (1980, p. 23).

Passmore (1980) promove uma série de asseverações sobre o ensino em volta de sentido figurativo, como experiências adquiridas em factos de convivências sociais; nome e substantivo masculino, acto ou efeito de ensinar, de adestrar, de habilitar, de treinar. O autor foi extensivo ao explicar que o ensino é o meio de transferir informação a alguém, na maioria das vezes em locais

destinados para esse fim: escola, oficinas, campus, dentre vários sítios correlacionados.

Porém, ainda ao longo da explicação sobre o significado de ensino, foi focando a natureza, como um sujeito que ensina a outros animais para a sua sobrevivência, exemplo de ave que faz seu ninho para pôr ovos, a lagarta que faz seu casulo, dentre outros seres vivos irracionais, que fazem coisas maravilhosas, como se tivessem sido ensinados por alguém.

O ensino é um acto de transmissão de alguma informação socio-educativa por docente ao discente. Revelando que o ensino é o acto sociopedagógico, que se caracteriza pela transmissão de normas e valores éticos e, técnico-científicos por pessoas experientes para o efeito, aos inexperientes. Em instituições de educação formal, os experientes seriam os professores e os alunos denominar-se-ão, inexperientes. Assim, o ensino entre as pessoas humanas é o processo de transmissão sistemática de regras, normas morais, ético-deontológicas e jurídicas, bem como valores de diversas dimensões (humanitária e ecológica) com vista a manutenção dos laços: sócio-económicos, políticos e ambientais, em prol de prosperidade e desenvolvimento sustentáveis, incluindo o bem-estar do homem (Ostermann & Cavalvanti, 2010; Pouw, 2013).

O currículo deste tipo se encontra ligado com as teorias comportamentalistas, behaviorista e conexionistas de aprendizagem, cujas proclamam que, o estudante para mudar de comportamento, isto é, responder, escrever e aprender, precisa de um estímulo incondicional, interno e inconsciente e, estímulo condicionado, externo e consciente, porém, estes sinais são próprios da educação tradicional (Macedo, 2011; Rego, 2018; Rocha & Fidalgo, 1999; Skinner, 1993).

2.2.6.2 Currículo por aprendizagem

A evolução científica em particular a psicologia de desenvolvimento, permitiu descobrir a melhor e real forma para a interpretação do processo, aprendizagem humana, que o mesmo, se guia por actos mentais em cortes

tipicamente cognitivas. Consequentemente, a maneira de organização, planificação e definição dos conteúdos disciplinares e valores curriculares mesclaram outro perfil drenado ao sujeito que aprende, aluno um elemento principal e activo, por ter sido explicado que o mesmo possui suas experiências psíquicas previas que residem no inconsciente e consciente. A escola está para lhe robustecer conhecimentos, em um sentido e, contexto técnico e científico (Oliveira, 2011; Piaget, 1996; Pinto, 2003; Vygotsky, 1989, 2007).

Aprendizagem – explica-se em perspectivas, também sócio-educativas no âmbito das disciplinas como psicopedagogia e a psicologia de aprendizagem, na qualidade de ciências, que tratam de forma como as pessoas operam mentalmente os objectos de aprendizagem sócio-educativa, por que a educação é um fenómeno caracteristicamente social, destinando-se a favorecer a convivência social. Psicopedagógica, devido ao envolvimento da psicologia nos processos educativos e pedagógicos (Neto, 2015; Rocha, et al., 1999).

Para mais compreensão sobre o desenvolvimento de certos modelos de aprendizagem, se apresentaram as teorias seguintes:

I – Perspectiva behaviorista: define que aprendizagem é uma mudança de conduta, mais ou menos permanente, que não teve tendências inatas, nem a processos de amadurecimento, nem estados passageiros do organismo. Cujas bases epistemológicas se baseiam em associativismo de conhecimentos, através do qual se adquire por associação de ideias. Os traços fundamentais se caracterizam pela negação de estados e processos mentais, cuja teoria se estima em estímulo-resposta, facto que o sujeito tenha um carácter passivo e, mais (Tavares et. al, 2007).

II – Teorias cognitivas: explicando a conduta com marco as entidades mentais, a estados, processos e disposições de natureza mental:

a) A epistemologia genética e a teoria de equilíbrio de Piaget (1996) explica que aprendizagem consiste no progresso das estruturas cognitivas por processos de equilíbrio que ocorrem ao produzir um desequilíbrio cognitivo que põe em andamento processos de assimilação e acomodação. Trata-se de um processo de adaptação. Contribui para o estudo curricular, por que o estudante

como sujeito e objecto de aprendizagem, deve ter consciência do conflito cognitivo, pois, se não for assim, não poderá mudar seus esquemas. Cuja consciencialização dá lugar ao modelo piagetiano de mudança conceptual (Nunes & Silveira, 2015; Tijus, 2003).

b) A zona de desenvolvimento proximal e os mediadores sociais de Vygotsky (2007). Segundo essa teoria, os adultos e os iguais que rodeiam a criança vão ajudá-la a organizar e a representar o mundo (mediação social). Mas, também, utilizarão instrumentos como a linguagem, lecto-escrita e mais, a mediação instrumental (Rego, 2018; Tavares et. al., 2007).

c) A aprendizagem por descoberta de Bruner. Contrapõe-se à aprendizagem passiva e mnemónica. Produz-se mais nos primeiros anos, posto que, a partir daqui as aprendizagens são construídas com o auxílio dos mediadores sociais (Ostermann & Cavalvanti, 2015; Rocha, et al., 1999).

A aprendizagem significativa de Ausubel, diferencia aprendizagem mnemónica e significativa. A segunda se produz quando os novos conteúdos se relacionam com o que o aluno sabe. Contribui para a orientação a ideia de que certas formas de ensino não conduzem, necessariamente, a um determinado tipo de aprendizagem, por isso são muito importantes as condições de aprendizagem (Ausubel, et al., 1980; Moreira, 2011, 2013).

O processamento de informação nasce no final dos anos 50 como influência de várias teorias e baseia-se de um conjunto de postulados entre os quais se destacam: 1. A analogia entre o funcionamento da mente humana e o computador; 2. A aprendizagem se produz pela interacção entre as variáveis do sujeito e as variáveis da tarefa ou situação ambiental. Produziu teorias da memória, mas esqueceu do estudo da aprendizagem e, para a orientação, tem como principal utilidade a intervenção psicopedagógica sobre o desenvolvimento da memória (Moreira, 2013; Sprinthall & Sprinthall, 1999; Tijus, 2003).

A aprendizagem social de Bandura - é uma teoria que combina com os postulados do neobehaviorismo e o enfoque cognitivo da seguinte forma: 1. A pessoa apresenta uma interacção entre a conduta e as condições qual a

controlam; 2. O comportamento se aprende pela própria experiência e pela observação das outras pessoas (aprendizagem viçaria) e, propõe o modelamento ou aprendizagem por imitação (Ausubel, et al., 1980; Pinto, 2003).

O construtivismo é o movimento literário que pedagogos contemporâneos procuram explicar o papel do aprendiz perante o processo de ensino-aprendizagem, a sua importância para a orientação se apóia no potencial educativo do contexto escolar. Cujas se organiza em torno da ideia de que o aluno é protagonista da sua aprendizagem, a actividade mental se aplica aos conteúdos já elaborados e o professor é o orientador que guia a aprendizagem do estudante. (Piaget, 1996; Vygotsky, 2007).

O construtivismo passou a ser uma filosofia científica para coroar a organização dos currículos escolares, onde as finalidades educativas já têm sido definidas tendo em conta a posição peculiar que o aluno ocupa no processo de ensino e aprendizagem. As metodologias pedagógicas e didáctica tomam perímetros cognitivos, mas, no contexto do construtivismo, um sistema filosófico anunciador que o aluno, aprendiz é actor da sua aprendizagem, pois, ele tem a capacidade de construir o seu conhecimento científico, de forma autónoma, responsável, individual e colectivamente, em cooperação com colegas e pessoas próximas experimentadas na matéria (Piaget, 1996; Vygotsky, 1989, 2007).

2.2.6.3 Currículo por competência

O progresso na esfera das teorias no campo da educação tem ganho proporções de continuidade, de tal forma como a humanidade evolui em constante movimento. A literatura ao longo da nossa pesquisa, sempre demonstrou que, nos finais do século XX e nos primórdios do século XXI, nasceu modelo de currículo por competência, para a interpretação e descrição da problemática educativa, que incide na área do saber fazer, quer dizer, do aprendido de forma subjectiva, para a prática reflexiva, em um contexto de aplicação do conhecimento geral e específico á uma realidade maciça e objectiva. Simplesmente, o currículo por competência

deve ser desenhado de modo que o educando, formando, aprenda fazer a prática reflexiva, em determinada realidade vivida (Oliveira, 2011; Piaget, 1996; Pinto, 2003; Perrenoud, 2003; Vygotsky, 1989).

Os problemas complexos, como a segurança pública para a sua solução com eficiência e eficácia, se precisam que o decisor e executor tenham competências. Porém, a definição do conceito de competência tem sido bastante difícil, devido a complexidade de vários campos de aplicação do termo, bem como a significação correspondente, no que se refere aos círculos social, histórico e cultural (Perrenoud, 1999, 2000, 2003; Zarifian, 2010, 2012).

A década 70 de século XX, constituiu o marco dos debates sobre o conceito de competência, entre psicólogos e administradores dos Estados Unidos de América e da Inglaterra, sob perspectivas individualista e, mais tarde passou-se ao enfoque social. Porque, as competências inicialmente eram vistas em forma da inteligência humana, segundo McClelland (1973) com a sua obra intitulada “Testing for competence rather than for intelligence”. O autor critica as modalidades tradicionais de selecção de trabalhadores, para as empresas, alicerçadas em inteligência.

Na altura notava-se muita discriminação humana, para acesso ao emprego, em especial para as mulheres e pessoas com o baixo nível de escolaridade. A partir do artigo do McClelland, que propunha a efectivação de testes na base de competências, para melhor projecção de performance laboral dos homens e, da psicologia de trabalho posteriormente se desenhou a psicologia de aprendizagem sobre o campo de transmissão e desenvolvimento de competências nos centros de formação educativa.

A competência é pensada como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes, isto é, conjunto de capacidades humanas que explicam o desempenho em torno de ambientes de trabalhos no contexto temporal e geográfico (Fleury & Fleury, 2001).

De acordo com Zarifian (2012), é a capacidade de mobilizar recursos pessoais a partir de conhecimentos e habilidades adquiridos anteriormente, sendo

necessário relacionar conhecimento e comportamento no que tange ao exercício de tarefas de carácter complexado.

Também, a competência se considera como sendo a capacidade de mobilizar conhecimentos e habilidades, em prol do desempenho em situações de ordem prática, ou seja, a capacidade de transferir o conhecimento teórico aprendido formalmente como recurso a se aplicar em acções efectivas.

Segundo Perrenoud (2003, p. 18) refere que "deixar às empresas e à formação profissional o monopólio da formação de competências seria uma escolha desastrosa, porque aqueles campos que não contemplariam os sectores julgados não produtivos da existência...". O essencial na sua visão, não é a parte económica ou a acumulação de saberes, mas desenvolver capacidades a cada um, para intervir activamente, para ser autónomo, reflexivo e crítico.

Perrenoud (2000), nessa mesma linha, propõe que a noção de competência diz respeito à faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informação), para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações.

Portanto, a competência é a capacidade de aplicação contextual do conhecimento para enfrentar determinadas situações ou, competência é a capacidade de aplicar com garantia de êxito os conhecimentos para enfrentar situações problemáticas.

Macedo (2011) afirma que competências são conceituadas, como um conjunto de saberes e habilidades que os aprendizes incorporam por meio da formação e da experiência, conjugados com a capacidade de integrar, utilizar e transferir às diferentes situações.

Para Zarifian (2010, 2012), diferentemente e, em revisão crítica das perspectivas individualistas de competência, a ênfase é voltada para a competência manifestada e avaliada quando utilizada em situação profissional, na maneira como o indivíduo a enfrenta e como mobiliza a rede de actores sociais, para resolver as situações.

Resumidamente, pode-se definir competência como sendo a colecção de capacidades, habilidades e, aptidões física, psicomotoras e cognitivas, através das

quais a pessoa singular e colectiva no usos de seus recursos e conhecimentos, possa aplicar na resolução de situações problemáticas e complexas com a garantia de êxito e sucesso, em determinados contextos no espaço geográfico e temporal.

O pesquisador percebeu que a concepção do currículo por competência é a promoção do processo da prática reflexiva, para ser feito de forma autónoma, independente, responsável e flexível, quer de uma maneira individual, quer por meio de cooperação com outros colegas no arco da democratização do saber fazer, para a resolução de certos factos complexos, com exactidão em situações similares e distintas.

2.2.6.4 Currículo integral

A efectivação teórica do currículo integral tem o seu suporte na ideia de integração em educação que é influente na análise sobre os fenómenos de separação dos saberes, onde se notam conceitos: classificação e enquadramento. Onde a classificação refere-se ao grau de perpetuação de fronteiras entre comportamentos e conteúdos de uma determinada matéria. Enquanto o enquadramento é a força das fronteiras entre aquilo que pode e, o que não pode ser transmitido, em uma certa relação pedagógica (Bernstein, 1996, citado por Santomé, 1998). O processo de organização do conhecimento escolar que envolve ao fornecimento do grau de perpetuação de fronteiras a título de coleccionar as disciplinas em fragmentos e agrupamentos para serem dados como prioritários para educação, no qual o autor chama de código de colecção. E, a organização com vista à queda da cortina escura e de separação, cuja se vincula com o currículo, designou, por código integral.

Todavia, a questão de concepção de currículo por integração no processo sócio-educativo, não constitui uma novidade para os momentos, que nos encontramos, século XXI. Pois, no século XVIII, existiram sábios, que se dedicaram arduamente, empregando todas suas sinergias a teorizar a acção pedagógica para o melhor progresso da sociedade humana. Para melhor

ilustração, apresentamos os trechos textuais de um dos mais pedagogos destacado, Comineus (1985) assevera que

Importa agora demonstrar que, nas escolas, se deve ensinar tudo a todos. Isto não quer dizer, todavia, que exijamos a todos o conhecimento de todas as ciências e de todas as artes, sobretudo se trata de um conhecimento exacto e profundo. Com efeito, isso, nem, de sua natureza, é útil, nem, pela brevidade da nossa vida, é possível a qualquer dos homens. (p.145)

Em primeiro plano, nota-se a presença da noção do direito consagrado nos ordenamentos jurídicos internacionais, caso da Declaração Universal dos Direitos humanos, onde um dos artigos expressa que, toda pessoa humana tem o direito a educação. Em seguida, de forma heurística diz que todo homem deve ser ensinado de maneira geral um pouco daquilo que ocorre no ambiente, queira natural, queira o social, o que actualmente denominamos de cultura geral.

Relativamente a este ponto, o Comenius (1985) dá ênfase de seguinte modo

Pretendemos apenas que se ensine a todos a conhecer os fundamentos, as razões e os objectivos de todas as coisas principais, das que existem na natureza como das que se fabricam, pois somos colocados no mundo, não somente para que façamos de espectadores, mas também de actores. (p. 146)

Ensina-nos que aos homens nada possa ser desconhecido neste mundo, que vivemos. Um pouco de tudo, temos que saber interpretar os componentes da paisagem, natural e humana, para que tornemos sujeitos da vida no sentido geral.

Santomé (1998) explica que a denominação, currículo integrado tem sido utilizada como tentativa de contemplar uma compreensão global do conhecimento e de promover maiores parcelas de interdisciplinaridade na sua construção.

O pesquisador, antes de avançar sobre o assunto relacionado com o currículo nesta unidade, de forma humilde teve a honra de proceder com observações da forma como certos autores como Santomé que fala de currículo integrado. Segundo o conteúdo apresentado na definição conceptual, não tem enquadramento. Na óptica do pesquisador, o currículo integrado, seria aquele conjunto de conhecimentos, acções, estratégias, políticas, dentre outros actos, que fosse concebidos para a prossecução das relações socio-educativas, em contextos de ensino e aprendizagem, que pertencem a um determinado paradigma, por exemplo, o currículo por ensino, centrado no professor e caracterizado pelo enciclopedismo com o domínio no behaviorismo, quando for integrado no currículo por aprendizagem, centrado no aluno e, descrito no construtivismo com predomínio no cognitivismo, com pressuposto de inter-relação e complementaridade, com vista a robustecer o processo pedagógico. Logo, o primeiro currículo, que se enquadra, integra-se no segundo, podia chamar por currículo integrado e, o segundo que recebeu o primeiro currículo denominar-se-ia por currículo integrante.

O currículo que pudesse envolver de fora proporcional os sinais característicos de todos modelos curriculares por (ensino, aprendizagem, competência, aprendizagem emocional e social, dentre outros tipos), seria chamado por currículo integral, em virtude de ter recebido as tonalidades totais dos curriculos, acima devidamente mencionados.

De acordo com Gadotti (1995) currículo integral organiza o conhecimento e desenvolve o processo de ensino-aprendizagem de forma que os conceitos sejam aprendidos como sistema de relações de uma globalidade concreta do objecto ou fenómeno, que se pretende explicar e compreender. Nesta perspectiva, os processos pedagógicos e didácticos devem restabelecer as relações dinâmicas e dialécticas entre os conceitos, reconstituindo as relações que configuram a totalidade concreta da qual se originaram, de modo que o objecto a ser conhecido se revele dentro das suas propriedades originais.

Para Ramos (2005, p.122) “A integração exige que a relação entre conhecimentos gerais e específicos seja construída continuamente ao longo da

formação, sob os eixos do trabalho, da ciência e da cultura”. O saber fazer, o conhecimento científico e cultural no processo de integração curricular torna necessário, que se estabeleça uma relação dialéctica, para restaurar o subjectivo e objectivo em realidade vivida no quotidiano dos actores no processo pedagógico: comunidade, pais e encarregados de educação, professores e alunos.

Freire (2010, p. 102) citado por Nunes & Silveira (2015) assinala que “Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição”, o autor nos revela que para exercer a tarefa de ensinar requer que perceba a carga profissional que tem, é um compromisso para com o povo, para tal, terá que interferir nas situações reais do ambiente e, cada um dos componentes, para posteriormente tomar decisão, tendo em conta que faz parte do sistema educativo e, não sujeito neutro do mesmo. Portanto, a finalidade latente do currículo integral, é romper com a neutralidade e favorecer o processo de ensino e aprendizagem que concorra para a emancipação do futuro cidadão e trabalhador.

O currículo integral e por integração constitui o modo de organização de conhecimentos, métodos, técnicas, procedimentos e instrumentos escolares que possibilitam a perfeição, compreensão e explicação das relações complexas que compõem as realidades vividas diariamente no processo educativo (ensino-aprendizagem) e faculta a autonomia dos educandos. O cunho transformador deste reside na destruição das divisões que dificultam a descoberta das contradições presentes no mundo físico e na sociedade humana.

2.3 Perspectiva conceptual de formação

A abordagem conceptual das palavras formação e educação tem seus contornos em perspectivas de cortes filosóficas dominadas por pensadores alemães: Kante (s.d.) e Hegel (s.d.), seguidamente em Adorno (s.d.) citados por Leopoldo e Silva (2009), bem como a óptica vinculada com a eclosão das novas tecnologias de informação comunicação (TICs), que se conjuga com globalização, na qualidade de fenómenos desafiantes para a formação dos homens na sociedade de informação e de conhecimento do século XXI (Gomez, 2010).

Todavia, outros termos científicos correlacionados com a formação, como educação, pedagogia, didáctica dentre outros. Cujos, para a justificação pode se basear pelo facto da filosofia ter sido um dos ramos do saber a ser usado para descrever a lógica dos fenómenos correntes no mundo desde a idade clássica a momentos que começaram a surgir outras ciências para o tratamento especificado dos acontecimentos: naturais, sociais e humanos.

Em pleno momento de iluminismo no século XVIII, Kant defendeu a razão e autonomia, pois, na concepção do filósofo, o individuo é microcosmo, que parte da infância à adolescência até a maturidade, o mesmo acontece com a humanidade, o macrocosmo, com a concepção da razão e sua autonomia, significaria conseqüentemente a vinda da maturidade para esse macrocosmo, o estágio de pleno uso da razão (Kant, 2004).

A maturidade Kantiana se partilha em Adorno e na escola sócio-crítica de Frankfurt na Alemanha, como emancipação. Pois, para se chegar ao estágio de liberdade, implica ter passado muitas fases complexas. Assim acorda-se, que a liberdade no sentido, em que teoria e prática são indissociáveis reciprocamente. E, o Adorno sobre a educação, educação é como emancipação da consciência. Portanto, em Adorno, educar significa conduzir o indivíduo à plena liberdade de consciência (Leopoldo & Silva, 2009).

Para as ideologias históricas e filosóficas Kantianas, a autonomia no raciocínio do homem é o que a educação pretende alcançar, a consciência autónoma. Então, vinculando o conhecimento e o juízo, pode-se asseverar que a ciência permite que o homem emancipado tenha a plena consciência e raciocínio de julgar sobre o mundo á sua volta. Assim, como o conhecimento é racional, significa isto que pode designar-se racionalidade, então a justificação por sua vez pode denominar-se racionalização, isto é acção de tornar racional.

O conhecimento é um processo social criado, por meio da ação-reflexão transformadora dos humanos sobre a realidade. Cujo conhecimento é concebido pelo homem como artefacto adquirido através do processo educativo, quer formal, não formal e quer informal (Freire, 1996; Guidens, 2004, 2012; Saviani, 2013).

Os autores ainda foram extravagantes ao poderem focar a questão da informação, a imprensa considerada nas suas abordagens como sendo o quarto poder, frente aos poderes políticos: poder legislativo, poder judicial e poder executivo, cujos formam o aparelho político do Estado.

A informação é um poder moderador dos outros poderes e nunca precisou de violência para governar nos cidadãos. A mesma forma acontece com o conhecimento, a ciência, a consciência, a razão autónoma, libertam o homem e oferecem nele o poder para julgar e agir conscientemente, face ao acontecimentos que se registam no meio, nos sistemas e subsistemas ecológicos à sua volta.

Gomez (2010) abarca o seu ponto de vista face à informação como um desafio para a educação, como o sector responsável pela vocação de formar o homem para alcançar a emancipação, que tem sido a clamada desde os tempos remotos de um lado e, nos momentos contemporâneos por outro lado. Actualmente, a emergência das tecnologias de informação de comunicação (TICs) ligadas com o processo de globalização, coloca a sociedade em um nó crucial, caracterizado por complexidades e incertezas.

O homem e a sociedade moderna se encontram altamente saturados de informação e comunicação. E, os profissionais da educação, em especial: docentes, orientadores, tutores e administradores, incluindo os actores próximos, como pais e encarregados de educação, fiquem cientes das transformações trazidas pelas TICs, no âmbito do mercado global e a proximidade das interdependências e interações que trazem aos homens e as nações (Ohmãe 1990, 1995, citado por Guidens, 2004). Carecem de considerações e estudos minuciosos, para o enfrentamento, face à formação do homem de hoje para o amanhã.

2.3.1 Formação humana integral

Em incidência da pesquisa, quanto a formação humana, entendeu-se que o currículo escolar constitui um documento oficial onde o governo, administração central e local, responsáveis pela educação e formação da pessoa humana,

sempre têm abordado normas e valores concernentes à preparação do cidadão íntegro, para sua melhor inserção na sociedade e, no mercado de emprego.

O decurso do processo de formação de um cidadão apto para dinamizar as correntes do desenvolvimento sustentável da sua pátria, para acontecer é necessário que a escola, gestores e actores adicionais: professores, alunos, funcionários, pais, encarregados de educação e a comunidade, sejam coesos na aplicação e cumprimento dos princípios éticos e deontológicos com autonomia, responsabilidade, solidariedade e respeito ao património comum; princípios cívicos e estéticos que exprimem as noções de sentimentos afectivos, criatividade, diferença e diversidade nas múltiplas revelações artístico-culturais; princípios políticos de direitos e deveres de cidadania, na prática da criticidade e respeito à Ordem Pública em, contexto da manutenção da paz e harmonia social.

No pensamento de Freire (1980), a educação tem maior obrigatoriedade de preparar o homem para o juízo crítico das alternativas propostas pela elite, e dar a possibilidade de escolher o próprio caminho a seguir. Portanto, a verdade, o papel principal da educação em todas dimensões, tem sido de preparar o ser humano para aquisição de pensamento crítico, que venha possibilitar a boa convivência harmoniosa no seio da sociedade onde encontra-se inserido. Sobretudo, a educação formal e escolar, por se caracterizar na aplicação de metodologias científicas, ela é própria para formação de cidadãos íntegros, críticos e criativos, para a melhor inserção social, bem como no mercado de trabalho.

Actualmente pode se afirmar que, existe o mal entendido na leitura e audição das políticas educativas traçadas pelos governos e organismos internacionais humanísticos, como a Organização das Nações Unida (ONU) através da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO): Educação, direito para todas pessoas. Este direito cívico e nobre para a formação do homem, não significa que a criança e adulto ao entrar na academia, tenha que usufruir a passagem automática e semi-automática de uma classe à outra, mesmo que não tenha percebido uma das matérias da classe anterior. Pois, acontecendo assim, seria grande desastre humanitário, em somar estatísticas quantitativas do que qualitativas.

A educação para todos cidadãos, significa toda pessoa ter oportunidade e acesso aos recursos de educação, sem necessidades de uma discriminação de qualquer natureza, cujo objectivo é fomentar de forma maciça a formação educativa de qualidade para todo homem e mulher de cada país.

Salienta-se que a educação tem como a função prioritária e própria, proporcionar à pessoa humana, as competências, capacidades e habilidades adequadas, para promover valores precisos à constituição do género. Importa muito a formação conferida no contexto das diferenças, diversidade e desigualdade humanas visando a oferecer a cada pessoa um espaço digno para a vida.

O pesquisador entendeu que, a formação humana deve produzir as condições de reprodução vital dentro da organização. Desta forma o homem poderá construir o seu modo de vida livremente, tendo autonomia na organização, em jeito da existência e responsabilidade activa, na qualidade do ser ético.

Frente a educação humana, persiste a formação integral do aluno, que conta para além da escola, também, com a participação activa dos pais, encarregados de educação e a comunidade, para promover o desenvolvimento da consciência, em valores éticos e morais, a partir de uma perspectiva evidenciada às situações de dia após dia, permitindo que o estudante reconheça seus direitos e deveres plasmados nos ordenamentos jurídicos, protocolos adicionais e, no seio da sociedade onde reside.

Face à esta concepção, é a função da escola, em facultar uma gama de actividades múltiplas aos estudantes, que podem conhecer seus pontos fracos e fortes prontos, para enfrentar os desafios da vida quotidiana. As inteligências diversificadas e múltiplas aplicadas aos alunos pela escola, permitem que sejam capazes de escolher autonomamente os perfis de seus futuros. E, tendo em vista que o processo formativo propicia a compreensão da historicidade, da produção científica e tecnológica, bem como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente para a transformação das condições naturais da vida e a ampliação das capacidades, potencialidades dos sentidos humanos.

2.4 Perspectiva conceptual sobre a polícia

A literatura demonstra que a palavra Polícia é vocábulo derivado do latim *politia*, que por sua vez, procede do grego *politeia*, que significa, administração da cidade. E, a perspectiva conceptual nos leva entender que a polícia constitui um dos instrumentos de utilidade que passa a ser responsável pela investigação das infracções penais cometidas e, pela política de disciplina e restrição empregada a serviço do povo (Thomé, 1997, citado por Opilhar, 2006).

Por seu lado, Marcineiro (2001) qualifica a Polícia como sendo, em termos institucionais, uma organização administrativa que tem por atribuição, impor limitações à liberdade individual ou colectiva, na exacta medida necessária para a salvaguarda e manutenção da Ordem pública.

Os estudos realizados no decurso da pesquisa vislumbraram que existem vários matizes, que marcam as definições conceptuais da palavra polícia, mas de todas as formas, elas se vinculam com o poder, a administração pública, o Estado, o público ou a sociedade, a ordem pública, tranquilidade, segurança, a liberdade, o poder político, as leis (Borges, 1833, citado por Cabral et al, 2008; Lima, Silva & Oliveira, 2013).

Segundo Borges (1833), citado por Cabral et. al, (2008) conceitua a polícia como tudo o que interessa à ordem pública, à liberdade, à segurança e à estabilidade de habitantes. Cujas definições obriga levantar a cabeça e reflectir, que a polícia tem sido uma instituição vocacionada no exercício da actividade de manutenção de ordem e segurança, para a garantia de liberdade e estabilidade dos populares em determinado espaço geográfico.

A polícia é um órgão de administração pública que tem o poder, no qual se vincula a definição conceptual que, com esse poder tem limitado o exercício de direitos e liberdades de cidadãos, principalmente quando esses põem em causa os direitos e liberdades de outros ou, quando pretendem perturbar a ordem e segurança públicas. O poder de polícia é condicionado pelas leis, regulamentos e outros preceitos normativos julgados legitimamente legais pelos respectivos órgãos de legislação ou seus congéneres (Lima, Silva & Oliveira, 2013).

O poder da polícia se agrega à soberania, público, bem como à administração pública. Porém, tudo tem demonstrado que a lei tem supremacia na definição e limitação do mesmo, incluindo as modalidades, formas e regras do perfil do seu exercício, sempre em defesa dos direitos, interesses, bens e vida dos cidadãos. Fundamentalmente nos Estados de Direito, Democracia e Justiça social.

Também, carece ao entendimento, que em determinadas circunstâncias, o exercício do poder policial tem sido levado a cabo nos âmbitos das prerrogativas de discricionariedade, mas sem violência dos princípios legalmente definidos nos termos constitucionais e outras disposições adjacentes à esta lei mãe.

O Locke (s.d.), citado por Krell (2004) afirma que

... muitas questões há que a lei não pode em absoluto prover e que devem ser deixadas à discricção daquele que detenha nas mãos o poder executivo, para serem por ele reguladas, conforme o exijam o bem e a vantagem do público. (p. 18)

Este é o fundamento para a existência da discricionariedade, que se caracteriza por uma parcela de liberdade concedida à administração, para realizar a melhor opção no caso concreto, em nome do interesse público.

A polícia mais visível para todos é a de segurança pública e, por isso mesmo todos aspiramos a confundi-la, enquanto parte, com o todo, a polícia se especializa e hoje, se apresenta com duas funções: a polícia preventiva - administrativa, de protecção individual e colectiva e a polícia judiciária, ou seja, actividade policial repressiva (judicial) ao crime e de auxílio à justiça penal - investigação científica dos crimes (Marcineiro, 2001).

Em Moçambique o conceito da Polícia se descreve na Lei nº 16/2013 (2013), a Polícia da República de Moçambique, abreviadamente designada por PRM, é um serviço público, a partidário, de natureza paramilitar, integrado no ministério que superintende a área de Ordem e Segurança Públicas. As distintas tonalidades de definição conceptual da palavra polícia, todas têm de comum, que é a garantia de defender e proteger os valores, crenças, bens, dever e direitos

fundamentais dos cidadãos, actos, que se traduzem em segurança públicas, com vista à manutenção da Ordem, Segurança e Tranquilidade Públicas. A polícia é o órgão do Estado para o exercício do poder estatal a serviço dos cidadãos, pelo que, o maior e melhor valor da polícia e seus agentes é a garantia da protecção dos valores e interesses dos cidadãos, em prol do bem estar individual e colectivo dos cidadãos de um Estado Constitucionalmente de Direito Democrático e Justiça Social.

2.5 Contexto conceptual de segurança pública

A tarefa de segurança pública é um dos deveres do Estado, constituindo um direito e responsabilidade de todos na qualidade de processo exercido para preservar a ordem pública e, ao bem-estar das pessoas e do património. Também, torna necessário informar, que esta actividade normalmente tem sido executada pelos seguintes órgãos: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares. Exemplo da Constituição Federal, Brasil. Em Moçambique, a segurança pública é exercida pela Polícia da República de Moçambique (PRM), no circulo das suas especialidades constitutivas, em colaboração com os conselhos de segurança comunitária, no âmbito da ligação polícia-comunidade, incluindo órgãos congéneres (Lei nº 16/2013, 2013; Valente, 2012).

O Estado para realizar a segurança pública tem restringido determinados direitos de cidadãos, em benefício do bem comum. No entanto, essa restrição é momentânea e indispensável para o estabelecimento da Ordem Pública, podendo, dentro dos limites da proporcionalidade e legalidade, valer-se do uso legítimo da força para desempenhar a missão constitucional de efectivar esta actividade referente à manutenção da paz e estabilidade social (Graciano, et al., 2009).

A segurança pública, diante do seu papel fundamental na garantia dos direitos e da consolidação do Estado Constitucional Democrático e Direito, vem proferida em diversos Tratados e Convenções internacionais, que tratam a segurança pública como uma condição essencial para o exercício dos direitos

definidos na ordem jurídica, assegurando a estabilidade dos poderes constituídos e o bem comum social, económico e político.

Comparativamente à esta actuação estatal, o Filocre (2010) brinda-nos com a seguinte ideia

A segurança é o conjunto das acções preventivas e reactivas de natureza pública, que, em resposta ao fenómeno da criminalidade, volta-se ao alcance ou à manutenção da ordem pública e que tem como fim último proporcionar aos indivíduos, a convivência social, a fruição de relações pautadas no direito básico de liberdade, garantias na segurança jurídica, protecção contra repressão autoritária do estado, e a segurança material, bem como a protecção contra agressões de todo o tipo. (p. 48)

A temática da segurança pública como responsabilidade da actuação estatal, está relacionada com a provisão da ordem pública, por intermédio das políticas de redução dos indicadores da criminalidade e violência, sem esquecer da protecção, e respeito de direitos civis das pessoas humanas (Sapori, 2007).

Incontestavelmente, a filosofia de polícia comunitária propicia é estabelecer a participação da população nas questões de segurança pública. Sabendo-se que, a ideologia de polícia comunitária se concebe em nova estrutura de trabalho policial, o qual os polícias passam a actuar, em parceria com a comunidade, para verificar os problemas locais e estabelecer o policiamento orientado aos problemas devidamente identificados (Graciano, et al., 2009; Rolim, 2009).

Os programas de policiamento orientado ao problema são mais eficazes que a própria aplicação da lei. Isso deve-se ao facto da actuação policial preventiva, antecedendo-se aos factores que possam levar desordem pública. Além disso, a parceria com a comunidade incita nos cidadãos auxiliar na efectivação da segurança pública, pois esta é responsabilidade de todos, não somente do Estado (Fabretti, 2014; Rolim, 2009).

Portanto, actualmente a segurança pública não é somente da competência exclusiva do Estado. Os segmentos comunitários através de Conselhos

Comunitários de Segurança e, as Companhias de Seguranças Privadas, também, são chamados a colaborar com o próprio Estado no processo da manutenção da Lei e Ordem, pondo-se em crise o conceito weberiano de um monopólio de uso legítimo das forças de segurança pelo Estado, face a uma miríade de actores internacionais, nacionais, empresariais privados e semi-privados e, locais, têm vindo a fornecer a segurança de maneiras explícita e implícita aos particulares e ao próprio Estado, facultando o exercício pleno dos direitos, deveres e liberdades nos cidadãos, conferindo a ética para agentes de segurança, qualquer que seja a sua categoria (Correia, 2015; Gouveia, 2013; Gouveia, 2014).

2.6 Perspectiva conceptual de crime e criminalidade

Guidens (2012, p. 665) esclarece que “crime refere-se apenas a inconformista que contraria a lei”. Este conceito, entra em conformidade com o artigo 1 de Código Penal (C. P.) moçambicano aprovado pela Lei nº 35/2014, de 30 de Dezembro. Assim, qualquer conduta que não venha definido e caracterizado no C.P. ou outras disposições constitucionalmente legais, não faz parte de crime, apenas pode constituir ao conjunto de preceitos de carácter moral, ético, cível, fiscal, aduaneiro, administrativo, marítimo e sociológico.

No âmbito das causas do crime, o autor adianta explicando que as correntes funcionalistas consideram o desvio social e crime, como resultados de tensões estruturais e a falta de regulação normal na sociedade, a falta de coincidência entre as aspirações de indivíduos e grupos com as gratificações existentes na sociedade, a disparidade entre os desejos e suas realizações motivam alguns membros da comunidade, enveredarem pelos comportamentos de carácter desviante e criminal. A anomia, a deficiente definição e existência de normas que regulam o modo de vida numa comunidade, também, faz parte do conjunto de causas das condutas anti-sociais (Merton, s.d., citado por Guidens, 2004, 2012).

2.6.1 Contexto conceptual sobre crimes de colarinho branco

As condutas criminais seus autores, não têm tido classes sociais definidos, apesar de alguns autores estarem com tendências de atribuir o cometimento de comportamentos desviantes e criminais às pessoas desfavorecidas económica e socialmente, a forma tão vulgar de rotulagem às camadas sociais com status baixo. Porém, as pessoas de médio e altos estatutos sociais, têm tido propensão na prática de actos socialmente negativos, incluindo crimes julgados mais graves, para o funcionamento normal do aparelho social, por exemplo: a criminalidade organizada, transfronteiriça e a corrupção (Guidens, 2004, 2012; Lima, et al., 2013).

O termo crime de colarinho branco em inglês, white collar foi tornado público e introduzido pela primeira vez pelo Edwin Sutherland, em 1949. Para o autor refere a crimes perpetrados por pessoas dos sectores mais ricos da sociedade, muitas vezes contra os interesses das instituições e empresas, para os quais trabalham e exercem suas funções de chefia, direcção e comando. Não outros tipos de crime, que não fazem o grupo daqueles chamados, colarinho branco, denominam-se, crimes de colarinho azul, em inglês, blue collar crime. Explica-se pela comparação de status que possuem aqueles que numa instituição laboral, usam a bata branca, correspondendo a colarinho branco e, os de bata azul, serventes, equivalem a crimes de colarinho azul (Guidens, 2004, 2012).

2.6.2 Contexto tipológico do crime

Os actos de natureza criminal e penal, de acordo com as teorias, correntes filosóficas, linguísticas e pragmáticas, em ciências de direito, têm sido enquadrados numa variedade de tipologias, cujas permitem sua classificação e compreensão.

Segundo Teixeira (2004) o crime se caracteriza em tipologias seguintes: i - Crime consumado – crime que chegou efectivamente a ser praticado por alguém, produzindo todas as suas consequências; ii - Crime continuado – prática reiterada homogénea, do mesmo tipo de crime ou de um conjunto de crimes que ofendem o mesmo bem jurídico; iii - Crime culposo – crime em que o agente realizou com a

culpa (dolo ou negligência); iv - Crime de lesa – majestade – contra o rei ou contra algum membro da família real; v - Crime de lesa – prática – crime contra o poder soberano de um Estado; vi - Crime doloso – crime em que o agente agiu com dolo; vii - Crime particular – que só pode ser investigado e julgado se houver queixa e acusação feita pelo lesado; viii - Crime público – crime que é investigado logo que o Ministério Público tenha conhecimento dele por qualquer meio e Crime semi – público – crime que só pode ser investigado se houver queixa feita pelo lesado, não havendo objectividade de este deduzir acusação.

Todavia, as tipologias devidamente apresentadas no grande dicionário de língua portuguesa, tendo em consideração da complexidade cada vez mais da sociedade moderna, também têm sido acrescentados outros delitos, que acompanham o progresso social e científico, dentre eles se distinguem os seguintes: a) crime organizado, exemplo: a corrupção, tráfico de drogas e substâncias psicotrópicas, tráfico de armas de fogo, pessoas, sobretudo mulher e crianças, bem como extracção de órgãos humanos para fins relacionados com superstição dentre outros fins correlacionados; b) crime transfronteiriço – classifica-se pela conexão com o crime organizado na sua maioria; crime cibernético ou cibercrime – suas características têm como as tonalidades: a informática, telefones celulares e, redes telemáticas. Também, associa-se com outros tipos de crimes como crime organizado e transfronteiriço e, domésticos, essencialmente espionagens, extravio de recursos financeiros (moeda), etc. e, c) crime ecológico e ambiental – têm sido caracterizados pela poluição do meio ambiente, dentro das diversas dimensões: abate e extermínio da biodiversidade hidrológica, biosfera florestal e faunística e, extracção insustentável de recursos minerais. Cujas últimas tipologias constituem uma das motivações para a promoção da presente pesquisa, com vista ao estudo para, a concepção e definição de estratégias, que venham contribuir no incremento de competências profissionais aos agentes de segurança pública, face à prevenção e o combate contra a criminalidade (Assembleia Geral das Nações Unidas [AGNU], 2000; Dias, 2007; Giddens, 2004, 2012).

2.6.3 Perspectivas conceptuais sobre criminalidade

O sentimento de insegurança pelos cidadãos de um Estado, tem sido caracterizado pelos actos de desordem acumulada, crimes de diversas séries que têm se convergidos em criminalidade sentida numa certa região geográfica.

A criminalidade é fornecida por dados estatísticos que representam a ocorrência de factos criminais num certo espaço geográfico e temporal. Um dilema tem acontecido na consideração dos números que inferem aos crimes oficialmente registados e publicados, sem dar-se conta a ponto de vista dos crimes da lista negra (conjunto de infracções criminais não denunciados pelas vítimas e nem seus representantes legítimos e legais). Geralmente, essas cifras a sua publicação e inclusão nos registos oficiais, tem sido raro e difícil.

De acordo com Beleza (2003) define de forma seguinte

O crime é uma acção humana típica, ilícita, culposa e punível: quer isto dizer que, em primeiro lugar tem de haver uma acção humana, isto é, tem de haver da parte de uma pessoa uma acção, um comportamento que seja dominado pela vontade. (p. 15)

O conceito do Beleza, reflecte à uma definição formal moderna, cuja se caracteriza pela acção praticada, movida pelo agente criminoso de uma forma dolosa e culposa, cuja consequência, concorre à aplicação de uma medida penal, visando a prevenir às próximas condutas do sujeito e outras pessoas, onde se fundamenta a prevenção especial e geral da pena.

Segundo Dias (2007) a criminalidade tem sido entendida como o conjunto dos crimes, acções humanas previstas e punidas por legislação penal, praticados num determinado espaço e período de tempo, à semelhança de outros fenómenos socio-políticos, tem demonstrado seguir essas transformações. Ainda, reflecte-se a concepção estatística do conceito de criminalidade e, foca a conjunto de delitos

ocorridos em uma dada zona geográficas e espaço cronológico, e, antecipadamente foram definidos como tais, por determinados preceitos legais.

Na visão de Kolker (2004) a criminalidade é um fenómeno complexo e multideterminado que demanda diálogo entre saberes distintos. O autor conceitua a criminalidade tendo em conta às várias perspectivas académicas, que podem contribuir às diferenças de definição sobre a mesma. Porém, há prevalência que a criminalidade trata-se de números pré-coleccionados de crimes e delitos da mesma família (crimes contra pessoas; crimes contra a propriedade; crimes contra honestidade; crimes contra a segurança pública; crimes contra a economia nacional e o Estado e, crimes contra a ecologia e meio ambiente, cibercrime, dentre as diferentes classes criminais, que tenham caracterizado a insegurança vivida pelas populações de uma determinada região, explicita e implicitamente no panorama cartográfico e cronológico.

2.7 Evolução da educação em Moçambique

O homem logo a nascença, sempre foi objecto e sujeito de educação e formação em três estágios de socialização (Rocha, et al., 1999).

Baseando-se nesta perspectiva, em conjunção com os documentos literários, revisados ao longo da pesquisa se chegou a conclusão que, a primeira instância da educação se coincide sociologicamente com a de socialização informal e primária, a família. Em segundo lugar instância formal intitulada, escolar, onde a pessoa tem passado a ter a educação de carris técnico-científicos e consequentemente vai adquirindo e desenvolvendo competências, básicas, pessoais, sociais e pré-profissionais, em suma, aquelas competências ditas como transferíveis, a ética e pautas gerais de convivência em comunidades sociais. A terceira instância, a considerada não formal, de forma holística e heurística é constituída em organizações de socialização tradicionais como: igrejas, empresas, corporativas industriais, desportivas e outros estágios congêneres (Guidens, 2004, 2012).

O pesquisador percebeu que, de formas holística e heurísticamente, a educação é um facto meramente social, mas vinculado com determinados meios dignos da sua existência e perfeição: existência porque a educação está para o homem, ela molda o ser humano na medida em, que é lhe transmitido valores, normas, regras e atitudes de convivências sociais, a forma de ser e estar no ecossistema sócio-crático, bem como o saber fazer algo, ao seu bem estar e, a perfeição, porque educação é feita em instituições sociais, quer a formal, a não formal e informal. As pessoas intervenientes são actores conscientes e sábios dentro de seus estados potenciais e multidimensionais.

O território moçambicano, no século VII da nossa era, foi o palco das migrações asiáticas, sobre tudo os persas e árabes, cujo propósito era o comércio (troca de produtos como porcelanas, miçangas e outros objectos de adorno) com ouro, prata, conchas marinhas e outros produtos preciosos, que na altura existiam no Antigo território de Mussa-Al-Bik, hoje, Moçambique (Cumbi, et al., 2009; Hedges, 1999; Nhampule & Mavie, 2011).

Os Árabes vinham para o país pela costa oriental, de África, em pequenas embarcações, vulgo balancetes e, ao longo da costa oriental, haviam fundado feitorias comerciais, tais como: Kiloa, Zanzibar na região de actual República Unida da Tanzânia; Ilha de Moçambique e Sofala, em Moçambique (Hedges, 1999; Nhampule & Mavie, 2011).

Os povos residentes nas zonas onde fundavam as feitorias comerciais, incluindo os que vinham do interior do continente ao litoral para trocarem sua mercadoria com árabes, chegando a admirar a religião islâmica, consequentemente tiveram influencias tipicamente árabe.

Também, os povos destas regiões passaram a ter cultura educativa, inclusive a língua com influências árabe, exemplo: Tanzânia, fala Swahil, em Moçambique foram se registando zonas etno-linguística com sinais da língua árabe (khimwani, Emakhwa-naharra, Kotí), que se falam em Mocimboa da Praia; Nacala-Porto; Ilha de Moçambique e Angoche, respectivamente (Hedges, 1999; Nhampule & Mavie, 2011).

Relativamente à educação não formal, fora praticada no seio dos moçambicano através de diversas formas culturais. Segundo a coloquial expressão 'Moçambique é um mosaico cultural, invejável por excelência'. Pretendeu-se a firmar-se, com isso, que o território moçambicano possui a culturas nas suas múltiplas dimensões, desde a etno-linguística, a etno-artística dentre outras.

Comparativamente à educação considerada não formal tem sido tradicionalmente feita em cerimónias rituais e de iniciação. A título ilustrativo citam-se: cerimónias religiosas; ritos de iniciação, manifestadas em séries de gêneros feminino, masculino e simultâneo; em contextos de sexualidade e de nascimento de uma criança, onde se adestram regras, normas e valores culturais de acordo com a especificidade de cada episódio. Os actores principais da educação não formal são: líderes religiosos; mestres de ritos de iniciação; anciões familiares, comunitários e praticantes de medicina tradicional (Lima, et al., 2013; Hedges, 1999; Lakatos & Marconi, 2007), mas em sentido amplo, se incluem outras espécies de actores como líderes e delegados das instituições corporativas de natureza empresarial, desportiva, eclesiástica dentre outros.

Todavia, em Moçambique, a influência árabe na educação foi de cortes não formal e informal, apesar dos mesmos terem sido uns dos primeiros povos extra-africanos, a entrarem em contacto com o povo e perduraram tantos anos.

A educação formal foi levada a cabo progressivamente pelos portugueses através da religião cristã, comparativamente com outros países, que foram colónias de Portugal. Portanto, apesar de passados cerca de oito séculos depois da chegada dos Árabes no século VII, em 1498 (séc. XV) nossa era, os portugueses quando vieram a Moçambique sob comando de Vasco de Gama, iniciaram seguidamente com a educação e formação caracteristicamente formal ao povo moçambicano. Lembrem-se que as primeiras escolas tinham como objectivo principal, a formação de filhos de colonos, na qualidade de classe dominante. Posteriormente começaram com a formação de filhos de moçambicanos que faziam parte da máquina do jugo colonial, cujos eram

considerados por assimilados e, os da classe dominada, que formava a maioria, eram ensinados em escolas de ensino rudimentar, por missionários, depois por professores moçambicanos, que apesar da deficiente formação pedagógica fizeram diferença na educação dos patriotas (Hedges, 1999; Mondlane, 1995).

As escolas naquela epopéia se classificavam em duas categorias essenciais: primeiro foram escolas oficiais, onde estudavam filhos de colonialistas portugueses e seus congêneres, em segundos planos houberam as escolas rudimentares para a formação de moçambicanos com o intuito de alfabetização de saber ler, escrever o nome e falar a língua portuguesa. E, quem passasse a aprender ler, fazer cálculos em aritmética e tabuada, logo tinha o privilégio de trabalhar na secretaria e ser intérprete a outros, com vista a robustecer o funcionamento da acção da dominação colonial. E, conseqüentemente, os cidadãos adquiriam o título de assimilados (Hedges, 1999).

O Cristianismo, por intermédio da Companhia de Jesus e a Santa Sé, mais a igreja anglicana constituíram o veículo da educação formal nas colónias portuguesas, em geral e, de uma forma particular para a Província Ultramarina de Moçambique, a actual República de Moçambique, nascida em 25 de Junho de 1975, depois de aproximadamente 500 (quinhentos) anos da dominação portuguesa desde, em 1498 (n.e), nossa era.

“O que temos a fazer o indígena é desenvolver praticamente as suas aptidões do trabalho manual e aproveitá-lo para a exploração da província” (Albuquerque, s.d., citado por Hedges, 1999, p. 248).

O trecho foi escrito por Mouzinho de Albuquerque, no século XIX, cerca de 1898, como a forma nítida de expressão relativa à existência de uma educação discriminatória na época do colonialismo português. Porém, este princípio que marca as características da educação no continente africano, de uma forma especial em Moçambique, também, foi decalcada pelo Freire de Andrade, antigo Governador-Geral no século XX, aproximadamente nos anos entre 1906 e 1910, quando afirmava que *‘a única educação a dar ao negro seria aquela que fizesse dele um trabalhador’*, o que dignificava a forma flexível e rápida de promoção de um desenvolvimento económico, com vista a ultrapassar-se a crise económica,

que fizera sentir na província de Moçambique, como o resultado de acumulação das dívidas contraídas para a reconstrução sócio-económica da mesma colónia (Hedges, 1999; Mondlane, 1995).

Comparativamente ao ensino nos anos entre 1885 e 1930, o momento caracterizado por nova estrutura social, o racismo e o proto-nacionalismo, fruto da luta entre a classe burguesa constituída por brancos, mestiços, mulatos e negros assimilados e, a classe trabalhadora entre operários e camponeses, para o suporte da massa que formara o indiginato, na zona sul, centro e, no extremo ocidental do norte de Moçambique, a educação ficou a cargo das missões cristãs com a sede nos países vizinhos: protestantes da Igreja Anglicana da Inglaterra; Metodistas da Junta Americana, nos anos de 1880-1930; a Igreja Metodista Episcopal americana; Missão Suíça Presbiteriana, sediada em Rikatla-Maputo. A igreja católica as suas missões instruíam aos brancos, mistos e assimilados, onde os últimos depois da formação com a 3ª e 4ª classe, eram considerados professores que iam ensinando a outros negros, partindo pelo catecismo, depois a escrita, a leitura e cálculos, em quatro operações, dentre a adição, subtração, multiplicação e divisão (Hedges, 1999; Mondlane, 1995).

A problemática de segregação racial intensificada pelo colonialismo português, em Moçambique no contexto das áreas sócio-económicas e educativas, provocou o nascimento dos movimentos proto-nacionalistas que clamavam pelas melhores condições laborais nos campos de produção, a ocupação de melhores posições nos locais de trabalho, bem como a melhoria da qualidade de educação nas escolas, em fim, tudo fundiu-se na conquista da identidade e cultura africana e nacional. Os traços nacionalistas se caracterizaram de várias formas, cujas, tiveram como o foco de partida nas reivindicações, greves, criações literárias e associativas: o Brado Africano, um movimento literário; obras de Noémia de Sousa, em Magaiça; José Craveirinha, em Gado Mamparra, Magaiza e Mamana Saquina; Marcelino dos Santos, em Kalungano; João Dias em Godido e outros contos; Luís Bernardo Honwana, em Cão Tinhoso; Sérgio Vieira, Fernando Ganhão, Aníbal Aleluia e outros poetas e escritores (Hedges, 1999).

Comparativamente à literatura, também, se notavam revelações orais, em canções populares e artísticas durante o trabalho forçado e culturas agrícolas obrigatórias, outro lado, eram as manifestações cinestésicas e corporais, em danças durante os momentos de diversão popular, bem como as artes plásticas e pinturas de Malangatana; Ngoenha, mascaras e esculturas Macondes, cujos, fenómenos de forma simultânea se conjugavam com as agremiações dentre o Nucleio Negrófilo Africano, mais tarde denominado Associação de Negros Africanos; o Movimento de Jovens Democratas de Moçambique (MJDM) e Nucleio dos Estudantes Secundário de Moçambique (NESAM) liderado por Eduardo Mondlane, em 1949 (Hedges, 1999; Cumbi, et al., 2009).

As manifestações contra as façanhas colonial-fascistas e raciais, em todas esferas sociais, económicas, políticas e sócio-educativas na África, de um modo especial no território moçambicano, promovidas pelas potências coloniais e europeias, para o caso da antiga Província Ultramarina portuguesa, hoje a Pátria amada – Moçambique, foram se prologando de diversa formas, apesar das barreiras e repressões drásticas levadas a cabo pela Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) e a Direcção Geral de Segurança (DGS), uma máquina mortífera montada pelo Governo Fascista português, em 1930, até na década 70 do mesmo século XX, os momentos que intensificam-se no país, formas de agremiações nacionalistas políticas difundidas pelo povo e intelectuais assimilados, cujos abandonaram o território moçambicano e foram se exilar nos países vizinhos como a antiga Rodésia do norte (Zâmbia), Malawi e Tanzânia (Hedges, 1999; Mondlane, 1995).

2.7.1 Educação na Frente de Libertação de Moçambique

A necessidade pela conquista da identidade nacionalista nas colónias europeias sitiadas no continente africano, foi se agudizando no período depois da Segunda Guerra Mundial, em 1945 conjugado com a criação da organização das nações Unidas (ONU) e a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que exigiram o respeito pela dignidade da pessoa humana em

todos aspectos, com vista ao gozo da sua plena autonomia, liberdade e, da consciência intuitiva da mente (Hedges, 1999; Mondlane, 1995).

O povo africano a partir desse período intensificou-se em criar as manifestações, movimentos e associações políticas, rumo à conquista de sua identidade cultural, que somente podia se concretizar por intermédio da independência política de cada um dos países, que estava nas mãos das nações mais experientes em comércio e tecnologia industrial nas suas múltiplas dimensões. Alias, recordem-se que a procura das mercadorias e matéria-prima para alimentar as fábricas oriundas das grandes invenções e a Revolução Industrial, faz parte de uma das causas que arrastou as potências europeias à expansão para África, Ásia e América, mais tarde para Austrália (Cumbe, et al., 2009; Hedges, 1999; Mondlane, 1995).

No âmbito dessa onda pela procura da liberdade, identidade e cultura, Moçambique na qualidade de uma das regiões de África, que sofreu directamente a dor proveniente do açoite fascista colonial, caracterizado pela exploração do homem pelo homem, escravatura, lapidação de recursos naturais (marfim e ouro), incluindo a florestal, hídrico e trabalho forçado, acima de tudo o racismo, maior factor de discriminação sócio-económica e educativa, também, fez a sua diferença criando manifestações e agremiações socio-políticas, que se drenaram em três movimentos nacionalistas: União Nacional Democrática de Moçambique (UDENAMO), fundada, em Bulawayo – rodésia do Sul, hoje Zimbabwe, aos 2 de Outubro de 1960, por determinados trabalhadores de Manica, Sofala, Gaza e Lorenzo Marques – Maputo, dentre eles David Mabunda, Uria Simango, Adelino Gwambe e seguidamente juntou-se o Paulo Gumane; Mozambique African National Union (MANU), nascido em Mombaça – Quénia, no mês de Fevereiro de 1961, por nacionalistas de Cabo Delgado, onde o presidente e secretário-geral foram Mateus Mmole e Lourenço Malinga, por último, fora a União Africana de Moçambique Independente (UNAMI), floresceu em, Malawi, também, no ano de 1961, por nacionalistas de Tete, Zambézia e Niassa, cujo, líder foi Baltazar Changonga. seguidamente se fundiram em uma grande monção que uniu o Povo

moçambicano, a 'FRELIMO' (Frente de Libertação de Moçambique [Frelimo], 1978; Hedges, 1999; Mondlane, 1995).

Os testemunhos literários que narram a história da evolução do nacionalismo e deu ao florescimento da Independência Nacional de Moçambique, sempre têm revelado que o 25 de Junho de 1962, em Dar-Es-Salam, na altura capital de Tanzânia, foram unificados os três movimentos políticos e nacionalistas, em Frente de Libertação de Moçambique, designada abreviadamente pela sigla FRELIMO. Porém, nos dias 23 a 28 de Setembro, no mesmo país, realizou-se o 1º Congresso desta moção, que elegeu o Dr. Eduardo Chivambo Monlane, presidente do movimento e, decidiu-se a 'Unidade Nacional' como o lema estratégico e indispensável para a liberdade, em Moçambique. Diante das pretensões pela aquisição da identidade e cultura africana e nacionalista, a FRELIMO, se determinou em desencadear a insurreição armada, aos 25 de Setembro de 1964, início da Luta Armada de Libertação Nacional, o melhor recurso para atingir objectivos fundamentais do povo unido do Rio Rovuma no norte e Rio Maputo ao Sul e, do extremo limítrofe ocidental ao Oceano Indico, cujos se focalizavam sobre a independência e a construção do Estado moçambicano, livre de discriminação de qualquer dimensão e exploração do homem pelo homem (Frelimo, 1979; Hedges, 1999; Mondlane, 1995).

As tonalidades sobre o nascimento da identidade e cultura moçambicana, baseada na educação com o currículo caracteristicamente libertador iniciaram nas Zonas Libertadas, fundadas durante o decurso da Luta Armada promovida pelas Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM) sob a direcção da FRELIMO. Nas zonas libertadas, o povo foi mobilizado à consciência nacionalista e ideologia política libertadora, livre de traços de opressão colonial-fascista. Resumidamente, as zonas libertadas funcionaram durante o período de luta armada, em uma espécie de teste sobre a forma de organização socio-económica e política de um Estado independente da dominação e segregação estrangeira, à experiência africana e moçambicana, refere-se da livre exploração colonial e do fascismo português. As escolas instaladas nas zonas libertadas foram leccionadas por membros das FPLM, formados no Centro de Preparação Política Militar de

Nachingweya, na República Unida de Tanzânia. E, nelas se difundia a ideologia política da classe trabalhadora sem discriminação racial e exploração do homem pelo homem, conhecimentos técnicos e científicos que sustentassem a vida, em diversas áreas: educação, cultura, saúde, economia financeira e comercial, em produtos de natureza agro-pecuária e outros (Hedges, 1999).

“Estudar, produzir e combater” o lema da Frelimo no decurso da luta armada à 1968 na realização da II Conferência de educação que definiu a linha de ordem, que chamava atenção a todo povo das zonas libertadas, que dentro da ideologia política que nos orienta, nela acresce-se a questão de estudar para a apreensão e aquisição de conhecimentos técnico-científicos com vista a erradicação de analfabetismo no seio dos moçambicanos, também, tinham que trabalhar o campo, para produzir alimentos visando eliminar a fome e a nudez, porque a actividade agro-pecuária fora a fonte de rendimento, por último combater para libertar Moçambique. Assim o lema estudar, serviu para consciencializar o povo nas zonas libertadas e membros das Forças Populares de Libertação de Moçambique, a sua importância no domínio da ciência e tecnologia, em prol do progresso e prosperidade de uma nação (Frelimo, 1977; Hedges, 1999).

2.7.2 Educação no período após Independência Nacional

O alcance da identidade e cultura africana, foi o anseio do povo do continente vítima da ocupação e colonização pelos povos de outros continentes, em destaque a Europa, exemplo dos países como a Inglaterra, Holanda, França, Alemanha, Portugal e outros. Porém, o factor principal, a difusão de culturas e, de conhecimentos técnicos e científicos, tem sido o histórico, psicológico, sociológico e político em contextos educativos.

A FRELIMO, o movimento político que dirigiu o processo libertador durante a insurreição armada até 7 de Setembro de 1974, dia de assinatura dos Acordos de Lusaka - Zâmbia, procurou fortemente resolver a problemática de erradicação do analfabetismo no seio do Povo moçambicano. A formação do Governo de Transição, momento depois de assinatura dos Acordos de cessação de fogo entre

a Frente de Libertação de Moçambique e Governo colonial-fascista português, um dos desafios que carregara, obviamente que foi a intensificação da revolução técnico-científica, com vista a formação de quadros para assegurar e desenvolver a riqueza socio-económica do Estado em florescimento.

Proclamada a Independência Nacional, em 25 de Junho de 1975 e, a sua Constituição, em República Popular de Moçambique, assim, vinda do momento de desagregação da economia colonial e fascista, lançou-se o sistema de ensino e educação, como uma base sólida para o progresso de Moçambique. A Frelimo, (1977) diz o seguinte

No sector de educação é indispensável continuarmos a promover a elevação constante dos conhecimentos técnicos e científicos das classes trabalhadoras e assegurar o seu acesso aos níveis superiores do ensino. Através do ensino da ideologia científica do proletariado, as estruturas da educação devem fornecer a todos os moçambicanos uma concepção científica e materialista. (p. 135)

A partir desta citação, ora extraída no Relatório da FRELIMO, alusivo ao 3º Congresso, o primeiro a realizar-se, em Moçambique independente do Jugo colonial-fascista, concluiu-se que o novo governo instalado no país se centralizou pela promoção da educação, que explícita e implicitamente, encontrava a sua inspiração em sistema marxista-leninista, próprio do socialismo e comunismo soviético, que vigorara na epopeia de 1917 a 1989 no palco da concorrência política entre os dois blocos: Capitalista liderado pela Organização do Atlântico Norte – NATO e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, sistemas conhecidos na história, como promotores da Democracia e Comunismo planetários, respectivamente.

As transformações socio-económicas e políticas registadas no mundo, fruto da queda da cortina de ferro, o vulgo muro de Berlim, que demarcou o fim da Guerra-Fria, cujo fenómeno o Fukuyama (1999), considera o “*Fim da história e do último homem*”, conjugadas com as negociações de referências, para o fim em,

1992 das hostilidades civis decorridas durante 16 anos entre o Resistência Nacional de Moçambique – RENAMO e a Frente de Libertação de Moçambique – FRELIMO, libertador e governo do dia, através da revisão da Constituição da República e, a aprovação da nova Constituição em 1994, Moçambique optou, também, em mudar da democracia mono-partidária e ideologia sistémica socialista para a democracia hetero-partitária.

O impacto dos câmbios registados no sistema sócio-económico da humanidade a nível do planeta de um lado e, Moçambique por outro lado, foram dando eco gradual, tendo originado proporcionalmente ao conjunto de reformas no sistema de educação (currículos) de ensino e aprendizagem, que se caracterizaram de seguinte forma: I. depois da independência nacional funcionara o sistema de educação herdado das zonas libertadas com o currículo recheado de ideologias libertadoras, típicas dos currículos de oprimido de acordo com o Freire (1996); II. a Lei nº 4/83 de 13 de Março, procedeu com a primeira dimensão de reformas na educação em consonância com a Constituição da república de 1975; III. a Lei nº 6/92 de MEC promoveu a segunda dimensão de reformas educativas no contexto simultâneo da revisão e aprovação da Constituição de 1994 e IV. a terceira dimensão de reformas nota-se nos anos 2003 a 2007, tidas as dimensões correlacionadas com as reformas no campo da educação, indicam que as políticas públicas nesta área, sempre sofreram transformações tentes a contextualização do sistema do ensino e aprendizagem de acordo com os momentos decorrentes, em paralelo ao progresso social, económico, cultural e político, à comprovação real e certa, que a educação e o currículo, ambos são fenómenos sócio-históricos, devido a sua decorrência política e contextual (Basílio, 2010; Ministério de Educação e Cultura [MEC], 1980, 1995).

Todavia, para se concretizarem as facetas das reformas educativas durante o período compreendido entre 1975 e 2007, em diante foi necessário passar por várias metamorfoses na área de ensino e aprendizagem, em Moçambique independente, dentre elas, passamos a descrever de forma mais sucinta:

Realizou-se na Cidade da Beira, capital provincial de Sofala no região centro do país, o primeiro (I) Seminário promovido pelo Ministério de Educação e

Cultura, onde participaram professores e quadros experimentados no campo de educação, uns desde as zonas libertadas, no compute de todos níveis de ensino instituídos no novo Estado, a partir do nível primário, secundário, centros de alfabetização e educação de adulto, por onde exprimiram as seguintes clausulas: a) elaboração de novos conteúdos de ensino da 1^a a 11^a classes, baseadas na alteração, reajuste e adequação dos conteúdos; b) introdução da disciplina de educação política, com vista a disseminação das ideologias nacionalistas, fraternas e da unidade nacional, em prol do progresso e prosperidade de cidadania e moçambicanidade; c) introdução de estudo político nos professores, visando a mudança de consciência em relação as ideologias da cultura e identidade moçambicana nos quadros que vinham leccionando desde o sistema colonial; d) introdução de disciplinas de história e geografia de Moçambique, obrigatórias em todos níveis, de modo a converter a tática patenteada na ideologia das colónias portuguesas serem províncias ultramarinas da Metrópole, pátria portuguesa; e) introdução de actividades culturais nas escolas, a melhor forma de resgatar as culturas populares e moçambicanas, dentre cantilenas e, a dança na qualidade de riquezas orais, cinestésicas e corporais da literatura secular e histórica do povo; f) deu-se atenção ao valor das actividades produtivas no princípio da sua vinculação teórico-prática com reflexos frutíferos na aprendizagem cooperativa e colectiva, ideologia política da Frelimo experimentada desde as zonas libertadas (MEC, 1980).

Também, em Abril de 1975, no distrito de Ribaué – Nampula, foi realizado o Seminário educativo alusivo à análise das experiências no campo da alfabetização e educação de adulto, na perspectiva de prosseguir com o processo de ensinar a ler e escrever às massas populares e, intensificar a disseminação das ideologias políticas e nacionalistas ao povo moçambicano, em salvaguarda da reconstrução nacional, cujas mentes estavam cimentadas de trauma advinda das ideologias seculares do colonialismo e fascismo português.

As Linhas Gerais do Sistema Nacional de Educação, elaboradas, em 1981 pelo Ministério de Educação, perante a Sessão da Assembleia Popular, se converteram em um instrumento jurídico, Lei nº 4/83, de 13 de Março, que veio

introduzir o primeiro leque de reformas na educação, cuja denominação no contexto da organização estrutural e modo de funcionamento, fora considerada como o ‘Sistema Nacional de Educação – SNE’, direccionado a formação do “Homem Novo”, cujas origens derivam da classe de trabalhadores (Operários e Camponeses), em símbolo de inspiração política do sistema Marxista-Lenenista e comunista (Basílio, 2010; Premugy, 2012).

Nestas circunstâncias, o artigo 1 da Lei nº 4/83, embebida nos princípios da Constituição de 1975, descreve o seguinte: a) ... um direito e dever de todo o cidadão, o que se traduz na igualdade de oportunidades de acesso a todos níveis de ensino e na educação permanente e sistémica de todo povo; b) reforço do papel dirigente da classe trabalhadora e aliança operária-camponesa...; c) o instrumento principal da criação do Homem Novo, liberto de toda carga ideológica e política da formação colonial e dos valores negativos da formação tradicional.

Portanto, demonstra-se nestes princípios legais, que o governo emergido no período após a Independência nacional, ficou decidido em estabelecer o sistema educativo para todos cidadãos como um direito e um dever. O termo dever aqui prescrito, tem o significado de obrigatoriedade para todo o moçambicano independentemente da sua faixa etária, raça, religião e condição social, ter que gozar essa faculdade nobre de educação da cultura e identidade nacional, no sentido formal e escolar, para erradicação do analfabetismo e, apreensão e aprendizagem da técnica e da ciência.

Ciente das competências diversificadas e dedicação do povo moçambicano ao trabalho, desde a experiência obtida nas zonas libertadas, se conheceu que a cooperação da massa trabalhadora com a aliança entre operário e camponês, na educação se cristaliza a formação patriótica do cidadão, em Homem Novo, livre da ideologias colonial-fascista, supersticiosa e obscurantista (Frelimo, 1977).

Estruturalmente, o SNE estava formado em cinco subsistemas: 1. Educação geral, compreende-se em ensino primário, secundário e médio ou pré-universitário. Cujos, objectivos consagrados no artigo 12 da Lei nº 4/83, são: a) assegurar o direito à educação de crianças e jovens moçambicanos; b) garantir a formação integral e unificada, ajustados nos princípios epistemológicos,

ideológicos, políticos, cívicos, culturais, técnicos e éticos, com vista á aquisição de habilidades intelectuais, físicas, desportivas, culturais e manuais; 2. Alfabetização e educação de adultos, segundo o nome diz, este subsistema desenhava-se para pôr fim ao analfabetismo aos jovens e adultos e velhos, ensinando a ler, escrever e contar. Para aqueles que possuíam habilidades da leitura, escrita e noções de contas, passavam à educação de adutos; 3. Educação técnico-profissional, baseava-se na formação agro-pecuária, comercial e industrial, bem como artes e ofícios (carpintaria, tipografia, olaria e alfataria); 4. Formação de professores, tratava-se em centros de formação de professores primários e 5. Educação secundária, compreendia o ensino de 5ª a 9ª Classes. A passo que, o ensino médio ou pré-universitário, consistia de 10ª a 11ª classes e, a Educação superior e Universitária, para Bacharelato e Licenciatura, iniciava-se com a 11ª classe, cujo ingresso era por selecção segundo o plano traçado centralmente pelo MEC, no âmbito das políticas públicas do governo moçambicano (MEC, 1980).

A formação de professores deve reformulação do currículo de 6ª e 9ª classes mais dois meses, para 6ª classe mais 6 meses e, mais tarde, para 6ª classe 3 anos e 9ª classe mais 1 anos. Porém, a lei que introduziu o novo SNE, os modelos passaram para 7ª classe mais 3 anos e 9ª classe mais 2 anos de formação. As escola de formação e educação de professores (EFEP) e Centros de formação de professores primários (CFPP) passam para Institutos dos magistérios primários (IMAPs), posteriormente chamados Institutos de formação de professores (IFPs), com o modelo de formação 10ª classe mais 2 anos e 12ª classe mais 2 anos respectivamente. Enquanto, em 2007 a Universidade Pedagógica de Moçambique, deu início de curso superior de formação de professores com níveis de Bacharelato e Licenciatura (Basílio, 2010).

A Lei nº 6/92, de 6 de Maio, introduziu a segunda dimensão de reformas no sistema de educação em Moçambique, com vista a responder as novas transformações sócio-ecnomicas e políticas, que se registaram no mundo inteiro, em paralelo com aquelas ocorridas no país, caracterizadas pelas negociações de cessação de hostilidades civis entre a RENAMO e Governo em, Roma aos 4 de

Outubro de 1992, facto que derivou conseqüentemente com a revisão da Constituição e, aprovação da Constituição de 1994.

A intensificação da moçambicanidade foi notável na Unidade Nacional alicerçada no respeito pelas diferenças e diversidade étnica, religiosa, cultural, género e política, considera-se o âmago fundamental para a prosperidade e a perpetuação da democracia hetero-partidária em florescimento no país e, a educação tem a tarefa de inculcar e cimentar a difusão ideológica a todos cidadãos para tomar a consciência e mudar a mentalidade, a maneira de pensar, sentir e agir em prol da paz e convivência harmoniosa entre os povos (Basílio, 2010).

A segunda dimensão das reformas no sector da educação, proporcionou a prerrogativa de além do Estado sozinho assumir a função e o dever de fomentar o processo de ensino e aprendizagem aos cidadãos, também, esta função devia ser exercida por outras entidades singulares, colectivas e públicas, no âmbito de uma gestão privada, sem se traduzir em, o mesmo Estado deixar de cumprir o seu dever tradicional de desenvolver o acto educativo para o povo moçambicano, dentro do seu núcleo de Administração Pública. Assim, a educação para erradicação do analfabetismo e formação do Homem Novo, puro da ideologia colonial-fascista, também, serviu para a difusão de uma ideologia de reconciliação, democracia multipartidária e, diversidade étnica e expressiva cingidas no respeito e cumprimento dos preceitos jurídicos em curso no país (MEC, 1995).

Relativamente a esta lei, que abriu o espaço para a criação de estabelecimentos de ensino e aprendizagem privados e particulares, o governo moçambicano aprovou a Lei nº 1/93, de 24 de Junho, que regulariza a estrutura funcional do ensino superior no país. O incremento do progresso do país no decurso de aproximadamente 10 anos, incentivou ao governo avançar por outra grandeza de reformas no sector da educação através da Lei nº 5/2003, de 21 de Janeiro, cujos objectivos se descrevem de seguinte forma: 1. difundir os valores éticos e deontológicos; 2. prestar serviços às comunidades e 3. promover o intercambio científico, cultural, desportivo e artístico com outras instituições. Foi

nesta preceituada, onde se fez o decréscimo do período de permanência nos cursos de licenciatura em Moçambique, de 5 anos para 4 anos, para o curso de medicina, também diminuiu de 7 anos para 6 anos e, na mesma lei se extinguiu o curso de bacharelato.

A terceira medida de mudanças no sistema nacional de educação, promovida pela Lei nº 5/2003, acima devidamente identificada, conseguiu introduzir cerca de cinco princípios essenciais, que formam as características próprias das mesmas: I. o ensino primário foi destrinchado em 3 ciclos de aprendizagem, dentre a Escola Primaria do 1º grau (EP1), que se compreendeu em 1º ciclo de 1ª a 2ª classes e, o 2º ciclo de 3ª, 4ª e 5ª classes. Seguidamente, o 3º ciclo, de 6ª a 7ª classes, que leccionava-se na Escola Primaria do 2º Grau (EP2); II. Princípio esteve centrado no processo organizacional do ensino e aprendizagem, em forma integral a partir da exposição dos objectivos, conteúdos, a textura do material didáctico, valores éticos e atitudes, bem como o modo de avaliação de toda conjuntura; III. Introdução de aprendizagem de valores culturais locais, e comunitários, cristalizados no contexto das disciplinas transversais, cujo fundo de tempo, em 100%, pelos menos 20% desse período, passa-se para aprendizagem da identidade cultural comunitária, que em conjugação com a cultura científica, pode vier incrustar a educação e os curriculos integrais em Moçambique; IV. emergência do ensino bilingue na educação básica e primária no país, demonstrou a intervenção robusta de técnicos e académicos especializados na elaboração dos curriculos no país, que valorizou a pertinência do signo histórico e nativo, no processo de ensino-aprendizagem (MEC, 1999; Premugy, 2012; Vigotsky, 1989, 2007).

As correntes das mudanças curriculares no sistema educacional, prosseguiram até no Ensino secundário geral (ESG), que se encontrava em dois ciclos, dentre primeiro (1º) ciclo que partia da 8ª, 9ª e 10ª classes e, segundo (2º) ciclo, de 11ª e 12ª classes respectivamente. Os pressupostos essenciais dessas mudanças, sempre ficaram associados com a questão da formação de homem e mulher moçambicanos, dotados de conhecimentos culturais, éticos e tecncio-

científicos imbuídos de normas e princípios de identidades nacional e global (MEC, 1999).

Salienta-se ainda, que as transformações sociais, económicas, culturais e políticas no planeta, foram escoando gradualmente para as comunidades regionais de cada continente, por exemplo: a União Europeia, em 1999, cerca de 29 “vinte e nove” países, puderam reunir em Bolonha na Itália, para analisar o progresso doravante da educação ao nível da região, para a primeira década do século XXI e, seguidamente teceram certos objectivos: a) adopção de um sistema de dois ciclos dentre um pré-graduado e graduado que conduzam a graus comparáveis e legíveis e, em que o primeiro ciclo seja relevante para o mercado de trabalho europeu; b) estabelecer um sistema de transferência e acumulação de créditos – ECTS; c) definir as dimensões europeias de educação superior, removendo obstáculos à mobilidade e ao reconhecimento e certificação de habilitações. Esta convenção foi aditiva no sistema jurídico doméstico moçambicano, por intermédio da Decreto nº 32/2010 em, Sistema Nacional de Acumulação e Transferência de Créditos Académicos – SNATCA (Premugy, 2012; Soarez, 2013).

A região da África Austral, onde se encontra situado Moçambique, existe uma organização regional africana, com a denominação de Comunidade para o Desenvolvimento de África Austral (SADC), cuja no âmbito da globalização, obteve a visão e exigiu aos países membros, que comungassem a forma de exercício do sistema de educação, com vista conceber e implementar o currículo integral nas escolas, com o ensino aprendizagem que atribui aos formandos competências de responsabilidade, autonomia na aplicação de conhecimentos às realidades vividas na comunidade, em consideração das línguas maternas e estrangeiras herdadas no processo de colonização de África. Por outro lado, a aprendizagem deve ser extensiva às disciplinas transversais, referentes à saúde pública, diversidade política, étnico-racial, expressiva, cultural e género, no círculo da construção e convívio democrático, que se regista na consideração e respeito de opiniões e humanismo.

2.7.3 A génese da educação superior em Moçambique

Incumbe-nos nesta secção, tecer a abordagem sobre a história do percurso do ensino superior, em Moçambique com a ligação do termo aprendizagem, porque as duas actividades se exercem em simultâneo e, ao mesmo tempo. Apesar de por razões epistemológicas relacionadas com a forma de perfeição do processo, poder implicitamente se concentrar no professor, no estudante e vice-versa. Porém, as experiências nos ilustram que, em regra vão se estabelecer, o ensino e aprendizagem.

Os testemunhos bibliográficos, em especial na sua maioria, os de cunho jurídico, demonstraram que o processo de educação e formação superior em Moçambique iniciou em, 21 de Agosto de 1962, com abertura de Estudos Gerais Universitários de Lourenço Marques, actual Cidade – Capital de Moçambique, por meio do Decreto-Lei nº. 44.530/62, que criava, também, o ensino superior, em Moçambique e Angola. Pois, recordem-se que ambos países, na altura eram considerados, Províncias Ultramarinas de Portugal. Simolizando que, tenha sido estratégia colonial, portuguesa de instituir a educação e formação superior nas colónias de África naquele momento.

Os Estudos Gerais Universitários de Moçambique, abreviadamente designados com sigla (EGUM), leccionavam nas suas instalações uns 9 “nove” cursos superiores: Ciências Pedagógicas; Medicina e Cirurgia; Engenharia Civil; Engenharia de Minas; Engenharia Mecânica; Engenharia Electrónica; Engenharia Química; Agronomia e Floresta e, Medicina Veterinária.

Todavia, de 1965 a 1968, também, nos estabelecimentos de EGUM introduziram a leccionação de novos cursos, sendo: Formação de Professores para o Nível Secundário, Matemática Teórica e Aplicada, Física, Química, Biologia e Geologia (Ministério de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia [MESCT], 2000).

No ano de 1968, a instituição, EGUM ganhou estatuto através do Decreto-Lei nº 48790/1968, de 23 de Dezembro e passou a ser denominada Universidade de Lourenço Marques, abreviadamente designada, (ULM) e introduziu cursos de Licenciatura efectivamente realizados em Moçambique (Chilundo, 2003; Cruz, 2008; Dias, 2009; MESCT, 2000).

Em 1974, a ULM leccionava apenas uns 14 (catorze) cursos de várias áreas: Filologia Românica, História, Geografia, Economia, Engenharia Metalúrgica, Engenharia de Minas, Matemática, entre outros cursos. À data da Independência Nacional, em 1975, a ULM, detinha uns 5 “cinco” docentes moçambicanos e 2400 (dois mil e quatrocentos) estudantes (Chilundo, 2003; Cruz, 2008; Premugy, 2012).

No ano de 1976, a ULM, em homenagem de Dr. Eduardo Chivambo Mondlane, fundador da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), passou a ser chamada Universidade Eduardo Mondlane, abreviadamente designada com a sigla (UEM), com Sede na então capital do país, Maputo.

O Estado criou a segunda instituição superior pública em 1985, por Despacho Ministerial nº 73/85 do Ministério da Educação, com o nome Instituto Superior Pedagógico, com a sigla (ISP).

Em 1991, o Estado cria Escola Náutica, torna uma nova instituição superior, a Escola Superior de Ciências Náuticas através do Decreto nº 28/2004, de 20 de Agosto, abreviadamente designada por sigla (ESCN) vocacionada a formar técnicos superiores para a área náutica.

A necessidade de expansão da formação de quadros cientificamente qualificados, em matérias de pedagogia e didáctica, versus ciências de educação, em 1995, o Instituto Superior Pedagógico (ISP) é transformado em Universidade Pedagógica (UP), estabelecendo-se assim a segunda Universidade Pública do país.

Na década noventa, em 1999, a problemática da criminalidade demanda a intensificação do processo de formação de quadros, técnica, ética e deontologicamente qualificados para melhorar as estratégias na prevenção e combate a este flagelo socialmente nocivo. Assim, a única instituição pública de Ensino Superior a ser criada em Moçambique, foi a Academia de Ciências Policiais, com a sigla (ACIPOL) com o objectivo de formar oficiais de polícia de nível superior.

O período após Independência de Moçambique, em 25 de Junho de 1975, passados 15 (quinze) anos, com a revisão da Constituição da República, em 1990 e, com a emergência da economia de mercado no país, aprovou-se a Lei nº 1/93,

de 24 de Junho, que permite a fundação de instituições de ensino e formação superior privadas em Moçambique, com os propósitos de suprir a problemática da demanda nesta área de formação superior, devido as insuficiências de o sector público conseguir responder e absorver a essa procura.

O menor número de estabelecimentos de ensino superior existente na altura, sitiava-se, em Maputo, então Capital político-administrativa de Moçambique.

As primeiras instituições privadas de ensino superior se destacaram: i - O Instituto Superior Politécnico e Universitário (ISPU - Decreto nº 44/95 de 13 de Novembro), sediado em Maputo; ii - a Universidade Católica de Moçambique (UCM - Decreto nº 43/95 de 14 de Setembro), sediada na Cidade da Beira, na província de Sofala, com as delegações nas províncias de Nampula e Niassa. O Instituto Superior Politécnico e Universitário, actualmente denominado Universidade Politécnica (Donaciano, 2011; Premugy. 2012).

De 1996 a 2009 são criadas, mais vinte Institutos de Ensino Superior privados: i - o Instituto Superior de Ciência e Tecnologia de Moçambique (ISCTEM), pelo Decreto nº 46/96 de 5 de Novembro; ii - a Universidade Mussa Bin Bik (UMBB), pelo Decreto nº 13/98 de 17 de Março; e iii - o Instituto Superior de Transportes e Comunicações (ISUTC), pela Resolução do Conselho de Ministros nº 33/99 de 1 de Novembro, dentre outras instituições académicas existentes por todos cantos do país: institutos superiores, escolas superiores e académicas, vão somando um universo além de três dezenas (30) estabelecimentos em funcionamento (Chilundo, 2003; Dias, 2009; Ministério de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia [MESCT] , 2000).

De acordo com Nhambiu (2016) no país existem cerca 49 “quarenta e nove” instituições do ensino superior, dentre 18 “dezoito” públicas e 31 “trinta e uma” privadas, que se encontram por todo território moçambicano.

O simpósio nacional de ensino superior realizado na Cidade de Maputo, Moçambique, nos finais de 2019, anunciou que no país existiam 53 “Cinquenta e três” instituições de ensino superior, cujas, devido as suas delegações e faculdades espalhadas pelo território, faziam universo de 160 “cento e sessenta” estabelecimentos públicos e privados, também, instalados por todos quadrantes

desta pátria. Todavia, o rápido progresso e expansão do ensino superior, enfrenta consigo certos problemas de recursos materiais e humanos, facto que torna maior desafio relacionado com a qualidade na formação superior de quadros no país.

A estratégia de intensificação de normas jurídicas tem como propósitos específicos de garantir o funcionamento correcto das mesmas:

A provação da Lei nº 5/2003, de 21 de Janeiro, que revoga a Lei nº 1/ 93, em matéria de regulamentação visou, entre outros aspectos, o Controle da Qualidade. Em seguida, criou-se a Lei nº 27/ 2009, de 29 de Setembro – Lei do Ensino Superior (Donaciano, 2011; Premugy, 2012).

A complexidade do funcionamento do ensino superior promove o processo da normalização. E, seguiu-se a Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade do Ensino Superior, Decreto nº 63/2007; a Lei do Ensino Superior, Lei nº 27/2009, o Regulamento do Quadro Nacional de Qualificações do Ensino Superior, Decreto nº 30/2010; o Sistema Nacional de Acumulação e Transferência de Créditos Académicos, Decreto nº 32/2010; o Regulamento do Conselho Nacional de Ensino Superior, Decreto nº 29/2010; Qualificadores Profissionais de Funções Específicas do Conselho Nacional de Avaliação de Qualidade do Ensino Superior, Resolução nº 23/2009; o Regulamento de Licenciamento e Funcionamento das Instituições de Ensino Superior, Decreto nº 48/2010 e, o Regulamento de Inspeção às Instituições de Ensino Superior, Decreto nº 27/2011 (Premugy, 2012). Porém, o funcionamento excelente, a eficácia e eficiências destes dispositivos legais, precisa que os quadros, agentes pela fiscalização e inspecções, sejam indivíduos sérios, honestos, responsáveis, competentes, transparentes e imparciais no exercício das suas funções. E, tenham em consciência todos males e danos causados à sociedade pela corrupção.

2.8 Procriação conceptual de currículo em Moçambique

Moçambique foi uma colonia portuguesa fustigada pelo sistema fascista, que teve começo nos finais do último quartel do século XV em, 1498 que culminou com a Independência Política Nacional, cinco séculos após o início do último

quartel do século XX, aos 25 de Junho de 1975. As noções sobre o currículo no campo da educação, foram introduzidas pelo sistema colonial mas, sob responsabilidade da Igreja Católica e Apostólica Romana com objectivo de alfabetizar os povos nativos e indígenas (Assis, Tajú & Covane, 1990; FRELIMO 1978).

As potências colonizadoras em África, sobretudo o nosso país, que foi uma colónia portuguesa, a órbita que envolvia o desenvolvimento da educação quer para os filhos da elite formada por colonos e seus colaborador no exercício de aparelho administrativo, que formavam a nobreza e a burguesia colonial, quer para a maioria denominada de forma figurativa por indígenas, ambas formas de educação chamavam: sistema de educação, uma linguagem que expandiu-se para o período pós independência nacional em, 1975 ao começo da primeira década do século XXI, período que seguiu com proliferação de discursos políticos matizados com a palavra, currículo.

Salientar que os currículos tiveram caracteres idênticos aos traços de uma educação em defesa dos interesses da classe dominante, apesar de os primeiros momentos tiverem o propósito de ensino de catecismo, abecedário, leitura, escrita do idioma português e a aritmética, de forma inclusiva, registou-se também, a desagregação na educação, em virtude de ter existido uma dualidade tipológica, onde uma delas fora, para filhos das camadas nobre (colonos e indígenas), negros com exercício de cargos de apoio administrativo e outra tipologia de nativos que constituíam a massa popular. Facto que levou a concordar com Apple (2006), Young (2000) e outros, que descreveram a função reprodutora e ideológica da escola e do currículo diante da formação e desenvolvimento do homem.

2.9 Formação superior da PRM em Moçambique

O presente espaço ficou reservado para se falar sobre Academia de Ciências Policiais - ACIPOL, a instituição única de formação superior de quadros da Polícia da República de Moçambique - PRM à categoria de oficiais da polícia, por privilégio e honra, o estabelecimento onde foi desenvolvido o estudo empírico de campus sobre a nossa tese intitulada: *Estudo de Currículo e Formação de*

Agentes de Segurança Pública, na Perspectiva dos Desafios contra as Novas Formas de Criminalidade, em Moçambique. (Caso da Formação Superior da Polícia da República de Moçambique - PRM, período entre 2010 e 2021).

O Decreto nº 24/99, de 18 de Maio, cria a Academia de Ciências Policiais, abreviadamente designada pela sigla ACIPOL e, publica os respectivos estatutos.

“ACIPOL é uma instituição policial de ensino superior que desenvolve actividades de ensino, de instrução, e de investigação e extensão” (Decreto nº 24/99, 1999).

Segundo esse preceito, a ACIPOL é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica e goza de autonomia científica, pedagógico-administrativa e disciplinar.

O ensino ministrado na ACIPOL orienta-se nas formações: de base de nível superior a fim de assegurar aquisição de conhecimentos essenciais ao permanente acompanhamento da evolução do saber; de carácter técnico, projectada a satisfazer a qualificação profissional ao desempenho das funções técnicas no âmbito policial; de ética e deontologia, consubstanciada em uma educação moral e cívica, objectivando aos discentes, cadetes e alunos os atributos de carácter, em especial o alto sentido do dever, honra e lealdade da disciplina e as qualidades de dirigente, próprias do oficial da polícia; preparação física e, de adestramento policial, visando conferir aos discentes o desembaraço físico e por treino imprescindíveis ao cumprimento das suas missões (Academia de Ciências Policiais [ACIPOL], 1999).

Relativamente à organização do ensino, os planos curriculares dos cursos superiores compreendem áreas científicas de índole estritamente académica e unidades curriculares de instrução e treino tendo em conta as regras aplicáveis às instituições de ensino superior em Moçambique.

As actividades de ensino têm o carácter presencial obrigatório e desenvolvem-se entorno das aulas teóricas, teórico-práticas, práticas e seminários, complementados em conferências e, por trabalhos de aplicação, estágios, visitas e missões de estudo de acordo com a pedagogia mais aconselhável ao processo de

ensino e aprendizagem das matérias das áreas curriculares que integram os planos dos diversos cursos (ACIPOL, 1999).

No domínio da sua missão, a ACIPOL promove actividades de investigação visando ao desenvolvimento das ciências policiais, a formação metodológica dos estudantes, a procura constante de novas soluções pedagógicas e a melhoria do ensino.

Quanto aos títulos académicos, a ACIPOL projectou-se para outorgar graus de bacharel, Licenciado, Mestre e Doutor àqueles que concluíam os respectivos cursos ou acções de graduação superior ou pós-graduação, conferindo diplomas que são assinados pelo Reitor. ACIPOL emite diplomas de participação e de aproveitamento aos que concluíam os cursos de aperfeiçoamento e especialidade, assinados pelo Reitor ou por outra entidade, por ele devidamente autorizada.

A principal missão de ACIPOL consagrada nos seus estatutos é a preparação de oficiais da polícia, mediante adequada formação científica, profissional e deontológica, na esteira do seu Regulamento Geral Interno, abreviadamente designada, RGI.

O acesso dos estudantes tem sido feito por candidaturas públicas para jovens maiores de 18 “dezoito” anos de idade, que tenham feito a 12ª Classe ou nível equivalente nos termos da lei, para o ingresso no ensino superior na República de Moçambique. Também, têm aberto prerrogativas para membros da PRM e outros órgãos de Defesa e Segurança do Estado moçambicano, que tenham idade entre 18 “dezoito” anos ou mais desde que possuam requisito de carácter académico, a 12ª Classe ou equivalente; nível psíquico, cívico e moral devidamente comprovados por testes vocacionais e personalidade comprovados por entidade legitimadas e dotas competências respectivas. Ambos idade e género ou sexo de nacionalidade moçambicana originária ou estrangeira, mediante protocolos de cooperação internacional com todos direitos de âmbito internacional e adjacentes devidamente observados e implementados sem repugnância (ACIPOL, 1999; Premugy, 2012).

A partir de 1999, o ano de fundação de Academia de Ciências Policiais ao período da realização do presente estudo, tiveram início cursos de bacharelato

que tinham a duração de três anos; licenciatura com 4 “quatro” anos lectivos e 1 “um” ano de estágio, cujas praticas Pré-profissionais a partir de do 6º semestre, onde a perspectiva fora de aplicar conhecimentos teóricos em situações concretas de uma maneira reflexiva no campus real típica de acções preventiva e repressiva ao crime e à criminalidade, respectivamente.

Os cursos de bacharelatos tiveram lugar, em 2001 a 2004. As circunstâncias atinentes ao progresso institucional culminaram com abertura de cursos de bacharelatos, denominados por “Cursos Executivos” destinados para oficiais com as funções de Direcção e Chefia. Cujas categorias de ingresso, em termos académicos, também, se equiparavam com os primeiros cursos de bacharelatos.

O decurso de mestrados, cursos de Pós-graduação em 2013 foi programado para 2 “dois” anos, em uma decomposição de 4 “quatro” semestres, para mestrado académico e 3 “três” semestres, em correspondência a um ano e meio, para o mestrado profissional, que tivera o seu começo no ano de 2016. Mas, ambos cursos tiveram a projecção, para habilitação em especialidades de Segurança Pública e, Investigação Criminal e Criminalística (ACIPOL, 1999; Soarez, 2013).

O âmbito do processo das reformação de ensino superior, no país, foi conjugados com aderência do Sistema do Ensino Superior do País nos Protocolos de Bolonha, intitulados Sistema Nacional de Acumulação e Transferência de Créditos Académicos (SNATCA), contribuiu a extinção de currículo de bacharelato, tendo ficado somente cursos de licenciatura, para a graduação e, mestrado e doutorado, para currículo de Pós-graguação, em Moçambique. A ACIPOL, como subsistema emergido no Sistema Nacional de Ensino Superior no país, também, seguiu às ondas das mesmas transformações (ACIPOL, 1999; Premugy, 2012).

2.10 Situação criminal e criminalidade entre 2010 e 2021

A questão de currículo, formação, segurança pública, crime e a criminalidade, constituíram factores principais que formam a textura do âmago da presente pesquisa. E, para a melhor clarificação das razões, que comoveram para a prossecução da mesma, passou-se a desenvolvimento, apresentação e descrição do panorama criminal, baseando em informes da Procuradoria-Geral da República – PGR, de todo período compreendido entre (2010 e 2021), com a configuração e teor seguintes:

Em 2010, foram registados vários crimes contra a vida, dentre: Homicídio voluntário correspondente a 651 casos; homicídio voluntário simples, com 226 factos registados e homicídio voluntário qualificado com 510.

Os crimes de homicídio, na sua maioria se relacionam com o rapto e morte de cidadãos possuidores de deficiências de pigmentação da pele, caso geneticamente considerado, por Albinos, pessoas com a predominância de alelos recessivos, para efeitos de extracção de órgãos e tecidos humanos. Cujos fins de motivação para a prática deste tipo de acções macabras, têm tido interpretações relacionadas com a superstição e feitiçaria.

A salientar, também, que comparativamente às infracções contra albino, tem se reportados nas províncias nortenhas de Moçambique (Niassa, Cabo Delgado e Nampula), que chegaram ao ponto de violação de sepultura e campos de ente cidadão perecido, que tinham problemas de pigmentação da pele, vulgo, albinos.

A corrupção, também ganhou relevo, no ano em estudo, onde o Estado perdera uns 131.311.727, 4 Mt (Cento, trinta e um milhões e, trezentos e onze mil e, setecentos e vinte e sete e, quatro centavos de Meticais), moeda nacional moçambicana. Deste montante, o Estado ultimamente recuperou apenas, uns 349.623, 23 Mts (Trezentos, quarenta e nove mil e, seiscentos, vinte três meticais e vinte e três centavos), ambos montantes, correspondentes a 489 casos.

O crime contra a propriedade, em especial ao furto de viaturas domésticas e dos países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), foram indiciados 494 homens, dentre 10 foram estrangeiros. Porém, certos carros

foram recuperados por meio de missão conjunta entre a polícia regional, no âmbito da Organização Internacional da Polícia Criminal – OIPC/ICPO, conhecida vulgarmente por Polícia Internacional, com a sigla (INTERPOL), criada em 1923, presidida actualmente por Mireille Ballestrazzi e, com a sede em Lyon – França.

Os indivíduos de faixas etárias entre 17 e 35, foram interpelados com quantidades consideráveis de drogas e substâncias psicotrópicas: cocaína 19.569, 72 quilogramas (kg); heroína 6,5 kg; haxixe 1kg e efedrina 10 kg, onde as proveniências têm referências no território nacional e internacional.

As tecnologias de informação e de comunicação (TICs) e a globalização, apesar de contemporaneamente estarem a proporcionar um desenvolvimento sócio-económico e técnico-científico excelente, têm feito parte das causas da eclosão dos crimes relacionados com o tráfico de drogas: estupefacientes e outras substâncias psicotrópicas, bem como o tráfico de pessoas na sua maioria mulheres e crianças, quer ao nível nacional, quer além fronteiras.

Relativamente a estes crimes, presume-se que as pessoas são aliciadas com promessas de boas vagas de emprego e trabalho, onde posteriormente nos lugares de destinos vão sofrer exploração, em trabalhos forçados e abusos sexuais de diversa ordem e, com vistas traumatizantes. Também, existiram relatos de as mesmas pessoas serem vítimas de extracção de órgãos e tecidos humanos para fins ligados com actos criminais convergidos, em homicídio.

A imigração ilegal, este tipo de infracção tem contornos com outros delitos precedentes, dentre a corrupção, criminalidade transfronteiriça e o crime organizado. Os maiores focos têm como suas origens nas províncias de Cabo Delgado, Nampula e Tete, onde as causas estão associadas com a vulnerabilidade das fronteiras moçambicanas, cuja segurança é bastante frágil.

Os factores principais com que se relacionam estes crimes, citam-se ainda o crime organizado e a corrupção, onde estão envolvidos cidadãos nacionais, na falsificação de documentos de identificação pessoal a cidadãos estrangeiros, na realização dos circuitos de alojamento e transporte. Assim, durante o ano de 2010, foram repatriados 3.397 (três mil, trezentos e noventa e sete) imigrantes.

2.10.1 Características da situação criminal em 2011

Comparativamente com outros crimes que caracterizaram o preterido ano de 2010, consecutivamente se registaram, também, no ano em estudo. Porém, o crime de branqueamento de capitais financeiros caracterizou extraordinariamente o ano de 2011.

A infracção de branqueamento de capitais financeiros, tipicamente, tem tido outros crimes conexos: a corrupção, crime organizado, tráfico de drogas, estupefacientes e substâncias psicotrópicas a criminalidade transfronteiriça. Na província central de Manica, em Milange – província de Zambézia e no Posto Policial de Zimpeto – Maputo, foram interpelados cidadãos na posse de 62.930,00 USD (sessenta e dois mil e novecentos e trinta dólares-americanos); 1,331.640,00 Kwachas malawinas (um milhão, trezentos e trinta e um mil e, seiscentos e quarenta Kwachas) moeda malawina e 400.000, USD (quatrocentos mil dólares-americanos). Nas mesmas circunstâncias, um cidadão moçambicano foi detido no Aeroporto de Manzine, no Reino de Swazilândia, na posse de 18.000.000,00 ZAR (dezoito milhões de Rand sul-africano), quando se preparava a embarcar para um país do Médio Oriente.

Quanto ao crime de tráfico de pessoas, essencialmente mulheres e crianças, registou-se um facto, na Cidade de Chimoio, capital da província central de Manica, em Moçambique, onde duas crianças de idades compreendidas, em media 11 anos, foram raptadas por sujeitos não devidamente identificados, que as levaram para Cidade de Tete, também capital de uma província central de Moçambique. Seguidamente, as crianças foram mantidas em cativeiro, em jeito de cárcere privado, onde estavam acorrentadas e coagidas a consumir substâncias psicotrópicas e drogas.

Também, as tradições e culturas locais fazem parte de tráfico de pessoas sobretudo crianças. O caso ocorreu em, Mussurize, na Província Central de Manica, onde um pai foi penhorar a filha de aproximadamente 11 anos de idade, num curandeiro, pretendendo contrair dívida no valor monetário de 7.000,00 ZAR (sete mil rands) sul-africano, cujas promessas eram para liquidar o empréstimo, em 100% do valor. O facto, as autoridades tradicionais, consideram normal, mas

certos populares da zona, contestaram a atitude e submeteram à justiça convencional, para posteriores trâmites julgados cordialmente legais.

Registamos, ainda, em 2011, casos de extracção de órgãos humanos, nomeadamente, nos Distritos de Mecanhelas, na Província do Niassa; Chimoio, na Província de Manica; Chibabava, na Província de Sofala e Morrumbala, na Província da Zambézia. Não há informações acabadas e fiáveis sobre a finalidade destas acções macabras. Estas práticas atentam contra a dignidade da pessoa humana, devendo por isso, serem banidas da sociedade moçambicana (Procuradoria-Gera da República [PGR], 2011).

A cooperação internacional, especialmente com os países vizinhos, bem como o envolvimento de todos segmentos sociais na prevenção deste tipos de crimes macabros, se tornam imprescindíveis, juntamente com as autoridades policiais, Ministério Público e a Justiça.

2.10.2 Características da criminalidade em 2012

Em 2012, os crimes contra a vida: homicídio voluntário 651; homicídio involuntário simples 558 e homicídio voluntário qualificado 549. A corrupção apresentou 508 casos correspondentes a prejuízo de cerca de 222.806.827 Mts (duzentos e vinte e dois milhões, oitocentos e seis mil, oitocentos e, vinte e sete meticais) desviados dos fundos financeiros do Estado.

As quantidades de droga, dominam muito, em especial se destacam: Cannabis sativa ou suruma 31.641, 987kg; cocaína 4,690 kg; heroína 4, 265; haxixe 48,055; efedrina 37,5 kg e Mandrax 0,440 kg, cujo crime, envolveu cidadãos de idades compreendidas entre 17 e 65 anos, dentre 49 cidadãos estrangeiros, em um universo de 335 pessoas envolvidas nos actos.

As infracções de homicídios associado a extracção de órgãos e tecidos de origem humana, em Maputo, um pai pretendeu vender o seu filho menor no valor de 500,000,00 Mts (quinhentos mil meticais); Na Cidade da Beira, província central de Sofala, duas pessoas decapitaram a cabeça de um menor e Tete, também, a

província central de Moçambique, uma menor de seis anos, foram amputados os seus órgãos genitais.

Os crimes de violência sexual contra menores de dois a dezasseis anos de idade, foram tomando espaços cimeiros, no mesmo período, ocorreram em instruções uns 335 processos criminais, cujos seguiram posteriores trâmites legais sem repugnâncias.

Em paralelo aos crimes contra a honra, honestidade e dignidade da pessoa humana, está a criminalidade contra a biodiversidade, caracterizada pelos abates indiscriminados de espécies da flora e fauna conjugado com o contrabando de espécies em vias de extinção.

A cibercrime, conhecida por criminalidade informática e telemática tivera factos consideráveis, essencialmente os crimes relacionados com o scanner, e-mail, telemóvel, máquinas de pagamentos bancários (Automated Teller Machine - ATM) e cartões bancário, clonagem e pagamentos via (Point of Sale ou Point of Service - POS).

Os crimes relacionados com as migrações ilegais, comparando com o ano de 2011, que houveram 2.386 acontecimentos, verificou-se, quase uma triplicação, quando em, 2012 se registaram 4.315 fenómenos.

2.10.3 Características da criminalidade em 2013

O relatório do informe da Procuradoria-Geral da República (PGR) à Assembleia da República (AR) foi matizado com factos criminais, que foram atípicos para Moçambique. Dentre essas situações criminais se destacaram em numero de 7 (sete) infracções de roubo com o recurso à arma de fogo, e com enfoque aos raptos, onde para o resgate da vítima, os criminosos exigiam aos seus familiares o reembolso de altas somas monetárias, em dólares norte-americanos, cujos calculo só podem equiparar em meticais, o dinheiro usado, para as transacções em Moçambique:

1º Os indivíduos não conhecidos foram interpelar um cidadão estrangeiro e, com recurso à arma de fogo, ameaçaram e o raptaram obrigando-o introduzir-se

na viatura, que se faziam transportar. Para a sua libertação foram exigir aos familiares, o reembolso de uns 200.000,00 USD (Duzentos mil dólares) norte-americanos. Após o pagamento, dois dias depois, a vítima foi liberta no Bairro urbano de Anhane na Cidade da Matola, em Maputo;

2º Indivíduos foram aliciar a outro cidadão a venda de uma porção de terra, para fins de uso e apropriação da terra, na Cidade da Matola, Província de Maputo. O sujeito, quando chegou o dia para vê-la, foi ameaçado com o recurso à arma de fogo e posteriormente fora coagido entrar na viatura, que se faziam transportar, juntamente com a menor que levava, a qual fora despejada na rua. Tendo sido mantida a vítima, em cárcere privado e, para a liberdade, foram exigindo aos familiares da mesma, que pagasse 1.000.000,00 Mts. A vítima foi resgatada após o pagamento, mas com a intervenção das autoridades policiais, onde seguidamente os criminosos foram detidos e os processos dirigidos aos tribunais, para fins judiciais respectivamente;

3º Uns 7 (sete) indivíduos foram sequestrar dois cidadãos, numa obra de habitação, onde com recurso à arma de fogo, conseguiram raptar a fins de cárcere privado e, para a libertação exigiram aos familiares de um deles, para reembolsar uns 2.000.000,00 USD (dois milhões de dólares norte-americanos). Os autores foram presos e os processos submetidos no tribunal para efeitos legais;

4º Quatro sujeitos, empunhando a arma de fogo, interceptaram um cidadão no Bairro urbano de Khonkholote, Cidade de Maputo, onde forçosamente o obrigaram entrar na viatura, que se faziam transportar e, levaram a um sitio, onde, em cárcere privado começaram exigir o pagamento para o resgate, em um montante de 1.000.000,00 Mts e, a vítima foi liberta pelos familiares, quando fizeram o pagamento, depois de 24:00 horas dos factos;

5º Uma infracção de natureza criminal, ocorreu, quando oito indivíduos utilizando as armas de fogo, foram interceptando uns cinco cidadãos em diversas artérias da Cidade de Maputo. Tendo obrigado, que se introduzem-se nas viaturas, onde os criminosos se faziam transportar, foram levando as vítimas aos cativeiros, onde posteriormente, exigiram aos familiares das vítimas, por meio de

telefonemas das próprias vítimas, para o resgate, com o pagamento de uns 4.000.000,00 Mts. Os processos com oito arguidos presos, foram instruídos e remetidos ao Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, para posteriores trâmites legais;

6º Um grupo de criminosos, embateu-se com o carro de um cidadão, em uma das Avenidas da Cidade de Maputo e, seguidamente pegaram no cidadão e obrigaram introduzir-se na viatura, que se faziam transportar. Seguidamente o agrediram fisicamente até lhe causarem lesões graves num dos seus olhos. Nas circunstâncias semelhantes, os mesmos criminosos, interceptaram outro cidadão, que obrigaram entrar na sua viatura e, levaram ao cativo, onde, com uso do telemóvel da vítima, começaram exigir aos familiares da mesma, o desembolso de 8.000.000,00 Mts (Oito milhões de meticais) para o resgate e, os familiares para fê-lo. Mas, os processos com 4 arguidos presos, foram instruídos e remetidos, também, ao Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, para posteriores tramites legais;

7º Os indivíduos, também, não devidamente identificados, foram interceptar um cidadão numa das avenidas da Cidade Maputo, com recurso a arma de fogo, o intimidaram e, forçosamente obrigado entrar na sua própria viatura, conduzido a certo lugar onde mantiveram, em cativo privado, por meio de telemóvel da vítima, começaram exigir aos familiares o reembolso de 200.000,00 USD (duzentos mil dólares norte-americanos) e 600.000,00 Mts (seiscentos mil meticais) a libertação. Processo com 3 arguidos foi instruído e, remetido ao tribunal para outros trâmites julgados legais.

O período em estudo, também, foi caracterizado pela ocorrência e registo de crimes de tráfico de drogas e substâncias psicotrópicas, delito que envolve cidadãos nacionais e estrangeiros, através do Aeroporto Internacional de Maputo e fronteiras terrestres. A título de exemplo, foi o abandono em uma das matas do distrito de Boane, província de Maputo, de uns 5.283,5 quilogramas de haxixe, cujos autores foram desconhecidos; nos bairros urbanos da Costa do Sol, Cidade de Maputo, foram descobertos e desmantelados, uns dois laboratórios de droga.

Também, se adicionam certas quantidades de drogas registadas na mesma época: 5.193,753 kg de *cannabis sativa*, 13,722 kg de cocaína, 4,114 kg de heroína, 202,040 kg de haxixe e 27,188 kg de efedrina. Foram incinerados 5.527,448 kg e 141 plantas de *cannabis sativa*, 45,040 kg de *haxixe* e 26,200 kg de *efedrina* e destruída uma plantação de *cannabis sativa* de 0,5 hectare.

O tráfico de pessoas humanas marca o ano de 2013, registado nas província de Zambézia, distritos de Murrumbala, Milange e Gurué, posteriormente, províncias de Sofala e Manica, onde as mulheres e crianças são as mais preferidas pelos criminosos, que aliciam suas vítimas com as promessas de formação e, emprego dentro e fora do país. Porém, sabe-se que, os fins desses actos, se relacionam com a exploração sexual e mão-de-obra barata, bem como a extracção de tecidos e órgãos humanos para efeitos estranhos. Cujas, difícil caracterização torna imensa por parte de especialistas e juristas.

Segundo PGR (2013, p. 27) ilustra que “*é preocupante o tráfico de pessoas com homicídios à mistura, para fins de remoção ou extracção de órgãos, a sangue frio, com danos incalculáveis nas vítimas, de ordem física e psicológica*”. Sinal, que é séria a questão de tráfico, exploração e homicídio, associado com a venda e extracção de órgãos humanos.

A situação de tráfico de crianças foi se narrando, que tem tido contornos nacionais e internacionais, as autoridades moçambicanas, afirmaram terem estando a coordenar com as autoridades de países vizinhos, exemplo de África do Sul² e outros países, para poderem prevenir e combater, também, ao nível da região de Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), tudo na esteira das acções da Polícia Internacional – INTERPOL.

2.10.4 Radiografia sobre a criminalidade em 2014

O ano de 2014 foi considerado como de progressão de acções de intimidação, ameaças e violências físicas e psicológicas, cujo vínculo está o crime

² A título de exemplo, corre termos em tribunal um processo-crime em que, 5 crianças do sexo feminino foram traficadas de Moçambique para a RAS (República de África do Sul). O processo tem 2 arguidos um dos quais moçambicano. No mesmo período em análise visitámos os Centros de Maguaza, na Província de Maputo e Amazing Center, em Mpumalanga, República da África do Sul, segundo a Procuradoria-Geral da República - PGR.

de rapto com exigências de altas somas monetárias aos familiares das vítimas, para o resgate. Os fenómenos de raptos ganham sua extensão ao longo de todo território moçambicano, para além da Cidade Capital política do País, alastrou-se para as Cidades da Matola, de Nampula, de Beira e Dondo, em Sofala. Assim, os autores, finalmente são detentores de imóveis, móveis e viaturas de luxo.

Os crimes cometidos por intermédio de telemóveis, com esses aparelhos, cidadãos são e têm sido amedrontados de rapto e morte caso não paguem, em valores monetários em meticais ou dólares norte-americanos (USD), para poderem escapar ou salvar-se das intencões (PGR, 2014).

Relativamente ao tráfico de pessoas e posterior extracção de tecidos e órgãos humanos, ainda continua a ganhar proporções eminentes e, sempre com o envolvimento de cidadãos nacionais e internacionais, vislumbrando que é um crime organizado e transfronteiriço.

O tráfico e consumo de drogas, também, vai estendendo as suas raízes fasciculadas, em todo território nacional e internacionais, por exemplo: em Namoto, Palma, na província nortenha de Cabo Delgado, que faz fronteira entre Moçambique e a Republica Unida de Tanzânia, dois cidadãos que diziam vindo do Quênia, foram surpreendidos na sua viatura, com uma substância, que se usa para o fabrico de Metoquanina.

Os ocupantes da viaturas, tentaram sem sucesso, subornar um dos polícias do Posto fronteiriço de Namoto, um valor monetário, em USD, 60.000, 00 (sessenta mil dólares norte-americanos), cujo valor, fora imediatamente apreendido e apenso ao processo, que acompanhou os arguidos ao tribunal, onde foram julgados a 12 anos de prisão maior, pelo Tribunal provincial de Cabo Delgado.

No período, em estudo, foram incinerados cerca de 1.140 plantas e 3.292,59 kg de *cannabis sativa*; 4,335 kg de heroína; 5.352 kg de haxixe; 32,496 kg de cocaína e 64,34 kg de efedrina. Consequentemente, foram instruídos 202 processos, com 200 arguidos, dentre 155 cidadãos detidos.

Quanto ao crime contra a biodiversidade e o meio ambiente, um número considerável de jovens aliciado, para proceder o abate indiscriminado de espécies

protegidas e, em via extinção, sobretudo nos parques e reservas faunísticos e florestais nacionais e dos países vizinhos, particularmente na África do Sul.

A questão de caçadores furtivos tem levado jovens a perecerem durante a disputa com os fiscais dos parques e reservas nacionais e internacionais, em procura de pontas de marfim, peles e unhas de leopardo e leão, bem como os cornos de rinocerontes, em particular quando os jovens pretendem entrar nos parques fronteiriços, como entre Moçambique e África do Sul.

Todavia, os indícios vislumbram que, as infracções ecológicas e contra a biodiversidade, marinha, fluvial, lacustre e terrestre, incluindo a extracção desenfreada de recursos minerais, contamina e polui as águas dos ribeirões e lacustres, têm tido contornos da criminalidade organizada, transfronteiriça e a corrupção.

As imigrações ilegais constituem o problema crucial, para Moçambique e tem tido circunstancialismo ligado com a corrupção, crime organizado e transfronteiriço, a semelhança das outras formas de crimes e criminalidade, a partir do transporte, acomodação, vistos e falsificação de documentos de identidade. Por exemplo, a rede comercial vulgo barracas e extracção artesanal e, ilegal de minerais, na zona norte e central de Moçambique, costumam a ser encabeçados por estrangeiros vindo da região dos Grande Lagos, Centro de África como, Burundi, Congo, Nigéria e no Corno de África, Somália e Etiópia, mais asiáticos, como os paquistaneses, indianos e chineses.

Actualmente, a Província de Cabo Delgado, distritos de Mocimboa da Praia, Palma e Magomia, no norte de país, são alvos de ataques praticados por sujeitos que aparentam ser membros do Radicalismos e Fundamentalismo Islâmico, cujos vestígios se equiparam com os movimentos rebeldes da Nigéria e Somália, que se estendem a Quénia até Moçambique. Portanto, deve constituir algo digno que merece de análise técnico-científica e política.

Relativamente aos factos ligados com as imigrações ilegais, foram repatriados uns 4.696 refugiados vindos de diversos cantos de Africa e Ásia.

2.10.5 Radiografia criminal em 2015 e 2016

Durante o período em estudo, se registou um conjunto de crimes equiparados aos de anos anteriores, mas, uns com a tendência de diminuir e, outros pretendem aumentar. Os factores influentes são diversos para ambos sentidos de regressão e progressão da criminalidade em Moçambique.

Em, forma de uma perspectiva realista, se descreveram os dados estatísticos das mesmas formas de criminalidade, por destaque: o branqueamento de capitais financeiros tem tido carácter associado com outras formas de crime e criminalidade como o tráfico de drogas; homicídios seguidos de extracção e venda de tecidos e órgãos humanos; fuga de fisco, caso de infracções fiscais; tráfico de seres humanos para fins relacionados com o trabalho forçado, exploração sexual e, outros crimes correlacionados.

Em Maio de 2017, na província de Manica, Posto Fronteiriço de Machipanda, isto é, na fronteira entre Moçambique e Zimbabwe, foram interpelados cidadãos paquistaneses, que faziam se transportar numa viatura, no decurso da revista, as autoridades fiscais apreenderam uns 424.792,00 USD (Quatrocentos e vinte e quatro mil, setecentos e noventa e dois dólares norte-americanos). Interrogados sobre o montante, os arguidos responderam que levavam a Dubai, um país de Emiratos Árabes. Também, os mesmos arguidos foram surpreendidos na posse de 14 telemóveis. O montante e os telemóveis, se encontravam escondidos nos compartimentos da mesma viatura, em que faziam se transportar os cidadãos.

Em 2016, seis cidadãos moçambicanos e um chinês, abriram uma instituição de crédito fictícia, designada Associação de Crédito para Ajuda Mútua, onde aliciavam outros cidadãos em, uns juros de 30% por cada depósito a prazo, em valor monetário de 20.000,00Mts. O Banco de Moçambique (BM), descobriu através de inspecções fiscais rotineiros. No acto da descoberta, os sujeitos já tinham uns 432.000.000,00MT, (quatrocentos e trinta e dois milhões de meticais) em, contas bancárias, tituladas por cidadãos ligados àquela associação.

O crime de tráfico de pessoas humanas, sobretudo mulheres e crianças, caracteriza-se pela movimentação dessas camadas sociais, do campo às cidades,

com promessas de formação e bom emprego. Em seguida, as pessoas são submetidas a trabalhos forçados, abuso sexual e homicídio vinculado com a extracção de tecidos e órgãos humanos, para fins incertos. Porém, em relação a rapto de albinos (pessoas com problemas de pigmentação da pele) foi de 51, no ano de 2015, para 15 no ano de 2016, tendo se notado uma ligeira diminuição (PGR, 2017).

As infracções criminais ligadas ao raptos de pessoas, que têm sido frequentes na Cidade de Maputo, Moçambique, registaram melhorias, em virtude de, em 2016 ter se registado 14 casos contra 44 factos em 2013. Tudo se manifestou dessa forma, graças a mobilização de todas categorias sociais, para efectuar a vigilância e denúncias populares, conjugadas com a campanha de registo de Cartões (subscriber identity module – SIM, em português: módulo de identificação do assinante) de telemóveis, em todo país do Rovuma ao Maputo e do Zumbo ao Oceano Índico.

O tráfico de drogas e substâncias psicotrópicas, tem tido ligeira diminuição graças a reformulação e aprovação do Código Penal moçambicano, bem como a mobilização popular sobre os efeitos nefastos da droga para o organismo humano. O ano de 2016 verificou-se a apreensão de 1.460,5kg de *Cannabis-Sativa* contra 5.371,3kg do ano de 2015, correspondente a uma redução de 3.910,8kg; 824g de Cocaína contra 9,792kg de igual período anterior, correspondentes a uma descida de 8,968kg; 122g de Efedrina contra 61,039kg de igual período anterior, correspondente a uma redução de 60,917Kg; 1,469kg de Heroína, contra 946g do ano de 2015, o que corresponde a um aumento de 523g; 51g de Haxixe contra 1,45Kg de Haxixe do ano passado, o que corresponde a uma redução de 94g; 553g de Mandrax e 46g de Morfina, contra 0,0 kg do ano passado (PGR, 2017).

O crime contra a biodiversidade inclui a caça furtiva de espécies protegidas e, em via de extinção³, bem como exploração e corte de espécies florestais com a

³ De acordo com *CITES* - Convenção Sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção, também conhecida por Convenção de Washington, ratificada por Moçambique, pela Resolução nº 21/81, de 30 de Dezembro.

mesma posição da fauna. Cujas espécies, se encontram preservadas em parques e reservas localizadas, em certas regiões de Moçambique e nos países vizinhos: foram apreendidos 76 Kg de cornos de rinoceronte; autoridade da República Socialista de Vietname, apreendeu cerca de meia tonelada de marfim escondida e camuflada num contentor que continha madeira vindo de Moçambique; no período em alusão, foram detidos 82 caçadores furtivo, em conexão com os cornos de rinoceronte, marfim e outros artefactos faunísticos preciosos, em um total 151 de caçadores envolvidos na acção, junto ao Parque transfronteiriço de Limpopo, com a África do Sul.

A exploração e corte ilegal de árvores para extracção de madeira, tem sido feita de forma insustentável, perigando o equilíbrio ecológico e do meio ambiente, na medida, em que por vezes procedem o processo de corte das plantas, em momentos de defeso, e raras vezes tem se observado as atitudes de reflorestamentos, em substituição das espécies em via de extinção. No Porto de Nacala-Porto, província nortenha de Nampula, em Moçambique, foram apreendidos cerca de 1.300 (mil e trezentos) contentores de madeira da primeira classe, madeira preciosa de pau-preto.

Todavia, em Gilé, distrito da província central da Zambézia – Moçambique, foram apreendidos 19 camiões contendo 489 toros de madeira dentre 235 madeira de tipo, Pau-ferro, cuja extracção foi feita em pleno período de defeso⁴.

O branqueamento de capitais financeiros, consiste em circulação no sistema financeiro do país, de valores monetários de proveniências ilícitas, em incursões de natureza criminal. O período em estudo a Procuradoria-geral da República relatou ter registado um total de 1.887.322.434,27MT (mil milhões, oitocentos e oitenta e sete milhões, trezentos e vinte e dois mil, quatrocentos e trinta e quatro meticais e vinte e sete centavos), com 16 processos instruídos e remetidos ao tribunal para posteriores trâmites legais.

O cibercrime e crime informático, ganhou o seu espaço, em 2015 e 2016 com o aperfeiçoamento de telefones móveis, com todo o sistema de computação integrado, os criminosos encontraram o seu meio fácil para a perpetração de

⁴O Diploma Ministerial nº 10/2016, de 16 de Janeiro.

qualquer tipo de crime: crime organizado e transfronteiriço; burla, ameaças a rapto e sequestros; os abusos sexuais contra menores, crimes contra honestidade; dentre outros casos criminais correlacionados.

O computo destes crimes convergidos sequencialmente em criminalidade, imbuí ao nascimento da consciência académica visando a estudar a presente problemática, para delinear-se estratégias curriculares para a melhoria na formação e no desenvolvimento de competências profissionais, em agentes de segurança pública, para a prevenção e o combate deste fenómeno social, que directa e indirectamente influi negativamente no progresso sócio-económico do país.

2.10.6 Situação da criminalidade de 2017 a 2019

Segundo as estatísticas colhidas nos informes anuais, 2017 e 2019 vislumbraram que a Procuradoria-Geral da República (PGR), forneceu à Nação, através de magnas reuniões de Assembleia da República que, durante esses períodos, em Moçambique foram registados crimes relacionados com as novas formas de criminalidade mais destacáveis no país, cujas se estimam que 10.5% do tráfico de pessoas em Moçambique, destina-se à exploração sexual e, que 89.5% à extracção de órgãos e trabalho forçado respectivamente.

A entidade dá ênfase, que o crime de tráfico de pessoas e de órgãos humanos manifesta-se pela movimentação de pessoas de um lugar para outro com a finalidade de explorá-las, de diversas formas, nomeadamente, o trabalho forçado, a exploração sexual, a prostituição forçada, podendo incluir a retirada de órgãos humanos (PGR, 2017, 2018).

A instauração de planos de acção multi-sectoriais, mais grupos de referências em todos segmentos sociais, político e administrativos, contribuiu bastante a redução de casos de tráfico de seres humanos, em especial os de problemas de pigmentação da pele, vulgo albinos, quer internamente, quer a título transfronteiriço. Facto que estima-se em cinquenta e uma ocorrências nos anos transactos para cerca 15 registos, nos anos em estudo.

O crime de rapto e sequestros que tem semeado a fobia quase absoluta no seio do povo moçambicano, com reflexos imensos na economia nacional, tem registado o seu decréscimo a contar com o ano 2013, o considerado mais e, de pico para este tipo de crime, com 44 “quarenta e quatro” casos processados, reduziu para 14 “catorze”, para os actuais momentos.

O Município de Maputo e da Matola, continuam a comandar na lista deste tipo de crime de rapto com recurso a arma de fogo, “sete” casos na Cidade de Maputo e 4 “quatro” na Cidade de Matola, tendo ficado as 3 “três” cifras, para outras cidades do país, sobretudo nas capitais regionais: Cidade da Beira, zona Centro e Nampula, região norte do país, respectivamente. A maneira esporádica tem sucedido na Cidade de Chimoio, em Manica – zona Central e Cidade de Nacala-Porto, província de Nampula, no Norte do país.

O tipo legal crime de tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas apresenta-se, repetidamente, com contornos de crime organizado e transfronteiriço repercutindo-se no incremento da criminalidade e na degradação da saúde dos cidadãos, particularmente, dos jovens. Alias, a forma tão abrangente, pode se afirmar que a questão de tráfico e consumo de drogas e estupefacientes de natureza ilícita, constitui e possui reflexos na saúde pública, pois os danos além de psicológico que afecta ao consumidor, também, são proporcionais à família, comunidade e povo, indo cair nos cofres do erário público, devido aos custos imensos que acarretam as consequências deste tipo de flagelo sócio-económico.

Relativamente ao combate de tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, foram detidos, no período em estudo, 482 indivíduos, dentre 15 estrangeiros e 467 nacionais, contra 309 do período anterior, representando um aumento de 173. Deste modo, no país, foram instaurados 641 processos, contra 366, de igual período anterior, o que corresponde a um aumento de 275 processos, com maior incidência para os de consumo da *cannabis sativa*. E, pontos críticos para o tráfico e consumo de drogas e substâncias psicotrópicas são a Cidade de Maputo e as Províncias de Tete e Sofala, que apresentam uma quantidade considerável de processos, ordenados em 106, 98 e 84, propriamente.

Porém, no mesmo período, foram apreendidos e incineradas 603,733kg de Ácido Antranílico e 3.360Kg de *Cannabis-Sativa* (PGR, 2019).

As infracções contra a biodiversidade no ordenamento jurídico de Moçambique, envolvem os crimes contra a fauna e flora, abrangem, entre outros, a caça proibida, processamento, exportação e importação ilegal, tráfico e consumo de produtos proibidos. Envolvem ainda outros crimes conexos, como, armas proibidas, falsificação de documentos, contrabando, descaminho, corrupção e branqueamento de capitais, pressupondo o seu combate a colaboração de todos os segmentos da sociedade.

Moçambique 25% de superfície terrestre faz parte de áreas de conservação no âmbito de o Estado moçambicano ter criado órgãos administrativos vocacionados a protecção do meio ambiente e turismo, cujos, envidam esforços com vista à aprovação de instrumentos jurídicos que conjugados com as convenções internacionais, defendem os recursos naturais e pune os infractores contra o meio ou ecossistema e a sua biodiversidade.

Branqueamento de capitais financeiros, nos períodos em pesquisa, foram registados aproximadamente, 12 comunicações e 4 denúncias de operações suspeitas, que totalizam 1.887.322.434,27MT (mil milhões, oitocentos e oitenta e sete milhões, trezentos e vinte e dois mil, quatrocentos e trinta e quatro meticais e, vinte e sete centavos), e deram lugar a 16 processos, contra 8, em igual período do ano anterior. Foi deduzida acusação em 7 “sete” processos, em 2 “dois” recaíram despacho de abstenção e 7 “sete” encontram-se em instrução preparatória.

O país contemplou na sua legislação penal, o tipo legal crimes informáticos, documento jurídico que chegou de preencher um vazio que existia nesta área. Ciente que a globalização envolve consigo a expansão de qualquer tipo de cultura, serviços e produtos, de naturezas tangíveis e intangíveis. A popularidade de uso de informação digital via telefone, uso de transacções financeiras via Internet, dentre vários aspectos electrónicos, que fazem parte da vida diária dos homens e mulheres, crianças e adultos, tudo carece de precauções jurídico-policiais. Assim,

o período em análise, foram instaurados cerca de 135 processos, dos quais 56 acusados e 74 em instrução preparatória (PGR, 2017, 2018).

A corrupção constitui um dos crimes (quebra-cabeças) no país, acções mais candentes, foram a das Linhas Aéreas de Moçambique – LAM, junto Aeroportos de Moçambique, Cidade de Maputo versus, Capital do país com UDS 800.000 dólares norte-americanos; Fundo de Desenvolvimento Agrário (FDA), junto ao Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural, também, Cidade de Maputo com 167.180.717.89MT (cento e sessenta e sete milhões, cento e oitenta mil, setecentos e dezassete meticais e oitenta e nove centavos) e, em último ponto é o financiamento e funcionamento das empresas PROINDICUS, EMATUM e MAM, que recorreram a créditos em bancos estrangeiros, beneficiando-se de garantias emitidas pelo Estado moçambicano, caracterizando a dívida pública que presume-se não ter sido declarada pelo Estado, sucinta investigação minuciosa e exclusiva para o apuramento da veracidade, com vista não prejudicar a maioria em benefício de uma minoria (Idem).

2.10.7 Radiografia da criminalidade entre 2020 e 2021

Este período ficou caracterizado por um universo 76.161 processos, contra 68.021, de igual período anterior, o que forma um incremento em 8.140, correspondente a 12%. Para este trabalho importam-nos destacar: criminalidade contra a vida; tráfico de pessoas, órgãos e migração ilegal; raptos; tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas; infracções contra a biodiversidade, criminalidade cibernética e criminalidade económico-financeira (PGR, 2020, 2021). Para melhor compreensão se descreveu cada uma das famílias da criminalidade de forma seguinte:

1. Durante o período de 2020 a 2021, registamos uns 2.490 processos crimes contra a vida, um bem ético e jurídico máximo e inalienável, em protecção e valorização da dignidade humana. Perfazendo a comparação com o ano passado, uma diferença de 263 processos.

A saber que esta categoria de crime contra a vida tem sido constituída por factos que atentam os direitos humanos, a vida e integridade física da pessoa

humana, especificamente as ofensas corporais voluntárias e involuntárias, e homicídios voluntários e involuntários sucessivamente.

As províncias nortenhas e centrais do país são as mais vulneráveis: Cabo Delgado, devido ao impacto do terrorismo, cujos números de processos são indeterminados, por causa da complexidade dos actos; Zambézia, por causas de conflitos sociais (familiares); Sofala e Manica, devido aos conflitos armados e sociais na sua diversidade com 556, 278 e 268 processos respectivamente.

2. O tráfico de pessoas, de órgãos humanos e migração ilegal é uma tipologia de criminalidade com tonalidades incertas devido ao modus operandi dos autores com nacionalidades diversificadas dentre as do continente africano, europeu, americano, asiático e australianos, onde a porta principal de entrada é a vizinha África do Sul.

O tráfico de pessoas humanas, sobretudo mulheres, crianças e dolecentes se destinam à exploração e abusos sexuais, enquanto as de sexo masculino são usadas para trabalhos nas farmas, entre outras formas. Também, ambos sexos podem ser vítimas de extracção de órgãos e tecidos humanos para fins de interpretação enigmática, onde maior parte que sofre é composta por cidadãos com problemas da pigmentação da pele, albinos.

Apesar de terem registado 6 processos-crime contra 8 de igual período transacto, arrisca-nos a firmar, também que mexe com o maior bem ético e jurídico, a vida humana.

Relativamente a imigração ilegal ocupa a percentagem cimeira de 71 processos-crime, contra 31 do ano anterior. Porém além da África do Sul, conta-se com a Tanzânia, e Malawi, como países de maior entrada e passagem de imigrantes, devido avulnerabilidades das fronteiras terrestres e hidrológicas de Moçambique.

3. Raptos com 18 processos-crime contra 15 de igual momento atencedente. Sendo 7 na Cidade de Maputo, 5 na Cidade da Beira em Sofala, 3 em Chimoio, província de Manica, 2 na Cidade de Matola, província de Maputo e Xai-Xai, em Gaza com 1 processo respectivamente. Raptos se conjugam com

sequestros, onde os autores se servem dos telemóveis das vítimas, para exigirem altas somas monetárias, em troca de resgate das mesmas.

4. Tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, o comércio e consumo de drogas ilícitas, não constitui tipo legal crime tão novo, para o país, mas actualmente está ocupando índices bastante preocupantes, devido a fragilidade das fronteiras que facilitam o trânsito dessas substâncias. Quanto a cannabis sativa, certas zonas territoriais estão sendo produtoras, exemplo: províncias de Tete e Maputo (Namaacha) descobriram campos de cultivo, cujos foram desmantelados pelas autoridades policiais. A camada juvenil do país está tornando vulnerável no consumo desta droga, sobretudo nos recintos escolares. Facto que constitui maior desafio, para órgãos de administração da justiça, onde a polícia faz parte.

Face à esta criminalidade, foram instaurados 895 processos-crime contra 907 do ano anterior, com a redução de 12 processos. Maputo, constitui uma das cidades anfitriã com 212 processos instaurados, a seguir as províncias de Inhambane e Gaza com 119 e 83, respectivamente. Por último, as províncias de Manica, Cabo Delgado e Sofala, com números que variam de 21, 41 e 53, ordenadamente.

5. Infracções contra a biodiversidade, uma criminalidade que se caracteriza por exploração desinfrada de espécies da fauna e flora, especialmente aquelas espécies ameaçadas à sua extinção na natureza: pangolis, giboas, leopartos, leões, elefantes, rinocerontes, entre outros animais, cujos são melindráveis a caçadores furtivos, devido as suas peles e pontas que são mais preciosas para o mercado internacional. Em paralelo, são as madeiras preciosas de pau-ferro, pau-preto, entre outras plantas de maior valor comercial no mercado doméstico e internacional.

A caça e exploração furtiva de recursos faunístico e florestais silvestre, em via de extinção, ameaça imensamente a sustentabilidade ambiental, provocando consequentemente o desequilíbrio do ecossistema. Para o efeito, foram instaurados 45 processos contra 39 de igual período anterior, cujos se relacionaram com uso

de armas para a caça furtiva. Quanto à exploração florestal de recursos protegidos e proibidos, foram registados uns 162 processos-crime contra 127 do ano passado.

6. A criminalidade cibernética é classificada como aquela constituída por delitos associados com uso abusivos de recursos informáticos no computo do próprio sistema ligado com a rede mundial de computadores para fins ilícitos contra terceiros, quer de forma singular, quer de uma maneira pública, assolando negativamente o progresso do aparelho estatal. Face, foram elaborados expedientes judiciais no universo de 692 processos contra 509 de igual momento anterior, representando o aumento de 133, corespondente a 36 %.

Os tipos legais crime (TLC) informáticos mais registados foram furto de valores monetários com 386 processos, faudes relativos aos pagamentos com instrumentos e canais informáticos com 243 processos e burla por meios informáticos durante as comunicações com 44 processos-crime. Essas infracções se distribuem geograficamente em 229 na província de Maputo, 84 província de Gaza, 79 na província de Tete, 14 e 24 processos nas províncias de Niassa e Cabo Delgado, respectivamente.

7. A criminalidade económico-financeira tem sido formada por delitos de branqueamento de capitais vinculado com tráfico de pessoas, rapto, associação criminosa, tráfico de drogas, financiamento ao terrorismo, corrupção, agiotagem, falsificação, crimes informáticos e ambientais. Cujos processos delitivos foram 45 contra 48 de igual período passado. Onde a província de Maputo foi anfitriã com 17 processos, seguida de Nampula com 9. alguns números somente podem se distribuir de forma esporádica às outras províncias e cidades de Moçambique.

De acordo com a PGR (2020, 2021), as medidas profiláticas e repressivas estão se realizando através da formação de recursos humanos qualificados nos sectores responsáveis pela administração da justiça no contexto das suas especialidades respectivas, com o intuito de adotá-los com competências profissionais, sobretudo para quadros de Serviços Nacionais de Investigação Criminal (SERNIC), Polícia da República de Moçambique (PRM), Serviços Nacionais de Migração (SENAMI), magistrados judiciais entre outras entidades.

Facto que clarificou a maior necessidade da nossa pesquisa se centralizar no estudo de currículo e formação de agentes de segurança pública, face a prevenção e combate às dinâmicas da criminalidade na sociedade contemporânea.

2.11 Pesquisas precedentes da tese

O decurso da realização de um estudo com tamanha dimensão exige que, para além das produções científicas arroladas nos subtítulos anteriores (revisão da literatura) ligada como a temática em curso, também, que seja incluída uma gama de estudos recentes, em especial os realizados nos últimos cinco anos antecedentes ao estudo.

Assim sendo, nesta unidade, foi efectivada uma descrição minuciosa das pesquisas versadas com a presente temática: Currículo e Formação de Agentes de Segurança Pública, na Perspectiva dos Desafios contra as Novas Formas de Criminalidade em Moçambique.

2.11.1 Educação

A definição conceptual do verbo, educação tem tido um sentido relativamente compreendido, em forma de perspectivas polissémicas de acordo com a modalidade tipológica sobre a qual, se pretende realçar e apresentar dentro do contexto e panorama literalmente académico, científico e epistemológico.

A verdade vislumbrou, que no cômputo das pesquisas com vista ao apuramento de conhecimentos repletos de carga científica ou propriamente dito, o 'conhecimento científico', também, sofreu à uma certa sucessão de variações dependentes desta característica prioritariamente polissémica.

De acordo com Rego (2018) suas pesquisas demonstra-nos dois sentidos de classificação do termo educação, cujos se distinguem de modo seguinte:

a) O sentido amplo, que se compreende em informal e não formal. Neste contexto, significa que a educação informal corresponde àquela fornecida ao homem desde a sua infância, pela família como a primeira instância de socialização da pessoa humana, onde ela consegue adquirir as primeiras regras, normas e valores de carácter moral e ético, por exemplo: a saudação, o respeito

ao próximo, dentre outros. Seguidamente deparamos com a educação não formal, que equivale à segunda instância da socialização do homem, onde a pessoa em interação e contacto com as agremiações sociais (clubes desportivos, culturais, eclesiásticos e igrejas), nas cooperativas de produção agro-pecuárias e industriais, associações com características políticas e cívicas, também, a pessoa humana aprende e apreende conjuntos diversificados de regras e valores morais, éticos e deontológicos, com os quais facultam-lhe às convivências harmoniosa e pacífica, para com outros membros das organizações, num clima de estabelecimento e perpetuação das relações interpessoais.

b) O sentido restrito, simplesmente, a terceira instância de socialização da pessoa humana, cuja ela centra-se na educação escolástica e universitária, vinculada com a formação e desenvolvimento humano no contexto histórico, social e cultural, temperados com aspectos de carácter técnico e científico. Portanto, os dois sentidos (amplo e restrito), que acabamos de descrever, ambos conseguem de maneira explícita e implicitamente, resgatar a robustez da definição conceptual da palavra, educação.

O autor, dentro desta corrente descritiva enraizada nos sentidos lato e restrito de tratamento literário sobre a terminologia, educação, também, pôde acolher-nos com aquilo, que chamou de modelos de educação, que se interpretam e descrevem em torno dos dois sentidos, mas, nesta verbete logo, foi nos brindando com três modalidades de educação:

Iª. Modalidade é a educação informal que decorre no seio da família, na qualidade do primeiro estágio, onde a pessoa repleta da sua dignidade tipicamente humana, recebe os primeiros preceitos morais e, do direito consuetudinário;

IIª. Modalidade é a educação não formal, decorrente nas associações sociais multifacetadas: grémios desportivos, culturais, clericais, de produção e produtividade agro-pecuária, empresarial e industrial, comercial e mais;

IIIª. Modalidade considera-se a educação escolar e universitária, onde a criança, jovem, adulto e velhos, em suma, todas pessoas independentemente da

faixa etária e sexo conseguem obter conhecimentos e sabedoria de naturezas técnico-científicas, na base de uma instrução feita por peritos em pedagogia e didáctica, isto é profissionais dotados de metodologias propícias para o exercício do processo de ensino e aprendizagem clamado pela sociedade contemporânea e do século XXI.

Quanto ao nosso estudo, tem se tido atenção a adopção da terceira (IIIª) modalidade de educação, pois é com ela que procuramos conhecer os modelos de curriculos capazes de intensificarem melhorias de educação formativa e corporativa vocacionalmente do nível superior no seio de agentes da Segurança Pública mas, de maneira restritiva na Policia da República de Moçambique, com vista a conseguir prevenir e combater as novas tendências e dinâmicas do crime e da criminalidade no país.

Em prosseguimento das linhas conceptuais do termo educação, fomos circundando em bases ideológicas de Hurtado e Gonzáles (2008) que asseveram que a educação é um processo que consiste na transmissão aos alunos de um conjunto de conhecimentos e valores sociais acumulados pela comunidade científica, como verdades universais, verdades estas, que geralmente, estão dissociadas da experiência dos alunos e das realidades sociais. Todavia, nota-se aqui o modelo de educação tradicional e não integral, em virtude de os autores realçarem sobre verdades adestradas, que se encontram separadas da experiência dos alunos e das realidades sociais.

Por sua vez, Vianna (2008) veio nos abrilhantando com a definição da educação, como sendo o ensino dos conteúdos pelo professor e aquisição passiva pelo aluno de conhecimentos, atitudes e hábitos difundidos pelas civilizações. Ambas definições pretendem nos levar à consciência, que se trata de um processo de educação escolar, cuja ela fora concebida em torno de um modo de educação tipicamente tradicional e de cortes pedagógicas expositivas e recepcionistas.

Diante do conceito de educação incidido no professor e no ensino dos conteúdos expostos no quadro preto e branco, projectados na tela por meio de material electrónico, directamente ligado com as tecnologias de informação e

comunicação (TICs), por exemplo: - dada show e mais, bem como através de métodos de cópia, ditado e explicação repetitivos pelo professor ou docente da classe e turma (Danielski et al.).

Também, avançamos a um certo modelo de educação centrada no aluno e discente, entanto que sujeitos básicos do processo de ensino e aprendizagem, onde a última palavra, a aprendizagem define-se como sendo processo de desenvolvimento intelectual do ser humano e autoconstrução de conhecimentos técnicos, científicos, culturais e, atitudes ético-deontológicas e psico-motoras pelo aluno (Rego, 2018).

Entretanto, neste contexto do modelo de educação projectada ao aluno e à sua respectiva aprendizagem, foi se notabilizando uma considerável valorização do potencial psicológico e o seu papel activo no processo de ensino e aprendizagem, uma consequência proporcional do desenvolvimento das teorias psicológicas e construtivistas de autores como Piaget (1996) e Vygotsky (2007), o facto que torna muito evidente a diferença com as teorias comportamentalistas e conexionistas de (Pavlov & Watson s.d., citados por Nunes & Silveira, 2015, p. 13; Ostermann & Cavalvanti, 2011; Samapaio, 1993), que tiveram grandes reflexões no modelo de educação tradicional, que se verifica a sua centralidade no professor e no ensino de conteúdos expostos de várias formas e, consideram o aluno como um receptáculo simples e passivo.

Paralelamente ao modelo de educação centrada na aprendizagem, se perfila a educação humanística, onde se considera o aluno como pessoa humana dotada de capacidade cognitiva, sinal de homem que possui experiências prévias, que foram adquiridas desde a sua infância, na primeira instancia de socialização (família), no seio das outras organizações sociais (Neto, 2015). E, nos recintos escolares, o aluno está para incrementar e potenciar a sua riqueza intelectual e conhecimentos contextualizados em longas experiências de convivência social e conjunta. O professor como profissional experiente no campo de instrução, educação e leccionação, coube-lhe bastante ao prestigioso papel de facilitador,

mediador e dinamizador e animador dos ambientes e processos de ensino e aprendizagem (Ausubel, 1968; Nunes & Silveira, 2015; Piaget, 1996).

A educação desenvolvida em volta de um modelo sócio-cognitivo permite a colaboração e cooperativismo no processo de ensino e aprendizagem, que consiste em o professor propor questões ou problema de pesquisa, que possam ser feito por alunos divididos em pequenos grupos de 6 a 8 estudantes, o professor exerce cada vez mais a sua tarefa de mediação dos grupos para melhor perfeição das tarefas propostas pelo docente e, os discentes vão resolvendo colectivamente, posteriormente fazendo a apresentação das soluções em processo de discussões, dialogo e debates sobre a matéria em apreço.

No âmbito da modalidade de educação concebida em visão sócio-cognitiva, traduzida na intercalada combinação de ideias produzidas por cada um dos membros do grupo, culminando em determinado consenso, a título de uma aprendizagem democratizada. Rego (2018) e Diatler (2015) dizem que os grupos devem estar dispostos de uma maneira que permita a livre autonomia e responsabilidade na resolução de tarefas projectadas para a aprendizagem.

O acto, que possa diferenciar do paradigma de educação psico-cognitiva, onde se notabiliza a disposição dos estudantes sentados em carteiras individualmente em, forma de “U” ou círculo “O” de modo como se, cada estudante estivesse disponível e cómodo para a produção de conhecimento, de uma forma livre, autónoma, independente e responsável (Rego, 2018), cujas tarefas foram traçadas pelo professor, a pessoa que durante o ambiente da sala de aula, tem desempenhado a função de facilitador e orientador do processo de ensino-aprendizagem, gerador de aprendizagem significativa, diante de uma aprendizagem mecânica, oriunda da modalidade de educação tradicional, embebida na interpretação comportamentalista e conexionista, “Conduta-resposta”. Onde, a modalidade possui o ambiente de leccionação em sala de aula, que as carteiras estão dispostas e fixas, em forma de uma rede com malhas quadrangulares. Portanto, um posicionamento que permite aos alunos estarem sujeitos a passividade no decurso do processo educativo, pois, facilita somente à atenção para escutar a explicação do professor, a copia do material didáctico e

textual, exposto no quadro preto e branco, as vezes projectado em uma tela através de instrumentos electrónico didáctico, vulgarmente conhecido por, dada show (Bruner, 1973; Nunes & Silveira, 2015; Vygotsky, 2007).

A pedagogia aplicada no processo educativo que tem sido alicerçada nos modelos psico-cognitivos e socio-cognitivos caracterizou-se sempre em métodos onde as actividades do professor se manifestam de forma seguinte: a) exposição de problemas e cenários que têm ocorrido e comungados na comunidade onde vivem os educandos, mas, em consonância com os conteúdos temáticos e bibliografia fornecida e recomendada; orientar a estudar e a debater as questões levantadas; b) formar e orientar os grupos de estudo; c) acompanhar a aprendizagem, debates e resultados de pesquisa, por ultimo tecer as respectivas considerações ligadas com todo o processo programático do ensino-aprendizagem (Piaget, 1996; Saviani, 2013).

Ciente que a educação é o processo que visa orientar o educando, para um estado de maturidade que o capacite a encontrar-se conscientemente com a realidade, para nela, actuar de maneira eficiente e responsável, a fim de serem atendidas necessidades e aspirações pessoais e colectivas, de outro modo ela entende-se como sendo o processo de mediação no seio da prática social global (Nérice, 1990; Saviani, 2013).

Todavia, concordando em Nérice (1990) e Moreira (2013) a educação aproveitosa funda-se em processo que consiste em conduzir a pessoa para nível que garante a autonomia, espírito crítico, criativo, responsável, solidário e, de harmonia e paz conferindo-a competências adequadas e consistentes para a solução de problemas mais complexos do dia-a-dia.

Face ao estudo de Rego (2018), concluiu-se que, entre a modalidade de educação informal, não formal e formal, não existe a melhor e independente por si, mas sim, uma inter-relação e complementaridade, em circuito de reciprocidade. Pois, a educação formal torna-se robusta na situação de uma simbiose com a educação não formal e com a informal. Alias, recordemos que os estudos chegaram a unanimidade que a pessoa humana, ao ter acesso às portas da escola formal pela primeira vez, saiba-se que ela está repleta de uma gama de

riqueza em conhecimentos prévios. Cujos foram adquiridos na família, uma instituição de ensino, conhecido como informal, sociologicamente, a denominada a primeira instância de socialização do homem, onde aprende as primeiras regras e normas, bem como os valores de respeito ao próximo e convivência entre as pessoas.

Seguidamente, encontra-se a segunda instância de ensino, aprendizagem e socialização do homem, o referido estágio de educação não formal, também, mais rica em regras, normas e valores morais, éticos e deontológicos, são elas as associações sociais de naturezas: desportiva, laboral, religiosa, entre outras. Em terceiro ponto vem a escola e outras instituições vocacionadas a formação e desenvolvimento humano, na sua diversidade: formação escolar infantil; primária; secundária; média, terceira; universitária e quaternária, onde se registam ocorrências de estudos de pós-graduação, doutoramento e pós-doutorado (Moreira, 2008, 2011).

O processo de interdependência na educação é contínuo e, conflui aos modelos de aprendizagem: comportamentalista e conexionista; psico-cognitivo, sócio-cognitivo e humanista, todos inter-relacionam-se, não há o mais melhor, autónomo e independente, só per si.

O ideal é que o homem deve cingir-se na educação contínua ao longo da vida toda, cuja, ela engloba a visão de uma sociedade de aprendizagem, na qual a educação está acessível para todos e, é dada numa variedade de ambientes informais, não formais e formais. A saber que fortifica-se em cinco pilares principais plasmados pela Organização das Nações Unidas Para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, as quais se discriminam de maneira seguinte: 1. aprender a conhecer; 2. aprender a fazer; 3. aprender a viver juntos; 4. aprender a ser e 5. aprender aprender (Delors, 1996; Lemmer, 2006).

Para Delors (1996) aprender a conhecer, torna a pessoa consciente, significa aprender a aprender, ou seja, desenvolver a capacidade de auto – aprendizagem, o que por sua vez permite a aprendizagem ao longo da vida, que é importante para se beneficiar das oportunidades oferecidas pela educação ao longo de toda a vida, o que permite a sabedoria e conhecimento actualizado em

todo momento. Quanto, a aprender a fazer, significa tornar-se eficiente e eficaz na realização das suas acções; aprender a viver juntos implica ser capaz de trabalhar e viver em colaboração com as outras pessoas e ter um espírito de tolerância para com as acções dos outros e, aprender a ser, que significa tornar-se autónomo, crítico, criativo, responsável e solidário.

2.11.2 Abordagem conceptual sobre pedagogia e didáctica

As balizas, para explicação do conceito de pedagogia e a didáctica, têm possuído uma estreita ligação com os processos de evolução da sociedade humana, desde a época clássica, moderna aos tempos que vivemos. As abordagens se relacionam com os momentos vividos pelos obreiros e mais factores subjacentes.

Porém, apesar do termo estar associado com a formação educativa de crianças de acordo com seu sentido etimológico, a pedagogia reflecte a procedimentos, teorias, modelos, métodos e técnicas de ensino-aprendizagem conferindo valores, eficiência e eficácia à educação (Libâneo, 2005).

Nos meados do século XVII e princípios de século XVIII, vários foram estudos para as reformulações conceptuais do termo educação infantil (pedagogia), Caminius e Rosseau formaram o grupo de sábios proeminentes nos processos pedagógicos. E, finais do séc. XIX e inícios do séc. XX, foi tempo de pesquisas sobre Psicologia do desenvolvimento, uma ciência que se ocupa ao estudo das mudanças de comportamento relacionadas com a idade durante a vida de uma pessoa. Este campo examina mudanças através de uma ampla variedade de tópicos, incluindo habilidades motoras, habilidades em solução de problemas, entendimento conceptual, aquisição de linguagem, entendimento da moral e formação da identidade (Libâneo, 2005; Marques, 1999).

Na óptica de Gadotti (2003) e Saviani (2013) a Pedagogia e o pedagogo, parecem estar surgindo como a luz no fim do túnel, pois, estudam o ser humano em seu todo, realizando perfazendo um vinculo entre o ser humano, suas relações, seu meio e sua condição sócio-política. A visão do autor permite reconhecer os

papeis da pedagogia e dos seus actores na promoção dos processos de educação da pessoa humana, com vista a sua integração na sociedade.

Segundo Libâneo (2005) assevera sobre a pedagogia que

Ao meu ver, a Pedagogia ocupa-se do facto, dos processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas antes disso, ela tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante. Ela é um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicamente e, ao mesmo tempo, uma directriz orientadora da acção educativa. (pp. 29-30)

A educação é o conjunto das acções, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação activa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais (Libâneo, 2005 citado por Domingos, 2020).

A complexidade da vida social contemporânea e a conseqüente diversificação das actividades educativas resultam ao mesmo tempo em ampliações das acções pedagógicas. Nos meios profissionais, políticos, sindicais, empresariais, nos meios de comunicação social, nos movimentos da sociedade civil assiste-se a uma redescoberta da Pedagogia. Estamos diante de uma sociedade pedagógica (Libâneo, 2007 citado por Domingos, 2020). O que tem sido demonstrado que a pedagogia não constitui uma ciência, que se desenvolve somente nos muros das instituições de carácter académico, pois ela é uma ciência transfronteiriça.

A pedagogia é a parte normativa do conjunto de saberes que precisamos adquirir e manter se quisermos desenvolver uma boa educação, é mais ou menos consensual entre os autores que discutem a temática da educação. Ela, a pedagogia é aquela parte do saber que devidamente vinculativa à razão, que não se resume ao móbil instrumental apenas, mas que inclui a razão enquanto razoabilidade; a racionalidade que nos possibilita o convívio, ou seja, a vigência da tolerância e, mesmo, do amor (Ghiraldelli, 2002; Moreira, 2011). Sinal disso, entre

os homens deve haver reconciliação, paz e amor, porque estão dotados de razão emancipadora da consciência.

Nas organizações empresariais, a necessidade de manter a competitividade no mercado exige desenvolver sempre novas competências nos funcionários. Nesse campo, a tarefa do pedagogo é crucial, colaborando não somente nos processos de capacitação em serviços como, também, na avaliação permanente que permita diagnosticar as novas necessidades em função de cada contexto e os meios para gerá-las mais rapidamente nos grupos de trabalho (Ramal, 2007).

Os pontos de vista do autor se compartilham com o Libáneo (2006), no que tange à noção de a pedagogia ser uma ciência que vai além das paredes das escolas, pois a pedagogia ocorrem de forma explícita e implicitamente, em todos locais de convivência social, daí a razão da sua expansividade.

Contudo, lembrem-se que a pedagogia apesar do carácter transfronteiriço, que tem apresentado, em termos da sua aplicação, per si ela não é uma ciência isolada. Os estudos avançados por autores contemporâneos, têm vislumbrado que a mesma se correlaciona com outras ciências congêneres: psicologia e sociologia, derivando a psicopedagogia – ciência que estuda a relação entre processos mentais e pedagogia, chegando-se ao ponto de explicar que o conhecimento resulta das operações mentais do homem. E, que o docente não transmite conhecimentos aos discentes, mas sim, as informações e dados, que seguidamente de forma individual o estudante através das operações mentais, vai produzindo conhecimento sobre aquilo que aprendeu.

Também, a fusão entre a sociologia e a pedagogia, nasce a sócio-pedagogia – que trata da importância das relações sociais entre os homens em contextos educativos e pedagógicos. De tal modo, surge a ideia de que os processos educativos permitem a emancipação dos homens. A liberdade neste sentido é na perspectiva de que, com a educação, se adquirem os dados, informações a cerca de um fenómeno, natural e social. E, de forma racional vai se analisando, para a prossecução, face ao bem-estar pessoal e social, bem como a tranquilidade ecológica (Moreira, 2008, 2011).

Em forma de hipótese, no início da pesquisa, levantou-se o termo, pedagogia de reciprocidade, foi na aceção de uma pedagogia onde os métodos de ensino-aprendizagem, podem se desenvolver no círculo de uma correspondência biunívoca entre os actores do processo educativo, em especial entre o docente-aluno vice e versa. Neste tipo de pedagogia, em sugestão na presente pesquisa, a propriedade de ser biunívoca transcende ao âmbito das relações sócio-pedagógicas, para a inter-relação entre os diferentes modelos curriculares, assim nasceu a concepção de Modelo de inter-relação curricular. Porque, o processo de ensino-aprendizagem não pode fluir com aplicação de um único modelo curricular. Mas, sim com uma relação e inter-relação entre os paradigmas curriculares, no acto de concepção e implementação no campus educativo. Porém, esta concepção se desenhou, ciente das circunstâncias contextuais, que venham impactar, em determinados instantes, onde excepcionalmente pode ocorrer a relação unívoca.

Todavia, o âmbito das conjecturas do estudo, também, se propôs o modelo curricular tecnológico, que pode se manifestar na esteira da e-pedagogia – ciência pedagógica relacionada com a Sociedade de Informação e conhecimento, em que vivemos. Julga-se que o advento das tecnologias de informação e de comunicação (TICs), se torna lógico o desenvolvimento do processo educativo, por intermédio de Pedagogia electrónica (e-pedagogia). O paradigma curricular concebido designar-se-á, Modelo curricular electrónico ou Modelo curricular tecnológico. A razão desta designação derivou, pelo facto de actualmente houverem indícios de educação desenvolvida por meio de material informático e a telemática ou Internet (Danielski et al., 2020).

O modelo tecnológico - tardio, porque é diferente da Pedagogia tecnicista de Tayler e modelo curricular tecnológico de De ketele ..., cujo, carácter foi a educação para a formação de mão-de-obra, com vista a suportar a produção, em série catalizada pela Revolução Industrial na Europa, repercutindo aos Estados Unidos de América (EUA), nas afirmações de Hedges (1999). Enquanto, o Modelo de educação tecnológica – tardio, encontra-se directamente relacionado e vinculado com à informática, no âmbito das TICs.

2.11.3 Contexto conceptual da didáctica

A profissão docente a sua formação carece de pressupostos imprescindíveis, cujo leque vai permitir, que o professor venha possuir uma base de competências profissionais consistentes para a realização das funções, com eficiência e eficácia. Para o efeito, nesta unidade se procuraram tecer alguns pontos de vista relacionados com a definição conceptual da palavra, didáctica.

Etimologicamente, a palavra didáctica se originou a partir do francês *didactique* e que, por sua vez, surgiu do grego *didaktiké*, que pode ser traduzido como “arte de ensinar”⁵.

A didáctica é a parte da pedagogia, que se ocupa dos métodos e técnicas de ensino, destinados a colocar em prática as directrizes da teoria pedagógica. A didáctica estuda os diferentes processos de ensino e aprendizagem. O educador Jean Amos Komenský, mais conhecido por Comenius, é reconhecido como o pai da didáctica moderna, e um dos maiores educadores do século XVII.

De acordo com Melo e Urbanetz, (2008) definem que

Didáctica é uma disciplina teórico-prática que pretende subsidiar o professor em todos os elementos constitutivos da dinâmica escolar, quais sejam: a reflexão pedagógica necessária à implementação de um projecto educativo, com suas concepções explicitadas através de seus planeamentos e, efectivadas através de sua dinâmica quotidiana. (p. 152)

Os enfoques conceituais sobre a didáctica, foram sempre apresentados de acordo com os momentos da evolução da pedagogia, na qualidade de ciência que trata dos processos educativos da sociedade (Bruno, 2011). Cujas etapas, segundo o autor, têm sido ilustrados de forma que tenham o vínculos simultâneos entre os dois conceitos.

⁵ //www.significados.com.br/didatica/, acessado em 24/05/2018, pelas 15:18 horas locais.

2.11.4 Análise tipológica entre pedagogia e didáctica

Na esteira da educação, os testemunhos bibliográficos, têm demonstrado que o desenvolvimento desta actividade social, ligado ao processo de progresso da humanidade, tem o seu sentido em um conjunto de duas disciplinas estreitamente indissociáveis, nomeadamente: 1. a pedagogia e 2. a didáctica.

A primeira matéria, a pedagogia se compreende em duas dimensões principais: a) dimensão teórica que compreende ao conjunto de vários campos de saber, científico que o educador pode ter (história, matemática, geografia, psicologia, sociologia, cibernética, etc.) e b) dimensão prática que compreende a didáctica, a arte de ensinar que encontra-se estreitamente vinculada com a metodologia (métodos, técnicas e instrumentos), de ensino. No contexto científico o educador profissional, isto é, o professor no seu sentido lato, possui as duas dimensões pedagógicas entre a teórica e prática, onde em sala de aula, ele dá as lições em âmbitos da prática reflexiva.

Todavia, consideramos um grande erro humano, o exercício da acção educativa por homens e mulheres que detêm somente uma dimensão, a teórica, possuindo o domínio de determinados campos científicos, mas sem a didáctica. As vezes, tem acontecido momentos que arbitrariamente e por experiência, certos educadores dominam prática pedagógica, a didáctica, porém sem saber interpretar o desenrolar do fenómeno de ensino. Portanto, aí se encontra a necessidade da formação do professor ou docente.

Nesta secção, se procedeu a efectivação descritiva dos tipos de pedagogia: 1. pedagogia tradicional; 2. pedagogia da Escola Nova; 3. pedagogia libertadora e 4. pedagogia critico-social, junto com a didáctica correspondente.

2.11.4.1 Pedagogia tradicional

A história do acto de ensino e aprendizagem praticada nas instituições escolares, sempre se descreve em torno de uma metodologia linear de estilo cartesiano, onde vigora o autoritarismo, o professor encontra-se em uma posição do proprietário do conhecimento, vinculada com a típica função tradicional de ser o sujeito que organiza e sistematiza a informação fragmentada, métodos, técnicas e

instrumentos do decurso da didáctica. O aluno está na posição estática de receptáculo passivo da matéria elaborada pelo professor. Para exacta figura emblemática na comunicação educativa, nada tem sobre a oportunidade de apresentar a riqueza vinda de seus conhecimentos e experiências prévias, nem a oportunidade de exprimir as suas iniciativas em prol da produção de conhecimentos. A didáctica – é o conjunto de regras que assegura ao professor na orientação do trabalho docente. Esta perspectiva de definição de didáctica, como uma disciplina auxiliar à organização da sala de aula e o respectivo processo de ensino e aprendizagem, deu o vislumbamento que o modelo de pedagogia tradicional e clássico, se centrava no docente como o epicentro do processo educacional e o aluno era passivo, um receptáculo (Libâneo, 2006).

A pedagogia tradicional e a característica de processo educação escolar dessa época, epistemologicamente enquadra-se nas teorias behavioristas e comportamentalistas, onde houve a insuficiência de análise dos processos mentais ligados com a aprendizagem e, os moldes da sua concepção. Apenas limitou-se do estudo da influência dos estímulos, respostas e conexões na mudança dos comportamentos de uma forma mecânica e linear. Relativamente a processo de ensino e aprendizagem, vigora o autoritarismo do professor em relação ao aluno, que passivamente recebe as lições fragmentadas e programadas, reproduz e memoriza, a apresentação do professor, face à didáctica na aprendizagem, tem o carácter de o aluno efectuar a resposta das questões de forma de uma reprodução repetitiva tal como aprendeu. O ensino tradicional desloca o real, fragmenta o tempo, é autoritário e desconhece as riquezas físicas, estéticas, morais, singulares e sociais do educando (Vial, 1974 citado por Carreño, et al, 2000; Skinner, 1993).

A didáctica na pedagogia da educação tradicional suporta-se em dois princípios fundamentais: 1. a consideração da aprendizagem como um processo cego e mecânico de associação de estímulos, respostas e recompensas e, 2. a crença no poder absoluto do reforço sempre que se apliquem adequadamente sobre unidades simples de conduta. Símbolo que o papel do professor prevalece na organização do ambiente externo e recompensas (reforços positivos e

negativos) que possa galvanizar estímulos e respostas (comportamentos) frente à aprendizagem mecânica e linear dos discentes (Neto, 2015; Pinto, 2003).

2.11.4.2 Pedagogia da Escola Nova

O decurso do tempo foi ditando a evolução do homem em todas dimensões, em especial a educativa, segundo o próprio título nos ensina (Pedagogia da Escola Nova), significa realmente a mudança da metodologia e organização da instituição escolar. Os estudos relacionados com a psicologia do desenvolvimento humano e análise profunda sobre o funcionamento da estrutura cognitiva, foi libertando a criança (aluno) da passividade à actividade perante o processo de ensino e aprendizagem, sobretudo com a emergência da psicopedagogia, ciência que demonstrou que a criança não é tábua-rasa, antes de entrar na escola, ela possui experiências prévias (Macedo, 2011; Oliveira, 2011).

A partir desta perspectiva, a educação escolar, a sua qualidade e quantidade de ensino, passaram a ser organizadas considerando-se a vida da criança, sua crescente evolução, seu interesse, sua liberdade e iniciativa. Toda a experiência, nos afirma Dewey (1979), “por mais trivial que à primeira vista possa parecer, é capaz de assumir ilimitada riqueza de significação, amplificando sua série de associações percebidas” (p. 239). A didáctica – é o conjunto de ideias e métodos fundamentados nos pressupostos psicológicos, onde o centro é aluno e o professor é auxiliar no desenvolvimento espontâneo das capacidades desse aluno. A afirmação conceptual com a óptica de pedagogia aglutinada com a psicologia, onde foram fazendo pesquisas conjuntas. Cujas concluíram que o aluno, como pessoa humana possui experiências autónomas que podem conciliar com aquilo que lhe for ensinado na escola e no âmbito de educação de qualquer ambiente, dentre o informal, não formal e formal (Distler, 2015; Libâneo, 2006).

Quanto ao tipo da matéria a administrar durante a aula, “... não podemos exigir da criança que ela pense sobre as coisas ou que ela aja, sem supri-la das condições indispensáveis para despertar e guiar o pensamento” (Dewey, 1978, p. 52). Significa que a selecção e planificação da matéria para a aula deve se ter em conta o nível de desenvolvimento cognitivo e a experiência académica do aprendiz.

2.11.4.3 *Pedagogia libertadora*

As condições do desenvolvimento do homem, suscitam novos estudos sobre as formas e modos de educar a própria pessoa humana, com vista a consolidar o presente e construir o futuro mais próspero e melhor. O ambiente escolar como o centro de socialização com base na transmissão, recepção e construção de conhecimentos éticos, culturais, técnicos e científicos, a pedagogia libertadora exige que a realização do processo sócio-educativo deve suportar-se na contextualização de acordo com as situações vividas no quotidiano dos alunos e, no método participativo dos intervenientes no ensino-aprendizagem, cujo o pressuposto é de todos terem a oportunidade de resolver as situações e problemas locais, em conjunto.

Segundo Freire (1980) o “trabalho escolar assenta-se numa metodologia que é ao mesmo tempo é instrumento do educando e do educador e identifica o conteúdo da aprendizagem com o processo mesmo de aprender” (p. 41). Diferentemente da pedagogia tecnicista, onde tem sido definida a didáctica como sendo o estudo das estratégias, que servem para o alcance dos produtos previstos para o processo de ensino e aprendizagem, onde o centro é o método e, o professor é administrador, que prepara jovens para o trabalho versus a técnica. O modelo de educação, que com a emergência da Revolução Industrial e produção em série, provocou a competitividade para o mercado. Urge a necessidade de formação de jovens para fortificar e ampliar performance dos recursos humanos, face à produção e produtividade nas empresas, alimentando os capitalistas e o imperialismo, como sistemas sócio-económicos da altura.

Os protagonistas do acto educativo devem estar livres na adequação do ensino com a realidade vivida nos devidos espaços temporais e geográficos, do que limitar-se em cumprir os programas e o prescrito nas brochuras didácticas centrais. Mas, combinar e discutir essa matéria em conformidade com os contextos vividos pelos alunos, professores e a comunidade local. Uma pedagogia ligada à aprendizagem significativa caracterizada por transferência da

aprendizagem a situações e problemas práticos e concretos (Gardner, 1995; Moreira, 2008; Ostermann & Cavalvanti, 2010).

O programa de conhecimento tem sido construído, sistematizado de forma colectiva, co-participada. Na própria realidade estudada “há um universo de fala da cultura da gente do lugar, que deve ser: investigado, pesquisado, levantado, descoberto” (Brandão, 1981, p. 25). Neste estilo de pedagogia, rima com os postulados emanados para o desenvolvimento de modelo de currículo por integração, onde se prevê que os alunos e professores devem ter conhecimentos técnico-científicos, culturais, éticos e deontológicos.

2.11.4.4. Pedagogia socio-crítica

A evolução da personalidade humana sempre foi entendida que tem suas raízes histórico-sociais. A partir destas perspectivas concluiu-se que a aprendizagem vincula-se directa e indirectamente com a interacção do aprendiz com o meio circundante, em particular o ambiente social.

Para Libâneo (2006) a instituição escolar cumpre com a sua função social a partir do momento que deixa a oportunidade do discente apreender os conteúdos da matéria tão relevantes para a sociedade onde pertence. Face a este pressuposto, a matéria leccionada perante o curso e classe ter um significado devidamente ligado com a sociedade humana. A didáctica – trata do conjunto de acções com vista associar escola-sociedade, teoria-prática e professor-aluno, centrando-se em contextos e confronto com a realidade, onde o professor é mediador. Entendeu-se que foi tempo da intervenção de escola de Frankfurt, com teoria sócio-crítica. A emergência dos princípios sociológicos no campo da educação, formar o homem para emancipá-lo, isto é promover-lhe noções morais e éticas, que se convergem, em direito para o seu bem-estar social.

A liberdade do homem cinge-se no conhecimento de regras e normas de conciliação entre os homens, no sentido de ambos sexos: masculino e feminino, bem como os de deficiências congénitas associadas ao sexo (hermafroditas), a promoção de amor e paz entre as pessoas humanas.

Segundo Bruno (2011) a didáctica é uma ciência da educação que tem como os objectos de estudo os processos de ensino e aprendizagem, a metodologia e estratégias. Cujos elementos envolvidos no mesmo processo são os seguintes: 1. o professor – quem ensina; 2. o aluno – a quem se ensina; 3. os objectivos – porque ensina, finalidade; 4. os conteúdos – o que ensina, matéria; 5. a metodologia e estratégias – como ensina e 6. o ambiente – onde, se ensina.

Porém, dentre os elementos expostos pelo autor, notou-se a falta de um factor, que devia preencher o número de 7º elemento que, também, é importante para o exercício de qualquer actividade sócio-económica e educativa (o processo de ensino-aprendizagem), portanto, esse factor é o tempo ‘quando se ensina, momento e horário’.

A escola oferece elementos que facultam a análise crítica da realidade imediata, permite ao indivíduo que, aprende a romper com a experiência difusa e estereotipada. O recinto escolar é o meio onde se apresentam aos aprendizes modos de pensamento e raciocínio rigorosos. A medida que o conhecimento académico elaborado proporciona uma ruptura com a cultura previamente assimilada, surge a necessidade de orientação e intervenção do professor. Assim, o professor tem a responsabilidade de pensar sobre a sua tarefa diária buscando alternativas para dinamizar sua prática pedagógica, considerando sempre a multidimensionalidade do processo de ensino-aprendizagem que envolve as dimensões culturais, técnicas, humanas e políticas. (Candau, 1983; Snyders, 1988).

2.11.4.5 Pedagogia e abordagem da psicologia genético-dialéctica

Os processos de formação educativa se encontram explicitamente dentro de uma relação compreendida entre o desenvolvimento genético-cognitivo e progresso sócio-cultural do ser humano. Recordando-se que a evolução das estruturas psicológicas, face à aprendizagem tem sido interpretada sistematicamente como sendo interna e gradual, porque sempre é acompanhada com uma forma rítmica do crescimento histórico e sócio-cultural do homem.

A relação do homem com a natureza, historicamente fora caracterizada pela cultura do trabalho, o que leva à conclusão que, com o trabalho, o homem transforma a natureza e, da transformação da natureza, o homem liberta as mão da posição horizontal e deslocamento com quatro patas, para a orientação recta, vertical e movimentação com dois pés. Segundo Vygotsky (1991), “... a alteração provocada pelo homem sobre a natureza altera a própria natureza do homem” (p. 62).

A actividade laboral a sua realização, exige a utilização de instrumentos, que são signos com significante, significado e referente, que culminam em linguagem (verbal e não-verbal). A linguagem e o signo são veículos fundamentais para a realização da comunicação no contexto das suas relações sociais diárias e constantes. Os instrumentos psicológicos sendo internamente orientados, servem como auxílio às actuações psicológicas do sujeito como lembrar, comparar, relatar, escolher, planejar, imaginar, dentre outros (Ostermann & Cavalvanti, 2010; Vygotsky, 1989, 1991, 2007).

O processo de aprendizagem escolar se estabelece em uma relação social e comunicativa, onde a linguagem desempenha uma função crucial e desafiadora em intersecção entre o professor e o aluno. O professor como mediador do processo, ensino e aprendizagem, adopta o papel principal na articulação entre os conceitos espontâneos e os conceitos científicos, construídos sob a responsabilidade da academia, coube-lhe a tarefa de actuar como o intermediário que analisa as características dos conceitos seleccionados e ao mesmo tempo, procura entender como são imbricados e, se cruzam uns e outros. Enquanto, o aluno vai fazendo o entrelaçamento entre os conhecimentos prévios e o novos, que foram apreendido no meio escolar, indo construir conceitos (Distler, 2015; Gabriel, 2017; Penteado, 1992).

2.11.5 Criminalidade moderna no país

Quanto ao surgimento das novas formas de crime e criminalidade em Moçambique, especialmente entre 2010 e 2021, espaço cronológico, que se centrou o presente estudo, pode se interpretar como sendo o fruto das dinâmicas

universais que ocorrem no mundo, as quais se reflectem em forma da globalização económicas e tecnológica, cujas tornam gradualmente frágeis e permeáveis as fronteiras, conjugado com o efeito acelerado dos pactos de cooperação regional, como uma forma de tornar fácil a circulação de pessoas e bens entre os países da região.

De acordo Adorno e Salla (2007) citados por Pimenta (2015) asseveram-nos o seguinte

Essas mudanças promoveram em curto espaço de tempo profunda desregulamentação dos mercados, sobretudo financeiros, desencadeando uma sequência ordenada de processos: alteração das tradicionais fronteiras nacionais; incentivo ao fluxo cada vez mais maleável de capitais; abertura de espaço para actividades ilegais ao tornar a propriedade do capital anónima; circulação monetária livre de constrangimentos institucionais por paraísos fiscais, apta para o financiamento de operações como tráfico de drogas, de pessoas e de órgãos humanos, contrabando de armas, fraudes fiscais e, financeiras, pirataria de mercadorias e de serviços, falsificação de medicamentos, difusão de jogos de azar, entre tantas outras modalidades. (p. 10)

A questão de globalização tem sido considerada como benéfica para a difusão de informações, a circulação das tecnologias de informação e comunicações (TICs), no contexto da Sociedade de Informação (SI), como modernamente se caracteriza a sociedade humana do século XXI, devido ao domínio na emissão e recepção da informação por meios electrónicos e telemáticos (Pantoja, 2004; Pérez, et al., 2015).

As pessoas de má fé, na verdade, elas optam por aproveitar o processo da globalização sócio-económica, para a realização e desenvolvimento de actos ilícitos e criminosos ao nível interno das nações e internacionalmente. Factos que obrigam as pessoas sentirem medo e insegurança nas suas residências, locais de

trabalho e diversão, bem como naqueles momentos que pretendem fazer transacções de bens materiais.

As forças de defesa e segurança de cada país do mundo, em particular de Moçambique, a Polícia da República de Moçambique se encontra a envidar esforços para prevenir o crime e a criminalidade, através de concepção e implementação de planos estratégicos, que se descrevem nas secções subsequentes.

2.11.6 Desafios do MINT, PRM e ACIPOL

A evolução do crime e a criminalidade no mundo, em África, sobretudo na República de Moçambique, tem incentivado a criação de desafios, configurados em planos estratégicos, para as forças responsáveis pelo cumprimento, manutenção e aplicação da Lei e Ordem. O governo moçambicano através de Ministério do Interior (MINT), que tutela a Polícia da República de Moçambique (PRM), juntamente com a Academia de Ciências Policiais (ACIPOL), todas instituições têm envidado esforços na concepção e implementação de planos e programas estratégicos visando à prevenção e ao Combate do crime e a criminalidade nas suas diferentes grandezas.

De acordo com (Ministério do Interior [MINT], 2008); (Polícia da República de Moçambique [PRM], 2003) e (Academia de Ciências Policiais [ACIPOL], 2008) vislumbram que todos organismos se encontram unidos nos processos de demarcação de medidas para a prevenção, combate e controlo das manifestações criminais emergentes no país de maneira especial aos crimes com matizes, que caracterizam as novas formas e dinâmicas de criminalidade: tráfico de pessoas, tecidos e órgãos humanos; sequestros; raptos; abate furtivo de recursos faunístico e florestais; extracção clandestina de recursos minerais; corrupção; dentre outros crimes, que formam o fruto dos movimentos migratórios étnico-culturais caóticos, a utilização fraudulenta das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), dentre outros factos congéneres.

A concepção e implementação das reformas institucionais no que tange à formação e adequação dos recursos humanos, no âmbito técnico-científico face às

dinâmicas actuais do crime e da criminalidade e, aos progressos socio-económicos contemporâneos ligados com o desenvolvimentos e alastramento do uso supérfluo das tecnologias de informação e de comunicação, constituem um dos maiores desafios do Ministério do Interior e Polícia da República e Moçambique (PRM, 2003; MINT, 2008).

A intensificação das reformas curriculares e a formação do corpo docente aos níveis de pós-graduação, dentre o mestrado e doutorado, vinculados com a reconfiguração arquitectónica das infra-estruturas para o bom exercício e desempenho dos docentes, investigadores, corpo técnico administrativos e estudantes (cadetes), faz parte do eixo dos principais desafios da Academia de Ciências Policiais (ACIPOL), rumo à prevenção e combate contra as novas formas de criminalidade, em Moçambique (ACIPOL, 2008).

O desenvolvimento das relações de cooperação com as instituições comunitárias, nacionais e internacionais na esteira do resgate das novas formas e técnicas de reformas institucionais nos campos de formação dos recursos humanos altamente qualificados, em diversas áreas de progresso sócio-económico e técnico-científico, bem como na troca de experiências de afecto e convivência socialmente harmoniosas, confluindo na prevenção e combate ao crime e à criminalidade, também, forma o leque dos desafios do MINT, PRM e ACIPOL (MINT, 2008; ACIPOL, 2008; PRM, 2003).

As afirmações acima devidamente descritas permitiram nitidamente, nos levar a ponto de perceber que o estudo centrado em: Estratégia para Desenvolvimento Institucional do Ministério de Interior (EDIMINT); Plano Estratégico da Polícia da República de Moçambique (PEPRM) e Plano Estratégico de Academia de Ciências Policiais (PEACIPOL), ilustram o maior esforço no empenho para o progresso e a prosperidade institucionais face a prevenção, combate, monitoria e, controlo do crime e da criminalidade, em prol da manutenção da Lei, Ordem e Tranquilidade Públicas, em Moçambique.

CAPÍTULO III – METODOLOGIA

3.1 Introdução

As actividades engendradas para o estudo de educação, em particular quando se refere ao currículo, para área de formação de quadros de segurança pública, compreendidas em jeito da esteira científica, são planificadas com vista adquirir os respectivos objectivos ou metas, com sucessos sustentáveis. Entretanto para o nosso estudo, essas acções foram realizadas através da aplicação rigorosa de estratégias que envolvem métodos, técnicas e instrumentos de pesquisa científica.

O desenvolvimento da definição conceptual de “estratégia” tem reflexos na terminologia grega, *stratègós*, de *stratos*, “exército”, e *ago*, “liderança” ou “comando” tendo significado inicialmente “a arte do general guerreiro”. E, o chinês denominado Sun Tzu que viveu no Século IV a.C., o qual escreveu um tratado intitulado “*A Arte da Guerra*” que abordava de forma restritiva às estratégias militares (João, 2012; Niculcar, et al., 2018).

Porém, nos convém destacar melhor que as acções estratégicas e o seu termo, apesar de terem surgido na sociedade clássica chinesa, se arrastaram para a Grécia até se propagarem no mundo empresarial, fruto de acumulação de capitais financeiros que gerou a Revolução Industrial, bem como no académico da actualidade, em particular na circunferência das novas formas do desenvolvimento socio-económico do momento da Sociedade de Informação e de conhecimento do século XXI (Danielski, et al., 2020; Millars, 2019; Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência, e Cultura [UNESCO], 2015).

Recentemente ainda prosseguem estudos com interesse de aprofundá-las, em especial nas suas consequências e seu impacto nas diversas áreas de produção e produtividade. Exemplo: nesta pesquisa, para além de estudá-las para a sua aplicabilidade na metodologia de pesquisa, também, se serviram como uma das variáveis principais da nossa pergunta de partida levantada no final da descrição da problemática do estudo.

As estratégias, apesar de terem sido surgidas com propósitos bélicos e militares, segundo o seu mentor, entende-se que, na modernidade costumam aplicar na perfeição e desenvolvimento de vários sectores de actividades económicas, sociais, técnico-científicas e segurança pública, em especial nas forças policiais, sobretudo na esfera da multidisciplinaridade interrelacionada.

Também, academicamente se refere que a primeira definição do verbo foi dada no século XIX, pelo alemão Karl Von Clausewitz. E, seguidamente tendo ganho campo no mundo empresarial através da Harvard Business School, com finalidades de competitividade no sector de negócios. Hoje, em dia, devido a importância que as estratégias têm se logrado, os panoramas conceptuais levados a cabo por diversos autores, são bastante notórios, devido ao maior sentido polissémico, que lhes são associadas:

A determinação das metas e objectivos básicos e de longo prazo da empresa, e adopção de acções mais a colocação de recursos necessários para atingir esses objectivos são pertinentes (Chandler, 1962, citado por Niculcar et al, 2018), sinal que a aplicação efectivas das estratégias delineadas antecipadamente pode decidir melhorias na produção e produtividade da organização.

A estratégia empresarial é a dialéctica da empresa com seu ambiente (Ansoff, s.d., citado por Gárciga, 1999), significando que a estratégia constitui a firmeza sistémica institucional que permite a saída de bens e serviços para alimentar outras organizações interessada na matéria, out-puts. Bem como a atracção de outros bens e serviços vindos de fora da organização, com vista a implementação das inovações empresariais, através da retro-alimentação, inputs.

Portanto, a estratégia competitiva consiste em desenvolver uma ampla fórmula de como a empresa vai competir, quais devem ser os seus objectivos e que políticas serão necessárias para alcançar esses objectivos (Porter, 1986). O autor quis nos explicar que as estratégias têm sido traçadas como uma plataforma que projecta, a configuração do processo de desenvolvimento socio-económico, em dada organização quer a curto e quer a longo prazos. Essencialmente no que

tange a competitividade, para com outras organizações, com que tem interagido nas negociações, no contexto da sua pluralidade.

O programa geral para definir e alcançar os objectivos da organização, a resposta da estrutura a seu ambiente no decorrer do tempo (Saloner et al, 2008). Para o autor, falar de estratégia, equivale tratar de um plano organizacional que delinea os pressupostos e, projecta as doravantes consequências no espaço temporal.

O conjunto de decisões que a empresa toma e implementa para adaptar-se ao entorno e alcançar seus objectivos a longo prazo. Como alcançar os objectivos declarados? - É a forma de alcançar os objectivos a partir da missão e da visão da empresa, em consideração dos valores. Toda decisão da qual dependa a situação da empresa a longo prazo. A estratégia, também, é a forma de alcançar uma vantagem competitiva (Hernández, 2004), portanto, o que está em jogo na estratégia é a determinação dos recursos humanos e materiais envolvidos na concepção delas e aqueles que levarão em acção, para a sua execução, avaliação e monitorização, com vista a relatar o processo em cada fase e no seu todo, para aferir o valor e grau do êxito da respectiva produção e produtividade.

Gárciga (1999) conceitua a estratégia como o produto de um conjunto de acções lógicas e criativas aplicáveis que conduzem à formulação de objectivos amplos, de políticas principais e o emprego de recursos para atingir as metas transcendentais de uma organização, na busca de uma melhor posição competitiva e de uma resposta mais coerente ao entorno actual e futuro.

No círculo das definições fornecidas pelos autores acima, foi se servindo de suporte de autor Gárciga (1999), em virtude de estar correlacionar com a pesquisa e, passou-se a tecer determinadas características evidenciadas pelo mesmo: 1. Propiciam uma visão de futuro, com carácter activo e antecipado; 2. Fornecem um âmbito para a direcção unificada da organização em função de suas metas principais; 3. Orientam os recursos e os concentram no desenvolvimento de vantagens competitivas; 4. Indicam a necessidade de adaptação sistemática ao entorno; 5. Enfatizam a encontrar posições mais favoráveis; 6. Inserem as acções futuras, considerando diversos e prováveis cenários.

O pesquisador concluiu que as estratégias são propósitos que desempenham funções heurísticas, que indicam as melhores formas como alcançar com êxito os objectivos predeterminados para uma certa actividade dentro dos recursos e meios condicionados, em conjugação com os factores ecológicos e ambientais.

Nesta óptica, tivemos uma consciência coerente que o estudo científico para ter um sentido caracteristicamente duto carece que seja simultaneamente agregado com à parte que pode ilustrar métodos, técnicas, instrumentos e procedimentos que foram empregues, para que o mesmo tenha sido uma realidade. Para o efeito, no presente capítulo foi se fazendo a descrição da estratégia metodológica empregada, para que a tese venha ter a digna contemplação técnico-científica.

A formação da palavra metodologia nos confere a ideia de uma ciência do estudo de método, isto é, o caminho a percorrer para conseguir o que se quer obter em um determinado campo (Gil, 1999). Este conceito tem uma perspectiva ampla e abrangente para todos campos de actividade humana. Porém, para a presente pesquisa se pretendeu descrever a metodologia propriamente científica.

De acordo com o Bravo (1996) define a ciência como “conjunto sistemático de conhecimentos sobre a realidade observável, obtido mediante o método de pesquisa científica” (p. 24). O autor procurou não deixar equívocos ao trazer de forma pontual a definição do conceito de uma pesquisa científica como o processo de aplicação do método e técnicas científicos a situações e problemas concretos, para procurar respostas e obter novos conhecimentos.

A realidade é objectiva, fragmentável, estática, sujeita a leis contrastáveis que recolhem o modo como se produzem os fenómenos. A partir desta perspectiva, a finalidade da pesquisa é a de estabelecer relações causais entre os factos, o que se chamou paradigma positivista e quantitativo (Hernandez, et al., 2003), como este modelo tem a abordagem quantitativa como uma das características fundamentais, podemos afirmar categoricamente que o presente estudo, também, se identificou no mesmo. Em virtude do trabalho ter usado

técnicas, questionários, instrumentos e métodos, para a colecta de dados de natureza quantitativa.

O sentido etimológico da palavra método deriva do grego, *methodos*, significando meta = além de, após de, mais ódos = caminho. Assim, método, denomina-se sempre ao caminho certo para se alcançar a uma determinada meta, fim, objectivo, oriundo de uma dada partida e o ponto de início, de acordo com programa ou plano predefinido. E, a metodologia é a conjugação entre método = caminho para se chegar a um certo fim, objectivo e logo ou *lógia* = estudo, conhecimento. Desta maneira, metodologia é conhecimento, estudo de caminhos, para se alcançar um fim predeterminado através de um programa ou plano (Richardson, 1999). No verdadeiro sentido do presente trabalho, esta palavra tem a sua eficiência para a ciência, isto é, estudo de caminhos (técnicas e instrumentos), que nos levaram alcançar os objectivos deste estudo.

As origens da palavra método, também, tiveram figuras proeminentes vinculadas ao mundo cultural e académico, como Demócrito, Platão, Aristóteles e Arquimedes. Nos primórdios do segundo quartel do século XVI, o Galilei, insistia na necessidade de elaboração de hipóteses que submetessem a provas experimentais, tendo surgido os primeiros sinais para o método científico contemporâneo (Lakatos & Marconi, 1999, 2007).

De acordo com Richardson, (1999) declara que houveram autores notáveis do século XVII, como Bacon e Descartes que puderam apresentar os conceitos de métodos mais consistentes para a ciência moderna: a) Bacon (s.d.), citado por Gil (1999) define que o método científico é um conjunto de regras para observar fenómenos e inferir conclusões. b) Descartes (s.d.), citado por Gil (1999) adoptando uma postura diferente sobre o método indutivo de Aristóteles, mas sim na dedução. Considerava que qualquer conhecimento deve ser rigorosamente ilustrado e inferido através de um princípio único e fidedigno. Toda ciência deveria ter rigor da matemática e o critério para que o conhecimento seja verdadeiro, é a clareza e a evidência.

De acordo com Lakatos e Marconi (1982), citados por Richardson, (1999), nos anos 70 a 80 do século XX, bem como autores: Bunge (1980), Hegenberg

(1976), Kaplan (1975), Grawitz, (1975) e Trujillo (1974) citados por Marconi e Lakatos (1999), puderam apresentar diferentes matizes sobre o conceito de método, mas todas definições mesclam pontos que são comuns, dentre caminhos que facultam o alcance dos fins e objectivos definidos antecipadamente, em programas e planos, até aos procedimentos regulares, explícitos e passíveis de repetição, para comprovar os resultados fiáveis de uma pesquisa científica. Para este estudo, foram aplicados métodos de abordagens quantitativas, por serem aproximados a pesquisa de corte positivista-empírica, que se conjugara com metodologias com tonalidades hermenêuticas e sócio-críticas, respectivamente.

Salienta-se ainda que na presente pesquisa, foi feita uma conjugação com a metodologia de corte interpretativa, hermenêutica e qualitativa, por tratar-se de um estudo social que, também, desejou de análise de sentimentos, crenças, atitudes que não são passíveis às observações directas. Por exemplo nesta tese, as entrevistas que através das quais foi feita a colecta dos sentimentos e crenças na amostra, sobre os modelos de currículo, educação, formação, entre outras questões relacionadas com a temática.

O enfoque que foi ao encontro do pensamento de Bravo (1998), que a finalidade da pesquisa social é o conhecimento da estrutura e infra-estruturas dos fenómenos sociais que permita explicar o seu funcionamento com o propósito de poder chegar a seu controlo, reforma e transformação. Porém, pela vulnerabilidade das ciências sociais de influências de valores pessoais, a ética de pesquisa científica se fundamenta na neutralidade valorativa. Exige-se que, o pesquisador venha a ser consistente aos factos, respeitando, sem adulterar e falsificá-los em função das próprias crenças.

Assim, no presente espaço foi se descrevendo de uma forma estratégica a metodologia da pesquisa, que foi realizada na Academia de Ciências Policiais, na qualidade de ser uma instituição única que forma quadros de nível académico superior, em Segurança Pública, especificamente a Polícia da República de Moçambique. Contudo, sem intuito de menosprezar outras forças de segurança pública nacionais, regionais e do mundo, que assinam convénios de natureza douta com o país.

Dentre os itens que enquadram o capítulo, se destacaram os seguintes: a parte introdutória, onde foram descritas de forma breve considerações gerais e específicas de conceitos relacionadas com estratégias, metodologia e método de projecto da pesquisa; população alvo e amostra formadas por funcionário e estudantes da instituição académica, onde se incidiu a pesquisa; variáveis e instrumentos da pesquisa e, por último apresentou-se o perfil de análise de todos dados da respectiva pesquisa.

3.2 Metodologia da pesquisa

As características que o nosso estudo apresentou, foram evidenciando que metodologicamente foi pesquisa de caso, quanto ao objecto de estudo. Este tipo de pesquisa na sua essência tem sido caracterizado por estudo profundo e exaustivo dos fenómenos e objectos de investigação, possibilitando um largo e particularizado conhecimento da realidade dos factos pesquisados. Também, enfrenta uma situação tecnicamente única, em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidências para os dados, precisando convergir em formato triangular e, como consequência se beneficia do desenvolvimento preliminar de proposições teóricas que conduzem à colecta e análise de dados (Yin, 2001, citado por Oliveira, 2011).

Quanto aos objectivos, foi uma pesquisa descritiva. Em virtude de ter como finalidade marcante a descrição das características da população ou factos, o estabelecimento de relações entre variáveis, a utilização de técnicas padronizadas na colecta de dados e, a elaboração das questões de pesquisa que exigiram o autor ter conhecimentos profundo do problema em estudo (Gil, 1999; Mattar, 2001; Vargara, 2000; Oliveira, 2011).

Em relação à natureza das técnicas de colecta e análise de dados, foi um estudo qualitativo-quantitativo. Fruto da união entre a pesquisa qualitativa e quantitativa. As pesquisas qualitativas se servem das entrevistas, observações dentre outras, para a colecta de dados, dando maior relevo as técnicas linguísticas, a análise de conteúdos, para a interpretação e análise de dados.

Enquanto os estudos quantitativos usam questionários, escalas sociais entre outras técnicas estatísticas, para a colecta dados, dando ênfase técnicas estatísticas para a análise e interpretação de dados (Bogdan & Biklen, 2003; Malhotra, 2001; Mattar, 2001; Laville & Dionne, 1999; Richardson, 1999).

3.2.1 Paradigma metodológico

A pesquisa, por se cingir em estudos de campo, onde se efectuara a colheita de informações ou dados quantitativos e, qualitativos, conseqüentemente foi ganhando uma gama de experiências empíricas e percebidas, cujas peculiaridades apresentadas, impeliram seguir o paradigma analítico, positivista e empírico, associado com o hermenêutico e interpretativo, que foi drenando no modelo sócio-crítico, em virtude de ter tido a necessidade da aplicação de ambas técnicas: quantitativa e qualitativa na colecta de dados (De Barros & Lehfeld, 1999; Gil, 1999; Kuark, et al., 2010; Marconi, 1999; Marconi & Lakhatos, 1999).

Assim, as circunstâncias modelares que, o estudo foi apresentando, permitiram que não viesse ser puramente de paradigma positivista, pois, o decurso da pesquisa, se reconciliou de forma complementar com outras técnicas de modelos hermenêutico e sócio-crítico.

O projecto se reflectira a um desígnio de pesquisa de caso e descritiva, quanto a objecto e objectivos do estudo, pelo facto das suas particularidades, terem carecidas de escolha de tema delimitado e descrição profunda das características do processo da formação de agentes de segurança pública na ACIPOL, em Moçambique.

O paradigma construtivista com predominância da metodologia humanístico-interpretativa, histórico-hermenêutica, com técnicas etnográficas e qualitativas na recolha de informações, cuja finalidade é compreender como as pessoas experimentam, interpretam e constroem os significados intersubjectivos de sua cultura (Kuark, et al., 2010). Para a sustentabilidade deste modelo no trabalho, foi necessário uso da técnica de entrevista entre outras.

Também, se percebeu que o modelo construtivista se baseia na linguagem de pessoas envolvidas, na conduta observável e na análise de documentos. Assim, as técnicas do processo investigativo, para obtenção da informação, além da entrevista, foram elas: a observação participante; questionário e escala social de Likert, para a mensuração de atitudes e opiniões. O principal objectivo científico foi a compreensão dos factos mediante a análise comparativa das percepções e interpretações dos sujeitos que intervieram no fenómeno em estudo (De Barros & Lehfeld, 1999; Kuark, et al., 2010).

A reflexão sobre a crítica nas matérias e disciplinas de naturezas sociais, com vista a demarcar a maneira como a experiência das pessoas pode ser distorcida pela falsa consciência e pela ideologia, constitui a principal finalidade do paradigma sócio-crítico. A análise crítica da ideologia dominante na ciência e na tecnologia é objectivo fundamental desta metodologia, cujas estratégias de colecta de dados são as mesmas usada nos métodos de abordagens quantitativas e qualitativas (De Barros & Lehfeld, 1999; De Pádua, 2011), porque as pesquisas têm tido resultados por meio de análise social, histórica, cultural e política.

3.3 População-alvo e amostra

Durante o decurso da pesquisa bibliográfica tivemos conhecimento que população é o conjunto de elementos que possuem determinadas características comuns (Richardson, 1999; Gil, 1999). E, amostra é subconjunto do universo da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo populacional ou objectos e matérias similares (Idem), em dada pesquisa como a nossa, foi considerada como população-alvo, todo conjunto de elementos que formava a comunidade académica da ACIPOL, o local onde incidiu a presente tese. E, a parte representativa de todas características populacionais em estudo, formou a amostra dos participantes do estudo de campo.

O universo populacional da pesquisa foi formado por funcionários: corpo técnico administrativo; membros da PRM; docentes; pesquisadores ou investigadores científicos e estudantes de Academia de Ciências Policiais (ACIPOL), a única instituição do país que realizara a formação superior da Polícia

da República de Moçambique (PRM), cuja população se estimou, em 1.146 (mil cento, quarenta e seis) elementos correspondentes a percentagem de 100%. A proporção das características verificadas na respectiva população, de acordo com as normas e regras da estatística probabilística se calculou, em 50%, onde a amostra se estimara em 297 elementos, admitindo-se 95% de nível de confiança equivalente a 2 (dois) desvios-padrão e, a margem de 5% de erro máximo permitido, no âmbito dos “factores que determinam o tamanho de amostra, em uma população finita, cuja a amplitude de universo não excede 100.000 indivíduos” (Gil, 1999; Marconi & Lakatos, 1999; Richardson, 1999).

3.3.1 Fórmula e calculo de amostra probabilística

O calculo da amostra principal da presente pesquisa, fora lhe aplicada a fórmula de amostra aleatória simples (AAS), para a população com universo finito, que não supera 100.000 elementos, em virtude da amplitude e características da população em estudo ter sido de 1.146 pessoas, formada por funcionários e estudantes da Academia de Ciências Policiais, onde foi direccionado e realizado o estudo empírico. (Vide a equação 1), fórmula de calculo de amostra probabilistica.

Equação 1.

$$n = \frac{\delta^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2 (N-1) + \delta^2 \cdot p \cdot q} = \frac{2^2 \cdot 50 \cdot 50 \cdot 1146}{5^2 (1146 - 1) + 2^2 \cdot 50 \cdot 50} = \frac{4 \cdot 50 \cdot 50 \cdot 1146}{25 \cdot 1145 + 4 \cdot 50 \cdot 50} = \frac{10000 \cdot 1146}{25 \cdot 1145 + 10000} =$$

$$n = \frac{11460000}{38625 + 1146} = \frac{11460000}{38625} = 296.6990291 \cong 297. \quad (1.3)$$

Onde:

n = variável da amostra.

δ = Nível de confiança estabelecido e expresso em número de desvio-padrão.

p = proporção das características verificadas no universo, expressa em percentagem (%).

q = proporção do universo que não possui as características verificadas, (q = 1 – p), isto é, 100 – p.

e = erro máximo permitido:

N = tamanho do universo (população total, em estudo).

Então:

δ = 95 % equivalente 2 (dois) desvios-padrão.

P = 50 % características estudadas no universo.

q = 100 % - 50 % do universo que não possui as características estudadas.

N = 1.146 elementos da população-alvo (universo).

e = 5 % de erro máximo permitido.

3.3.2 Características selectivas da amostra do estudo

A selecção do tamanho de amostra principal da pesquisa foi aplicada a fórmula baseada em leis estatísticas de probabilidade típicas para Amostragem Aleatória Simples (AAS). Cujas se conjugou de forma explícita com amostragem aleatória estratificada – AAE (Gil, 1999; Marconi & Lakatos, 1999; Richardson, 1999), efectuada intencional e racionalmente a partir da amostra principal formada por 297 elementos⁶.

A escolha da amostra aleatória estratificada (AAE) de forma não probabilística e intencional a partir da amostra principal, foi realizada com o propósito de facultar a administração das técnicas e os instrumentos de colecta de informações e dados, nos estratos que compõem a população em estudo, com vista a responder eficazmente, o problema e as questões formuladas, bem como concretizar os objectivos traçados na pesquisa (Gil, 1999; Marconi & Lakatos, 1999; Richardson, 1999).

Todavia, baseando nestas camadas populacionais, foi esboçado o esquema de distribuição de técnicas e instrumentos de colecta de dados para cada estrato de forma seguinte:

1 – Três (3) Investigadores científicos e oito (8) docentes, foram destinados para administração e aplicação da técnica de entrevista estruturada e, em profundidade.

⁶ Amostra principal da pesquisa, seleccionada na base de leis da estatística probabilística, segundo a fórmula e cálculos devidamente efectuados em (1.3).

2 – Vinte e seis (26) funcionários de Corpo técnico administrativo e, setenta e seis (76) polícias, foram aplicados a técnica do questionário na colecta de dados da mesma pesquisa.

3 – Cento, oitenta e quatro (184) estudantes, foram-lhes administrados a escala social de Likert, na medição de atitudes e opiniões. Mas destes 2 (dois) sofreram o critério de inclusão e exclusão, por razões de vária ordem, tendo restado 182 (cento, oitenta e oito) discentes.

Enquanto, a observação participante, foi a técnica aplicada de forma sistemática às actividades curriculares e formativas, no decurso da pesquisa de campo. E, as técnicas de revisão de literatura e consulta documental, se serviram para aquisição de teorias curriculares de educação e formação corporativa, gerais e específicas, bem como, a realização de levantamentos em planos estratégicos de Academia de Ciências Policiais (ACIPOL), Polícia da República de Moçambique (PRM), Ministério de Interior (MINT) e a Procuradoria-Geral da República (PGR), de dados relacionados com a prevenção e combate à criminalidade nas suas múltiplas dimensões, sobretudo àquelas que se relacionam com as novas formas de criminalidade, as quais nunca foram tipicamente tradicionais para o povo e o território moçambicano.

3.4 Variáveis do estudo

Durante a revisão da literatura foi se notando que as variáveis têm sido definidas por certos autores, como sendo qualquer coisa, que se classifica em mais de uma categoria. Apesar de ser o termo mais usado na matemática, também, se serve bastante para a metodologia de pesquisa científica, podendo ser quantitativas quando classificadas estatisticamente ou qualitativas, se são tratadas de acordo com as regras linguísticas e filológicas (Gil, 1999; Sprinthall & Sprinthall, 1999). As variáveis que constituíram as hipóteses e os instrumentos de colecta de dados e informações da presente pesquisa, foram formuladas em torno da pergunta de partida seguinte: *Que estratégias curriculares a Academia de Ciências Policiais – ACIPOL deve adoptar na melhoria da formação de agentes de*

*ESTUDO DE CURRÍCULO E FORMAÇÃO DE AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA, NA PERSPECTIVA DOS
DESAFIOS CONTRA AS NOVAS FORMAS DE CRIMINALIDADE EM MOÇAMBIQUE
(Caso da Formação Superior da Polícia da República de Moçambique, 2010 a 2021)*

*segurança pública no âmbito de desenvolvimento de competências para a
prevenção e combate à criminalidade em Moçambique?*

Relativamente as hipóteses definidas à partida, foram formadas por variáveis dependentes e independentes de forma seguintes:

1. Primeira hipótese: a) *Modelo de inter-relação curricular e pedagogia de reciprocidade* são variáveis independentes; b) *Estratégias de currículo e formação, em aquisição e desenvolvimento de competências* aos agentes de segurança pública na ACIPOL, são variáveis dependentes.

2. Segunda hipótese: a) *Paradigma tecnológico curricular e e-pedagogia (pedagogia electrónica)*, são variáveis independentes e b) *Formação aos quadros de segurança pública na ACIPOL*, é variável dependente.

Enquanto, as variáveis constantes nos instrumentos de colecta de dados, administrados à amostra da pesquisa, para se facilitar a análise comparativa, foram constituídas em forma de matrizes organizadas em torno de quatro dimensões para docentes, cinco dimensões para investigadores científicos, seis grandezas para funcionários de Corpo Técnico Administrativo (CTA) e Polícia da República de Moçambique (PRM) e onze dimensões para estudantes, com vista aferir e explorar os comportamentos, as opiniões e atitudes dos participantes, relativos aos paradigmas de currículo, formação, educação, bem como desafios e estratégias da Academia de Ciências Policiais, para intensificação da formação educativa e corporativa de agentes de segurança pública contra as novas dinâmicas de crime e criminalidade ligadas com as migrações na sua diversidade e a globalização contemporânea. (Vide guiões 1, 2, 3 e roteiro IV) nos apêndices conjugados com entrevistas e tabelas constantes no capítulo IV da tese.

Todavia, todas as variáveis, para se garantir a sua validação, foram analisadas e controladas no decurso da pesquisa (Gil, 2008; Prodanov & De Freitas, 2013; Richardson, 1999; Sprinthall & Sprinthall, 1999).

3.5 Técnicas e instrumentos da pesquisa

Os testemunhos literários que obtivemos no decurso da pesquisa, chegaram ao ponto de nos confirmar que a técnica é um conjunto de preceitos ou

processos de que se serve uma ciência ou arte. Também, técnica - é habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática (Marconi & Lakatos, 1999; Lakatos & Marconi, 2007). As autoras trouxeram a noção do termo técnica no sentido holístico, apesar de comparar entre a ciência e a arte, mas deixam claro que a técnica no verdadeiro sentido deste estudo, é aquela referente à ciência.

Durante a prossecução do estudo, foram originando reflexões sobre a noção da palavra, técnica no contexto da metodologia científica, facto nos comprometeu em afirmar, que o sentido de abordagem conceptual feita por determinados autores revisados neste estudo, se contrasta com a experiência quotidiana do pesquisador. Exemplo: a entrevista, questionário, observação, para eles fundamentam no conceito de instrumentos ou técnicas de pesquisa científica.

Enquanto, a experiência nos espelhou sempre que a entrevista, observação, questionário, teste de medidas de escala de atitudes e opiniões, história de vida, entre vários, denominam-se por técnicas. E, os instrumentos de recolha, medição de informações ou dados, são: formulários, roteiros ou guiões, relacionados com as respectivas técnicas, cujos se servem para a recolha de dados na amostra.

Assim, os instrumentos de colecta de dados, para esta pesquisa, foram constituídos em roteiros e guiões aplicáveis às técnicas: questionários, entrevistas e observação, bem como a escala de medição de atitudes e opiniões.

A prossecução da pesquisa se fundamentou na colecta de dados através de procedimentos técnicos, que puderam se classificar em entrevista aprofundada, questionário, teste de medidas da escala de atitudes e opiniões, observação participante e sistematizada, realizadas no decurso de trabalho e pesquisa de campo de maneira a garantir o percepçionismo empírico perante diferentes agentes participantes no processo investigativo (Gil, 1999; Lakatos; 1999; Marconi, 1999; Lakatos & Marconi, 2007). As questões que foram articuladas em cada uma das técnicas e instrumentos, procuraram responder as questões levantadas no início e decurso da tese, em consonância dos objectivos específicos predefinidos.

Relativamente ao processo da validação de técnicas e instrumentos de colecta de dados, foi feita a solicitação de personalidades académicas e

especialistas, em matérias de currículo, pedagogia e investigação científica, para efectivar a pré-avaliação e análise. Cujos académicos e peritos se encontravam a trabalhar na Academia de Ciências Policiais (ACIPOL), Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e Universidade Pedagógica (UP), assim sucessivamente. Todas instituições superiores de nível universitário, que prestam serviços de formação e desenvolvimento humano.

Salienta-se que a legitimação das técnicas e instrumentos metodológicos da recolha de dados, recorreu-se a UEM e UP por serem considerados estabelecimentos universitário mais antigos e, com mais experiências académicas no país, sobretudo na área das pesquisas de natureza científica e educativas. A ACIPOL em virtude dela ter sido a instituição formativa, e objecto fundamental do estudo.

3.5.1 A entrevista

A técnica que permitiu a aquisição de informações no seio dos participantes da pesquisa, em especial nos investigadores científicos e docentes, em serviço na instituição de ensino e aprendizagem onde se centralizou o nosso estudo.

Segundo (Gil, 1999) nos dá noção da entrevista como sendo a técnica, em que o investigador se apresenta em frente ao investigado e lhe formula perguntas com o objectivo de obter dados que o interessam para a pesquisa. Essa técnica é muito útil, pois o pesquisador se apresenta ao entrevistado e lhe serve de fonte directa na colecta de informação. No presente trabalho esta técnica foi usada com a finalidade de buscar as informações junto dos grupos alvos, uma das partes da amostra do estudo.

Por outro lado, Marconi e Lakatos (1999) entendem a entrevista como a técnica que estabelece uma conversa efectivada face a face, que de maneira metódica, proporciona ao investigador uma interacção verbal oral com o entrevistado. O roteiro de entrevista foi dirigido à amostra seleccionada dentre os membros da comunidade académica de ACIPOL. Salienta-se que nesta pesquisa se optou pelas entrevistas padronizadas ou estruturadas articulada, em profundidade.

Também, Marconi e Lakatos (1999) consideram esta tipologia como a técnica em que o entrevistador utiliza o roteiro previamente estabelecido e as perguntas feitas ao entrevistado são predeterminadas no mesmo. Neste estudo, os formulários de entrevista foram administrados a 3 (três) investigadores científicos, com cinco perguntas articuladas para responder o problema da pesquisa, cujas foram as seguintes:

1. a) Que paradigma se enquadra o sistema de educação superior na PRM, no contexto das correntes teóricas gerais de educação?

1. b) Que modelo curricular se insere a formação superior da Polícia da República de Moçambique pela Academia de Ciências Policiais?

2. A Academia de Ciências Policiais que desafios tem envidado para robustecer as estratégias operativas na prevenção e repressão ao crime e à criminalidade no País?

3. a) Que crimes acha que sejam atípicos no contexto actual em Moçambique?

3. b) A Academia de Ciências Policiais como instituição superior de formação policial, que estratégias curriculares tem concebido, para intensificar melhorias para o desenvolvimento de competências nos agentes de segurança pública, face às dinâmicas do crime e da criminalidade? (Vide guião 1) nos apêndices, página 315.

O segundo roteiro da entrevista articulado em quatro questões foi dirigido a 8 (oito) docentes do mesmo estabelecimento de ensino e aprendizagem, em estudo e, teve as questões seguintes:

1. A Academia de Ciências Policiais é uma instituição de educação superior vocacionada à formação de agentes de segurança pública em Moçambique. Considerando as teorias gerais de educação, que modelo de educação se enquadra o processo de ensino e aprendizagem na ACIPOL?

2. A globalização e o processo de integração regional que actualmente os estados aderem para a promoção do desenvolvimento socio-económico integral, têm como consequência o recrudescimento de crime e criminalidade violentos e

transfronteiriços, que suscita novidades para as Nações no que tange ao crescimento dos índices de insegurança. Relativamente à Moçambique, que crimes atípicos têm sido de origem do impacto de movimentos socio-económicos, étno-culturais e as tecnologias de informação e comunicação?

3. O Ministério do Interior, Polícia da República de Moçambique e ACIPOL são instituições públicas comprometidas no processo de Segurança Pública em Moçambique?

4. Que desafios têm sido enfrentados para a melhoria do desenvolvimento de competências de agentes policiais na prevenção e combate ao crime e à criminalidade?

5. Que modelo curricular ACIPOL pode conceber para fortificar a melhoria na formação dos quadros de segurança pública para a manutenção da ordem, segurança e tranquilidade públicas no país? (Vide guião 2) apêndice, página 317.

3.5.2 O questionário

No âmbito das regras e normas para realização de pesquisa de natureza científica, considera-se questionário a uma técnica constituída geralmente por um roteiro de perguntas enunciadas pelo entrevistador e preenchidas por ele com respostas do pesquisado, com o objectivo de conhecer opiniões e atitudes inerentes a um determinado tema (Richardson, 1999), em determinadas ocasiões tem ficado como uma prática, o pesquisador enviar por meio de veículos de comunicação social (e-mail, whatsapp, correio físico, entre outros) e, após a recepção o participante preenche e remete ao pesquisador, que lhe coube a tarefa de compilar e analisar os dados.

Para o presente estudo se optou nesta técnica, por facultar perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado preencheu o formulário individualmente, respondendo e indicando a alternativa correcta opcionalmente.

Assim sendo, os roteiros de questionário foram dirigidos, também à amostra seleccionada, em especial para 102 (cento e dois) funcionários. Cujos 76 (setenta e seis) foram membros da Polícia da República de Moçambique e, o número de 26 (vinte e seis) foram membros do Corpo Técnico Administrativo. Dentre os 102

funcionários em estudo, 66 (sessenta e seis) foram de sexo masculino e 36 (trinta e seis) dos quais fizeram parte do sexo feminino. Notabiliza-se que as questões para esta técnica, foram definidas, com vista a responder o problema e a questões de pesquisa formulada, bem como atingir os objectivos configurados no princípio do estudo. Pela complexidade foram organizados em 4 (quatro) números e, cada com um certo número de matrizes fechadas para se responder: - Sim; Não e Não sei.

a) O primeiro número foi, relacionado com as teorias gerais de educação, com cinco matrizes;

b) O segundo número foi constituído por cinco matrizes, que se relacionaram com as características de planos estratégicos de Ministério de Interior, Polícia da República de Moçambique e a Academia de Ciências Policiais, face a formação educativa e corporativa de recursos humanos para a prevenção e combate ao crime e à criminalidade;

c) O terceiro número foi formado por seis matrizes, se relacionou directamente com projectos curriculares da instituição no que concerne a formação superior de quadros pela ACIPOL.

d) O quarto número foi composto em quatro matrizes, que se relativizaram com a extensão científica na instituição de ensino e aprendizagem, em estudo. (Vide guião 3) apêndice, página 319.

O cômputo dos números e matrizes que formaram o questionário direccionado aos funcionários levou-nos posteriormente a reorganizar as matrizes, em agrupamentos factoriais que facultaram a constituição de seis dimensões, nomeadamente: - 1. Currículo centrado no professor; 2. Currículo centrado no estudante; 3. Relações coordenativas entre ACIPOL, PRM E MINT; 4. Currículo centrado na aprendizagem integral; 5. Currículo incidido na inter-relação e competência e, 6. Currículo centrado nas tecnologias e TICs, as quais permitiram a configuração das variáveis e, a sua medição no banco de dados, SPSS. (Vide as tabelas: 2.4; 3.4; 4.4; 6.4 e 7.4) constantes nas páginas 231, 233, 236,242 e 246.

3.5.3 A observação

O procedimento que o investigador leva a cabo perante o trabalho de campo, artificial (laboratório) e natural, também, chamado por certos autores, como campo aberto, onde ele consegue acompanhar de forma óptica e ocularmente os objectos, momentos e factos naturais e sociais.

Segundo Gil (1999) a observação é uma técnica essencial para a pesquisa na medida, em que o pesquisador se serve dela durante o processo do estudo, desde a formulação do problema, a construção de hipóteses, colecta e interpretação de dados.

De acordo com Marconi e Lakatos (1999) ensinam-nos que a observação sistemática: estruturada, planejada e controlada, utiliza instrumentos previamente determinados para a colecta de dados dos fenómenos observados. Todavia, para a pesquisa, foi feita uma observação participante.

Na óptica de Gil (1999) a observação participante consiste na integração do pesquisador no seio do grupo, que pretende estudar, podendo viver toda tradição e cultura da comunidade, as vezes confundindo-se com o resto dos membros da mesma sociedade. A observação participante, de vez, enquanto se equipara com a observação sistemática, na medida, em que o pesquisador antes de mais nada, deve elaborar um roteiro das atitudes e actividades, que poderá observar e estudar.

No contexto desta perspectiva, o pesquisador pôde fazer um guião de observação, a utilizar no decurso da observação participante na Academia de Ciências Policiais, onde foi centralizado o nosso estudo, instituição de formação superior de membros da Polícia da República de Moçambique, em ciências policiais no território moçambicano.

A observação e respectivo registo da análise foram efectuados durante o período de 90 (noventa) dias lectivos correspondentes a um trimestre (três meses) do ano académico. Durante esse momento, o pesquisador se integrou no grupo em três fases seguintes:

1 - A primeira se concentrou no Departamento de Ensino e Aprendizagem, onde em conjunto com os funcionários faziam tratamento e exame de dossier de expedientes administrativos dos processos formativos;

2 - A segunda se centralizou na participação das aulas do curso de licenciatura, onde pôde participar nas lições em salas de aula e, no campo de treinos de defesa pessoal, Ordem Unida, preparação física e adestramento de tiro;

3 - A terceira foi se focalizando na Coordenação dos Curso de Pós-graduação, essencialmente para o curso de mestrado, onde na primeira fase procedeu com a observação e tratamento, sobre a documentação inerente ao processo de ensino e aprendizagem, bem como a participação nas aulas deste nível: mestrado académico e profissional.

A colecta de dados por intermédio da técnica de observação sistemática e participante, para a sua melhor perfeição, foi elaborado um plano, constando os pontos seguintes:

1. A população-alvo composta pela comunidade académica na sua generalidade, onde o participante assistiu a maior parte das actividades académicas dentre aulas, seminários e palestras. Os resultados esperados neste processo foram caracterizados pela colecta de informações gerais sobre o amplo retrato de modelos curriculares e os moldes que envolvem a sua textura e articulação, para a melhor realização da comparação efectiva com as teorias universais da educação de modo se alcançarem os objectivos, e se confirmarem as hipóteses definidas no princípio do estudo;
2. Estudantes, docentes, pesquisadores científicos, membros da PRM e CTA, para a recolha de dados que pudessem reportar as evidências académicas concernentes às estratégias curriculares na fortificação de competências no seio dos quadros de segurança pública. Cujas tarefas foram projectadas para a sua execução num espaço temporal de 60

(sessenta) dias, praticamente uns dois meses à razão de 15 dias para cada nível de licenciatura: primeiro, segundo, terceiro e quarto ano;

3. Discentes e docentes de cursos de pós-graduação (mestrado) académico e profissional. Para esta parte de amostra, a configuração do programa fora concebida para a sua realização, em um período de 30 (trinta) dias, sendo 15 (quinze) dias para cada modalidade do curso (mestrado académico e profissional), deste nível académico. A análise comparativa dos paradigmas curriculares da academia em estudo, no contexto das práticas reflexivas com as teorias curriculares gerais em curso na contemporaneidade, constituirá o grupo de resultados esperados no fim do processo da observação.

Para o efeito, foi elaborada de forma sinóptica a figura 1.3 exposta devidamente na página 165.

Figura: 1.3

Descrição pormenorizada do prospecto da observação no campo

POPULAÇÃO-ALVO	TAREFA DE PESQUISADOR	RESULTADO ESPERADO
A Comunidade Académica de ACIPOL.	Participar nas actividades académicas dentre aulas, palestras e seminários, durante o período de três meses, correspondente a 90 (noventa) dias de um trimestre lectivo.	Colecta de dados informativos sobre o retrato geral de modelos curriculares em curso na formação superior da PRM na ACIPOL e sua relação com modelos curriculares contemporâneos.
Estudantes, docentes, investigadores, membros da Polícia República de Moçambique e Corpo Técnico Administrativo.	Participar nas actividades lectivas nos cursos de licenciatura em ciências policiais, 60 dias à razão de 15 dias de actividades por cada nível dentre primeiro, segundo, terceiro e quarto anos.	Obtenção de evidências académicas relativas às estratégias curriculares para a intensificação do processo de aquisição e desenvolvimento de competências pelos agentes de segurança pública.
Estudante, docentes de cursos de Pós-graduação (Mestrados).	Participar as aulas nos cursos de mestrado: segurança pública e investigação criminal e criminalística durante 30 dias à razão de 15 dias, para o mestrado profissional e mestrado académico respectivamente.	Análise comparativa entre os paradigmas curriculares na esteira dos contextos de prática reflexiva com as correntes teóricas curriculares em vigor na contemporaneidade.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2019).

3.5.4 A escala de medição de atitudes e opiniões

As escalas sociais têm sido conceituadas como sendo técnicas de medição de atitudes e opiniões de um determinado assunto, que ocorre e regista-se dentro e fora do ambiente social, onde de forma quotidiana se realizam os contactos e interações socio-económicas, culturais e políticas. A maioria dos autores definem as escalas sociais como instrumentos construídos por escores com uma finalidade, medir a intensidade das atitudes e opiniões de maneira mais objectiva possível. Embora apresentem vários formatos, consistem basicamente, em solicitar aos indivíduos investigados, que assinalem dentro de uma série graduação de itens, aqueles que melhor correspondem à sua percepção acerca do facto em estudo (Chisnall, 1973; Gade, 1980; Gil, 1999; Parasuraman, 1991).

A pessoa humana costuma celebrar suas emoções e comportamentos que manifesta durante o exercício efectivo das suas actividades exibindo ao mesmo tempo, as atitudes. Alinhando nesta perspectiva, pode-se afirmar que as atitudes

são consideradas como uma das partes importantes das habilidades afectivas, que podem ser ensinadas e aprendidas.

O conceito de atitude pode ser articulado, como uma predisposição interna da pessoa humana que, naturalmente é fundamentada em processos perceptivos, motivadores e de aprendizagem, organizados de uma forma relativamente estável para com seus semelhantes, objectos, factos e situações. Também, tem-se tido, que a concepção de uma disposição psicológica adquirida e organizada a partir da própria experiência é que permite o indivíduo a reagir de forma específica, em relação a certas pessoas, assuntos e situações factuais e contextuais (Gade, 1980; Gil, 1999; Kuark, et al., 2010).

Em estudos sociais como o presente, o conhecimento das atitudes dos sujeitos participantes tornou-se bastante importante porque, fornece bases sustentáveis para tomada de decisões organizacionais tanto em relação aos consumidores de bens e serviços, quanto aos funcionários. Apesar da probabilidade da existência de inúmeras limitações na aglutinação directa entre atitudes e condutas humanas, a sua compreensão pode indicar aspectos de grande valor para as organizações.

Para Parasuraman (1991) assevera que, as empresas e o meio académico demonstram interesse, em conhecer as atitudes de consumidores e funcionários pois ela é considerada factor determinante do comportamento das pessoas. Melhor, compreender-se que não existe maior diferença entre uma empresa que produz e vende serviços e bens de consumo para a sociedade e, a organização académica, que exerce a educação e formação humana, como a Academia de Ciências Policiais. Exemplo: os estudantes consomem serviços (programas, currículo, disciplinas) configurados em aulas, seminários, entre outras formas didáctico-pedagógicas. Assim, os discentes manifestam sempre atitudes e crenças em relação a esses serviços prestados perante o ensino-aprendizagem.

Também, os cidadãos moçambicanos, são consumidores do produto (agentes de segurança pública) formados pela ACIPOL, cujo constitui o garante da Ordem e Segurança Pública no país. No exercício dos deveres cívicos e cidadania, o povo expressa suas atitudes, crenças e opiniões em relação ao trabalho

efectuado por oficiais formados em nível superior por essa instituição, questionando sobre o recrudescimento da criminalidade ou mesmo a sua célere redução, em dado espaço cronológico.

Na posição de Chisnall (1973) salienta que a variedade e a complexidade do comportamento humano, motivado por várias causas, muitas das quais difíceis de identificar, fazem com que o estudo de consumidores de bens e serviços nas organizações, seja um grande desafio. Isso porque as atitudes das pessoas se desenvolvem de acordo com suas necessidades no tempo, dentre as passadas e presentes.

Facto que leva o autor reafirmar ainda, que as atitudes das pessoas em relação a certos produtos provavelmente irão mudar porque as pessoas mudam se desenvolvem, ganham novas experiências de vida, aceitam responsabilidades e aumentam suas necessidades. A eclosão de novas formas de crime e criminalidade, suscita reformas curriculares na formação das forças policiais em Moçambique, no sentido de a educação corporativa no seio dessa organização responsável pela concepção e implementação da Ordem e Segurança Públicas, possa se adequar com a modernidade e globalização, face progresso socio-económico, que tem sido almejado pelo povo moçambicano.

Relativamente a existência da relação entre a atitude e o comportamento humano, Mattar (1996) afirma o seguinte

Não há evidências comprovadas da existência de um relacionamento directo entre atitudes e comportamentos e, por isso, é preciso ser cauteloso na tomada de decisão em assumir que este relacionamento existe. Mesmo com esta ressalva, o conhecimento das atitudes dos consumidores ajuda a prever comportamentos para compra, prever comportamentos, pós compra, prevê aceitações ou rejeições de produtos e marcas, tomar medidas com o fim de mudar atitudes desfavoráveis à empresa e aos seus produtos, avaliar conceitos de novos produtos e, avaliar propagandas e promoção de vendas. (p. 86)

Apesar da afirmação do autor se centralizar na empresa de produtos não especificados, quanto à sua natureza e, ter excluído os serviços, equipara com o contexto, em que decorreu a nossa pesquisa. Cujas se focalizou para uma instituição de formação de agentes da segurança pública, onde o produto é constituído por recursos humanos que presta serviços, que é o ensino e aprendizagem. Percebe-se que as condutas, atitudes humanas são psicológicas e cognitivas, logo implícita e explicitamente, pode se aceitar a existência de uma relação entre comportamento e atitude humanos perante um objecto ou facto, em determinado espaço cronológico e geográfico.

Também, Mattar (1996) assevera que as atitudes possuem um grupo de características que a conferem e diferenciam de outras acções psicológicas, pois que os seres humanos manifestam durante suas interacções com os ambientes, que geralmente, na sua diversidade lhes rodeia. As particularidades, que distinguem as atitudes se destacam em seguintes:

1. Atitude representa uma predisposição para uma reacção comportamental em relação a um produto, organização, pessoa, facto ou situação e não é o comportamento propriamente dito;
2. Atitude é persistente no tempo. Ela pode ser mudada, mas qualquer tentativa de mudança de uma atitude fortemente arraigada exige grande pressão ao longo de muito tempo;
3. Atitude tende a produzir comportamentos consistentes;
4. A atitude pode ser expressa de forma direccional;
5. A atitude possui três principais componentes: componente cognitivo – as crenças de pessoa em relação a produtos, organizações, pessoas, factos ou situações; o afectivo – sentimento das pessoas em relação a produtos, organizações, pessoas, factos ou situações e, um componente comportamental – predisposição para uma reacção comportamental em relação a um produto, organização, pessoa, facto ou situação;
6. A formação de uma atitude é resultado de crenças, reflexos condicionados, fixações, julgamentos, estereótipos e preconceitos, experiências,

exposições as comunicações persuasivas, trocas de informações e experiência com outros indivíduos, entre outros.

Entretanto, a atitude pode ser influenciada por componentes cognitivos, emocionais e motivadores. E, o poder que ela possui, em influenciar as respostas dos seres humanos, em relação determinados objectos que fazem parte do mundo social, tem suscitado uma maior atenção no desenvolvimento de estudos por certos autores, em busca de métodos, técnicas e instrumentos de medição e promoção de mudanças na manifestação de atitude.

Os autores mais destacados na demonstração de possibilidade do estudar as atitudes e sua mensuração se encontram entre Thurstone (1928) e Likert (1932). Mas, para se aferirem as opiniões e atitudes nos estudantes de ACIPOL, o espaço que se concentrou o presente estudo, optou-se no recurso da escala social de Likert, para o efeito.

Relativamente as opiniões, tidas as informações literárias ao longo da presente pesquisa se percebeu que elas podem fazer parte de julgamento, crença, que uma certa pessoa tem em relação com outros indivíduos, objectos e factos. As opiniões podem ser expressas verbalmente e predomina a componente cognitiva sobre o afectivo que reina na pessoa intrínseca e extrinsecamente. Portanto, algo que torna raro nas atitudes, cujas são inferidas a partir de várias expressões humanas (Gil, 1999; Kuark, et al., 2010).

Em certos momentos, as opiniões parecem semelhantes com as atitudes, mas a diferença existe no desenvolvimento. As atitudes podem se manifestar, em aceitação e, por vezes rejeição dos factos objectivos e subjectivos. A pessoa pode ter consciência das suas opiniões e, não ter consciência, em certos momentos das suas atitudes. O belo sinal que vislumbra que, as atitudes são bipolares, entre o inconsciente e o consciente, porém, o pólo consciente tem ganho maior relevo que o inconsciente, ai se conecta a necessidade de rigor no acto de as mensurar (Richardson, 1999).

A literatura nos apresentou diversas escalas sociais, desse grupo apresentado. Para esta pesquisa se optou pela escala social de Likert (1932), cuja foi julgada como sendo a mais adequada para o desenvolvimento do estudo.

As escalas de Likert, ou escala somatória, têm uma série de afirmações relacionadas com o tema pesquisado, isto é, representam várias frases afirmativas sobre um assunto.

Os respondentes não apenas respondem se concordam ou não com as afirmações, também, informam quais são os graus de concordância ou discordância. Em regra é atribuído um número a cada resposta, que reflecte a direcção da atitude ou opinião do respondente em relação a cada afirmação. E, a somatória das pontuações obtidas para cada afirmação é dada pela pontuação total da atitude de cada respondente (Chisnall, 1973; Gade, 1980; Gil, 1999; Mattar, 1996; Parasuman, 1991).

Segundo Chisnall (1973) esclarece que as escalas de Likert são mais populares porque além de serem confiáveis, são mais simples de construir e permitem obter informações sobre o nível dos sentimentos dos respondentes, o que dá mais liberdade aos mesmos. Essa escala os seus procedimentos, cujas características se identificam na colecta de várias informações sobre determinado item. Compete-nos entender que os itens são apresentados a juizes que indicam se aprovam muito, aprovam, estão indecisos, desaprovam, desaprovam muito. Para cada juiz é feito um *score* final computando suas respostas numa escala de 1 a 5 pontos, respectivamente.

Igualmente, na nossa pesquisa, a avaliação das frases foi feita na base da escala graduada de 1 a 5, organizada de maneira seguinte: 1. Não concordo plenamente; 2. Discordo; 3. Não concordo e nem discordo; 4. Concordo e, 5. Concordo plenamente.

A técnica de escala como de Likert, de igual modo como sucedem com outras práticas de colecta de dados, ela apresenta determinadas conveniências e inconveniências: 1. escala de Likert fornece direcções sobre a atitude do respondente em relação a cada afirmação, sendo ela positiva ou negativa. A desvantagem nota-se na medida que a essa escala ocorre quando há um problema de interpretação dos dados, porque ao multiplicar o número de afirmações com número de graduação de escala, que geralmente é 5, torna difícil afirmar se essa pontuação representa a atitude e opinião favorável, tendo como

base a pontuação máxima, resultante da multiplicação da soma dessas afirmações com o número total da escala (Chisnall, 1973; Gade, 1980; Gil, 1999).

O facto prático e concreto da nossa escala de 50 afirmações vezes 5 é igual a 250, a pontuação máxima, para determinar a pontuação favorável, foi necessário fazer melhor análise estatística, que por sua vez tivesse vindo apresentar os mais consistentes resultados do estudo no seio dos estudantes de licenciatura e mestrado.

Para o efeito, depois de as variáveis terem sido traduzidas em agrupamentos factoriais que posteriormente formaram as dimensões, foi necessário o recurso do banco de dados, Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 24 que apresenta diversas vantagens: 1. a sua flexibilidade para as variáveis de diferente natureza; 2. a facilidade de utilização, sendo um programa muito amigável, com diversos níveis de complexidade, de acordo com as necessidades dos seus utilizadores; 3. a participação em todo o processo analítico, desde o planeamento até à recolha de dados para análise, possibilitando a elaboração de relatórios, quer pelo próprio programa, quer por uma articulação com processador de texto em digitalização (Laureano & Botelho, 2017).

O processo de agrupamento dos factores afirmativos constantes na escala social de Likert, construída para a recolha das opiniões sobre a formação de quadros de segurança pública na Academia de Ciências Policiais. A análise estatística de cada factor e o respectivo agrupamento, em forma das dimensões teóricas dos currículos educativos permitiu de uma maneira facultativa, o cálculo das respectivas médias, bem como os desvios-padrão, em cada factor e o global de cada dimensão eleita em relação as opiniões dos respondentes que formaram a parte da amostra dos estudantes da instituição académica em estudo.

O procedimento foi facultativo na aplicação de formulários da técnica de testes de medidas de escala de atitudes e opiniões, na recolha de informações no seio da amostra da pesquisa, composta por estudantes da Academia de Ciências

Policiais, dentre os do curso de licenciatura e mestrado em ciências policiais. (Vide roteiro IV), apêndices, página 322.

Em realce coube-nos a esclarecer mais, que a acção de validação de todos instrumentos de colecta de dados qualitativos e quantitativos no campo, consistiu na entrega aos técnicos, pedagogos com experiências nas áreas de formação educativa e corporativa, para efectivar avaliação e a respectiva legitimação. Na necessidade da concretização deste acto, foram seleccionados: - 2 “dois” docentes da Universidade Pedagógica; 2 “dois” docentes da Universidade Eduardo Mondlane e 2 “dois” docentes da Academia de Ciências Policiais, todos com títulos académicos de Doutor em ciências de educação.

3.6 Análise de dados da pesquisa

O presente subtítulo se serviu de espaço para a descrição da fisionomia sobre a análise de todos dados colectados durante o estudo de campo ou simplesmente a pesquisa empírica efectuada no seio da amostra populacional sitiada na Academia de Ciências Policiais, onde se delimitou geograficamente o nosso tema desde o início da sua concepção.

Ficamos consciencializados que pela dimensão do estudo não foi fácil efectivar essa acção, mas, tratando-se de maior compromisso, em busca de conhecimento por intermédio de métodos, técnicas e instrumentos tipicamente de natureza científica, tinha que se envidar todo esforço na impressão de sinergias, para a prossecução do levantamento de informações nos participantes distribuídos em 4 (quatro) camadas sociais bem distintas, devido as diferenças emolduradas nas funções de cada uma delas, nomeadamente: 1. Estrato formado por professores ou docentes; 2. Estrato constituído por funcionários que exercem actividades na especialidade de pesquisa científica; 3. Estrato composto por funcionários, que se enquadram nos outros níveis de camadas sociais dentre a de membros da Polícia da República de Moçambique (PRM), que pertence a ala paramilitar e outra, que faz parte do Corpo Técnico Administrativo (CTA), isto é, funcionários da área civil, não pertencentes ao paramilitarismo; 4. Estrato formado

por estudantes ou discentes repartidos em duas categorias, entre a de licenciatura e mestrado.

Evidencia-se que os discentes do curso de licenciatura, por sua vez se dividem em níveis por anos académicos, por destaque: 1º (primeiro) ano; 2º (segundo) ano; 3º (terceiro) ano e 4º (quarto) ano. Porém, durante o estudo foi excluído o primeiro ano, devido ao estado prematuro no domínio da cultura académica institucional. Cujá precocidade viu-se inoportuna para enfrentar o formulário concebido para a escala de Likert da tese.

Importa realçar ainda, que o curso de mestrado se repartiu em mestrados académico e profissional, mas, ambos níveis de mestrado se inserem nas duas especialidades: segurança pública e investigação criminal e criminalística. Enquanto, nos cursos de licenciaturas as especialidade somente se implementam no 4º (quarto) ano, constituindo perfís de saída: 1. Especialidade de Segurança Pública; 2. Especialidade de Investigação Criminal e Criminalística; 3. Especialidade de Administração e Logística Policial; 4. A última especialidade é a Migração e Fronteiras, como nos referíamos no decurso do trabalho, durante o momento da descrição da amostra da população-alvo.

O acto de análise de dados obedeceu ao modelo de análise comparativa perfilado na tipologia de técnicas e instrumentos, que foram aplicados a cada camada ou estrato social. Exemplo: as informações e dados colectados através de formulários de entrevistas estruturadas, sistemáticas e aprofundadas, administradas aos docentes e investigadores ou pesquisadores científicos, foram analisados cuidadosamente por meio de emprego de práticas de natureza linguística e filológica; os dados obtidos no seio dos funcionários (membros da PRM e CTA) e, estudantes entre os que frequentavam cursos de licenciatura e mestrado, para a realização da análise de forma minuciosa, foi preciso a aplicação de técnicas caldeadas em procedimentos matemáticos e estatísticos, principalmente gráficos, as tabelas, com vista se adquirirem as crenças com enfoque nas estratégias e desafios curriculares na formação superior de agentes de segurança pública, para a intensificação da prevenção e repressão das novas

formas de infracções criminais, incluindo as atitudes e opiniões, face aos modelos curriculares decorrentes nessa formação superior de quadros da polícia.

Portanto, essas tonalidades demonstram a existência de vasta série de normas e regras expressas por certos autores, acerca do tratamento de dados da pesquisa científica, que são examinados alicerçando-se em dois procedimentos, essencialmente:

a) Procedimentos qualitativos, uma acção metódica e organizada, que incide sobre os dados colectados através de perguntas ou questões abertas encomendadas geralmente em entrevistas, que têm sido direccionadas a determinado grupo de amostras populacionais seleccionados, para participar num dado estudo científico de campo, com objectivo principal de cruzar com outros dados quantitativos. Para esta linha de actuação, costuma se aplicar prosseguimentos que se dividem, em análise de conteúdo e análise de discurso. Onde a análise de conteúdo é uma técnica que pretende fazer de forma cuidadosa e escrupulosa a descrição objectiva, sistemática e quantitativa de conteúdo manifesto pelos sujeitos, em certa comunicação engendrada no tempo e espaço. Também, considera-se como uma técnica de pesquisa que serve para fazer deduções, induções e conclusões reprodutíveis e válidas nos dados ao contexto dessa pesquisa. Assim, a análise de conteúdo não se limita ao conteúdo manifesto, também, se estende ao conteúdo latente ou não manifesto, que se afere somente por deduções (Krippendorff, 1990; Kuark, et al., 2010; Lakatos & Marconi, 2007).

Enquanto a análise de discurso consiste em reconhecer, ilustrar e interpretar as intenções, desejos, crenças que os agentes emitem nos seus discursos e lançar luz sobre os argumentos, que de forma verbal ou não verbal, e modo directo ou velado, expressam-se os colocando em relação com a posição social que representam (Garcia, Mateo & Gil, 2008).

Ambas as técnicas se reflectem nas interpretações do conteúdo e discurso produzidos no decorrer da comunicação investigada entre o investigador e o investigado. Exemplo na presente pesquisa, toda informação vinda das entrevistas feitas aos docentes e investigadores científicos, formando dados qualitativos,

praticamente precisaram de análises incrustadas nas duas tipologias de procedimentos entre conteúdo e discurso dos participantes no estudo.

Segundo Gadamer (1977), ensina que o método hermenêutico ou interpretativo das ciências sociais e humanas não aspira a uma explicação de certos fenómenos a partir das regularidades observadas, nem tanto pretende prever realizações humanas futuras a não ser unicamente compreender interpretando as acções humanas, os factos sociais e culturais.

Respaldando nesta perspectiva hermenêutica, podemos a riscar afirmar que os dados qualitativos colectados a partir da entrevista na amostra, documentos do Departamento de Ensino e Aprendizagem e, da Coordenação dos cursos de Pós-graduação (mestrados), relacionados com os curriculos, mais os conteúdos textuais consultados, das entrevistas fornecidas por estimáveis parcelas da nossa gloriosa amostra, todas informações foram analisadas na esteira dos procedimentos linguísticos.

b) Procedimentos quantitativos, ou simplesmente, seguimentos estatísticos baseados em métodos de abordagens de corte quantitativa concernente a recolha e colecta de dados referentes à uma pesquisa são típicos de trabalhos científicos que pertencem geralmente aos paradigmas positivistas (Gil, 1999; Lakatos & Marconi, 2007; Marconi & Lakatos, 1999).

Como referíamos em uma das páginas anteriores desta pesquisa, os dados quantitativos colectados por intermédio de questionários e meios estatísticos, foram analisados através de técnicas (tabelas e gráficos), com o emprego de programas informáticos como software, Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) que apresenta diversas vantagens, cujas foram devidamente mencionadas e descritas nas paginas anteriores.

As técnicas de análise e interpretação de informações e dados de naturezas investigava e científica, são antes porém, organizadas em unidades de análise (unidade de amostragem, unidade de registo e unidades de contexto), categorizações e codificações, que permitem a flexibilidade e fiabilidade do

mesmo processo de decomposição e operacionalidade de dados (Bravo, 1998; Mattar, 1996; Navarro & Diaz, 1998; Krippendorff, 1990).

As unidades de análise, categorias e código de dados são técnicas de análise e interpretação de informações em pesquisas científicas, que se perfilam com objectivos, hipóteses e as perguntas de pesquisa correntes, em correspondência do nosso estudo, que reuniu esses requisitos metodológicos. Exemplo: - em relação aos estratos sociais da amostra formada por docentes e pesquisadores ou investigadores científicos, cuja participou no acto de colecta de dados por meio da administração da técnica de entrevista, foi necessário se realizarem atribuições dos códigos A e B, onde o código A foi representando ao estrato constituído por investigadores científicos e B desempenhou a efectiva característica da camada social composta por professores ou docentes da instituição académica em estudo.

Todavia, como a camada social de investigadores científicos fora formada por 3 (três) elementos e os professores se caracterizaram pelo número total de 8 (oito), logo optou-se pelas representatividades simbólicas de A1, A2 e A3 para investigadores ou pesquisadores científicos e, B1, B2, B3, B4, B5, B6, B7 e B8 para os docentes ou professores, assim sucessivamente.

Portanto, quando se escreve entrevistado ou mesmo, respondente A1 ou B1, assim em diante, deve se perceber, que se tratou de entrevistado, respondente (investigador científico 1 e docente 1), como ficou ilustrado no capítulo IV, resultados da presente tese.

Frente das duas camadas sociais de pesquisadores e docentes, simbolicamente caracterizados por A e B, seguem os estratos de funcionários compostos por 102 (cento e dois) elementos dentre membros da Polícia da República de Moçambique e Corpo Técnico Administrativo. E, por último foi a camada de estudantes entre os de cursos de licenciatura e mestrado, que não pôderam se beneficiar das características simbólicas ao longo do capítulo dos resultados.

Para os dois últimos estratos sociais, como nos referíamos nos subtítulos anteriores, esses foram aplicados as técnicas de questionário e escala social de Likert, os dados colectados foram caracteristicamente quantitativos, onde a análise se procedeu na base de métodos estatísticos, como medidas de concentração central, a média e dispersão, o desvio-padrão.

Enquanto para as primeiras camadas sociais os dados foram tipicamente de naturezas qualitativas devido ao perfil das próprias técnicas (entrevistas estruturadas, sistemáticas em profundidade), que foram administrados a certos elementos (docentes e pesquisadores científicos), que fizeram parte da amostra da tese.

Também, importa-nos apresentar mais, que todas informações no seio dos 102 (cento e dois) funcionários entre a PRM e CTA, como foi descrito na secção 4.1.3, para o melhor estudo dos dados, foram constituídas umas seis dimensões com as respectivas matrizes: 1. Currículo centrado no professor, com duas matrizes; 2. Currículo centrado no estudante, com três matrizes; 3. Relações coordenativas entre a ACIPOL, PRM e MINT, com cinco matrizes; 4. Currículo centrado na aprendizagem integral, duas matrizes; currículo incidido na inter-relação e competências, quatro matrizes e currículo centrado nas tecnologias – TICs, com seis matrizes. (Vide as tabelas: 4.4; 5.4; 6.4 e 7.4) páginas 236 a 246.

Relativamente aos 182 (cento, oitenta e dois) discentes seleccionados para constituir a fracção da amostra populacional da pesquisa, para o melhor exercício analítico de todo universo das 50 matrizes que formaram a escala social de Likert, foram agrupados em 11 (onze) grandezas representativas das variáveis necessárias para a sua análise, cujas cada uma contêm determinadas quantidades de matrizes que as identificam e caldeiam as respectivas autenticidades individuais:

1. Formação centrada no ensino e professor, com três matrizes. (vide a tabela 8.4) na página 251;
2. Formação baseada na aprendizagem e aluno, com cinco matrizes. (vide a tabela 9.4) na página 254;

3. Formação baseada nos conteúdos, com três matrizes. (vide a tabela 10.4) na página 256;
4. Formação baseada no ensino e aprendizagem, com quatro matrizes. (Vide a tabela 11.4) na página 259;
5. Formação baseada na exposição de conteúdos, com duas matrizes. (Vide a tabela 12.4) na página 260;
6. Formação baseada no ensino com recurso às TICs, com seis matrizes. (Vide a tabela 13.4) na página 263;
7. Formação baseada no ensino presencial, com duas matrizes. (Vide a tabela 14.4) na página 265;
8. Formação baseada no ensino semi-presencial, com duas matrizes. (Vide a tabela 15.4) na página 266;
9. Formação baseada na competência, com doze matrizes. (Vide a tabela 16.4) na página 271;
10. Formação baseada na aprendizagem integral, com três matrizes. (Vide a tabela 17.4) na página 273;
11. Formação baseada na aprendizagem socio-crítica, com seis matrizes. (Vide a tabela 18.4), página 276.

As fenomenologias de análise de dados, qualitativos e quantitativos colectados nos participantes, que conjugados com as informações adquiridas através da revisão da vasta gama literária, arrastaram-nos a determinado ponto de acordar que houve a confirmação do problema de partida, hipótese, questões e objectivos formulados nos primeiros momentos da concepção da pesquisa.

Assim, em jeito de realce sobre as actividades desenvolvidas no presente capítulo se efectivou a exposição da figura 2.3, página 179, que ilustra o resumo da metodologia, onde foram descritos de forma sinóptica e substancial, as técnicas, instrumentos de recolha de dados e população-alvo (amostra) destriçada em estratos sociais, informações obtidas em resposta aos primeiro, segundo e terceiro objectivos específicos, considerando que estes propósitos facultaram para materialização das conjecturas e objectivo geral, em relação a problemática definida para o estudo.

Figura 2.3

Resumo da metodologia aplicada à pesquisa.

Técnica/Instrumento de recolha de dados	População-alvo/amstra	Dados ou informações obtidos	Para responder ao objectivo específico
Entrevista estruturada e aprofundada	Investigadores e docentes	Opiniões que reflectiram sobre as estratégias, desafios e relações na definição de modelos curriculares que melhorem a formação superior da polícia moderna.	1º, 2º e 3º.
Questionário	Funcionários de Corpo Técnico Administrativo e Polícias	Crenças com enfoque nas estratégias e desafios na formação superior de agentes de segurança pública, para a intensificação da prevenção e repressão das novas formas de crime e criminalidade.	1º e 2º.
Observação participante	Docentes, investigadores e alunos e funcionários	Análise do retrato geral de modelos curriculares em curso na formação superior da PRM na ACIPOL e sua relação com modelos curriculares contemporâneos.	3º.
Revisão bibliográfica e documental	_____	Informação teórica geral e específica da temática, que articulada com a pesquisa de campus, passou a fornecer excelentes resultados para o nosso estudo.	1º, 2º e 3º.
Escala de atitudes	Estudantes dos cursos de licenciatura e mestrado	Atitudes e opiniões face aos modelos curriculares decorrentes na formação superior de quadros da polícia na ACIPOL e seus impactos na prevenção e repressão das novas formas e, dinâmicas do crime e da criminalidade, para delinear estratégias curriculares que intensificam melhorias no desempenho policial.	3º.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2020).

CAPÍTULO IV – RESULTADOS

A efectivação exaustiva da presente parte do nosso estudo, teve como o ponto de partida, o processo de produção de instrumentos de recolha e, colecta de dados de carácter qualitativo e quantitativo que jogaram com as características da pesquisa, que apesar do seu peso maior se enquadrar no positivismo, também, se notificaram sinais de uma análise de modelo hermenêutico, cujos indícios foram se drenando em uma investigação tipicamente sócio-crítica, onde se tem verificado uma conjunção e simultaneidade entre a corte positivista, quantitativa e a hermenêutica, qualitativa e interpretativa (Bravo, 1998; Gil, 1999; Lakatos & Marconi, 2007; Marconi & Lakatos, 1999).

A digna autenticidade dos instrumentos da pesquisa foi confirmada por seis académicos com graus de Prof. Doutor, cujos se distribuem em três instituições moçambicanas de ensino superior e universitário: Prof.^a Doutora Inês Raimundo e Prof. Doutor Inocente Mutumucuo da Universidade Eduardo Mondlane; Prof. Doutor Guilherme Basílio e Prof. Doutor Urâneo Stefane Mahanja da Universidade Pedagógica; Prof. Doutor Fernando Francisco Tsucana e Prof. Doutor José Cossa da Academia de Ciências Policiais.

O fomento dos procedimentos de recolha de dados que constituíram o rol dos indícios e evidências da tese, foi efectuado na Academia de Ciência Policiais, como havíamos projectado nos primeiros momentos do estudo.

O espaço temporal desenhado para a realização do presente estudo fora configurado para período compreendido entre 2010 e 2015. Porém, o próprio ciclo evolutivo do curso, que se aproximara à uma durabilidade de cinco anos lectivos segundo o programa de doutoramento em educação da Universidade internacional Iberoamericana de México (UNINI – MX), permitiu que fosse feita a expansividade cronológica para 2021, devido ao seguimento de regras e normas de coerência.

A título de destaque de um dos itens do perfil de análise de dados, recapitula-se declarar que, a efectivação da pesquisa empírica que sucedeu após a revisão bibliográfica, fora de 90 “noventa” dias correspondentes a três trimestres

lectivos da instituição onde decorreu o trabalho de colheita das informações relacionadas com o estudo.

A delimitação geográfica das actividades de campo, foi realizada de forma minuciosa, na Academia de Ciências Policiais, sitiada em Michafutene, distrito de Marracuene, província de Maputo, portanto, a instituição única que realiza a formação académica de nível superior dos agentes de Segurança Pública, em Moçambique.

A população que constituiu o alvo do estudo, foi formada por estudantes, docentes, pesquisadores científicos, membros da Polícia da República de Moçambique e Corpo Técnico Administrativo. A estratégia de probabilidade estatística conjugada com a técnica estratificada auxiliou favoravelmente o selecto da amostra, cuja prontidão foi proporcional na concretização deste trabalho.

A melhor flexibilidade do processo foi assinalada pela administração à amostra de técnicas e instrumentos, que se consubstanciaram com os métodos de carris e abordagens quantitativos e qualitativos, cujos se distinguiram de forma seguinte:

1. Escala social de medição de atitude e opiniões e, questionários para recolha de dados quantitativos nos estudantes e funcionários que formam o corpo constituído por membros da Polícia da República de Moçambique incluindo técnicos administrativos, que fazem parte de Corpo Técnico Administrativo;
2. Entrevistas estruturadas e aprofundadas, para se aferir o grau de fidedignidade das esclarecimentos de carácter qualitativo, nos docentes e investigadores científicos;
3. Observação participante, que se incidiu principalmente nas actividades da comunidade académica, cuja conciliação com a consulta de documentos que narram as questões de curriculos dos cursos de graduação (licenciatura) e pós-graduação (mestrado), foi facultando o acompanhamento directo e devido do desenvolvimento das actividades educativas, formativas e corporativas na Academia de Ciências Policiais.

(Vide a figura 3.4 abaixo), ilustra o esboço das actividades de estudo empírico no campus.

Figura 3.4

Esboço do processo de recolha de dados.

Técnica/Instrumento de recolha de dados	População-alvo	Dados a obter
Entrevista estruturada e aprofundada	Investigadores e docentes	Opiniões que reflectem sobre as estratégias, desafios e relações na definição de modelos curriculares que melhorem a formação superior da polícia moderna.
Questionário	Funcionários de Corpo Técnico Administrativo e Polícias	Crenças com enfoque nas estratégias e desafios curriculares na formação superior de agentes de segurança pública, para a prevenção e repressão das novas formas de crime e criminalidade.
Observação participante	Docentes, investigadores científicos e estudantes	Análise do retrato geral de modelos curriculares em curso na formação superior da PRM na ACIPOL e sua relação com modelos curriculares contemporâneos.
Escala de atitudes	Estudantes	Atitudes e opiniões face aos modelos curriculares decorrentes na formação superior de quadros da polícia na ACIPOL e seus impactos na prevenção e repressão das novas formas e, dinâmicas do crime e da criminalidade para delinear estratégias curriculares que intensificam melhorias no desempenho policial.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2020).

4.1 Processo de análise e interpretação de dados

A realização do processo de representação e explicação de dados qualitativos, foi possível através de aplicação de técnicas filológicas sobre os conteúdos constantes dos textos produzidos pelos escritores e entrevistados que ao longo da revisão bibliográfica e trabalho de campus e empírico puderam estabelecer a interpretação teórica dos conceitos relacionados com a pesquisa.

A concretização da análise de dados na base do sistema SPSS, tornou fiável com a conversão das variáveis qualitativas em quantitativas, especialmente para as do questionário: sim, não e não sei, em 1, 2 e 3 respectivamente. As variáveis, não concordo plenamente, discordo, não concordo e nem discordo, concordo e concordo plenamente, em 1, 2, 3, 4 e 5, assim sucessivamente.

Esta modalidade de classificação e codificação de dados e variáveis, foi efectivada de uma maneira que a pesquisa viesse ganhar tonalidades para possibilitar a melhor forma de análise, interpretação e discussão de toda informação colectada no estudo de campo e empírico.

A objectividade posterior chegou de facultar o processo de articulação do circunstancialismo da textura das conclusões e sugestões versus implicações do estudo, que futuramente desempenharão a missão de abertura de horizontes aos leitores e interessados correlacionados, para reflexão e promoção de posteriores investigações técnico-científicas sobre os currículos e formação de agentes de Segurança Pública, face a prevenção e combate das dinâmicas do crime e da criminalidade, que se manifestam de forma recrudescente na sociedade contemporânea.

Também, importa-nos esclarecer que, a pesquisa por se caracterizar tipicamente, em estudo de caso e com amostra populacional constituída por várias categorias entre investigadores científicos, docentes, membros da PRM, CTA e estudantes, onde as diversas abordagens destes participantes e do conjunto de autores que envidaram esforços em estudar e escrever sobre o tema, foram consecutivamente cruzados de forma triângular com as perspectivas do pesquisador, viu-se a necessidade de se fazer a análise comparativa.

Segundo Lakatos e Marconi (2007) ensinam-nos que a análise comparativa de dados concretos, deduzindo elementos constantes, abstractos e gerais, para explicar o processo da vida e desenvolvimento de seres, objectos e fenómenos, realiza-se na base de métodos próprios, métodos comparativos.

Há a indispensabilidade de aplicação do método comparativo em ciências sociais a estilo da nossa pesquisa, porque este caminho possibilita o estudo comparativo de grandes agrupamentos sociais separados pelos espaços geográfico e cronológico, bem como diversas ideias vindas de várias personagens, que de forma sistemática explicam a natureza de seres vivos, inanimados e fenómenos na sua diversidade (Gil, 1999; Mattar, 2001; Prodanov & Freitas. 2013).

4.1.1 Análise comparativa de dados de investigadores científicos no âmbito de diferentes entrevistados e estudos

A primeira fase de entrevistas foi direccionada para três funcionários com títulos académicos de doutorados e exercendo as funções de investigação científica na Academia de Ciências Policiais. Para facultar a melhor perfeição das mesmas entrevistas, as questões foram organizadas em três números sendo a primeira e a terceira com duas alíneas cada e, segunda sem alíneas, formando universo de 5 “cinco” questões que durante o percurso da pesquisa, foram gerando 15 “quinze” respostas consecutivas.

A primeira questão foi articulada no contexto das teorias de educação e sua correspondência com os modelos curriculares que envolvem a formação educativa humana.

A segunda se configurou na perspectiva vinculada com os desafios estratégicos que a ACIPOL tem para controlar efectivamente a problemática da segurança pública, em especial na prevenção e repressão ao crime e à criminalidade em Moçambique.

A alínea a) da terceira questão foi tecida em volta dos crimes atípicos em Moçambique, fruto da globalização, migrações etno-culturais e as tecnologias de informação e comunicação.

A alínea b) do número três, o seu conteúdo se reflectiu nas estratégias curriculares que a ACIPOL aspira para incrementar o sistema de aquisição e desenvolvimento de competências nos agentes de segurança pública, face as dinâmicas criminais que recrudescem no país.

4.1.1.1 Paradigma educativo enquadrado na formação da PRM

A Academia de Ciências Policiais como a instituição de formação superior dos agentes de segurança pública, se crê que os processos de ensino e aprendizagem, tenham sido configurados de maneira a corresponder uma das teorias gerais de educação que descrevem as tipologias e modalidades de formação educativa humana.

Relativamente a asseveração devidamente descrita no parágrafo anterior e, na necessidade de acedermos as opiniões da parte da nossa amostra constituída por investigadores científicos da ACIPOL, em relação ao aspecto relacionado com o processo de educação, cujo se configura no sistema global, onde Moçambique faz parte, sobretudo quanto a formação superior de quadros de segurança pública se formulou a questão: 1. a) - *Que paradigma se enquadra o sistema de educação superior na PRM no contexto das correntes teóricas gerais de educação?*

Para o efeito, os respondentes A1, A2 e A3, que foram interpelados durante o estudo, retorquiram o seguinte:

Respondente A1

“ ... não sou especialista em paradigmas educacionais, tudo que vou falar é de um leigo, apesar de ser uma pessoa que dá aulas nesta instituição de formação superior, estou mais apegado à investigação científica. Mas, a educação nesta instituição centra-se no docente, pela razão de o professor se encontrar a aplicar o ensino expositivo de conteúdos da matéria que tem leccionado. Saliento que esse tipo de educação é tradicional para o nosso país, concordo que desde a escola primária, sempre foi assim. O professor prima-se na exposição de conteúdos e, o estudante apenas é convidado a reproduzir o que o professor transmitiu” (Entrevista, 29.06.2020).

Os depoimentos do entrevistado nos levaram a recordar à uma das definições sobre a didáctica, oferecidas pelo Bruno, (2011), quando o autor descreveu as etapas da evolução da pedagogia. Referindo-se da pedagogia ligada com a educação tradicional, trouxe a afirmação que aflora que a didáctica é o conjunto de regras que asseguram ao professor na orientação do trabalho docente.

Esta perspectiva de definir a didáctica, como uma disciplina auxiliar à organização da sala de aula e o respectivo processo de ensino e aprendizagem, deu o vislumbamento que o modelo de pedagogia tradicional e clássico, se

centrava no docente como o epicentro do processo educacional e o aluno era passivo, se tornando no simples receptáculo (Macedo, 2011).

Relativamente à esta grandeza que abarca as teorias gerais da educação, fomos perfilando nas asseverações fornecidas pelo inquirido e o Bruno (2011). Pois, a Academia de Ciências Policiais, apesar do perfil da formação conter discursos que abraçam paradigmas de educação tal como a educação centrada no estudante e nos padrões de competências. Enquanto os docentes aplicam a didáctica conciliada com a pedagogia tradicional, logo o panorama educativo da instituição se predomina na educação de carris tradicionais.

Felizmente, tem sido o modelo de educação, que forma os melhores quadros da corporação vocacionada em segurança pública, mas seria o momento de nas acções de práticas pedagógicas se optar pela combinação da educação incidida no professor e no conteúdo com outros protótipos de formação em curso na contemporaneidade (Rego, 2018).

Respondente A2

O sistema da entrevista para a fracção da amostra formada por investigadores científicos do estabelecimento académico, onde se focalizou o estudo, foi prosseguindo ao segundo inquirido a que lhe foi feita a seguinte questão:

1. a) - *Que paradigma se enquadra o sistema de educação superior na PRM no contexto das correntes teóricas gerais de educação?*

Porém, em relação a questão feita à nossa entrevistada, de uma maneira tão afável, passou a retorquir de forma seguinte:

“Relativamente ao paradigma educação em que se enquadra o sistema de educação superior da PRM no âmbito das correntes de teorias gerais de educação, posso afirmar que na teoria, a educação superior praticada na ACIPOL está configurada no contexto das políticas universais, que tratam de modelos modernos ou pós moderno. Mas, segundo o estudo que fiz, no ano passado, que teve objectivo de aferir as práticas curriculares dos docentes na instituição, fui

concluindo que na prática os professores na ACIPOL durante as actividades pedagógica, se perfilam na educação tradicional, que é educação que centra-se na exposição de conteúdos. Devido a isso, de acordo com o questionário que fiz, proponho que a instituição envie esforços de os docentes procederem as práticas pedagógicas, que se conciliam com as políticas educativas do ensino superior no país” (Entrevista, 01.07.2020).

A personalidade que chegamos do respondente, reiterou os depoimentos idênticos aos do respondente nº 1, validando as abordagens de Macedo (2011), Piaget (1996), Ramos (2005), Rego (2018), Santomé (1998) e Vygotsky (1989, 2007). Pois, na Academia de Ciências Policiais, apesar das políticas definidas localmente se encontrarem conformados com as teorias universais de educação moderna, cujas ditam que actualmente haja uma conciliação harmoniosa entre os ‘currículos’ dentre a educação que centra no professor e regista-se o predomínio da exposição de conteúdos como umas das didácticas principais, educação centrada no aluno, com uma pedagogia que considera o estudante como sujeito com experiências inatas e adquiridas previas, que pode contribuir no desenvolvimento dos procedimentos de ensino e aprendizagem através de produção de conhecimentos, cuja origem pode vir das tarefas emitidas pelo professor ao aluno, para resolver de forma independente, individual e colectivamente com colegas e pessoas mais experientes, a educação por competência, cuja permite, também, métodos de ensino e aprendizagem que facilitam aprendizagem independente, autónoma e responsável, através de resolução de tarefas pedagógicas de estilo autodidacta, sempre com acessória efectiva do professor ou tutor à semelhança da educação incidida no discente, e educação integral, que faculta uma aprendizagem que abrange todos tipos de práticas pedagógicas, mas com inclusão das disciplinas com tonalidades técnico-científicas, cívico-culturais, morais, éticas e filosóficas. Prevalecem fortes sinais de uma formação centrada no ensino.

Respondente A3

O processo de educação humana se configura em um sistema global, onde Moçambique faz parte, em especial a formação superior de quadros da Polícia da República de Moçambique. Para o melhor conhecimento sobre o modelo da educação formativa e corporativa, em curso na formação de agentes de segurança pública na ACIPOL, foi efectivada a questão subsequente: *1. a) Que paradigma se enquadra o sistema de educação superior na PRM no contexto das correntes teóricas gerais de educação?*

Quanto à presente questão dirigida ao terceiro respondente, dentre os investigadores científicos do estabelecimento em estudo, passou a replicar o seguinte:

“Teoricamente, a formação de agentes de segurança pública na Academia de Ciências Policiais, podemos afirmar que se enquadra em uma educação centrada no desenvolvimento de competências de aprendizagem do próprio estudante. Significa que a educação deve incidir na autonomia e responsabilidade do discente, especialmente na produção de conhecimentos. Mas, quando se for observar na prática, nota-se que potencialmente há prevalência de educação tradicional, baseada na exposição de conteúdos pelo docente” (Entrevista, 03.07.2020).

Os depoimentos do entrevistado demonstraram que as políticas educativas da Academia de Ciências Policiais, se encontram alinhadas ao currículo por competências, cujo modelo incide na interpretação e descrição da problemática educativa, que se engrena na área do saber fazer, quer dizer, do aprendido de forma subjectiva, para a prática reflexiva, em um contexto de aplicação do conhecimento geral e específico para a realidade maciça e objectiva. A formação educativa por competência deve ser desenhada de modo que o educando, formando, aprenda fazer a prática reflexiva, em determinada realidade vivida (Ostermann & Cavalvanti, 2010).

Segundo Macedo (2011) afirma que, competências são conceituadas, como um conjunto de saberes e habilidades que os aprendizes incorporam por meio da formação e da experiência, conjugadas com a capacidade de integrar, utilizar e transferir às diferentes situações.

Competência é a capacidade de aplicação contextual do conhecimento para enfrentar determinadas situações ou, competência é a capacidade de aplicar com garantia de êxito, o conhecimento para enfrentar situações problemáticas (Distler, 2015).

Apesar da modalidade educativa estar prescrita em torno do modelo com directrizes por competência de aprendizagem, a realidade prática ilustrou que o maior índice de docentes durante as actividades pedagógicas e lectivas, aplica metodologias como transmissão e exposição de conteúdos. O método que caracteriza o professor como o actor mais activo e aluno como passivo, simples receptáculo no processo educativo (Rego, 2018; Zarifian, 2012).

4.1.1.2 Modelo curricular configurado para formação da PRM

A partir do século XVI d. C. se notificaram sinais fortes da emergência das formas de configuração de currículos educativos na Universidade de Leiden em 1582, Universidade de Glasgow, em 1633 e na Grammar School de Glasgow, em 1643, o curriculum referia-se ao curso inteiro de vários anos, seguido pelos estudantes, e não apenas às unidades pedagógicas (Hamilton, 1992).

Em 1682, já se utilizava em inglês, a palavra 'curricle', com o sentido de "cursinho", no ano 1824, o termo curriculum foi aplicado ao sentido de um curso de aperfeiçoamento ou estudos universitários, traduzido, também, pela palavra course e, somente no século XX, a palavra curriculum migra da Europa para os Estados Unidos (Berticell, 1999).

A emergência da revolução industrial que galvanizou a acumulação de capitais financeiros no mundo europeu conjugado com o culminar da Primeira Guerra, seguida da produção em série e, a fase da administração científica de Taylor, Ford e Fayol, bem como os momentos caldeados com o fim da Segunda

Guerra Mundial, nos anos 60 a 70, começaram a surgir figuras que escreviam sobre o currículo e relação entre a escola e o poder.

As personalidades proeminentes foram: Althusser, Baudelot, Bourdieu, Establet e Passeron (Goodson, 1998; Kemmis, 1988; Young, 2000; Lopes, 2015).

Durante a pesquisa, para melhor percepção sobre os modelos curriculares, que se correlacionam com a formação de agentes de segurança pública na ACIPOL, foi formulada a pergunta seguinte: *1. b) Que modelos curriculares se insere a formação superior da Polícia da República de Moçambique pela Academia de Ciências Policiais?*

Respondente A1

O entrevistado direccionado à presente questão, com todo prazer, respondeu:

“Quanto ao modelo curricular, que se insere a formação superior da Polícia da República de Moçambique pela ACIPOL, é um modelo heterogéneo, porque para além da matéria tipicamente científica e tecnológica, relacionada com a polícia, a ACIPOL lecciona disciplinas de outras áreas: ciências sociais; ciências jurídicas e ciências exactas, cujo propósito é de o oficial ter uma formação multidisciplinar, com vista ao atendimento das necessidades gerais vinculativas à segurança pública que a própria sociedade tem almejado” (Entrevista, 29.06.2020).

Quanto a questão que foi exposta pelo respondente, cuja se reflecte no currículo misto, foi entendido no sentido, de que a formação na ACIPOL fora configurada em volta de um currículo integral, onde se observa a multidisciplinaridade entre a ciência, técnica, moral e cultura no contexto da sua diversidade correlacionada (ACIPOL, 1999, 2008).

O respondente comoveu-nos a recordar o celebre pedagogo do século XVIII, Camineu (1985) quando nos afirmou que

Importa agora demonstrar que, nas escolas, se deve ensinar tudo a todos. Isto não quer dizer, todavia, que exijamos a todos o conhecimento de todas as ciências e de todas as artes, sobretudo se trata de um conhecimento exacto e profundo. Com efeito, isso, nem, de sua natureza, é útil, nem, pela brevidade da nossa vida, é possível a qualquer dos homens. (p. 145)

O autor se referiu da necessidade da cultura geral, que na linguagem técnico-científica pedagógica e curricular se diz, pluridisciplinaridade. No passado, provavelmente no século XX, muitos autores resgataram as teorias de currículo heterogéneo (integral), onde se nota a remoção de barreiras entre as áreas de saber técnico-científico, em jeito de uma metáfora de globalização científica (Lopes, 2015).

Porém, analisando as declarações do inquirido constantes na alínea 1. a), sobre as teorias gerais da educação, que se enquadram na formação da ACIPOL, levou-nos a concluir que, a instituição pode ter feito perfil de currículo heterogéneo, para a formação dos agentes de segurança pública, a verdade é a persistência potencial do currículo por conteúdo, onde o professor tem sido a figura mais activa no processo de ensino e aprendizagem, mas sem descartar a menor percentagem de outras modalidades pouco destacáveis (Neto, 2015).

Respondente A2

A educação técnico-científica por regras tipicamente pedagógicas, se embala em um currículo, especificamente conhecido por currículo educativo ou currículo formativo, educativo, onde se descrevem: a instituição onde vai ocorrer a formação e desenvolvimento humano; os recursos participantes e intervenientes, dentre recursos financeiros e materiais; objectivos da formação entre gerais e específicos; disciplinas e respectivos conteúdos; metodologias pedagógicas e, de ensino e aprendizagem, em particular a didáctica; circunstâncias previsíveis; dentre outros procedimentos correlacionados ao mesmo processo (Distler, 2015).

A ACIPOL na qualidade de instituição do ensino superior onde foi centralizado o presente estudo, percebeu-se que certamente, ela tenha o currículo central e orientador na realização das actividades lectivas. Para a melhor realização desta pesquisa foi efectuada a expressão interrogativa subsequente:

1. b) Que modelos curriculares se insere a formação superior da Polícia da República de Moçambique pela Academia de Ciências Policiais?

Quanto à presente questão, a nossa inquirida efectivou a resposta de forma seguinte:

“O estudo que fiz, fui constatando que no seio dos docentes desta academia as praticas pedagógicas se deslocam com o discurso concernente as políticas que orientam o ensino superior no país, cujas constituem a base do currículo da instituição, que é o currículo centrado no aluno, currículo flexível e incidido na responsabilidade e autonomia do discente, que seguem os padrões internacionais de educação da UNESCO. Mas, isso nada tem se verificado, porque a maioria dos docentes não entende o conceito do currículo, muito menos a sua importância para a formação. Pois, limitam-se em fazer um plano analítico em seguida proceder com acto lectivo na sala de aula. Devido a este aspecto, até proponho que houvesse programa para a capacitação dos docentes, com vista a perceber as noções curriculares...” (Entrevista, 01.07.2020).

As declarações desta respondente se equiparam com os depoimentos do primeiro entrevistado. O protótipo de currículo aplicado pela maior parte de professores que leccionam na Academia em estudo, opta em aplicar a didáctica, cuja aprendizagem se centra no próprio docente e ensino (Nunes & Silveira, 2015). Alias, a entrevistada acabou de afirmar no número anterior, que a questão da formação na ACIPOL se fundamenta na metodologia de exposição de conteúdos, e enciclopedismo, foi verificada por ela, em 2018 quando realizou um estudo que procurou aferir a didáctica predominante na leccionação das matérias pelos professores na instituição.

O ensino é um acto de transmissão de alguma “informação” sócio-educativa por docente ao discente. Revelando que o ensino é o acto sócio-pedagógico, que se caracteriza pela transmissão de normas e valores éticos e, técnico-científicos por pessoas experientes para o efeito, aos inexperientes, isto é, alunos considerados não experientes em relação a matéria leccionada (Pouw, 2013).

O currículo centrado no professor, ensino e conteúdos, tem vínculo com as teorias comportamentalistas, behaviorista e conexionistas de aprendizagem, cujas, proclamam que, o estudante para mudar de comportamento, isto é, responder, escrever e aprender, precisa de um estímulo incondicional, interno e inconsciente, bem como o estímulo condicionado, externo e consciente, cujos sinais são próprios da educação tradicional (Ostermann & Cavalvanti, 2010).

Respondente A3

Durante a pesquisa, houve mais a indispensabilidade de se conhecer a tipologia, que insere a formação de quadros superiores pela instituição, onde se centralizou a mesma. Para o efeito, foi articulada a seguinte questão: *1. b) Que modelos curriculares se insere a formação superior da Polícia da República de Moçambique pela Academia de Ciências Policiais?*

Comparativamente a pergunta articulada ao entrevistado, ele retorquiu da seguinte forma:

“... prefiro insistir a expressão teoricamente descrita, porque o currículo propriamente de formação na academia, foi configurado no contexto das políticas do ensino superior, cujas se alinham directamente com os padrões internacionais plasmados nas cartas da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO. Nas quais, se descreve a educação com o currículo que se centra no estudante e nas competências de aprendizagem” (Entrevista, 03.07.2020).

A resposta acima devidamente exposta, entra em conformidade com os depoimentos fornecidos por anteriores inquiridos sobre a matéria. Pois, neles pairam acepções a respeito da predominância do currículo por docente e ensino, apesar do currículo geral da ACIPOL, ter sido configurado em volta de modelos curriculares modernos, o tradicional paradigma de carácter expositivo de conteúdos ao estudante, ainda persiste nas práticas da maior parte de docentes (Moreira, 2013).

4.1.1.3 Desafios da ACIPOL na formação de agentes da polícia

O progresso das organizações sociais na esteira da produção e produtividade de bens e serviços, tem como suporte na planificação e análise de acções, com vista a alcançar e consolidar os objectivos definidos para o engrandecimento das instituições. Em volta do processo de consolidação das perdas e ganhos envolve um conjunto de factores que formam os desafios, que devem ser superados de forma sustentável para o bem-estar social.

A Academia de Ciências Policiais com a missão de formar os agentes de segurança pública, com intuito de estabelecer a Ordem, Segurança e Tranquilidade Públicas, tem desafios por superar no decurso das actividades formativas.

Assim, durante o estudo, foi sendo realizada a questão seguinte: 2. *A Academia de Ciências Policiais, que desafios tem envidado para robustecer as estratégias na prevenção e repressão ao crime e à criminalidade no país?*

Respondente A1

Comparativamente à questão acima apresentada, o entrevistado interpelado respondeu:

“A questão de reformas curriculares na formação superior de quadros de segurança pública constitui um dos desafios primordiais para reforçar as estratégias operativas na prevenção e repressão do crime e criminalidade em Moçambique. Para o efeito, academia tem envidado esforços no envolvimento do

Comando Geral da PRM, Ministério de Interior e, ter docentes vindos da sociedade, isto é, para além de professor com formação policial, também, integra os docentes vindos da sociedade civil e outras instituições afins, com objectivo de ganhar novas experiências com eles. Alias, os agentes de segurança pública, formados pela ACIPOL, tem como mercado de consumo, o povo, cuja maioria é formada pelos cidadãos civis” (Entrevista, 29.06.2020).

A cooperação internacional, regional a nível da Africa e da Comunidade para Desenvolvimento da Africa Austral (SADC), bem como a interinstitucional doméstica, especialmente as vinculadas com a intensificação de afecto, convivência fraternas e harmoniosas, a educação e formação corporativa policial e transversal de alta qualidade humana, em prol da Manutenção da Lei e Ordem, constitui o fulgor do âmago da Academia de Ciências Policiais em Moçambique (ACIPOL, 2008; MINT, 2008).

Todavia, o pesquisador conforma-se com os depoimentos do entrevistado, pois, as organizações sociais, qualquer que seja a natureza dos seu objectivos, sempre a tendência chave reside na cooperação organizacional, com vista a atingir e solidificar com êxito, os objectivos traçados.

Importou realçar que a cooperação que tem sido levada a cabo pela instituição, deve ser monitorizada, revisada e controlada, no sentido de avaliar-se o grau de incidência e envolvimento na área pedagógica. As instituições de formação educativa na generalidade, sempre estão engrenadas na revisão pedagógica e didáctica, sobretudo a didáctica que se reflecte na prática educativa na sala de aulas. O mundo actual tem caminhado a passos largos na reestruturação das modalidades educativas ligadas com o progresso socio-económico, científico, tecnológico e a globalização (Rego, 2018).

Podemos assinar dezenas, centenas e milhares de convénios, ler mares de letras, participar e escutar milhares de auditórios, seminários e conferências técnico-científicas e culturais, sem o seguimento (monitoria, controlo, avaliação e reavaliação) contextual da respectiva prática reflectiva, nada adianta.

A formação e o aproveitamento dos recursos humanos com a técnica, ciência e cultura pedagógicas, constituem factores dinamizadores, para a difusão e aplicação concreta das teorias e, técnicas de ensino e aprendizagem nos procedimentos de formação educativa e corporativa do homem (Moreira, 2011).

A medicina convencional moderna é consistente, porque é planificada e praticada por pessoal formado na respectiva área de medicina. E, o baluarte da educação formal reside na planificação, aplicação e prática, efectivadas por pessoal formado e qualificado em ciência e tecnologia educativas. O oposto disso, poderá ser fantasia.

Respondente A2

Perante o percurso da pesquisa, houve a necessidade de perceber-se as atitudes colaborativas da Academia de Ciências Policiais, para com outras instituições congéneres, no âmbito da concepção de estratégias, propósitos que desempenham funções heurísticas, que permitem as melhores formas de alcançar com êxito os objectivos predeterminados para uma certa actividade, dentro dos recursos e meios condicionados, em conjunção com os factores ecológicos e ambientais. Assim sendo, para entendermos melhor, fomos formulando a pergunta seguinte: *2. A Academia de Ciências Policiais, que desafios tem envidado para robustecer as estratégias na prevenção e repressão ao crime e à criminalidade no país?*

Relativamente a questão feita, a respondente replicou:

“A Academia de Ciências Policiais, na qualidade de estabelecimento de ensino, aprendizagem, seus desafios se a vinculam com os planos estratégicos do Comando Geral e o Ministério do Interior, face à prevenção e combate ao crime. Significa isso que essas instituições acima mencionadas podiam intensificar as medidas de consideração dos quadros formados pela ACIPOL. A essência deve residir nessa conjunção de políticas e acções na melhoria da segurança pública em Moçambique. Os docentes devem se desafiar na prática de educação ligada à transversalidade contextual à luz da sociedade moderna” (Entrevista, 01.07.2020).

As instituições homólogas à Academia de Ciências Policiais em particular o Comando Geral da Policia da República de Moçambique e o Ministério do Interior, juntos têm traçado planos estratégicos com vista a promover laços de amizade interinstitucionais e intera-institucionais com propósito de intensificar a formação de agentes de segurança pública altamente qualificados, para a manutenção da Ordem, Segurança e Tranquilidade Públicas, através preservação de direitos fundamentais do cidadão e seus bens (ACIPOL, 2008; MINT, 2008).

A forma de efectivação de programas conjuntos de ajuda mutua entre a Academia de Ciências Policiais, Comando Geral da PRM e Ministério de Interior, simboliza a existência de relação de coordenação entre as três instituições, para melhor delinear e cimentar a consolidação de desafios pela prevenção e no combate ao crime e à criminalidade na sociedade. Onde o factor dinamizador incide na fortificação de cooperação institucional a formação educativa dos recursos humanos qualificados por excelência (Pimenta, 2015).

Respondente A3

A Academia de Ciências Policiais, um estabelecimento de ensino superior de agentes de segurança pública, os planos para o desempenho não têm somente como o epicentro nos aspectos ligados para ensino, aprendizagem, investigação científica e extensão, também, possuem a visão para dirimir os desafios contra o crime e a criminalidade.

Relativamente ao aspecto dos desafios, realizou-se a pergunta seguinte: 2. *A Academia de Ciências Policiais, que desafios tem envidado para robustecer as estratégias na prevenção e repressão ao crime e à criminalidade no país?*

Quanto à questão ora feita, o inquirido, respondeu de maneira seguinte:

“A Academia de Ciências policiais enfrenta um vasto campo de desafios mas, para se triunfarem precisa-se uma coordenação harmónica entre as instituições congéneres, como: o Comando Geral e o Ministério de Interior. A criminalidade doméstica e internacional, está ganhando novas características de

naturezas diversas, que algumas em Moçambique, não se conheciam e outras que são tradicionais, a capa que ostentam tem novas tonalidades, que mais ameaça a convivência entre os homens e mulheres ...” (Entrevista, 03.07.2020).

O âmago das declarações do respondente, rima com os depoimentos anteriores, também, prescritas pelos inquiridos sobre a matéria. Os desafios engendrados à formação técnico-científica dos quadros de segurança pública, para terem a qualidade humanística segundo os padrões universais, precisa de cooperação coesa com outras instituições nacionais e internacionais, vocacionadas na prevenção e combate ao crime e à criminalidade (Gouveia, 2014).

4.1.1.4 Crimes relacionados com o desenvolvimento moderno

A dinâmica do mundo na esfera sócio-económica se caracteriza por movimentos migratórios demográficos, etno-linguísticos, as tecnologias de informação e comunicação (TICs) conjugados com os processos da globalização e integração regional, que tornam as fronteiras naturais e artificiais permeáveis. Como corolário, têm promovido formas de crimes atípicos e não tradicionais para o povo moçambicano (Santos, 2005).

Durante o percurso da pesquisa, no intuito de se compreender as formas de tipologias de crime e criminalidade, apresentou a questão seguinte: 3. a) *Que crimes acha que sejam atípicos no contexto actual em Moçambique?*

Respondente A1

Relativamente à questão que foi levantada, o entrevistado replicou o seguinte:

“De facto, as ultimas transformações ligadas com as TICs e Migrações têm tido contornos positivos e negativos. Exemplo, as novas modalidades de fazer crime, como o terrorismo e, outros casos crimes que não são novos, mas têm um cume de progresso, como raptos, trafico de drogas. A prática e desenvolvimento desses crimes, não só, estão envolvidos moçambicanos, também, estrangeiros.

As novas tecnologias de informação e comunicação têm o seu impacto significativo nas relações sociais, porque o que faziam fisicamente passa por itinerário virtual como, a prática desses males que enfermam a sociedade. Ex. Falsificação de identidade, dentre outros” (Entrevista, 29.06.2020).

As declarações do interpelado e inquirido sobre a situação das dinâmicas do crime e criminalidade, em Moçambique, tem tido como a causa fundamental as consequências das migrações etno-língüísticas, conjugadas com o fenómeno da globalização e a aurora das tecnologias de informação e comunicação, TICs (Danielski, et al., 2020).

As evidências destes acontecimentos se destacam nos tipos de crimes que outrora não eram habituais para o país. Exemplo: crimes de rapto de pessoas humanas, em especial as crianças e mulheres adolescentes; rapto e extermínio de pessoas de ambos sexos (feminino e masculino) padecendo de problemas de pigmentação da pele, vulgo albinos, cujos motivos por vezes têm explicações difusas e ligada com a superstição; os sequestros se centram nas pessoas com melhores posições económicas e financeiras, por serem proprietários de empresas industriais e comerciais, cujas liberdades, os autores exigem a avultadas somas de dinheiro para o respectivo resgate; frente dos mesmos tipos de crime, se encontram aqueles vinculados com a informática e tecnologias de informação e de comunicação, juridicamente conhecidos como crimes cibernéticos. Também, na mesma lista constam os crimes ecológicos, o extermínio massivo de espécies faunísticas e florestais: elefantes, rinocerontes, leões, jibóias e leopardos, em aproveitamentos dos tecidos e órgãos zoológicos, para fins de fisco tributário (PGR, 2010, 2021).

Concordamos com as revelações do auscultado e da Procuradoria-geral da República (PGR), constantes nos relatórios divulgados nos informes anuais, para o conhecimento da situação criminal e legalidade à Nação, perante Assembleia da República (AR), referente ao espaço cronológico dentre 2010 e 2021, que coincidiu com a efectivação da presente pesquisa.

As novas formas de criminalidade atípicas ao país, o índice aumentava de ano por ano, porque durante a maior parte deste tempo, muitos crimes não tinham sido legalmente definidos como crimes. Somente no ano, 2018 foi que entrou em vigor o Código Penal, contextualizado, actualizado à modernidade e caracteristicamente moçambicano (PRG, 2019, 2020, Pimenta, 2015).

A essência do presente estudo se cingiu exactamente para “o estudo de currículo e formação de forças de segurança pública, na perspectivas dos desafios contra as novas formas de criminalidade em Moçambique”, com a finalidade de delinearem-se as estratégias capazes de estimular o desenvolvimento de competências nos agentes da polícia, face a prevenção e o combate ao crime e à criminalidade na sociedade contemporânea (Distler, 2015).

Respondente A2

Moçambique actualmente tem sido um território de convergência de homens e mulheres de todas faixas etárias, entre crianças, adolescentes, jovens, adultos e velhos vindos de todos quadrantes do globo terrestre. Frente, se regista acelere emergência e progressiva proficiência das tecnologias de informação e comunicação, onde consecutivamente se observa a recrudescência de crimes e criminalidade que na sua generalidade, nunca foram habituais para o povo nativo.

Alicerçando neste manancial de migrações etno-culturais e a proliferação da perícia e uso das tecnologias de informação e comunicação, foi articulada a questão seguinte: *3. a) Que crimes acha que sejam atípicos no contexto actual em Moçambique?*

Face à presente pergunta formulada para a nossa interrogada, retorquiu:

“As migrações socio-económicas e as tecnologias de informação e comunicação, em forma geral, são benéficas para o progresso técnico-científico, social, económico e cultural por um lado. Porém, por outro lado, os movimentos migratórios trazem consigo, certos fenómenos socio-económicos admiráveis e nunca vistas no passado. Exemplo: trafico de órgãos humanos, trafico de pessoas, apesar de ser um facto que arrasta-se desde os momentos remotos da

humanidade; o terrorismo em Cabo Delgado é um crime; vector em que, uma pessoa humana dissipa a cabeça da outra, para fins comerciais, como se fala actualmente nos mídias; perseguição de pessoas com problemas de pigmentação da pele (albinos); difamação; burla; defraudação fiscal e financeira, e outras, fazem parte de crimes, oriundos desses acontecimentos” (Entrevista, 01.07.2020).

Os relatórios anuais do período entre 2010 e 2021 que tenham sido apresentados pela Procuradoria-geral da República na Assembleia da República, a título de fornecimento de informes à Nação sobre a legalidade e situação criminal do país, sempre mencionaram o conjunto de crimes vinculado com as dinâmicas socio-económicas de Moçambique: a corrupção; profanação de túmulos de entes, que em vida padeceram de problemas de pigmentação da pele, mais conhecidos por albinos; rapto, assassinato e extracção de tecidos e órgãos de cidadãos, para comércio e outros fins obscuros ligado com a superstição; tráfico de drogas, estupefacientes, tecidos e órgãos humanos; falsificação de moedas; sequestros, cujos autores exigem avultadas somas de dinheiro a libertação das suas vítimas; violação de máquinas de pagamento e transacções bancárias, vulgo ATM, através de explosivos, dinamite; caça e abate ilegal de animais bravios, protegidos e, em risco de extinção, por exemplos leões, leopardos, elefantes rinocerontes e mais; delapidação de recursos minerais e florestais preciosos e respectivos trafico e fuga de fisco tributário e outros recursos (PGR, 2010, 2021).

Respondente A3

O crime e a criminalidade evoluem em paralelo com a evolução socio-económica das nações, por um lado e, de Moçambique por outro lado.

A globalização, fenómenos migratórios caóticos causados por factores de ordem diversificada: catástrofes naturais e humanos; as tecnologias de informação e comunicação e outros, contribuem bastante para emergência dos factos criminosos, que anteriormente não aconteciam em Moçambique. Face a este

factorial, formulou-se a pergunta seguinte: 3. a) *Que crimes acha que sejam atípicos no contexto actual em Moçambique?*

Quanto à presente questão, o entrevistado replicou de forma seguinte:

“... como diziam anteriormente, o fenómeno criminal e a criminalidade, em Moçambique, possui características próprias deste século XXI, que são dominadas pelas migrações, umas legais e, a maioria é ilegal. As tecnologias de informação e comunicação, também, desempenham o papel de realce destaque no campo da criminalidade: no tráfico de drogas, recursos minerais, florestais e faunísticos, órgãos de seres humanos, onde menores e mulheres essencialmente têm sido alvos preferidos. Crimes de rapto e sequestros, hoje, facilmente se realizam sob a influência das TICs” (Entrevista, 03.07.2020).

As declarações correspondem à uma unanimidade com as fornecidas pelos entrevistados acima, sobre o assunto. A criminalidade mais notória é formada por rapto de menores, mulheres, em especial jovens e adolescentes, as pessoas com problemas da pigmentação da pele (albinos), tráfico de órgãos e tecidos humanos, para fins ditos como, superstição, crimes ecológicos e ambientais espoliação de recursos minerais, faunísticos e florestais, tráfico de drogas e estupefacientes, sequestros, cujo resgate das vítimas os autores exigem montantes monetários elevados aos familiares. Onde para o efeitos usam telefones celulares das vítimas, ligando para familiares dos mesmos (PGR, 2021; Correia, 2015).

4.1.1.5 Estratégias curriculares da ACIPOL na formação policial

Perante o trilhar da nossa pesquisa, tivemos a ânsia de perceber as circunstâncias estratégicas que envolvem o currículo empolgado para a formação educativa do pessoal de segurança pública, emprenhada na prevenção, combate e manutenção da ordem, segurança e tranquilidade ao homem e à mulher no exercício da cidadania. Quanto, a esse propósito, foi articulada a pergunta seguinte: 3. b) *A Academia de Ciências Policiais, como instituição superior de formação policial, que estratégias curriculares têm concebido, para intensificar*

melhorias para o desenvolvimento de competências nos agentes de segurança pública, face às dinâmicas de crime e da criminalidade?

Respondente A1

Proporcionalmente à pergunta efectivamente expressa, o entrevistado retorquiu o seguinte depoimento:

“Na verdade, ACIPOL para responder as exigências que o progresso da sociedade moderna solícita, guia-se na promoção de metamorfoses e melhoramentos curriculares, ajustar-se às novas demandas de desenvolvimento económico e social, como: definição de perfis de saída em migração e fronteiras, segurança pública, investigação criminal e criminalística e, logística policial, bem como o policiamento comunitário. Facto, que indica a cooperação polícia e comunidade. Aqui nota-se uma lacuna, na medida que falta a especialidade em crimes cibernéticos, que actualmente está ganhando proporções mais altas” (Entrevista, 29.06.2020).

Gárciga (1999), conceitua a estratégia como o produto de um conjunto de acções lógicas e criativas aplicáveis que conduzem à formulação de objectivos amplos, de políticas principais e de a locação de recursos para atingir as metas transcendentais de uma organização, na busca de uma melhor posição competitiva e de uma resposta mais coerente ao entorno actual e futuro.

O autor passou a tecer determinadas características que evidenciam as estratégias: 1. Propiciar uma visão de futuro, com carácter activo e antecipado; 2. Fornecem um âmbito para a direcção unificada da organização em função de suas metas principais; 3. Orientam os recursos e os concentram no desenvolvimento de vantagens competitivas; 4. Indicam a necessidade de adaptação sistemática ao entorno; 5. Enfatizam o encontrar posições mais favoráveis; 6. Inserem as acções futuras, considerando diversos e prováveis cenários;

Por sua vez o Mintzberg (s.d.), citado por Niculcar, et al. (2018) indica cinco perspectivas diferentes, que se descrevem de formas como podem se avaliar e assumir as estratégias:

a) A estratégia como padrão: - reflecte um comportamento ou uma forma de actuar, tanto emergente quanto deliberado, que evidencia uma coerência de conduta no tempo, servindo-lhes de base para delinear suas actividades.

b) Como plano: - as estratégias representam um curso de acção consciente para enfrentar o futuro. Este enfoque concorda com os processos formais de estabelecimento das estratégias.

c) A estratégia é a criação de uma posição: - representa uma situação na qual a organização procura situar seus produtos em um único mercado, dentro de seu ambiente competitivo.

d) A estratégia como perspectiva: - é a forma como os directores de uma organização se vêem (olham para seu interior), e para o alto, onde está a visão que a empresa quer alcançar e lhes serve de guia.

e) Estratégia como estratagem ou manobra: - reflecte os movimentos ou manobras da empresa para driblar os seus concorrentes e ganhar ou manter uma posição competitiva.

Portanto, Gárciga (1999) e Mintzberg (s.d.), citados por Niculcar, et al. (2018) demonstram que no acto de aplicação das estratégias nas diferentes actividades, que os homens exercem, não existe a perspectiva melhor em relação as outras, mas sim uma complementaridade e inter-relação, apesar de, em certos momentos ser preciso à aplicação do enfoque mais adequado e pertinente para a cada facto.

Na óptica do autor da presente pesquisa, as estratégias - são propósitos que desempenham funções heurísticas, que permitem as melhores formas de alcançar com êxito os objectivos predeterminados para uma certa actividade, dentro dos recursos e meios condicionados, em conjunção com os factores ecológicos e ambientais.

Assim sendo, conformava-se com as afirmações do inquirido, quando fala da insuficiência da especialidade que trate de crimes cibernéticos. Ora bem, para que aconteça essa especialidade na PRM, implica fazer-se a consonância entre

os meios informáticos no processo de ensino e aprendizagem e, na prevenção e combate a crime e criminalidade. Significou que uma das estratégias curriculares que a ACIPOL deve envidar é a concepção de currículo tecnológico com raízes fortes nas tecnologias de informação e comunicação e, os docentes, na qualidade actores principais para a aplicação e disseminação deste currículo, tenham a consciência que na vida diária, actualmente lidam com práticas pedagógicas infalíveis às TICs, explícita e implicitamente se identificam em pedagogia electrónica, isto é, e-pedagogia (ACIPOL, 2008, Pérez, et al., 2015).

Recordemos, a concepção e implementação de certo currículo no seio das práticas educativas, não implica se descartar de outros paradigmas curriculares, pois não existe o currículo melhor que outro, mas a combinação e inter-relação proporcionalmente harmoniosa entre os currículos (Rego, 2018).

Respondente A2

Os propósitos que desempenham funções heurísticas, que permitem as melhores formas de alcançar com êxito os objectivos predeterminados para uma certa actividade, dentro dos recursos e meios condicionados, em conjugação com os factores ecológicos e ambientais, têm sido factores propulsores para intensificar o desempenho pessoal, incrementando a produção e produtividade institucional.

Para melhor compreensão das estratégias curriculares envidadas pela Academia de Ciências Policiais durante o processo de ensino e aprendizagem, interrogou-se o seguinte: *3. b) A Academia de Ciências Policiais, como instituição superior de formação policial, que estratégias curriculares tem concebido, para intensificar melhorias para o desenvolvimento de competências nos agentes de segurança pública, face às dinâmicas de crime e da criminalidade?*

Comparativamente a presente questão a respondente passou a replicar:

“A promoção de oficinas pedagógicas, para abordagem de modus operandi dos docentes, pode ajudar na capacitação daqueles docentes que não têm

formação psicopedagógica. Porque o acto de ensino e aprendizagem é complexo, nada basta a pessoa pegar nos conteúdos e dirigir-se à sala de aulas. Pedagogicamente, existem regras técnico-científicas que orientam a maneira como planificar e dar aulas. Portanto, essas acções podem contribuir no desencadeamento de estratégias curriculares na melhoria e desenvolvimento de competências quer para os docentes, quer aos agentes de segurança pública” (Entrevista, 01.07.2020).

A educação contínua constitui a melhor estratégia para o desenvolvimento do homem e o seu desempenho na produção e produtividade, em prole da sobrevivência harmoniosa.

Certamente, uma das estratégias que a ACIPOL pode envidar pode ser a capacitação do recurso humano, para estar actualizado, visto a o mundo e a sociedade, sempre se encontram em constante evolução. Do mesmo modo, as teorias de formação e educação, estão em constante transformação. A realização de cursos e oficinas pedagógicas, pode melhorar o desempenho dos docentes e discente no âmbito de desenvolvimento de competências profissionais, no ensino e aprendizagem e na segurança pública, respectivamente (Perrenoud, 2000, 2003).

Respondente A3

Na necessidade de Academia de Ciências Policiais incrementar o desempenho na formação de quadros superiores em segurança pública, com vista a fortificar a prevenção e combate de crime e criminalidade. O estudo procurou auscultar à amostra no sentido de colher as acepções sobre as estratégias curriculares que a ACIPOL pode conceber e implementar na formação de agentes da polícia. Para o efeito, foi articulada a seguinte pergunta: 3. b) *A Academia de Ciências Policiais, como instituição superior de formação policial, que estratégias curriculares tem concebido, para intensificar melhorias para o desenvolvimento de competências nos agentes de segurança pública, face às dinâmicas de crime e, da criminalidade?*

Proporcionalmente à questão, o respondente foi replicando o seguinte:

“As políticas curriculares de ACIPOL estão definidas devidamente dentro das recomendações internacionais da UNESCO. As insuficiências na implementação das políticas curriculares têm como o motivo, a falta do domínio das normas de leccionação definidas no contexto da formação profissional dos docentes da instituição na sua generalidade. Para colmatar o cenário torna necessário a promoção de jornadas de capacitação dos docentes de ACIPOL em matérias ligadas com as ciências educativas, sobre tudo a pedagogia e a didáctica” (Entrevista, 03.07.2020).

As declarações do entrevistado se conectam com as abordagens constantes em MINT (2008) e Niculcar, et al. (2018), na medida que a capacitação dos docentes em matérias de pedagogia para melhor conhecimentos dos procedimentos de ensino e aprendizagem, os métodos, técnicas e instrumento pedagógicos a levar a cabo perante a leccionação, constitui umas das estratégias curricular capaz de intensificar a formação de agentes da polícia no país.

4.1.2 Análise comparativa de dados dos docentes considerando diferentes entrevistados e estudos

As perguntas que compuseram as entrevistas dirigidas aos docentes da Academia de Ciências Policiais, tiveram o conteúdo seguinte:

A primeira questão foi formulada na esteira das teorias gerais de educação e a relação que estabelecem com a formação superior de membros de segurança pública na ACIPOL.

A segunda questão foi efectuada no contexto da globalização e processo de integração regional e, suas consequências no recrudescimento de crimes e criminalidade atípicos em Moçambique.

A terceira pergunta se formulou na perspectiva dos desafios levados a cabo por ACIPOL, Ministério de Interior e Comando geral da PRM no processo da

formação educativa dos recursos humanos qualificados, para a prevenção e combate às actuais formas de crime e criminalidade.

A quarta questão foi formulada de maneira a aferir as opiniões sobre modelos curriculares compactáveis à formação de quadros de segurança pública, para a manutenção da ordem e tranquilidade públicas no país.

Para albergar a interpretação das respostas de uns 8 “oito” docentes que leccionam na Academia de Ciências Policiais, cujos foram administrados os roteiros das entrevistas, se preferiu a organização das respostas dos entrevistados, em 4 “quatro” dimensões, em correspondência das quatro perguntas respectivamente. A disposição das respostas dos inquiridos obedeceu a ordem crescente da enumeração de 1 a 8, sendo oito respostas por dimensão, acumulando desta forma umas trinta e duas (32) resposta ao todo.

Seguidamente, as interpretações dos dados qualitativos fornecidos pelos docentes, foram apresentadas em forma de síntese no fim de cada uma das quatro dimensões junto das perguntas correspondentes.

4.1.2.1. Modelo de educação enquadrado na formação da PRM

Para poder se perceber dentre os docentes o paradigma de educação levado a cabo pela Academia de Ciências Policiais, durante a formação de quadros superiores de segurança pública, foi articulada a questão seguinte: *1. A Academia de Ciências Policiais é uma instituição de educação superior vocacionada à formação de agentes de segurança pública em Moçambique. Considerando as teorias gerais de educação, que modelo de educação se enquadra o processo de ensino e aprendizagem na ACIPOL?*

Quanto à pergunta desta primeira dimensão, os oito entrevistados de forma sequencial, foram respondendo o seguinte:

Entrevistado - B1

“... não sou formado e, nem especialista em teorias de educação, pois o modelo de educação, que se enquadra o processo de ensino e aprendizagem na ACIPOL, não sei. Por isso essa questão passa” (Entrevista, 06.07.2020).

Entrevistado – B2

“Geralmente, as instituições o seu modo de transmissão académica costuma se configurar em uma educação moderna que é baseada no educando (aluno) e as competências de aprendizagem do aluno. E, no exercício de ensino e aprendizagem, eu pessoalmente uso métodos flexíveis para o desenvolvimento do processo na ACIPOL. As TICs, constituem o veículo mais destacado no mesmo acto” (Entrevista, 06.07.2020).

Entrevistado – B3

“A ACIPOL tem se empenhado na educação incidida no estudante e, é esse tipo que tenho aplicado juntamente com os colegas da minha cadeira. Cuja se prime pela administração de aula, que permitem a interacção e debate da matéria entre os discente, onde o docente, somente desempenha a tarefa de orientador e mediador, no processo de ensino e aprendizagem” (Entrevista, 06.07.2020).

Entrevistado – B4

“Comparativamente ao modelo de educação que a ACIPOL usa mais na formação de quadros da PRM, digo que é relativo, eu por exemplo opto por aulas expositivas em sala fechada. Seguidamente ponho os estudantes a interagirem entre si, de modo a permitir que produzam os conhecimentos de forma e no contexto de uma educação de modelo construtivista. Talvez tenha feito isso, devido a natureza da disciplina que lecciono ...” (Entrevistado, 06.07.2020).

Entrevistado – B5

“... Olhando pelo desenho do currículo de ACIPOL, existe uma combinação de modelos curriculares, em contexto de modelo emancipatório, critico, mas uma parte continuam vigentes práticas curriculares de paradigma tradicional: planificar e adestrar de forma expositivas. Falo de práticas curriculares emancipadoras, porque observa-se uma certa potencialidade, também, de sinais de ensino centrado no estudante. Exemplo: os docentes fornecem trabalhos académicos

para serem feitos pelos discentes de maneira autónoma e independente, que difere tanto da educação tradicional, onde se verifica a reprodução de conhecimentos transmitidos pelo docente” (Entrevista, 06.07.2020).

Entrevistado - B6

“Moçambique como um estado, para além da sua realidade como país sitiado na África Sub-sahariana, que analisado no ranking internacional de desenvolvimento socio-económico, sabe-se que esse país enquadra-se na lista das nações do Terceiro Mundo. A globalização tem imensas influências nas políticas de desenvolvimento desse país. Assim, os conteúdos curriculares relacionados com a formação de quadros superiores da Polícia da República de Moçambique, são definidos no contexto das políticas nacionais sobre o ensino superior. Os estatutos vigentes sobre a formação superior, sempre constam que o ensino e aprendizagem se desenvolvem em torno dos currícula centrados no estudante e em competência. Mas, o cenário concreto na sala de aulas tem sido o contrário. Os reflexos desta prática, também, podem ser de variada causa: insuficiências de formação profissional dos docentes do nível superior” (Entrevista, 06.07.2020).

Entrevistado – B7

“O ensino na Academia de Ciências de ACIPOL, se insere no modelo de educação quase tradicional, porque a docência na sua maioria transmite aula em forma expositiva de conteúdos. Mas, saliento que, esta como instituição de ensino superior, se nota a produção de conhecimentos pelos alunos, a medida que ao longo das aulas, cada professor vai dando trabalho independentes” (Entrevista, 06.07.2020).

Entrevistado – B8

“Creio que a formação na ACIPOL incide na educação com característica mistas, entre a tradicional, construtivista e, de competência. Segundo com o figurino curricular prescrito nos planos de ensino e aprendizagem na instituição. O

currículo real e da sala de aulas, somente pode contrariar esta perspectiva, por falta de conhecimentos dos praticantes do processo formativo. Mas, na qualidade de local de ensino superior que se prima na aquisição e produção de conhecimentos científicos, observa-se a educação mista” (Entrevista, 06.07.2020).

Em forma de síntese da primeira dimensão, foi se declarando que, quanto ao modelo de educação aplicado pela ACIPOL no decurso do processo formativo, educativo e corporativo dos agentes de segurança pública, o primeiro respondente interpelado, respondeu que não era especialista em educação, apesar de ter sido investigador e docente daquela instituição, pelo que solicitou que passássemos da questão para outra.

O segundo dos entrevistados, pôde explicar que a Academia de Ciências Policiais, de forma geral, o currículo foi desenhado de maneira que a educação se centre no estudante e nas competências. As acepções deste estilo se caracterizam na educação que dá primazia aos processos mentais cognitivos nos procedimentos de aprendizagem (Oliveira, 2011). Também, clamam pela responsabilidade, autonomia e independência do estudante na resolução de actividades pedagógicas que facultam a produção de conhecimento, por intermédio da prática reflectiva (Libâneo, 2007; Perrenoud, 2002 citados por Domingos, 2020).

Enquanto a terceira interpelada, foi respondendo que as escrituras curriculares da ACIPOL, foram configuradas de forma que correspondam aos padrões internacionais de educação de ensino superior moderna (Premugy, 2012). As anomalias e desvios nestes padrões podem depender de cada um dos docentes. Por exemplo, ela afirmou que a sua didáctica se centra no aluno e na interactividade entre os intervenientes no acto educativo (Rego, 2018).

O quarto entrevistado, preferiu dar realce à uma educação expositiva em sala de aulas, mas conjugada com a interacção entre estudantes e, estudante - professor, vice-versa (Distler, 2015).

Comparativamente à quinta respondente, brindou-nos com o modelo de educação emancipadora e construtivista, o padrão segundo qual, o professor não deve estar ancorado nas políticas curriculares definidas centralmente pela instituição, onde lecciona, pois ele está livre de aplicar uma didáctica criativas e contextual, de acordo com as características dos estudantes e ambiente lectivo mas, sem deslocar de forma excessiva das normas educativas institucionais. Falando do construtivismo, foi na senda de o ensino e aprendizagem, considerar ao aluno como sujeito com capacidades para a produção de conhecimentos científicos de forma individual e colectiva com colegas mais experientes ou com o professor, cuja figura desempenha a função de mediador dos actos pedagógicos (Macedo, 2011; Saviani, 2013).

O sexto entrevistado, suas respostas incidem nas políticas curriculares da ACIPOL, cujas foram configuradas na esteira dos paradigmas de educação moderna, valorizam todos modelos de educação técnico-científica, considerando que não existe o melhor modelo de educação e curricular deste processo, mas existe uma relação de complementaridade entre educação tradicional, centrada no professor, ensino e conteúdos, educação com a maior incidência no aluno e aprendizagem, educação integral, centrada na interdisciplinaridade entre a ciência, moral e cultura, educação por responsabilidade, autonomia e competência na aprendizagem (Rego, 2018).

Relativamente ao sétimo interrogado, apresentou depoimentos que focaram bastante na educação expositiva de conteúdos e centrada no ensino e professor, cujas propriedades colocam ao estudante na posição de actor passivo no processo educativo e científico. Pois, consideram o aluno como conta bancária e tábua rasa (Freire, 1996).

As acepções do oitavo respondente, entraram em harmonia com o quinto, sexto e sétimo inquiridos. Pela razão de terem afirmado que a Academia de Ciências Policiais, possui perfil curricular com características distribuídas de forma proporcional para contemplar as modalidades de educação que têm sido aplicados pela maior parte dos sistemas de educação moderna (ACIPOL, 2008).

Os entrevistados sobre esta dimensão, puseram ênfase na educação centrada no estudante e nas competências de aprendizagem. Apesar de consecutivamente terem revelando a existência de incoerência na maioria dos docentes, em aplicar esse tipo de educação perante as actividades de ensino e aprendizagem, pois o grosso opta pela educação tradicional, cujas tonalidade se identificam na exposição de conteúdos e no professor como a figura detentor de conhecimentos e no alunos como simples ouvintes e receptores de ensinamentos (Lemmer, 2006; Rego, 2018). Mesmo que a ACIPOL na qualidade de estabelecimento de ensino superior, se cingir sempre na missão de aquisição e produção de conhecimentos técnico-científicos.

4.1.2.2. Crimes atípicos ligados com a globalização e as TICs

Referencialmente à segunda dimensão, que se dedicou na entrevista à amostra formada por oito docentes de ACIPOL e, se procurou aferir opiniões sobre determinados crimes que actualmente estão recrudescendo no país, fazem parte das novas formas de criminalidade, foi formulada a pergunta seguinte: *2. A globalização e o processo de integração regional que actualmente os estados aderem para a promoção do desenvolvimento socio-económico integral, têm como consequência o recrudescimento de crime e criminalidade violentos e transfronteiriços, que suscita novidades para as Nações no que tange ao crescimento dos índices de insegurança. Relativamente à Moçambique, que crimes atípicos têm sido de origem do impacto de movimentos socio-económicos, étno-culturais e, as tecnologias de informação e comunicação?*

Posteriormente, os entrevistados de forma sequencial e na ordem de 1 a 8 “um a oito”, passaram fornecer as respostas a baixo descritas:

Entrevistado – B1

“Os movimentos socio-económicos, etno-culturais e, das tecnologias de informação e comunicação trouxeram casos criminais, que os moçambicanos não conheciam. Ex.: a questão de profanação dos túmulos em procura de órgãos

humanos, especialmente as ossadas de pessoas que tinham problemas de pigmentação, da pele (albinos); tráfico de pessoas e tecidos humanos para fora do território nacional; comércio de armas de fogo; entre outros crimes” (Entrevista, 07.07.2020).

Entrevistado – B2

“As tecnologias de informação e comunicação e as migrações internacionais que flúem em Moçambique, estão ligadas com os crimes cibernéticos, o terrorismo dentre outros” (Entrevista, 07.07.2020).

Entrevistado – B3

“A globalização e os movimentos migratórios tem impacto positivo porque contribui bastante para o enriquecimento das culturas nacionais no âmbito e, em contextos antropológicos, sobretudo o cultural. Porém, traz um leque de inconveniências, pela razão de incrementação no país de novos crimes, que se estendem além fronteiras. Exemplo os crimes transnacionais, como tráfico de armas de fogo, drogas, recursos minerais, e mais. Quanto as TICs, também, têm vantagens no campo socio-económico, cultural ... as desvantagem incidem nos crimes cibernéticos e, mais” (Entrevista, 07.07.2020).

Entrevistado – B4

“A questão de criminalidade faz parte de fenómenos, que se desenvolvem a medida, que sociedade humana evolui, os crimes, também, tomam novas grandezas. Mas, nada descarto a existência de crimes atípicos, por exemplo a explosão de máquinas bancária (ATM), é modus operandi, importado, não propriamente dos moçambicanos. Telemóveis com ferramentas mais sofisticadas como câmaras, gravadores, whatsapp, e mais, facultam o cometimento de crimes de varia ordem. Pelo que, precisa-se que formemos homens (policias) capazes de lidar com esses tipos de crimes, que são promovidos pela globalização e as TICs” (Entrevista, 07.07.2020).

Entrevistado – B5

“... penso que essa questão que trata sobre crimes, não posso responder. Se eu for a responder será como uma pessoa da população, por não ter uma essência sobre questões criminais. Se fossem casos pedagógicos que são próprias da minha área, podia responder. Pelo que, essa questão ... passa.” (Entrevista, 07.07.2020).

Entrevistado – B6

“As migrações humanas são históricas e acompanham a evolução da humanidade desde os tempos pretéritos, sempre ocorreram. A informação e comunicação é um acto mais velho na vida dos homens. Mas, os dois acontecimentos sociais ao longo do tempo, estão atingindo altos graus de evolução, que tornam mais complexos e incertos. A complexidade e a incerteza constituem características proeminentes na composição da sociedade contemporânea, a sociedade de conhecimento e informação. Em paralelo, o crime e a criminalidade, como fenómenos sociais, também, acompanham gradualmente, todo desenvolvimento social. Moçambique conhece hoje em dia, crimes informáticos, raptos e sequestros, burlas, difamação, raptos e assassinato de pessoas com deficiências na pigmentação da pele (albinos), extracção e tráfico de órgãos e tecidos humanos, espoliação dos recursos florestais, faunísticos e minerais, profanação de tumultos, em procura de ossada e tecido cadavéricos, todo esse agregado de actos, faz parte de ilicitudes, não habituais para o povo moçambicano” (Entrevista, 07.07.2020).

Entrevistado – B7

“... quer a globalização, quer as migrações de carácter nacional e internacional, como as tecnologias de informação e comunicação todos fenómenos carregam consigo vantagens e desvantagens, para o desenvolvimento do país. Comparativamente aos crimes, na verdade, hoje estamos deparando com situações criminais, que trazem admiração. Por exemplo a profanação de campas,

sob propósito que procura de restos mortais, para fins incrédulos e desumanos, assassinatos e extracção de órgãos, burlas, entre outras manifestações criminais” (Entrevista, 07.07.2020).

Entrevistado – B8

“A criminalidade evolui com o progresso social e económico. Portanto, o momento que nos encontramos, o tipo de crimes são diferentes daqueles que aconteciam nos últimos momentos do século XX, devido aos recursos de produção e produtividade existentes, aumentam de forma sequencial o desenvolvimento da sociedade e o estilo de vida. A globalização e as TICs trouxeram e aceleram as mudanças na forma de estar dos povos em geral e a sociedade moçambicana, em particular. Desta forma, já existem crimes ditos cibernéticos, crimes de rapto e sequestros, crimes ligados com a violação de campos, venda de órgãos humanos, e mais maldades” (Entrevista, 07.07.2020).

Resumidamente sobre a segunda dimensão, feitas as análises filológicas dos depoimentos dos inquiridos em relação a esta dimensão constituída por a pergunta que fizera parte da entrevista dirigida aos oito docentes da Academia de Ciências Policiais, concluiu-se que os respondentes foram unânimes nas declarações sobre os contornos que envolvem as características das novas dinâmicas da criminalidade em Moçambique.

O primeiro interrogado sobre os crimes atípicos no país, explicou que as migrações etno-linguísticas e culturais, conjugadas com as tecnologias de informação e a globalização, trouxeram no território nacional tipos de crimes que no passado não aconteciam, por exemplo: profanação de túmulos, tráfico de tecidos e órgãos humanos (Pantoja, 2004; Fabretti, 2014).

Enquanto, o segundo respondente realçou que as tecnologias de informação e comunicação, foram introduzindo infracções criminais correlacionadas com este estado tecnológico na comunicação humana, são os ditos crimes cibernéticos (PGR, 2010, 2021).

O terceiro inquirido, replicou de forma enfática, concordando com as afirmações de Garcia (2011), Filocre (2010) e Santos (2005), que a globalização e os movimentos migratórios humanos têm sido positivos porque enriquecem as culturas no ponto de vista antropológico. Os aspectos negativos se notam na emergência de crimes transfronteiriços: tráfico de armas de fogo; drogas; espoliação de recursos minerais, florestais e faunísticos entre outros crimes. Quanto a eclosão de venda e uso de recursos informáticos e tecnologias de informação e comunicação, é obvio que tem suas vantagens e desvantagens socio-económicas. Sobretudo as desvantagens se verificam nos crimes como as burlas e mais.

Para o quarto entrevistado, apostou bastante no apelo incidido na formação de recursos humanos capazes de lidar com afinco a questão das novas formas de crimes e criminalidade. Em virtude da complexidade que as mesmas carregam, pois precisam de homens formados e especialista na prevenção e combate aos crimes como terrorismo, crimes cibernéticos e mais. Também, salientou que deve se estar ciente que o crime evolui em paralelo com a evolução da humanidade (Gouveia, 2013).

O quinto respondente, foi esclarecendo que era leigo na área da criminalidade, pois torna-lhe difícil estabelecer a classificação dos respectivos crimes que a envolvem. Tendo justificado que domina muito a pedagogia como área da sua especialidade.

A passo que, o sexto inquirido foi explicando que as migrações são fenómenos típicos da sociedade humana porém, são nocivas nas circunstâncias que alteram as culturas das pessoas quer no sentido positivo, quer na forma negativa. Portanto, a última constitui a que mexe com a criminalidade. As tecnologias de informação e comunicação, em paralelo com as migrações humanas e TICs, todos factores promovem as complexidades e incertezas na vida dos homens e mulheres (Pérez, et al., 2015).

O sétimo entrevistado, intensificou as declarações referentes aos tipos de crimes correspondentes a emergência e desenvolvimento dos movimentos

migratórios etno-culturais e as tecnologias de informação e comunicação, que actualmente se registam em Moçambique. Efectuou o decalque de formas de crimes e criminalidade tais como a exumação de ossadas e outros tecidos e órgãos de cadáveres humanos, para fim vinculados com a superstição, burla entre outras defraudações de natureza informática e cibernética (Filocre, 2010).

O oitavo e último respondente, depôs que a evolução socio-económica está acompanhada com as transformações enérgicas de *modus operandi* criminosos. Hoje encontramos-nos na era electrónica e da globalização. De tal modo, os crimes tomam características tipicamente, deste tipo de sociedade e evolução sócio-económica, técnica e científica, que tanto difere dos momentos pretéritos dos séculos XIX e XX (Gouveia, 2014; Pantoja, 2004).

Os depoimentos arrolados nesta dimensão, entram em conformidade com os relatórios anuais da Procuradoria-geral da República referentes ao período entre 2010 e 2021, cujos apontam Moçambique, como sendo o país alvo das migrações etno-culturais e linguísticas, bem como das tecnologias de informação e comunicação. Que, a globalização e os movimentos migratórios têm como a consequência a origem de crimes atípicos caracterizados por sequestros de empresários ou seus familiares, onde para a liberdade, os autores do crime exigem montantes elevados de dinheiros. Frente, se encontram crimes de rapto de pessoas com problemas de pigmentação da pele, vulgos (albinos), onde o fim é dito como a morte e extracção de tecidos e órgãos humanos para efeitos não credíveis. O terrorismo que eclodiu na província nortenha de Cabo Delgado, tem sua génese nos movimentos migratórios que assolam o país. A espoliação intensiva dos recursos minerais, florestais e faunísticos, burla e falsificação de moeda, tem contornos na emergência da TICs, entre outras formas de criminalidade (PGR, 2010, 2021).

4.1.2.3. Desafios de MINT, PRM e ACIPOL

Durante o percurso do estudo, se formulou a terceira dimensão e respectiva pergunta administrada aos 8 “oito” docentes da ACIPOL, onde o intento foi para saber dentro do contexto das relações institucionais da Academia de Ciências

Policiais com outros órgãos congêneres no campo da prevenção e combate ao crime e à criminalidade, quais desafios enfrentam. Para o efeito, foi configurada a seguinte questão: *3. O Ministério do Interior, Polícia da República de Moçambique e ACIPOL são instituições públicas comprometidas no processo de Segurança Pública em Moçambique. Que desafios têm sido enfrentados para a melhoria do desenvolvimento de competências de agentes policiais na prevenção e combate ao crime e à criminalidade?*

Os respondentes foram retorquindo de uma maneira sequencial na ordem de 1 a 8 “um a oito” docentes sucessivamente:

Entrevistado – B1

“O Ministério de Interior, a Polícia da República de Moçambique e a Academia de Ciências Policiais, todas instituições têm um propósito comum, prevenir e combater o crime e a criminalidade. Deste modo as três instâncias, apesar da diferença das funções e missões, crêem que afincadamente estão empenhadas no desenvolvimento de competências dos agentes de segurança públicas” (Entrevista, 08.07.2020).

Entrevistado – B2

“A Academia de Ciências Policiais, Ministério do Interior e Comando geral da Polícia da República de Moçambique, todos se agregam em uma responsabilidade tripartida, onde cada um dos estabelecimentos tem a sua função específica. A ACIPOL coube-lhe a missão de formar o recurso humano capaz de levar acabo e com sucesso, a segurança pública procurada pelos cidadãos moçambicanos. Nesta óptica, os desafios são comuns, trazer a segurança eficaz à sociedade. O MINT e a PRM, em nome do Comando Geral, traça políticas de prevenção e combate da criminalidade moderna e academia, produz a ciência e o homem” (Entrevista, 08.07.2020).

Entrevistado – B3

“As instituições como Ministério de Interior, Comando Geral da PRM e ACIPOL, têm desafios no desenvolvimento de competências, com vista apresentar bons resultados na prevenção e combate a crime criminalidade. A ACIPOL está ligada com a formação, bem como outras instituições congéneres no estrangeiro, no âmbito da cooperação nas área de formação e segurança pública...” (Entrevista, 08.07.2020).

Entrevistado – B4

“As três instituições tem o fim único, prevenção e combate à criminalidade, mas as funções de cada estabelecimento são diferentes. O Ministério do interior cabe-lhe a questão administrativa de definir políticas de segurança para manter a ordem e segurança para os cidadãos. ACIPOL tem a função de formar pessoas que pensam além do horizonte, com vista buscar e produzir conhecimentos que venham influir nas estratégias que possam melhorar o desenvolvimento das competências para se estabelecer uma segurança eficiente e eficaz” (Entrevista, 08.07.2020).

Entrevistado – B5

“... na minha opinião, acho que as instituições policiais para capacitar os seus aprendentes, estudantes, deviam, em primeiro lugar, precisar de um ensino flexível em um contexto critico, tendo em consideração a diversidade cultural, porque a cultura constitui o conhecimento prévio de cada estudante de ACIPOL. A creditando a diversidade cultural, melhor se pode ministrar bem, porque o conhecimento prévio é a base para o discente compreender os conteúdos didáticos. Portanto, a simbiose entre os conteúdos didáticos e a cultura de cada permite a aquisição de competências científicas, que permitem consecutivamente a adopção de estratégias consistentes para o exercício da prática” (Entrevista, 08.07.2020).

Entrevistado – B6

“A academia de Ciências Policiais, Comando Geral da Polícia da República de Moçambique e o Ministério de Interior, creio que comungam os desafios pela intensificação de esforços para a melhoria da prevenção e combate ao crime e à criminalidade no país. Porém, percebe-se que a ACIPOL tem desafios que centram no campo da formação humana, membros da PRM, para a manutenção da Ordem, Segurança e Tranquilidade Públicas. Particularmente, a educação do homem e a mulher, dominar a criminalidade, que na modernidade, impede ao progresso flexível e sustentáveis, para o bem-estar do cidadão nacional e estrangeiro” (Entrevista, 08.07.2020).

Entrevistado – B7

“... o Ministério do Interior, Polícia da República de Moçambique e Academia de Ciências Policiais são instituições que se fundem na causa comum, a prevenção e combate de crime. Mas, de forma individualizada, cada estabelecimento possui suas próprias e específicas competências. Os primeiros desempenham as funções meramente político-administrativas, mas, na formação humana, que leve avante as actividades de segurança para as pessoas e seus bens, é de inteira responsabilidade da Academia de Ciências Policiais (ACIPOL). Ela, deve traçar programas de cooperação com outras instituições de ensino, para reforçar e incrementar o seu potencial técnico-científico na área de formação e segurança pública no país” (Entrevista, 08.07.2020).

Entrevistado – B8

“Os desafios são maiores para as três instituições, quer de forma individual, quer forma colectiva, na qualidade de órgãos que têm a missão de estabelecer a ordem e segurança públicas. Todos envidam esforços na intensificação desse bem comum para os cidadãos moçambicanos. Para ACIPOL, responsável pela formação dos agentes da polícia de nível superior, implica imprimir todas sinergias

para dotar os homens e mulheres de estratégias operativas que dominem as novas dinâmicas do crime” (Entrevista, 08.07.2020).

Sinopticamente a terceira dimensão de entrevista, o perfil dos dados qualitativos acolhidos no decurso da pesquisa, levava a entender a unanimidade existente entre os 8 “oito” docentes inquiridos nesta dimensão. Para o efeito foram respondendo em obediência à ordem de 1 a 8 respondentes sucessivamente:

O entrevistado nº 1 suas respostas se cingiram na perspectiva de unidade na definição de desafios entre os três estabelecimentos vocacionados na prevenção e combate ao crime e à criminalidade (Gouveia, 2014).

Relativamente ao segundo respondente, pôde esclarecer que o Ministério de Interior, Comando Geral da Polícia da República de Moçambique e Academia de Ciências Policiais, são instituições com objectivo comum, a manutenção de Ordem, Segurança e Tranquilidade Públicas, com vista a estabelecer a paz e harmonia na convivências entre os homens e mulheres. Mas, ACIPOL enfrenta desafios vinculados com a formação educativa da pessoa humana, para o domínio da ciência e técnica, visando enfrentar as dinâmicas actuais da criminalidade. (Gouveia, 2013; MINT, 2008)

O inquirido número três, replicou em pé de igualdade com o entrevistado nº 2, decalcou que, entre o MINT e ACIPOL são órgãos com objectivos comuns, que se fundem na prevenção e combate de crime e criminalidade. As Três instituições almejam a adopção de competências fiáveis aos agentes de segurança pública, para a melhor manutenção da Lei e Ordem no País. (Perrenod, 2003; Saporì, 2007).

O quarto entrevistado descreveu que o Ministério de Interior e o Comando Geral da Polícia da República de Moçambique, ambos órgãos têm a missão de traçar políticas centradas na adopção e desenvolvimento de competências para a prevenção e combate dos comportamentos criminais, em prol da manutenção da paz social. A ACIPOL tem a missão de formar e educar técnica e cientificamente os recursos humanos qualificados, com vista a garantir a protecção patrimonial do cidadão (ACIPOL, 2008).

Para o quinto questionado defendeu, que no âmbito da relação interinstitucional os desafios são comuns, a manutenção da Lei e Ordem publica. Mas, reforçou afincadamente que a Academia de Ciências Policiais lhe coube o desafio de estabelecer uma formação baseada no ensino e aprendizagem flexíveis e críticos, onde se notabiliza a conjugação entre a cultura e ciência no contexto de uma educação integral (Santomé, 1998).

O sexto inquirido, também, suas declarações concordam com os depoimentos que entram em harmonia com os cinco primeiros entrevistados nesta mesma grandeza, quando afirmou que os desafios são comuns entre as três instituições, cujos se primam no bem-estar do cidadão (Gouveia, 2014; Saporì, 2007).

O sétimo entrevistado, declarou que a cooperação entre as instituições constitui a base principal para o desenvolvimento das organizações sociais, pois a troca de opiniões é motor primordial no progresso socio-económico, em especial no campo da formação do recurso humano (Gouveia, 2013).

O oitavo respondente, depôs que o Ministério de Interior, Comando Geral da PRM e ACIPOL, os três órgãos têm tido o desafio comum, que é delinear estratégias capazes de adoptar os recursos humanos de competências qualificadas para melhor prevenir e combater o crime e a criminalidade em Moçambique (Perrenud, 2003; Saloner, et al., 2008)

Assim, os depoimentos dos oito entrevistados se harmonizam com o prescrito nos planos de desenvolvimento estratégico dos três estabelecimentos comprometidos na manutenção de Ordem, Segurança e Tranquilidade Públicas Publicas (MINT, 2008; ACIPOL, 2008; PRM, 2003). Todos órgãos estão decisivos na formação técnico-científica de homem altamente qualificado e pronto para a missão de perpetuar a Lei e Ordem.

4.1.2.4 Modelo curricular Compatível na melhoria da formação

O estudo prosseguiu à quarta dimensão e pergunta direccionada aos oito docentes de Academia de Ciências Policiais, com intuito de sabermos no seio

desta parte da amostra, o paradigma de currículo conciliável para efectuar o incremento de melhorias no processo de formação corporativa dos membros de segurança pública na mesma academia. Para o efeito, foi formulada seguinte questão: *4. Que modelo curricular ACIPOL pode conceber para fortificar a melhoria na formação dos quadros de segurança pública para a manutenção da ordem, segurança e tranquilidade públicas no país?*

Realizada a pergunta, os oito docentes que constituem a parte fraccionária da amostra destinada à técnica de entrevista para a colecta de dados qualitativos, foram replicando em obediência da ordem crescente de 1 a 8 “um a oito” sucessivamente, de acordo com a ilustração posterior:

Entrevistado – B1

“Apesar de ser leigo na matéria sobre currículo, entendo que ACIPOL, deve optar por modelos curriculares que vão ao encontro das demandas sociais. A sociedade almeja sempre a manutenção de ordem e segurança públicas, que estabeleça a edificação do desenvolvimento sustentável” (Entrevista, 11.07.2020).

Entrevistado – B2

“... na fortificação e melhoria da formação de quadros para a manutenção de ordem e segurança e tranquilidade públicas no país, a ACIPOL pode conceber o currículo por competência, creio ser o melhor” (Entrevista, 11.07.2020).

Entrevistado – B3

“... o ensino e aprendizagem na ACIPOL pode se intensificar com a concepção de modelo curricular centrado no estudante, como referia quanto ao modelo de educação, que se insere a formação de agentes de segurança pública” (Entrevista, 11.07.2020).

Entrevistado – B4

“No processo de ensino e aprendizagem, sobretudo na universidade não existe o modelo único para a formação. O que deve acontecer deve ser cada

docente ensinar no sentido de contextualizar ao momento, que se encontra dependendo da disciplina e área de formação. Hoje fala-se de ensino e aprendizagem, significa que tanto professor como estudante, ambos estão envolvidos no processo pedagógico, onde um ensina outro, assim sucessivamente, cada um dos actores vai aprendendo, também, de outro” (Entrevista, 11.07.2020).

Entrevistado – B5

“... para não incorrer a erros, porque a resposta sobre os modelos curriculares compatíveis para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, precisa de um estudo profundo do processo de formação na ACIPOL. Após estudo, pode se concluir sobre o currículo mais exequível para a instituição em estudo. Pelo que, essa questão passa.” (Entrevista, 11.07.2020).

Entrevistado – B6

“A fortificação do acto de formação dos quadros da PRM, para melhorar a missão da manutenção da ordem e segurança públicas, não adiantaria em definir o modelo curricular necessário. Politicamente os modelos curriculares modernos são concebidos de acordo com os padrões internacionais que a ACIPOL tem nos estatutos referentes à formação. A fissura reside na imperfeição vinculada com a implementação desses padrões nos curricula educativos....” (Entrevista, 11.07.2020).

Entrevistado – B7

“A aposta que a formação na ACIPOL deve se consolidar no reforço das estratégias conceptivas e implementação dos planos traçados nos estatutos regimentais da instituição. Os curricula, mais importantes para a formação superior estão perfeitamente definidos” (Entrevista, 11.07.2020).

Entrevistado – B8

“O enfrentamento dos desafios que as dinâmicas criminais e o desenvolvimento socio-económico impõem, significa que a ACIPOL deve aceitar a criação de modelos curriculares que melhor facilitem a aquisição e desenvolvimento flexível de competências de aprendizagem, que posteriormente, permitam a geração de habilidades operativas sustentáveis para a missão, que a sociedade empacota às forças policiais” (Entrevista, 11.07.2020).

Em jeito de resumo sobre a quarta dimensão da entrevista, as respostas dos inquiridos e entrevistados na presente pesquisa, todas ilustram que a maioria tem unanimidade nelas.

O entrevistado nº 1 recomendou por muito que a Academia de Ciências Policiais pudesse conceber modelos curriculares que permitam que os quadros adquiram competências que facilitam o desenvolvimento sustentável no contexto de prevenção e combate ao crime (Perrenoud, 1999, 2000, 2003) .

Para o respondente nº 2 advogou que a ACIPOL podia apostar no modelo curricular por padrões de competência, que julga ser compatível para a formação de quadros superiores de segurança pública (Zarifian, 2012).

Enquanto ao terceiro entrevistado preferiu sugerir o modelo curricular centrado no estudante como o mais compatível na educação contemporânea (Rego, 2018).

O quarto respondente esclareceu que, para a formação universitária não existe o modelo mais melhor do que outro, pois para o ensino e aprendizagem o currículo a conceber depende das circunstâncias do próprio ambiente pedagógico. Todavia, o currículo centrado no aluno e no professor, julgou ter sido o melhor na intensificação da formação na Academia de Ciências Policiais (Piaget, 1996).

Quanto ao quinto entrevistado depôs que sugerir o modelo conciliável na intensificação do processo de ensino na ACIPOL, significa ter feito o estudo sobre a matéria. Portanto, tornaria difícil para dizer taxativamente. Para o efeito solicitou que passasse a questão.

O sexto inquirido pôde explicar que os modelos curriculares para a formação na ACIPOL, constam nos estatutos da instituição. O que existe, tem sido a insuficiência dos docentes e outros envolvidos no processo de ensino e aprendizagem aplicar (Ostermann & Cavalvant, 2010).

Para o sétimo entrevistado preferiu apelar aos gestores do acto educativo na ACIPOL, revisarem os estatutos curriculares da instituição para a respectiva implementação (Soarez, 2013).

O oitavo respondente, fez o decalque dos depoimentos do primeiro, segundo e sexto entrevistados que sugerem a concepção e implementação de modelo curricular por competência, como mais harmonizável para a formação na ACIPOL (Perrenoud, 1999, 2000,2003)

Os currículos centrados no estudante, cuja didáctica permite que o aluno expresse suas experiências prévias perante o processo de ensino e aprendizagem, por intermédio da interacção professor-aluno e aluno-professor, também, entre aluno-aluno. E, mesma tradição interactiva desloque do professor, aluno e comunidades, no contexto de aportes ciência-cultura vice-versa. Todos caracterizam a educação centrada no ensino, aprendizagem, integração e competências, (Rego, 2018).

4.1.3 Análise comparativa de dados dos funcionários considerando diferentes inquiridos e estudos

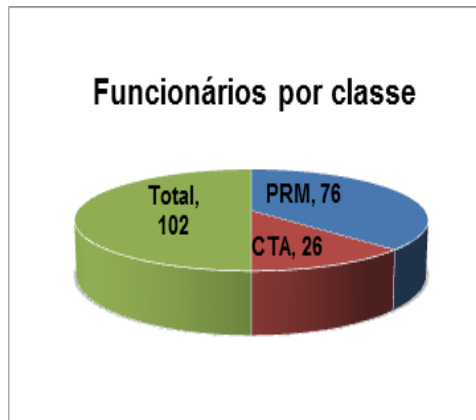
A formação e desenvolvimento da pessoa humana se desdobram, em torno de um conjunto de princípios teóricos da educação que determinam os respectivos modelos e paradigmas, através dos quais a mesma formação vai seguindo, para a sua melhor concretização e respectivo progresso.

A academia de Ciências Policiais (ACIPOL), na qualidade de instituição de ensino e aprendizagem de nível superior os processos pedagógicos em curso, foram desenhados com vista a seguir umas e outras teorias curriculares de educação vigentes na contemporaneidade (Soarez, 2013).

O presente estudo para melhor conhecer dentre as várias teorias educativas e curriculares existentes, quais delas se empenham os actos pedagógicos que flúem na ACIPOL, estabelecimento que tem formado os agentes de segurança pública, foram sendo concebidas dimensões constituídas por questões dirigidas a uma amostra de 102 “cento e dois” inquiridos, equivalentes a 100 % “cem por cento” dentre as duas classes de funcionários formadas por 76 “setenta e seis” membros da Polícia da República de Moçambique (PRM), equivalente a 75 % “setenta e cinco” por cento e, 26 “vinte e seis” do Corpo Técnico Administrativo (CTA) correspondentes a 25 % “vinte e cinco” por cento. (Vide o gráfico 1.4) devidamente apresentado abaixo.

Gráfico 1.4

Perfil da categoria de funcionários.



Fonte: Autor da pesquisa (2021).

Quanto à variável sexo, os funcionários se encontravam divididos em 66 “sessenta e seis” de sexo masculino, equivalentes a 65 % “sessenta e cinco” por cento e, 36 “trinta e seis” de sexo feminino, correlativos a 35 % “trinta e cinco” por cento. (Vide o gráfico 2.4) devidamente apresentado na página 229.

Gráfico 2.4

Perfil de funcionários por sexo.



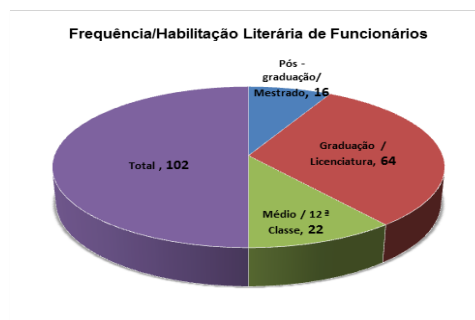
Fonte: Autor da pesquisa (2021).

Relativamente à vertente, nível académico, a mesma amostra se encontrava dividida em 16 “dezasseis” funcionários com pós-graduação (mestrado), correspondente a 16 % “dezasseis” por cento, 64 “sessenta e quatro” funcionários com nível de graduação (licenciatura) equiparado a 63 % “sessenta e três” por cento e, 22 “vinte e dois” dos quais com nível médio “decima segunda” classe, correlativos a uma percentagem de 21 % “vinte e um” por cento.

Salienta-se que os funcionários com nível médio, foram membros da Polícia da República de Moçambique e Corpo Técnico Administrativo, que se beneficiaram de bolsas de estudo, encontrando-se a estudar em níveis e anos diferentes de frequências lectivas no curso de licenciatura em ciências policiais. (Vide o gráfico 3.4) apresentado devidamente abaixo.

Gráfico 3.4

Perfil de nível académico de funcionários.



Fonte: Autor da pesquisa (2021).

4.1.3.1 Currículo centrado no professor

Relativamente à esta dimensão, as questões que procuram as características a que compõem, foram se descrevendo devidamente nos passos subsequentes.

O factor interrogativo se a formação na Academia de Ciências Policiais baseia-se nos conteúdos, os 102 “cento e dois” funcionários inquiridos a maioria respondeu sim (1), apesar da maior probabilidade em retorquir não (2), por motivos da maior faixa escalar entre (1.72 a 2). Cujas variações dos dados em relação à média se verifica uma concentração à média, em virtude de ser (0.45) pontos de desvio-padrão.

Quanto a questão, a formação na Academia de Ciências Policiais baseia-se no professor, a maioria da amostra em estudo, respondeu sim (1) com uma ligeira tendência para não (2), devido a escala entre os valores numéricos (1.46 a 2). Porém, com a variabilidade de dados, avaliada em (0.55) pontos de desvio padrão. Facto, que indica a concentração dos valores da amostra junto da média.

Os somatórios de dados em estudo, demonstram que os 102 “centos e dois” funcionários dentre os membros da PRM e CTA, cujos foram direccionados o inquirido, responderam sim (1) com a probabilidade para não (2). Por motivos da proximidade entre os valores da escala (1.59 a 2). A inconstância de dados face à média, foi de (0.5) pontos de desvio padrão, o sinal da concentração dos dados em torno da média. (Vide a tabela 2.4), devidamente apresentada na página 231.

O inquirido demonstrou que na formação na Academia de Ciências Policiais (ACIPOL) os processos de ensino e aprendizagem, foram concebidos em volta de um modelo curricular centrado no docente.

Na visão de Rocha & Fidalgo (1999), Macedo (2011) e Skinner (1993), as características deste paradigma educativo se descrevem na essência de apresentação de conteúdos pelo professor aos alunos. Durante o decurso dos procedimentos pedagógicos, os estudantes tornam-se a meros receptores das informações académicas do docente. O professor adopta a posição do senhor absoluto dos conhecimentos técnico-científicos e, o aluno tem ocupado a posição de um actor passivo perante a formação. As carteiras dos alunos normalmente

são perfiladas em forma de uma grelha, para facultar a atenção dos estudantes em escutar o discurso do professor perante as aulas lectivas.

Todavia, a faixa com a probabilidade negativa, ilustrou-nos a menor proporção da emergência de certos indícios relacionados com outros modelos de currículos educativos, que têm sido aplicados por alguns docentes eficientemente experimentados nas matérias de pedagogia.

Tabela 2.4

Perfil de currículo centrado no professor.

Factor interrogativo sobre modelo curricular da ACIPOL	N	Média	D. padrão
A formação na Academia de Ciências Policiais baseia-se nos conteúdos?	102	1.72	0.45
A formação na Academia de Ciências Policiais baseia-se no professor?	102	1.46	0.55
Perfil de currículo centrado no professor	102	1.59	0.5

Fonte: Autor da pesquisa (2021).

4.1.3.2 *Currículo centrado no estudante*

O facto de a formação e desenvolvimento humano se coincidir com a teoria no ponto de vista técnico-científico, ainda fomos extensivos em abrir espaço no presente trabalho, para resgatar uma dimensão de elementos interrogativos, que procuraram colectar as opiniões curriculares no seio da amostra de 102 “cento e dois” funcionário da Academia de Ciências Policiais.

Para colectar as opiniões de membros da Polícia da República de Moçambique (PRM) e Corpo Técnico Administrativo (CTA), em relação ao currículo centrado na aprendizagem, foram formuladas questões a baixo devidamente descritas.

Quanto ao factor interrogativo, a formação na Academia de Ciências Policiais baseia-se no estudante, a maior parte da amostra em estudo, respondeu que sim (1), com a menor tendência para não (2), segundo apresenta a escala (1.19 a 2) mas, com uma mutabilidade de dados na faixa de (0.43) pontos de

desvio padrão, uma sensação que demonstra, que os valores da amostra foram se condensando à beira da média.

A pergunta segundo a qual, a formação na Academia de Ciências Policiais baseia-se na aprendizagem, os 102 “cento e dois” funcionários da ACIPOL, cujos foram inquiridos sobre a matéria, responderam em, sim (1), com a maior tendência para não (2) por causa das características da escala (1.80 a 2). A variação de dados em relação à média é de (0.58) pontos de desvio padrão. Os dados da comutatividade, apontam à uma concentração dos mesmos junto à média.

Referencialmente à afirmação, a formação na Academia de Ciências Policiais baseia-se na aprendizagem autónoma, a fracção mais considerável da amostra dirigida para o presente estudo, passou a responder em, sim (1) com a tendência para não (2), em virtude da maior porção de dados tipificados na relação entre (1.85 e 2). Onde a mutabilidade de dados face à média foi (0.53) pontos de desvio padrão.

A título de epílogo nesta dimensão entendeu-se que houve uma viabilidade de a formação na Academia de Ciências Policiais estar delineada em volta de um currículo centrado na aprendizagem e no estudante de acordo com os dados verificados, onde os 102 “cento e dois” funcionários que fazem parte da amostra em estudo, a maioria respondeu, sim (1), maior probabilidade para não (2), cuja inconstâncias dos dados ao pé da Média se vislumbra em (0.51) pontos de desvio padrão. O melhor sinal que aspira a concentração dos dados junto à média. (Vide a tabela 3.4) devidamente apresentada na página 233.

De acordo com Nunes e Salveira (2015), Oliveira (2011) e Piaget (1996), os curriculos esboçados para a sua centralidade na aprendizagem têm tido características com matizes, que se classificam na consideração do aluno como actor activo para o processo de aprendizagem. Os estudantes têm a responsabilidade e autonomia na resolução das tarefas adestradas pelo professor, em uma perspectiva que faculta o uso da teoria aprendida para conciliar nas actividades práticas do quotidiano.

As carteiras na sala de aula têm tido uma disposição em forma de meia-lua ou de U, de forma a facilitar o processo de monitorização do acto educativo.

Geralmente, o docente ocupa a função de mediador das acções pedagógicas durante as actividades lectivas (Rego, 2018).

Tabela 3.4

Perfil de currículo centrado no estudante.

Factor interrogativo sobre modelo curricular da ACIPOL	N	Média	D. padrão
A formação na Academia de Ciências Policiais baseia-se no estudante?	102	1.19	0.43
A formação na Academia de Ciências Policiais baseia-se na aprendizagem?	102	1.80	0.58
A formação na Academia de Ciências Policiais baseia-se na aprendizagem autónoma	102	1.85	0.53
Perfil de currículo incidido no estudante	102	1.60	0.51

Fonte: Autor da pesquisa (2021).

4.1.3.3 Relações coordenativas entre ACIPOL, PRM e MINT

A vida humana tem sido caracterizada por um ambiente de relações sociais que ocorrem de uma forma biunívoca e reversível entre as pessoas humanas. Academia de Ciências Policiais, um estabelecimento de formação educativa e desenvolvimento humano, configurado para a formação de agentes de segurança pública, para aquisição de níveis superiores que partem de graduação (Licenciatura) e pós-graduação de entre mestrado e doutoramento, não se encontra dissociada destas tradicionais relações humanas.

A função que a Academia de Ciências Policiais tem para a formação de quadros de segurança pública de níveis superiores transporta consigo fortes tonalidades de uma relação estreita com o Comando Geral da Polícia da República de Moçambique e o Ministério do Interior do país, bem como outras instituições da região de África Austral, África e do mundo, para o engrandecimento da matéria de segurança (MINT, 2008; ACIPOL, 2008).

O presente trabalho, sobretudo nesta dimensão se direccionou muito, no estudo das relações coordenativas entre Academia de Ciências Policiais, Polícia da República e Ministério de Interior, no que tange à concepção de programas de

formação dos quadros em segurança pública, face às novas dinâmicas no contexto dos desafios contra as formas de crime e criminalidade na sociedade humana, em especial no país.

No sentido de apurar-se a veracidade e consistência desta grandeza de relações, foi feito à amostra de 102 “cento e dois” funcionários ente PRM e CTA de ACIPOL, um conjunto de factores interrogativos articulados devidamente abaixo.

O factor interrogativo, os programas de formação de agente da PRM na Academia de Ciências Policiais são independentes, a maioria dos inquiridos na amostra formada por cento e dois funcionários, respondeu, sim (1), com tendência considerável para não (2) pela razão das características da escala entre os números (1.58 e 2) mas, com a variação de dados, face à média de (0.69) pontos de desvio padrão. O sinal de condensação dos dados junto à média.

Comparativamente à pergunta, os programas de formação de agentes da PRM na Academia de Ciências Policiais são coordenados. Os centos e dois funcionários questionados sobre o assunto, responderam em, sim (1) com a menor probabilidade para não (2), segundo a escala entre os valores (1.32 e 2) mas, a mutabilidades de dados junto da média, foi de (0.54) pontos de desvio padrão. Cujos dados indicam a existência de uma homogeneidade de dados em relação à media.

A pergunta segundo a qual, os programas de formação de agentes da PRM na Academia de Ciências Policiais se subordinam. A parte mais considerável da amostra concebida em 102 “cento e dois” membros da Polícia da Republica de Moçambique e CTA, replicou em, sim (1), com a maior fracção que pretendeu para não (2) caracterizada a proximidade entre os números escalares entre (1.71 e 2). Onde a variação de dados em relação à media é de (0.51) pontos de desvio padrão.

A questão, os programas de formação de agentes da Polícia da República de Moçambique (PRM) na Academia de Ciências Policiais se complementam, os funcionários desta instituição, cujos constituíram à amostra, a maior parte desta retorquiou em, sim (1) com a probabilidade de proporção maior de não (2) de

acordo com o aspecto apresentado pelos números ilustrados na escala de (1.98 a 2). A variabilidade dos dados, face à média foi de (0.52) pontos de desvio padrão.

Quanto ao factor interrogativo, os programas de formação de agentes da PRM na Academia de Ciências Policiais se diferenciam, a amostra de 102 “cento e dois” membros da PRM e do CTA, respondeu, sim (1) com a probabilidade maior para não (2) por causa das propriedades efectivadas pelos números expostos na escala (1.51 e 2). A mutabilidade dos dados em relação à média foi definida em (0.70) pontos de desvio padrão. Cujos sinal apresenta uma concentração dos dados face à média.

O computo demonstrou que o sim (1) predomina nas opções, com a tendência considerável para o não (2), fazendo a comparação entre os valores escalares, que se valiam em (1.62 e 2). Sabendo que a variação de dados relativos à média foi (0.59) pontos de desvio padrão. O símbolo que indica a homogeneidade e concentração de dados, face à média. (Vide a tabela 4.4) na página 236.

Todavia, a análise ilustrou a maior parte dos 102 “cento e dois” funcionários de ACIPOL, chegou de acreditar que as relações institucionais entre a Academia de Ciências Policiais com a Polícia da República de Moçambique e Ministério de Interior, se estabelecem em modelo de relações coordenativas entre elas, segundo os dados apresentados. Cujos se caracterizaram em, sim (1), com a menor tendência, para não (2), em conformidade com a distância entre os valores configurados, que variam entre (1.32 e 2). Cujas mutabilidade de dados homogénea com (0.54) pontos de desvio padrão. Facto, que se conforma com o prescrito nos documentos que relatam o perfil das estratégias institucionais rumo a formação dos recursos humanos qualificados para prevenir e combater o crime e a criminalidade no território moçambicano (MINT, 2008; ACIPOL, 2008; PRM, 2003).

Tabela 4.4

Perfil de relações coordenativas entre ACIPOL, PRM e MINT.

Factor interrogativo sobre as relações institucionais	N	Média	D. padrão
Os programas de formação de agentes da PRM na Academia de Ciências Policiais são independentes?	102	1.58	0.69
Os programas de formação de agentes da PRM na Academia de Ciências Policiais são coordenados?	102	1.32	0.54
Os programas de formação de agentes da PRM na Academia de Ciências Policiais se subordinam?	102	1.71	0.51
Os programas de formação de agentes da PRM na Academia de Ciências Policiais se complementam?	102	1.98	0.52
Os programas de formação de agentes da PRM na Academia de Ciências Policiais se diferenciam?	102	1.51	0.70
Relações coordenativa entre ACIPOL, MINT e PRM	102	1.62	0.59

Fonte: Autor da pesquisa (2021).

4.1.3.4 Currículo centrado na aprendizagem integral

A formação baseada na fragmentação disciplinar, fundamentada na classificação da matéria técnico-científica a leccionar em determinado nível de ensino e aprendizagem considera-se como sendo a melhor forma de manter marcos fronteiriços entre elas. Enquanto o processo de agrupamento, inclusão e incorporação da matéria técnico-científica, moral, cultura, ética e deontologia profissional nas acções de formação educativa e desenvolvimento humano, constitui o modo de demolição da cortina maciça de separação entre elas, no contexto de inclusão, integração e interdisciplinaridade (Bernstein, 1996, citado por Santomé, 1998; Comineus, 1985; Gadotti, 1995; Ramos, 2005).

A Academia de Ciências Policiais (ACIPOL), uma instituição de formação educativa e corporativa de profissionais, responsáveis pela aplicação e manutenção da Lei e Ordem, foi imperioso a inserção da dimensão tecida por factores interrogativos que pretenderam aferir através da amostra de 102 “cento e dois” funcionários, se formação naquela academia, para a sua robustez fosse configurada na esteira do modelo de currículo de aprendizagem integral.

Quanto a pergunta, a Academia de Ciências Policiais para intensificar o processo formativo de agentes da PRM, preferível conceber o modelo de currículo

independente, os 102 “cento e dois” funcionários direccionados a esta questão, reponderam, sim (1) com propensão maior de não (2), segundo demonstra o intervalo entre os valores escalares (1.60 e 2). Mas, a variação de dados em relação a média, foi de (0.72) pontos de desvio. Indicando a homogeneidade da mesma comutatividade dos valores, face à média.

A questão segundo a qual, a Academia de Ciências Policiais, para intensificar o processo formativo de agentes da PRM, preferível conceber o modelo de currículo centralizado na conjugação e integração, a maior parte da amostra formada por 102 “cento e dois” funcionários da ACIPOL, retorquiu em, sim (1) com a menor probabilidade para, não (2) conforme ilustra a distância entre valores na escala (1.46 a 2). Porém, a inconstância de dados figura na homogeneidade (0.60) pontos de desvio padrão.

Análise demonstrou que a maioria dos funcionários: membros da Polícia da República de Moçambique, efectivo da Academia de Ciências Policiais, formada por 102 “cento e dois”, replicou em, sim (1) com tendência para não (2) conforme indica a distância entre os valores escalares (1.53 e 2). Cujas inconstâncias entre os dados foi de (0.66) pontos de desvio padrão. Facto que interpreta a existência da uniformidade dos dados em relação à média.

Todavia, houvera evidências concordando o factor que questionou se “*ACIPOL para intensificar o processo formativo de agentes da PRM, preferível conceber o modelo de currículo centralizado na conjugação e integração*”, pela rectidão desta, ter respondido em: sim (1) com a menor inclinação para (2) não, segundo leitura escalar (1.46 a 2) e, a inconstância dos dados em (0.60) pontos de desvio padrão. Deste modo, importa explicar que os currículos de ACIPOL, foram configurados na perspectiva de integração, visto ter sido notório a interdisciplinaridade nas disciplinas leccionadas (ACIPOL, 1999, 2008), vide a tabela 5.4 devidamente ilustrada na página 238.

Essas opiniões corroboram com Bernstein (1996) citado por Santomé, (1998) e Comineus (1985), que defendem a integração como forma de demolição

de fronteiras entre as disciplinas fragmentadas, para facilitar que os aprendizes saibam quase tudo, em jeito de ciência e cultura geral.

Tabela 5.4

Perfil de currículo integral.

Factor interrogativo sobre modelo de currículo integral	N	Média	D. padrão
ACIPOL para intensificar o processo formativo de agentes da PRM, preferível conceber o modelo de currículo independente	102	1.60	0.72
ACIPOL para intensificar o processo formativo de agentes da PRM, preferível conceber o modelo de currículo centralizado na conjugação e integração	102	1.46	0.60
Currículo centrado na aprendizagem integral	102	1.53	0.66

Fonte: Autor da pesquisa (2021).

4.1.3.5 Currículo incidido na inter-relação e competência

Os procedimentos pedagógicos para a formação educativa da pessoa humana, independentemente da faixa etária dos alunos e formandos, bem como do tipo de conhecimento e área de aplicação na produção e, produtividade de bens e serviços, por natureza costumam estar configurados em forma de programas e currículos, segundo o prescrito nas correntes teóricas, em vigor no mundo ocidental. Os franceses preferem falar de programa, para referir ao conjunto de critérios e disciplinas concebidos para o decurso de certa formação educativa e progresso humano. Enquanto os anglo-saxónicos e americanos entendem melhor falar de currículos, do que programas de educação humana (Macedo, 2011; Oliveira, 2013; Soarez, 2013).

Relativamente a nossa pesquisa, de uma forma tão dócil, preferimos falar de currículo para o tratamento singular e currículos, quanto falamos no plural.

Para a mais intensificação da presente pesquisa foi se cavalgando até na formulação de uma grandeza composta por factores interrogativos, com objectivo de delinear-mos se a formação educativa e corporativa de agentes de segurança pública na Academia de Ciências Policiais, foi desenhada em torno de modelo curricular de inter-relação e competência.

A abordagem do paradigma de inter-relação curricular foi resgatada, por se entender que a natureza da vida humana se desenvolve dentro de um caldeirão repleto de relações sociais. A formação educativa e o desenvolvimento humanos como actividade propícia da pessoa humana, também, se desenvolvem no contexto das relações sociais embebidas na mutualidade.

Ciente das transformações e aperfeiçoamento progressivos do ramo da educação humana, se acredita que as formas actuais de formação educativa e corporativa podem progredir em ambientes onde flui a inter-relação curricular, quer dizer, os processos sócio-educativos devem se configurar de maneira que decorram na conjunção entre os paradigmas curriculares definidos proporcionalmente e, na perspectiva de uma pedagogia de reciprocidade relacional. Em virtude de não existir um currículo mais melhor do que outro, mas sim, existe uma relação de complementaridade curricular recíproca. Isto é, a complementaridade curricular não uni-direccional, como uma seta de direcção única. Mas, uma complementaridade com setas de direcções biunívocas que simbolizam dois sentidos de reacções opostas de vice-versa (Neto, 2015).

Portanto, quando decorre inter-relação curricular consequentemente, se gera a pedagogia de reciprocidade, que se caracteriza no currículo baseado em padrões de competência. Segundo o nome diz “pedagogia de reciprocidade” significa que, o ensino e aprendizagem são conceitos que estabelecem entre si relações de mutualidade. Rego (2018) e Giddens (2004, 2012) explicam que, isso sucede, quando o professor assume compromisso de escutar o aluno na qualidade de sujeito dotado de experiências prévias que granjeiam ao engrandecimento do acto educativo. O aluno na sala de aulas escolar, está a consolidar e enriquecer os conhecimentos anterior adquiridos nas instâncias de socialização e educação primária e secundária (família e agremiações sociais) de varias características com os novos conhecimentos a adquirir na instância terciária, a (escola) no contexto dos seus distintos níveis.

A solidificação de currículo com rizomas na aprendizagem manifesta-se no adestramento de tarefas de aprendizagem independente, responsável e autónoma,

onde o aluno vai demonstrado as habilidades durante o processo de resolução das mesmas. Para Distler (2015), Lemmer (2006), Lopes (2015) e Moreira (2008) defendem que estes indícios indicam que o professor abriu o espaço para o estudante exteriorizar livremente as capacidades que possui em relação a matéria aprendida, na esteira de uma aprendizagem significativa.

O contexto da correcção e resolução conjunta das tarefas entre o professor e alunos se traduzem na inter-relação entre os dois actores fundamentais da educação e, na pedagogia de reciprocidade, onde simultaneamente se verifica a aplicabilidade da zona de desenvolvimento proximal (Ostermann & Cavalvanti, 2010).

Prosseguindo com a análise nesta dimensão intitulada “Currículo centrando na inter-relação e competência, se descreveu:

1. O factor interrogativo, segundo o qual, a Academia de Ciências Policiais, para intensificar o processo formativo de agente da Polícia da República de Moçambique, preferível conceber o modelo de currículo centralizado no estudo e aprendizagem, a maioria da amostra formada por 102 “cento e dois” funcionários desta instituição académica, acabou respondendo, sim (1) com menor tendência para, não (2) de acordo com as propriedades dos valores escalares que variam entre (1.37 e 2) mas, com a mutabilidade de dados em relação a média de (0.59) pontos de desvio padrão. Cujo, carácter dignifica uma condensação de dados junto à media.

2. A frase interrogativa, Academia de Ciências Policiais, para intensificar o processo formativo de agente da Polícia da República de Moçambique, preferível conceber o modelo de currículo que incide no conhecimento e no ensino, os 102 “cento e dois” elementos da amostra em estudo, responderam, sim (1) com probabilidade inferior para, não (2) devido o intervalo estabelecido entre os valores escalares (1.48 e 2). Porém, com a inconstância homogénea de dados, face a média, (0.55) pontos de desvio padrão.

3. A Academia de Ciências Policiais, para intensificar o processo formativo de agente da Polícia da República de Moçambique, preferível conceber o modelo de currículo incidido na autonomia e responsabilidade, o considerável número da

amostra composta por 102 “cento e dois” funcionários de Academia de Ciências Policiais, retorquiram, sim (1) com a probabilidade de não (2) de acordo com as características dos valores existentes na escala (1.51 a 2). Onde a variabilidade dos valores da amostra, em relação a média foi de (0.64) pontos de desvio padrão. Reportando a concentração dos dados junto à média.

Academia de Ciências Policiais, para intensificar o processo formativo de agente da Polícia da República de Moçambique (PRM), preferível conceber o modelo de currículo reflectido na interdependência, o significativo número da amostra, 102 “cento e dois” funcionários de Academia de Ciências Policiais, pôde responder que sim (1) com a menor tendência para não (2) conforme as típicas propriedades da escala (1.13 a 2). Cujas mutabilidade de dados, em relação à média, fora de (0.59) pontos de desvio padrão. Uma configuração que indica que os dados têm a tendência maior de concentrar-se junto à média.

A análise global desta dimensão de currículo incidido na inter-relação e competência, chegou a conclusão que os 102 “cento e dois” funcionários compostos por membros da Polícia da República de Moçambique e Corpo Técnico e Administrativo, a maioria respondeu em, sim (1) com a menor probabilidade para não (2) conforme apresenta-se a escala entre valores escalares (1.41 a 2). Porém, a inconstância dos dados relativamente à média considera-se homogênea de acordo com (0.59) pontos de desvio padrão. (Vide a tabela 6.4) na página 242.

A unanimidade demonstrada pela amostra, em aceitar com firmeza que a concepção do currículo centrado na aprendizagem por inter-relação e competências, pode intensificar o processo de formação educativa e corporativa de agentes de segurança pública na Academia de Ciências Policiais, cuja se simpatiza com Oliveira (2011) e Zarifian (2012) que defendem a aprendizagem por competências, levou-nos entender e concretizar a primeira hipótese levantada nos primórdios do presente estudo, proclama que *“a concepção do modelo de inter-relação curricular e pedagogia de reciprocidade pode melhorar as estratégias de currículo e formação em aquisição e desenvolvimento de competências aos*

*ESTUDO DE CURRÍCULO E FORMAÇÃO DE AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA, NA PERSPECTIVA DOS
DESAFIOS CONTRA AS NOVAS FORMAS DE CRIMINALIDADE EM MOÇAMBIQUE
(Caso da Formação Superior da Polícia da República de Moçambique, 2010 a 2021)
agentes da segurança pública na Academia de Ciências Policiais – ACIPOL, face
à prevenção e combate à criminalidade”.*

Tabela 6.4

Perfil de currículo centrado na inter-relação e competência.

Factor interrogativo sobre a inter-relação e competência	N	Média	D. padrão
ACIPOL para intensificar o processo formativo de agentes da PRM, preferível conceber o modelo de currículo centralizado no estudo e aprendizagem?	102	1.37	0.59
ACIPOL para intensificar o processo formativo de agentes da PRM, preferível conceber o modelo de currículo que incide no conhecimento e ensino?	102	1.48	0.55
ACIPOL para intensificar o processo formativo de agentes da PRM, preferível conceber o modelo de currículo incidido na autonomia e responsabilidade?	102	1.51	0.64
ACIPOL para intensificar o processo formativo de agentes da PRM, preferível conceber o modelo de currículo reflectido na interdependência?	101	1.31	0.59
Currículo incidido de inter-relação e competência	102	1.41	0.59

Fonte: Autor da pesquisa (2021).

4.1.3.6 Currículo centrado nas tecnologias e TIC

As actividades de produção e produtividade que o homem e a mulher têm realizado para o sustento da a vida quotidiana se têm embalado dentro das metodologias equiparadas ao respectivo tipo da acção.

Também, a actividade formativa, educativa e progresso humano, se efectiva através de métodos, técnicas e instrumentos, que permitam manter a eficiência e eficácia.

Os testemunhos históricos demonstram que desde os tempos remotos aos dias de hoje, a metodologia educativa da humanidade, foi evoluindo lateralmente com às transformações sócio-económicas. Nas sociedades antigas se notificaram metodologias educativas associadas com o paleolítico (idade da pedra antiga), neo-lítico (idade da pedra nova e lascada), idade de metais (bronze, ferro). A pedra, a argila, a madeira, o papiro e pergaminho, constituíram o conjunto de testemunhos educativos literários da época. Mais tarde surgiu a ardósia, papel, lápis de grafite e lápis de cor, caneta de feltro (Aranha, 2006; Manacorda, 2002; Marrou 1975; Nhampule & Mavie, 2011).

A emergência da revolução industrial intensificou as metodologias de educação e literatura com a criação da máquina de escrever e a poli-copiadora, culminando a imprensa.

A alvorada da química quântica e, micro-electrónica fruto do incremento de estudos físicos, foi o abrandamento de aparelhos analógicos, dando lugar a aurora da computação digital, empenhada na informática e novas tecnologias de informação e comunicação, abreviadas na sigla – TICs (Aranha, 2006; Marrou, 1975; Nhampule & Mavie, 2011).

A informática, no contexto das tecnologias de informação e comunicação, transformaram as características da sociedade humana e industrial analógica, para a sociedade informática, das TICs, de conhecimento e de informação (Pérez, et al., 2015; Pantoja, 2004).

A sociedade de informação (SI) a sua formação educativa se manifesta no ambiente onde a sua metodologia foi configurada em volta da informática e tecnologias de informação e comunicação. Assim, a necessidade de constar nesta pesquisa, uma dimensão constituída por factores interrogativos que procuram colectar no seio da amostra de 102 “cento e dois” funcionários desta instituição académica, com vista conferir no seio desta amostra, os prováveis vestígios e indícios de conformação sobre a existência de currículo tecnológico centrado nas tecnologias de informação e comunicação (Danielski et al., 2020).

A dimensão foi levantada no sentido de avaliar o grau de confirmação da hipótese que foi formulada no início do presente estudo: - a concepção do modelo curricular tecnológico e a pedagogia electrónica (e-pedagogia), pode intensificar a formação de agentes de segurança pública, pela Academia de Ciências Policiais.

Assim, quanto ao factor interrogativo, a Academia de Ciências Policiais para intensificar o processo formativo de agentes da Polícia da República de Moçambique, preferível conceber o modelo de currículo tecnológico centrado nos recursos clássicos, os 102 “cento e dois” funcionário da ACIPOL, dentre membros da Polícia da República de Moçambique e Corpo Técnico Administrativo, a maioria desta amostra replicou em, sim (1) com a probabilidade insignificante para, não (2).

Em virtude das propriedades efectivadas pelos valores escalares (1.27 a 2) mas, com a variação de dados em relação à média (0.60) pontos de desvio padrão. Uma pressuposição que anuncia a condensação dos dados junto à média, por causa da sua maior homogeneidade.

A pergunta segundo a qual, a Academia de Ciências Policiais para intensificar o processo formativo de agentes da Polícia da República de Moçambique, preferível conceber o modelo de currículo tecnológico centrado nos recursos modernos, o maior número dos funcionários de Academia de Ciências Policiais, os membros da Polícia da República e o Corpo Técnico Administrativo, passou a responder em, sim (1) com a tendência superior para, não (1.55 a 2). Cujo índice de mutabilidade foi homogêneo (0.66) pontos de desvio padrão.

A Academia de Ciências Policiais, para intensificar o processo formativo de agentes da Polícia da República de Moçambique, preferível conceber o modelo de currículo tecnológico centrado nos recursos contemporâneos, a amostra eleita para esta questão, a parte mais considerável, respondeu em, sim (1) com a tentativa pouco reduzida para, não (2) pela razão da posição dos valores escalares se encontrarem em (1.46 a 2). Onde a inconstância dos dados face à média, foi homogênea (0.67) pontos de desvio padrão.

Comparativamente à questão, a Academia de Ciências Policiais, para intensificar o processo formativo de agentes da Polícia da República de Moçambique, preferível conceber o modelo de currículo tecnológico centrado nos recursos, TICs. Os 102 “cento e dois” funcionários de ACIPOL, cujos formaram a amostra de estudo, a faixa superiora delas, retorquiou em, sim (1) com a maior probabilidade para, não (2), segundo a distância existente entre os valores posicionados na escala de (1.51 e 2). Onde a variação de dados em relação à média, foi (0.70) pontos de desvio padrão. Este número, representa uma homogeneidade de dados à média.

Para o factor interrogativo segundo, Academia de Ciências Policiais para intensificar o processo formativo de agentes da Polícia da República de Moçambique, preferível conceber o modelo de currículo tecnológico centrado nos recursos telemáticos, os funcionários da ACIPOL e dirigidos ao questionário,

foram respondendo em, sim (1) com a tendência tão inferior para, não (2), de acordo com a ilustração da escala de valores, (1.21 a 2). A mutabilidade de dados nela registada, demonstrou a condensação de dados face à média, cuja ela foi (0.49 pontos de desvio padrão).

Quanto à Academia de Ciências Policiais, para intensificar o processo formativo de agentes da Polícia da República de Moçambique, preferível conceber o modelo de currículo tecnológico centrado nos recursos cibernéticos, a nossa mostra formada por 102 “cento e dois” membro da Polícia da República de Moçambique e Corpo Técnico Administrativo, chegou de responder em, sim (1) com a probabilidade inferior para, não (2), por causa da proximidade entre os valores escalares, (1.20 e 2). A variação dos dados foi homogénea face a media (0.46) pontos de desvio padrão.

O estudo para esta dimensão relacionada com o currículo centrado nas tecnologias e, tecnologias de informação e comunicação, espelhou que a maior parte da amostra, respondeu em, sim (1) com a tendência tão inferior para, não (2) de acordo com a apresentação dos valores na escala, (1.36 a 2). Mas, a variabilidade dos dados junto à média foi (0.59). O valor que simboliza a aceitação da amostra que a Academia de Ciências Policiais, melhor apostar na concepção do currículo tecnológico com uma concentração potencial nas tecnologias de informação e comunicação, para intensificar a formação extensiva dos agentes de segurança pública em Moçambique. (vide a tabela 7.4) apresentada na página 246.

Esta posição tomada pela a nossa amostra, cuja acredita na aposta da ACIPOL na concepção do paradigma de currículo tecnológico centrado no recurso das TIC, para a intensificação do acto de ensino, aprendizagem, investigação e extensão no processo de formação educativa e corporativa dos agentes de segurança pública, a qual entrou em consonância com estudos levados a cabo por Pérez, et al. (2015), concretizou a segunda hipótese formulada no início da presente pesquisa, a qual apregoa que *“A concepção de paradigma tecnológico curricular e pedagogia electrónica (e-pedagogia) pode intensificar as estratégias na formação extensiva aos quadros de segurança pública na Academia de Ciências Policiais (ACIPOL), em prol da manutenção da Lei e Ordem”*.

Tabela 7.4

Perfil de modelo curricular tecnológico e TICs.

Factor interrogativo sobre currículo tecnológico	N	Média	D. padrão
ACIPOL para intensificar o processo formativo de agentes da PRM, preferível conceber o modelo de currículo tecnológico centrado nos recursos clássicos.	102	1.27	0.60
ACIPOL para intensificar o processo formativo de agentes da PRM, preferível conceber o modelo de currículo tecnológico centrado nos recursos modernos.	102	1.55	0.66
ACIPOL para intensificar o processo formativo de agentes da PRM, preferível conceber o modelo de currículo tecnológico centrado nos recursos contemporâneos.	102	1.46	0.67
ACIPOL para intensificar o processo formativo de agentes da PRM, preferível conceber o modelo tecnológico centrado em recursos TICs.	102	1.51	0.70
ACIPOL para intensificar o processo formativo de agentes da PRM, preferível conceber o modelo de currículo tecnológico centrado em recursos telemáticos.	102	1.21	0.49
ACIPOL para intensificar o processo formativo de agentes da PRM, preferível conceber o modelo de currículo tecnológico centrado em recursos cibernéticos.	102	1.20	0.46
Currículo centrado nas tecnológico e TICs	102	1.36	0.59

Fonte: Autor da pesquisa (2021).

4.1.4 Análise comparativa de dados dos estudantes considerando diferentes inquiridos e estudos

A pesquisa foi configurada de forma a conseguir nesta fase, analisar o perfil das atitudes e opiniões dos estudantes da Academia de Ciências Policiais, na perspectiva da relação entre as modalidades de formação da academia e as teorias dos currículos de educação a partir das teorias tradicionais e contemporâneas de educação. no contexto da formação e desenvolvimento dos agentes de segurança pública.

A partir da análise comparativa, pôde se aferir o tipo de paradigma curricular que é potencial na formação de polícias e seguidamente permitiu o delineamento das estratégias curriculares capazes de incrementar melhorias no sistema de formação e desenvolvimento dos quadros de segurança pública em Moçambique.

Para a concretização do estudo, optou-se pela produção e distribuição de 184 “cento, oitenta e quatro” roteiros de questionário configurados na forma da

escala de Likert, para uma parte representativa dos discentes. Porém, deste acto apenas foram considerados válidos 182 “cento, oitenta e dois” questionários devido a (critérios de exclusão e preenchimento em menos de 80%). Cujos, roteiros foram recolhidos em igual número de estudantes de acordo com as suas disponibilidades colaborativas no presente estudo.

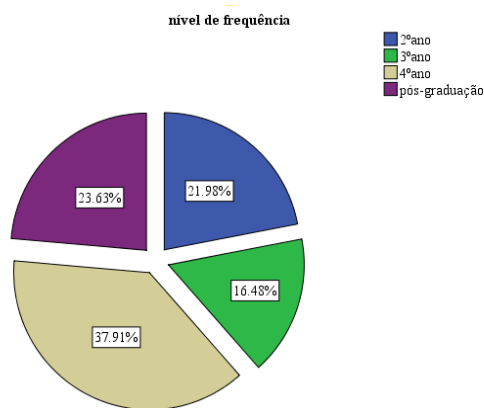
Os elementos que constituíram a amostra foram seleccionados com recurso à técnica de amostragem a esmo, isto é, o processo que procurou ser aleatório, sem no entanto, realizar propriamente o sorteio usando algum dispositivo aleatório confiável no seio dos estudantes que frequentam o II^o, III^o e IV^o Anos do curso de Licenciatura em Ciências Policiais, bem como, os estudantes de cursos de Pós-graduação, essencialmente (curso de mestrado) em Ciências Policiais entre o académico e profissional nas especialidade de Segurança Pública e Investigação Criminal.

Os roteiros de escala de Likert administrados aos discentes, foram distribuídos da seguinte maneira: 40 “quarenta” correspondente a 22 % “vinte e dois” por cento, para cadetes do II^o ano, curso de licenciatura em ciências policiais; 30 “trinta” correspondente a 18 % “vinte e dois” por cento, para estudantes de III^o Ano, curso de licenciatura em ciências policiais, 69 “sessenta e nove” discentes correspondentes a 38 % “trinta e oito” por cento, foram estudantes de IV^o ano, também, do curso de licenciatura em ciências policiais e, os restantes 43 “quarenta e três” esudantes correspondentes a 24 % “vinte e quatro” por cento, foram do curso de mestrado em ciências policiais de acordo com os perfis das especialidade mencionadas no parágrafo acima ilustrado. (Vide o gráfico 4.4) devidamente apresentada na pagina 248.

ESTUDO DE CURRÍCULO E FORMAÇÃO DE AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA, NA PERSPECTIVA DOS DESAFIOS CONTRA AS NOVAS FORMAS DE CRIMINALIDADE EM MOÇAMBIQUE
(Caso da Formação Superior da Polícia da República de Moçambique, 2010 a 2021)

Gráfico 4.4

A 1ª fase das modalidades da composição da amostra.



Fonte: Autor da pesquisa (2021)

Posteriormente, se efectuou a caracterização da amostra quanto ao género e sexo, pelo facto de ter sido constatado que dos 182 “cento, oitenta e dois” inquiridos, 126 “cento, vinte e seis” foram do sexo masculino e 56 “cinquenta e seis” foram do sexo feminino, correspondendo a 69,23 % e 30,77 % respectivamente. (Vide o gráfico 5.4), devidamente ilustrado abaixo.

Gráfico 5.4

Apresenta 1ª fase da composição da amostra, por sexo.



Fonte: Autor da pesquisa (2021).

O processo de apresentação e interpretação dos dados da pesquisa, para a sua elaboração, foi eleito a análise e o agrupamento factorial, que pode-se demonstrar de uma maneira destrinchada as afirmações configuradas na escala de Likert, que fora administrado aos estudantes, o seu respectivo enquadramento nas

teorias educativas e curriculares, que têm sido aplicados na formação técnico-científica do homem, desde as consideradas interpretações da educação tradicional, baseada nos conteúdos, ensino e professor, à educação pró-moderna, centrada na aprendizagem e estudante, à educação contemplada na interdisciplinaridade e integração até a contemporânea incidida nos padrões de competências (Lemmer, 2006; Lopes, 2015; Moreira, 2008).

O escopo central desta forma de organização de dados, foi de analisar para a melhor compreensão e comparação das opiniões da população inquirida com as teorias de educação e curriculares, no sentido de avaliar o potencial teórico que coincide sobre as práticas educativas e formativas destinadas aos agentes de segurança pública na Academia de Ciências Policiais, com vista se esquematizar novos modelos curriculares, para a intensificação dos processos de ensino, aprendizagem, investigação e extensão técnico-científicas na ACIPOL, na qualidade de uma instituição única, que se dedica na formação de quadros superiores, para a manutenção da Ordem, Segurança e Tranquilidade Públicas, em Moçambique. Para a melhor compreensão as dimensões foram organizadas de modos seguintes.

4.1.4.1 Formação centrada no ensino e Professor

O inquérito lançado aos discentes da Academia de Ciências Policiais, em relação a esta dimensão, cujas características se reflectem no desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem baseados no próprio ensino e no professor, de acordo com as três questões que tipificam esta dimensão, foram analisadas na base das técnicas estatísticas: média e desvio padrão.

O somatório da amostra de 182 “cento, oitenta e dois” estudantes e no contexto da escala de Likert: 1 = Não concordo plenamente; 2 = Discordo; 3 = Não concordo e nem discordo; 4 = Concordo e 5 = Concordo plenamente, em média, viu-se que, quanto à questão, se a formação na ACIPOL se baseia no professor que ensina, a maioria respondeu em (4), significando que concordavam com a afirmação, mas com a menor tendência para concordo plenamente, de acordo com o espaçamento entre os valores (4.25 a 5) e, quanto a variabilidade, o desvio

padrão foi (0,38), cujo indicou que houve a homogeneidade dos dados face à média.

Quanto a afirmação: - a formação na ACIPOL se baseia no professor e no ensino, a maioria quis estar na posição de indiferença (3), (não concordo e nem discordo), com uma tendência à posição de concordância (3.62 a 4), apesar da condensação dos dados em 1.19 de desvio padrão.

Relativamente à afirmação, a formação na ACIPOL baseia-se na transmissão de conteúdos, a maioria dos 182 estudantes, respondeu que concorda, uma média de (4) com a maior probabilidade para (5) concordo plenamente, devido a característica dos valores escalares de (4.76 a 5), até com a maior tendência de concordar plenamente, conjugada com a variabilidade de (0.71) de desvio padrão.

Em forma de conclusão, se pode declarar que esta dimensão tem a probabilidades de ser a mais potencial nos processos de formação corporativa de agentes de segurança pública na ACIPOL, em virtude de a média total ter sido de (4) concordo, com a menor probabilidade para (5) concordo plenamente, segundo a escala de (4.20 a 5) e, com o desvio padrão de (0.71), o que simbolizou a homogeneidade dos dado em relação à média. (Vide a tabela 8.4) devidamente apresentada na pagina 251.

Esta dimensão da formação incidida no professor suas tonalidades teórico-práticas se identificam com o currículo educativo tradicional, que se vincula com acepções de autores: Dewei (1978, 1979) e Freire (1980, 1996), os quais clamam que o aluno ou estudante tem sido visto como uma espécie de receptáculo, que somente recebe os ensinamentos do professor, de camelo, que somente recebe a carga, e conta bancária que somente tem a função de receber as moedas do titular.

A educação tradicional, que o aluno, estudante ocupa uma posição de actor passivo, que somente age por meio de uma motivação unidireccional e nunca tem a oportunidade de responder instantaneamente, apresentando as suas experiências e conhecimentos prévios para demonstrar a sua acção activa perante o processo de ensino e aprendizagem (Neto, 2015).

De acordo com Ostermann e Cavalvanti (2010) e Skinner (1993), esse tipo de pedagogia tem sido unívoca, onde o professor, docente faz parte de figura considerada como o senhor absoluto de conhecimento técnico-científico perante o seu educando. O estado de alunos sentados nas carteiras expostas na forma de grelha churasgueira e, com as faces frente-frente do professor, são características milenares e conservatórias. As teorias behavioristas e pavloianas, E-R (Estimulo – Reacção) vigoram nitidamente. O enciclopedismo e a exposição de conteúdos aos alunos, constituem a didáctica mais fortes da pedagogia uni-direccional de professor – aluno.

Os matizes pedagógicos do género (formação baseada no ensino e no professor), também, constituem o centro da definição da primeira hipótese da nossa pesquisa. Cujas, foi formulada de forma seguinte: - a concepção do modelo de inter-relação curricular e pedagogia de reciprocidade podem intensificar a formação de quadros de segurança pública na Academia de Ciências Policiais.

A finalidade desta suposição foi para servir como uma das estratégias fulcrais na intensificação de uma formação educativa, que se manifesta em uma relação bidireccional entre os actores principais do processo, professor-aluno e aluno-professor, vice-versa de maneira constante (Neto, 2015; Rego, 2018), com vista à edificação de processo formativo repleto de padrões de competências técnico-científicas e, ético-deontológicas dentro da corporação das forças de segurança pública, em formação na ACIPOL.

Tabela 8.4

Perfil de formação centrada no professor.

Factor afirmativo	N	Média	D. pad
A formação na ACIPOL baseia-se no professor que ensina	182	4.25	0.38
A formação na ACIPOL baseia-se no professor e no ensino	182	3.62	1.19
A formação na ACIPOL baseia-se na transmissão de conteúdos	182	4.75	0.71
Formação Baseada no Ensino do Professor	182	4.20	0.76

Fonte: Autor da pesquisa (2021).

4.1.4.2 Formação baseada na aprendizagem e aluno

O desenrolar do percurso da pesquisa de campo em torno desta dimensão em questão, também, empenhadas em forma de escala de Likert, que começa de 1 a 5 pontos dentre: 1 = Não concordo; 2 = Discordo; 3 = Não concordo e nem discordo; 4 = Concordo e 5 = Concordo plenamente. Na recomposição desta grandeza em cinco factores afirmativos, foi verificado o seguinte: - afirmação referente a formação na ACIPOL baseia-se no estudante, os 182 “cento, oitenta e dois” discentes da amostra, em média foi respondendo que concorda correspondente a (4) com a probabilidade insignificante para concordo plenamente (5), devido a propriedade da escala (4.12 a 5) Mas, com a variabilidade homogénica de dados, em relação à média (0.99) de desvio padrão.

A afirmação segundo a qual, a formação na ACIPOL baseia-se no aluno e na aprendizagem, o universo dos inquiridos respondeu que não concorda e nem discorda (3) mais com a maior probabilidade de concordo (4), por motivo das características dos valores escalares (3.82 a 4), onde a variabilidade homogénea de dados em relação a média, foi de (0.83) pontos de desvio padrão.

O factor que clama que a formação na ACIPOL baseia-se na aprendizagem, também, a maioria respondeu que, não concordo e nem discordo (3), com a menor tendência para concordo (4), segundo a escala (3.12 a 4), mas a dispersão de dados face à média foi (1.13) pontos de desvio padrão.

A afirmação referente á formação na ACIPOL baseia-se na aprendizagem autónoma, os 182 “cento, oitenta e dois” estudantes responderam em discordo (2) com a maior probabilidade de não concordo e nem discordo (3), devido a proximidade da escala (2,75 a 3), mas com a variabilidade homogénea de (0.71) pontos de desvio padrão.

Referencialmente a asseveração, a formação na ACIPOL baseia-se aprendizagem responsável, a amostra em estudo na sua maioria respondeu, em não concordo e nem discordo (3) com a maior probabilidade de responder concordo (4), devido ao intervalo entre valores escalares (3.50 a 4), cuja a variabilidade homogénea de dados face á media, foi (0.75) pontos de desvio padrão.

O computo da dimensão, a formação baseada na aprendizagem e aluno, notou-se que 182 “cento, oitenta e dois” discentes, a sua maioria respondeu, em não concordo e nem discordo (3), com ligeira probabilidade de concorrer a posição de concordo (4), devido a proximidade escalar entre (3.47 e 4), com variabilidade homogénea de (0.88) pontos de desvio padrão.

Conforme Piaget (1996) e Vigotsky (1989, 2007) a modalidade de formação ou educação centrada na aprendizagem e no aluno tem sido explicada teórica e praticamente, pelo facto desta formação e desenvolvimento do ser humano basear-se em padrões cognitivos. Parte-se de uma premissa que o ser humano desde os primórdios momentos da sua vida, ele possui experiências inatas que residem no inconsciente, cujos se manifestam de uma forma involuntária.

Todavia, ao longo da sua evolução o homem e, em contactos com os pais, irmãos, membros familiares, com quem estabelece os primeiros contactos de convivência social, o homem e a mulher, ambos vão aprendendo e ganhando experiências socio-económicas, que podem se manifestar no seu dia - a - dia, de forma consciente e voluntária (Macedo, 2011).

Guidens (2004, 2012) e Vigotsky (2007) enfacetam que, a pessoa humana sair do primeiro grupo de educação e socialização, para grupos de socialização cívica junto dos grupos convivência socio-cultural, desportiva, laboral, defesa patriótica, socio-educativo entre outras agremiações, a mesma pessoa já se pode perceber que ela possui experiências prévias daquelas que foi e vai aprender nos novos lugares de coabitação.

Portanto, ao entrar na escola formal, para consolidação dos conhecimentos anteriores com aquelas que, vai aprendendo nas escolas posteriores. O professor não é senhor absoluto dos conhecimentos. Esta figura passa a ser o educadora, tutora e orientadora, medianeira do processo de ensino-aprendizagem (Moreira, 2011).

Nesta dimensão de formação humana, o aluno ocupa o espaço de um actor activo que permite estabelecer uma comunicação educativa de EMIREC (Emissor Receptor, vice-versa) entre o Professor – Aluno e Aluno-Professor. O aluno é sujeito a produzir conhecimentos, através de um processo, prática – reflexiva.

A Academia de Ciências Policiais na qualidade de estabelecimento de ensino superior para os agentes de segurança pública, se crê que tem missão e função estabelecer o ensino, aprendizagem, investigação científica e extensão.

Entretanto, a investigação científica se enquadra na missão e função de produção de conhecimentos, não só pelos funcionários afectos nessa direcção nem pelos alunos no fim do curso. Mas, a produção de conhecimento pelos estudantes deve ser uma tarefa rotineira do estudante e docente, durante o processo de ensino e aprendizagem quotidiano de ambos actores principais do acto educativo (Rego, 2018).

O pesquisador anuncia que o primeiro passo de ensino centrado no estudante o teste, verifica-se nos primeiros momentos da introdução de um tema novo ou conceito novo. O professor deve fazer diagnostico ao estudante, para melhor aferir o grau do conhecimento desse estudante, em relação ao novo tema ou conceito.

O professor medianeiro do processo educativo, no fim da lição, perceberá que o aluno entendeu sem precisar o maior esforço. Porque o tema, conceito não constituiu uma novidade de sobressaltos. A explicação do professor servirá de melhor propulsão para o incremento dos conhecimentos sobre o mesmo estudante. (Vide a tabela 9.4) abaixo apresentada.

Tabela 9.4

Perfil da Formação baseada no aluno.

Factor afirmativo	N	Média	D. padrão
A formação na ACIPOL baseia-se no estudante	182	4.12	0.99
A formação na ACIPOL baseia-se no aluno e na aprendizagem	182	3.87	0.83
A formação na ACIPOL baseia-se na aprendizagem	182	3.12	1.3
A formação na ACIPOL baseia-se na aprendizagem autónoma	182	2.75	0.71
A formação na ACIPOL baseia-se na aprendizagem responsável	182	3.50	0.75
Formação baseada no aluno	182	3.47	0.88

Fonte: autor da pesquisa (2021).

4.1.4.3 Formação baseada nos conteúdos

A necessidade de robustecermos as provas que pudessem conferir a consistência do no nosso estudo, fomos extensivos em procurar saber os contornos do desenvolvimento da formação no local onde incidiu a pesquisa. Para o efeito e usando ainda a escala de Likert, para a recolha de dados, em face de esta grandeza de modalidade de formação, também, foram formuladas as questões afirmativas que foram respondidas de acordo com a disponibilidade de cada respondente, que podesse preencher uma só opção julgada favorável e, constante na escala de 1 a 5 pontos, marcando em cada uma das afirmações: 1 = Não concordo plenamente; 2 = Discordo; 3 = Não concordo e nem discordo; 4 = Concordo e 5 = Concordo plenamente.

Deste modo, a afirmação sobre: - a formação na ACIPOL baseia-se nos conteúdos da matéria em estudo, os 182 “cento, oitenta e dois” estudantes inquiridos, responderam que discordavam (2), mas com a ligeira probabilidade de indiferença (3) não concordo e nem discordo, pela razão de terem elegido a posição de (2.55 a 3) e, com a variabilidade de dados, minimamente homogénea de (1,71) pontos de desvio padrão face à média.

A asseveração segundo a qual, a formação na ACIPOL baseia-se na exposição de conteúdos da matéria, os cento, oitenta e dois inquiridos, (182) responderam que não concordo e nem discordo (3), porém, com a maior dentência de (4) concordo, devido a contiguidade da escala (3.75 a 4) pois, falta 0,25 para (4) concordo, mas com a variabilidade homogénea de dados, em relação à média (0.61) pontos de desvio padrão.

Comparativamente a afirmação, a formação na ACIPOL baseia-se na transmissão de conteúdos, também, os 182 “cento, oitenta e dois” componentes da amostra, foram respondendo, em discordo (2) e, com a variabilidade homogénea de dados de (0,95) de desvio padrão.

A conclusão espelhou que, a maioria dos elementos que formaram a amostra (182), resppondeu, em (2) discordo, mas com maior probabilidade de tomarem a posição de indiferença, por motivo de a proximidade escalar (2.77 a 3) todavia, com a variabililidade de dados em (1.09) pontos de desvio padrão.

Esta dimensão se equipara com a formação baseada no ensino. De acordo com Oliveira (2011) e Rego (2018), a educação enciclopédica, a centrada no ensino e no professor, uma das suas características cimeiras é a centralidade nos conteúdos transmitidos durante as lições quotidianas. O professor transmite os conteúdos da matéria e, na avaliação procura-se que o estudante reproduza os conteúdos tal como foram transmitidos, como prova de compreensão da matéria.

Nos verbos de Nunes e Silveira (2015) e Skinner (1993) realçam que o aluno é actor passivo, portanto, considerado tábua rasa, que só entra na turma ou sala de aulas, receber e escrever conteúdos, em forma de apontamentos. Se o professor não fornece os apontamentos, o aluno não fica motivado para aprender, aqui se encontra a prova do princípio, estímulo – reacção (E-R) do behaviorismo.

Apesar de os respondentes terem respondido, em discordo e com tendências à indiferença, existe a forte probabilidade de maior concordância desta dimensão com aquela referente a formação baseada no ensino e no professor, a que foi respondida pela maioria dos inquiridos, em concordo e com a maior proximidade de concordo plenamente. (Vide a tabela 10.4) abaixo apresentada.

Tabela 10.4

Perfil da Formação baseada nos conteúdos.

Factor afirmativo	N	Média	D. padrão
A formação na ACIPOL baseia-se nos conteúdos da amateria em estudo	182	2.55	1.71
A formação na ACIPOL baseia-se na exposição dos conteúdos da materia	182	3.75	0.61
A formação na ACIPOL baseia-se na transmissão de conteúdos	182	2.00	0.95
Formação baseada nos conteúdos	182	2.77	1.09

Fonte: Autor da pesquisa (2021).

4.1.4.4 Formação baseada no ensino e na aprendizagem

O estudo foi progressivo na procura dos vestígios curriculares mais potenciais na formação de quadros de segurança pública, em nível superior pela Academia de Ciências Policiais (ACIPOL). Também, com o propósito de descrever mais e melhor as estratégias educativas e curriculares, que venham aumentar as

capacidades formativas na prevenção e combate às novas formas de crime e criminalidade em Moçambique.

A formação educativa, em regra, tem sido percebida que decorre no círculo de diferentes e diversos factores. Assim, a necessidade de abordarmos presente dimensão factorial que caracteriza as formas de uma educação bipolar: formação baseada no ensino e aprendizagem. Cujos sinais, têm a função de levar ao pesquisador debruçar-se sobre o consenso dos respondentes, em relação com mesma função, e sua vinculação com o presente estudo.

Deste modo, quanto à afirmação, a formação na ACIPOL baseia-se na aprendizagem e no professor, a amostra total de 182 “cento, oitenta e dois” estudantes desta instituição académica, respondeu em não concordo e nem discordo (3) mas, com probabilidade de (4) concordo, segundo a imediação entre os valores escalares (3.65 e 4) com variabilidade de dados na ordem de (0.71) pontos de desvio padrão, em relação à média.

A questão, a formação na ACIPOL baseia-se na aprendizagem e no ensino, o universo da amostra de 182 “cento, oitenta e dois”, em estudo nesta dimensão, foi respondendo em (3) não concordo e nem discordo, com a maior tendência para (4) concordo, por causa da maior proximidade entre os números, segundo a escala (3.85 a 4), porém, com a invariabilidade entre os valores, foi classificado em (1.15) pontos de desvio padrão.

O factor afirmativo, a formação na ACIPOL baseia-se no aluno e no professor, a maioria dos respondentes retorquiu, em (4) concordo, com ligeira probabilidade de (5) concordo plenamente de acordo os intervalos entre as escalas (4.35 a 5), cuja variabilidade de dados demonstrou-se na cifra de (0.16) pontos de desvio padrão.

Comparativamente a asseveração, a formação na ACIPOL baseia-se no professor e no estudante, o universo da amostra de 182 “cento, oitenta e dois” discentes, foi respondendo em uma posição de indiferença (3), com probabilidade de (4) concordo, bastante insignificante, de acordo com o intervalos entre escalas (3.25 a 4) e, a inconstância de dados de (0.65) pontos de desvio padrão, em relação à média.

O somatório das quatro afirmações conferidas na escala de Likert, foi demonstrando que a maioria dos inquiridos, puderam responder, em forma de indiferença, isto é, em (3) não concordo e nem discordo, com a maior verosimelhança de (4) concordo, segundo o intervalo ilustrado (3.78 a 4), com a variação de dados de (0.69) pontos de desvio padrão, face à média.

Esta forma de posicionamento dos respondentes, tem nos indicado que os mesmos têm a menor sensação do curso de uma formação equilibrada entre a sua centralidade na aprendizagem e no professor, que significaria a inter-relação curricular ou uma pedagogia de reciprocidade. Recordamos ao depoimento de um dos nossos entrevistados, quanto dizia:

“...a formação no ensino superior não tem tido um modelo mais favorável e melhor. O melhor é envia-se esforços para uma combinação proporcional e equilibrada dos modelos curriculares e educativos em curso e aplicáveis no sistema educativo” (Entrevista, 09.07.2020).

A verdade é que, a forma de escrever o processo de ‘ensino e aprendizagem` não é da melhor na educação contemporânea, escrita desta forma, significa haver uma independência entre os dois termos que simbolizam os actos formativos e, desenvolvimento do homem e da mulher. A forma tão melhor e, que simboliza a existência de uma inter-dependência entre os dois termos é quando se escreve: - o processo de ‘ensino-aprendizagem`. Assim, há nitidez do curso de uma relação biunívoca entre os dois actos educativos, apesar de em certos momentos ter ficado latente nas acepções dos escritores, leitores e técnicos pedagógicos. (Vide a tabela 11.4) devidamente apresentada na página 259.

Tabela 11.4*Perfil da Formação baseada no ensino e na aprendizagem.*

Factor afirmativo	N	Média	D. padrão
A formação na ACIPOL baseia-se na aprendizagem e no professor	182	3.65	0.71
A formação na ACIPOL baseia-se na aprendizagem e no ensino	182	3.85	0.15
A formação na ACIPOL baseia-se no aluno e no professor	182	4.35	0.16
A formação na ACIPOL baseia-se no professor e no estudante	182	3.25	0.65
Formação baseada no ensino e aprendizagem	182	3.78	0.68

Fonte: Autor da pesquisa (2021).

4.1.4.5 Formação baseada na exposição de conteúdo

Em prosseguimento do nosso estudo, ainda com a escala de Likert como o instrumento que sustentou a recolha de dados no seio dos alunos, em uma amostra ilustrativa de 182 “cento, oitenta e dois”, organizamos os factores afirmativos desta dimensão, que se distinguiram: - a formação na ACIPOL baseia-se nos conteúdos e no professor, onde a maioria desta amostra respondeu, em (2) discordo e com a probabilidade bastante insignificante de indiferença (2.15 a 3) mas, com variação homogénea de dados, (1.01) pontos de desvio padrão em relação à média.

Quanto a afirmação, a formação na ACIPOL baseia-se na aprendizagem e no conteúdo, os 182 “cento, oitenta e dois” estudantes, os discentes inquiridos, foram retorquindo, em (2) discordo e, com a mutabilidade de dados de (1.68) de desvio padrão. Facto que pretendeu nos indicar a existência de pequena probabilidade de distribuição uniforme de dados, em torno da média.

O total do comportamento da amostra sobre a grandeza referente à formação baseada na exposição de conteúdos, fora de (2) discordo, com uma tendência muito menor, para o carácter de indiferença (3) não concordo e nem discordo, de acordo a escala ilustrativa entre as cifras (2.08 a 3), onde a inconstância de dados, foi (1.35) pontos de desvio padrão em relação à média.

A maior atenção coexiste na circunstância que estamos perante dois factores que caracterizam dois modelos de educação humana: a primeira afirmação caracteriza a educação formativa com rizomas fortes no ensino. Isto é, uma educação centrada no ensino, professor e conteúdos de estilo behaviorista e conexcionista (Ostermann & Cavalvanti, 2010).

Enquanto, a segunda afirmação, apresenta as tonalidades de uma educação bipolar, que se incide no aluno e, na aprendizagem Piagetiana e construtivista, conjugada com a educação e formação centrada nos conteúdos, enciclopedista (Oliveira, 2011). Cujas incongruências se acredita que tenha sido a motivação que levou a amostra em discordar com esta dimensão. (Vide a tabela 12.4) abaixo devidamente apresentada.

Tabela 12.4

Perfil da Formação baseada na exposição de conteúdos.

Factor afirmativo	N	Média	D. padrão
A formação na ACIPOL baseia-se nos conteúdos e no professor	182	2.15	1.01
A formação na ACIPOL baseia-se na aprendizagem e no conteúdo	182	2.00	1.68
Formação baseada na exposição de conteúdos	182	2.08	1.35

Fonte: Autor da pesquisa (2021).

4.1.4.6 Formação baseada no ensino com recurso às TICs

A sociedade humana desde os tempos remotos até aos nossos dias, a sua evolução sempre se vinculou com a evolução dos instrumentos de produção e produtividade socio-económica, para efeitos de sobrevivência sustentável.

A educação, na qualidade de fenómeno humano e social, a forma como foi sendo praticada, também, sofreu evolução. As técnicas e instrumentos empregados na pedagogia e didáctica, sempre têm sofrido transformações contínuas, em paralelo com as modalidades de progresso socio-económico.

Segundo Cambi (1999), Gadotti (1995), Marrou (1973), Nhampule e Mavie (2011) e Pérez, et al. (2015), as etapas da evolução humana ligadas com o trabalho como meio da evolução do homem. Segundo o ditado científico, 'do trabalho se desenvolve o homem', encontramos a era: paleolítica (pedra antiga);

neolítica (pedra nova); idade dos metais (bronze, ferro, entre outros); industrial (teares, prancha, máquina a lenha, carvão, vapor e mais) e, hoje em dia, se fala de era da electrónica, digital, informação, conhecimento, por lá em diante. Tudo se confina na computação digital, enquanto no pretérito se falava do analógico, hoje reina na linguagem humana, a computação digital.

Entendendo as etapas do percurso da evolução do homem no contexto socio-económico e técnico-científico, fomos procurando saber da nossa amostra formada por estudantes, o decurso dos actos formativos, se tem o vínculo directo com a sociedade contemporânea cunhada por sociedade de informação - SI.

A sociedade humana foi vivendo o culminar da segunda década do século XXI, o momento caracterizado pelas incertezas, fruto da pandemia, Covid-19, os estabelecimentos socio-económicos incluindo de ensino e aprendizagem, todos foram encerrados para evitar a contaminação em massa e comunitária com o Coronavirus (INS, 2020).

A educação para manter estacionária a produtividade, pôde recorrer apenas às novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), apesar de tanta exacerbação e dificuldade de ordem diversificada dentre ela foi a insuficiência de recursos humano qualificados e, material informático e cibernético, à altura para aplicar no funcionamento da tele-escola na perspectiva da (e-pedagogia), pedagogia electrónica (Danielski et al., 2020).

A cognição da veracidade foi possível através da elaboração selectiva das afirmações configuradas na escala de Likert e agrupadas, obedecendo a técnica estatística de análise factorial, média como medidas de tendência central e o desvio padrão, entanto que medida de dispersão que indica a quanto o conjunto de dados é uniforme.

As afirmações que constituem esta grandeza factorial, foram analisadas de formas igualitárias dos acima devidamente expostos.

A afirmação, a formação na ACIPOL baseia-se nas tecnologias de informação e de comunicação (TICs), os 182 “cento, oitenta e dois” estudantes inquiridos, a maioria respondeu, em (2) discordo, com a maior probabilidade de

indiferença (3), devido a maior a proximidade escalar (2.85 a 3) porém, com a variação de dados de (0.73) pontos de desvio padrão.

Quanto, a afirmação segundo a qual a formação na ACIPOL baseia-se somente nas TICs, os 182 “cento, oitenta e dois” discentes que formam o universo daquela amostra, replicaram, em discordo (2), com a menor tendência de tomar a posição de indiferença (3), segundo se correlacionam os valores entre as escalas (2.15 a 3) mas, com a probabilidade de variação de dados significativa de (1.91) pontos desvio padrão.

O factor, segundo o qual a afirmação a ACIPOL baseia-se no ensino à distância, a maioria retorquiu, em (1) não concordo, com a ligeira probabilidade de (2) discordo, segundo a distância escalar de (1.40 a 2), com variabilidade de dados homogénea em (0.61) de desvio padrão.

A formação na ACIPOL baseia-se nas tecnologias tradicionais. Tendo a consideração que as tecnologias tradicionais no campo da educação se distinguem em aqueles recursos caracterizados, em quadro preto ou branco, giz, caneta de feltro, ardósia, caderno, bibliografia em imprensa. Cujo material difere com o actual, isto é ao relacionado com as TICs, que normalmente é o material electrónico e digital. Portanto, a maior parte da amostra respondeu, em (1) não concordo plenamente e, com menor tendência de (2) discordo, de acordo com a comparação escalar (1.11 a 2), mas a tendência de distribuição uniforme de dados é maior, cuja a variação é (2.16) pontos de desvio padrão.

Quanto à formação na ACIPOL baseia-se no ensino à distância com tecnologia de informação e comunicação, os cento, oitenta e dois estudantes retorquiram, em (1) não concordo, com ligeira tendência de (2) discordo, devido a relação escalar de (1.35 a 2) mas, com uma variação de (1.91), de desvio padrão, pretende informar a distribuição uniforme dos dados face à média.

A afirmação, a formação na ACIPOL baseia-se nas tecnologias clássicas e TICs, a maioria dos respondentes replicou, em (1) não concordo, com a variabilidade de dados de 1.65 pontos de desvio padrão. Que pretende indicar a distribuição igualitária de dados em relação a média.

Relativamente a grandeza referente à formação com o recurso as tecnologias de informação e comunicação, chegou-se a conclusão que os inquiridos pouco conhecem o uso das TICs no processo de ensino e aprendizagem, que se encontram envolvidos, apesar de na prática e no quotidiano, lidarem com as TICs directa e indirectamente (Pérez, et al., 2015; Pantoja, 2004).

Todavia, o maior número da amostra chegou de responder, em (1) não concordo plenamente, com maior probabilidade de (2) discordo, por causa da proximidade entre as faixas escalares (1.65 e 2), onde a variação de dados foi homogénea, apesar de for (1.50) pontos de desvio padrão. O admirável foi de termos recolhido as informações, em pleno momento da primeira vaga da Pandemia de Covid-19, que o Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano, pela primeira vez, chegou de apelar publicamente todos estabelecimentos de ensino optarem pelo ensino à distância com recurso às tecnologias de informação e comunicação. (Vide a tabela 13.4) abaixo devidamente apresentada.

Tabela 13.4

Perfil da Formação baseada no recurso às TICs.

Factor afirmativo	N	Média	D. padrão
A formação na ACIPOL baseia-se nas TICs	182	2.85	0.73
A formação na ACIPOL baseia-se somente nas TICs	182	2.15	0.91
A formação na ACIPOL baseia-se no ensino à distancia	182	1.40	0.61
A formação na ACIPOL baseia-se nas tecnologias tradicionais	182	1.11	2.16
A formação na ACIPOL baseia-se no ensino a distancia co TICs	182	1.35	1.91
A formação na ACIPOL baseia-se nas tecnologias clássica e TICS	182	1.05	1.65
Formação baseada no recurso às TICs.	182	1.65	1.50

Fonte: Autor da pesquisa (2021).

4.1.4.7 Formação baseada no ensino presencial

As sistemáticas formas do estado da pessoa humana têm sido encaradas de maneiras diferentes e diversificadas. Pois, a natureza de luta pela

sobrevivência e a própria circunstância da evolução do ser humano, estão directamente associadas com estas formas de tipologias de rotinas.

A necessidade de pessoas humanas ascenderem os processos educativos formais, isto é, aqueles legalmente proclamados pelos sistemas governamentais, possui como condicionalismo à estas rotinas. Algumas pessoas trabalham nos diversos sectores socio-económicos e, não têm a oportunidade de frequentar a escola no período diurno, outras pela idade tão tenra, têm a oportunidade de ir à escola nos momentos diurnos. Então, têm existido aquelas pessoas que por motivos de vária natureza de vida, recorrem aos cursos nocturnos.

As distâncias do local onde ocorre a administração e ministração dos actos educativos condicionam muito a posição na tomada de opções pelas pessoas que pretendem aderir a formação educativa.

Os factores acima arrolados nos imbuíram procurar saber as modalidades da formação na academia de Ciências Policiais, se ocorre em regime presencial, à distância e semi-presencial. Assim, articulou-se presente dimensão com os teores seguintes:

A formação na ACIPOL baseia-se no ensino presencial, onde os 182 “cento, oitenta e dois” estudantes inquiridos, responderam, (4) concordo e com uma branda probabilidade de (5) concordo plenamente, segundo as características da escala (4.21 a 5), com a tendência de variação de dados, em relação a média de (0.42) pontos de desvio padrão.

Quanto a asseveração, a formação na ACIPOL baseia-se no ensino presencial com as tecnologias de informação e comunicação, também, responderam em (4) concordo e com maior tendência para (5) concordo plenamente, de acordo com a relação escalar, estabelecida em (4.87 a 5), com a variabilidade de dados de (1.21) pontos de desvio padrão.

Os caracteres dos factores em estudo, levaram a entender que a formação na ACIPOL fluiu em regime presencial, em virtude de análise final desta dimensão nos reportar que, a maioria dos discentes questionados, respondeu, em (4) concordo, com maior probabilidade de (5) concordo plenamente, segundo a relação entre escalar (4.54 a 5), com a mutabilidade de dados face à média de (0.82)

pontos de desvio padrão. (Vide a tabela 14.4) apresentada na página 265. Apesar, no período da emergência de Covid-19 ter se optado a semi-presencial com uso das TICs (Danielski et al., 2020; INS, 2020).

Tabela 14.4

Perfil da Formação baseada no ensino presencial.

Factor afirmativo	N	Média	D. padrão
A formação na ACIPOL baseia-se no ensino presencial	182	4.21	0.42
A formação na ACIPOL baseia-se no ensino presencial com as TICs	182	4.87	1.21
Formação baseada no ensino presencial	182	4.54	0.82

Fonte: Autor da Pesquisa.

4.1.4.8 Formação baseada no ensino semi-presencial

Durante o percurso da pesquisa, continuou-se com o registo do inquérito sobre os regimes cronológicos da realização da formação de quadros superiores pela Academia de Ciências Policiais.

Para o efeito, partiu-se desta grandeza factorial, onde foi constatado que, na afirmação segundo a qual, a formação na ACIPOL baseia-se no ensino à distância e presencial, os inquiridos em número 182 “cento, oitenta e dois” estudantes replicaram, (2) discordo, com uma tendência maior de atingir a posição de (3) indiferença, devido a faixa da proximidade de (2.80 a 3), onde a variação dos dados ronda na escala de (2.21) de desvio padrão. Esta inconstância representa uma boa distribuição dos dados em torno da média, diferentemente de quando esse valor é menor e próximo de zero, indicando que os dados estão concentrados na média.

Relativamente à afirmação, a formação na ACIPOL baseia-se no ensino presencial e à distância com recurso as TICs, a maioria da amostra respondeu, em (1) não concordo plenamente e, uma infima faixa de probabilidade de discordo (1.21 a 2). A variabilidade dos dados em relação à média foi de (0.45) de desvio padrão.

O somatório desses factores afirmativos, indica que nesta dimensão os 182 “cento, oitenta e dois” discentes responderam, em (2) discordo e menor tendência

à indiferença (2.01 a 3) e, com uma mutabilidade de dados em relação à média, em (1.33) pontos de desvio padrão. (Vide a tabela 15.4) abaixo. Todavia, a alvorada da Pandemia, Covide-19, para a manutenção do processo e formação, educação, a autoridade governamental decretou o ensino e aprendizagem semi-presencial, através de uso de tecnologias de informação e comunicação, TICs (Pérez, et al., 2015; INS, 2020).

Tabela 15.4

Perfil da Formação baseada no ensino semi-presencial.

Factor afirmativo	N	Média	D. Padrão
A formação na ACIPOL baseia-se no ensino à distância e presencial	182	2.80	2.21
A formação na ACIPOL baseia-se no ensino presencial e à distância c/TICs	182	1.21	0.45
Formação baseada no ensino-aprendizagem semi-presencial	182	2.01	1.33

Fonte: Autor da pesquisa (2021).

4.1.4.9 Formação baseada na competência

A formação educativa e corporativa nas organizações sociais e humanas, sempre tem tido tendências de transformar-se em forma de proporcionalidade directa, em relação com o progresso das mesmas organizações.

Na perspectiva deste diapasão, o estudo foi continuando o seu percurso a ponto de pretender saber no seio da amostra constituída por 182 “cento, oitenta e dois” discentes da Academia de Ciências Policiais (ACIPOL), se o processo da formação educativa o seu currículo foi configurado no contexto dos padrões de competências. Cujos paradigmas permitem que os formandos, sejam responsáveis, autónomos, independentes na aprendizagem com base na prática reflexiva (Delors, 1996; Lopes, 2015; Perrenoud, 2003; Zarifian, 2012).

Para o efeito, foi concebida uma dimensão (formação baseada na competência), formada por factores afirmativos da escala de Likert e analisada através de técnicas estatísticas, média e desvio padrão, com vista aproximar a realidade em pesquisa com uma maior precisão, segundo os paragrafos abaixo expostos.

O factor que dita que a formação na ACIPOL baseia-se no portefólio, a maior parte da amostra respondeu, em (3) não concordo e nem discordo, com a ligeira probabilidade de responder em concordo, de acordo com a escala dos valores (3.25 a 4), cuja dispersão de dados em relação à média se classificou em (0.56) pontos de desvio padrão.

A afirmação segundo a qual, a formação na ACIPOL baseia-se na autonomia académica, os 182 “cento, oitenta e dois” estudantes, responderam, em (1) não concordo plenamente, com maior tendência de (2) discordo, devido ao espaço da proximidade entre (1.55 e 2). Todavia, a variação de dados foi de (2.65) pontos de desvio padrão. Cujo valor simboliza que houve probabilidade de boa distribuição de dados.

As atitudes e opiniões dos alunos da academia, em relação a este factor que faz parte da dimensão sobre a formação na ACIPOL basear-se nas competências, revelaram as deficiências nos alunos em compreender as características desta grandeza da educação contemporânea.

Relativamente à afirmação, a formação na ACIPOL baseia-se na teoria, a maioria dos respondentes sobre a matéria, retorquiu, em (3) não concordo e nem discordo com faixa bastante maior na probabilidade de resposta, em (4) concordo, segundo demonstram os caracteres escalares dos valores (3.98 a 4). E, uma variância que simboliza tendência de boa distribuição dos dados em relação à média, (2.05) pontos de desvio padrão.

Os estudantes ao tomarem esta tipologia comportamental, se acreditam que tiveram a compreensão um pouco concisa sobre o processo do funcionamento da teoria no ensino e aprendizagem, baseados na teoria na qual facilmente se pode aplicar na prática técnico-científica.

Quanto à variável, a formação na ACIPOL baseia-se na aprendizagem por problema, os estudantes que foram entregues os roteiros de escala de Likert, responderam em (3) não concordo e nem discordo, com a ligeira tendência de (4) concordo, devido a relação entre os valores na tabela, (3.44 a 4) e, com a variabilidade de (1.22) pontos de desvio padrão.

Comparativamente, ao factor, a formação baseia-se na prática-reflexiva, a maioria dos inquiridos respondeu, também, (3) não concordo e nem discordo, onde regista-se a maior probabilidade para (4) concordo segundo a relação (3.85 a 4), com uma inconstância de (2.14) ponto de desvio padrão, ilustrando uma probabilidade de boa distribuição de valores face á média.

Analisando a contuda dos respondentes face ao factor em estudo, concluiu-se que os estudantes foram indecisos na escolha da melhor opção (concordo) por razões de vária ordem, vinculada com a insuficiência no conhecimento do sentido das teorias de educação. Cujas realçam que o melhor processo de ensino-aprendizagem é aquele que leva aos alunos despertarem atenção no acto da resolução de certos problemas repletos de incertezas, à aplicação das capacidades e aptidões concebidas em teorias e levando para a prática (Zarifian, 1996, 2010, 2012).

A formação na ACIPOL baseia-se na aprendizagem por projecto, para presente afirmação, a amostra na sua maioria replicou, (1) não concordo plenamente, com a maior probabilidade para a opção (2) discordo, (1.92 a 2). A variabilidade dos dados em relação à média, em (2.75), indica que houve tentativa de boa distribuição dos dados. A atitude, que se equipara com a acima descrita. Portanto, se assentou no grau das insuficiências no conhecimento das teorias pedagógicas pelos discentes.

A afirmação, a formação na ACIPOL baseia-se na prática, os estudantes inquiridos, tomaram a posição de unanimidade, ao responderem, em (2) discordo, com a maior tendência para (3) não concordo e nem discordo, devido as características dos valores na escala (2.95 a 3), com uma inconstância de dados de (1.88), ponto de desvio padrão.

Esta posição que ocupa o comportamento dos respondentes, tem sido o fruto de insuficiências na percepção das consequências das teorias e sua aplicabilidade no dia-a-dia nos desafios pela sobrevivência. Por exemplo: as tecnologias é o resultado da teoria. Pretendendo-se a reafirmar que onde flui a a formação técnico-científica, sempre se registou a aplicação da teoria, para a prática (Perrenoud, 1999, 2000, 2003).

Relativamente a afirmação, a formação na ACIPOL baseia-se na independência académica, os estudantes aplicados a esta questão, retorquiram, em (1) não concordo plenamente, notificada a menor probabilidade para (2) discordo, segundo a relação escalar entre os valores (1.02 e 2), com uma variabilidade de dados face à média de (2.08) pontos de desvio padrão.

As atitudes levadas a cabo pelos estudantes, em relação ao presente factor, ilustram terem ficado cientes, que a formação educativa e técnico-científica, nunca foi independente, sempre foi interdependente. A razão da existência de uma relação interdisciplinar entre às várias ciências (Santos, 2005).

A formação na ACIPOL baseia-se na aprendizagem independente, face à presente questão, os inquiridos, puderam replicar, (1) não concordo plenamente, com menor probabilidade em (2) discordo, devido a distância entre os valores na escala (1.21 a 2), mas a variabilidade de (1.11) ponto de desvio padrão.

O comportamento demonstrou a efectiva compreensão dos estudantes, que o processo de ensino-aprendizagem ocorre numa relação de dependência entre os dois actores principais: professor-aluno, por mais que tenha sido vice-versa devido ao paradigma educativo seguido pelo respectivo sistema. Exemplo, na educação baseada no ensino, conteúdos e professor, a relação tem sido de dependência unidireccional de professor para aluno. Fenómeno muito diferente do processo de formação educativa incidida na aprendizagem (Neto, 2015).

Referencialmente a afirmação, a formação na ACIPOL baseia-se na aprendizagem tutorada, os estudantes interrogados sobre este factor, responderam, em (3) não concordo e nem discordo, com a tendência maior de (4) concordo, segundo a escala de (3.50 a 4) mas, com a mutação de dados de (1.85) ponto de desvio padrão. Cujas tonalidades se ingrenam à uma boa distribuição de valores amostrais face à média.

A tentativa de perplexidade mescla nas respostas dos inquiridos, ilustrando a existência de sinais de formação por padrões de tutoria na instituição em estudo. A formação técnico-científica guiada por docentes, sempre se verifica que o

professor tem ocupado a função de tutoria, mesmo que tenha sido de forma latente (Pantoja, 2004).

A formação na ACIPOL baseia-se na independência docente e aluno, bem como no factor que refere, a formação na ACIPOL baseia-se na independência aluno e professor, ambos factores, os discentes que participaram na pesquisa, responderam, em (2) discordo e (1) não concordo plenamente com a variação de dados de (2.11) que indica boa distribuição dos dados e, (0.85), significando a condensação dos valores amostrais em relação as médias respectivamente.

Analisadas as proporções das atitudes e opiniões dos discentes atingidos pela pesquisa, se concluiu que as duas afirmações procuraram aferir as relações dialécticas entre os dois intervenientes principais do teatro educativo técnico-científico. Mas, em perspectivas distintas:

1. Modelo de educação que o docente predomina no processo formativo e desenvolvimento do homem, formação centrada no professor.
2. Paradigma de educação que a formação se centra no estudante. As relações são coesas, ligeira e fortemente.

Portanto a não concordância plena e discordância em cada uma das afirmações, ainda se transmite a sensação de existência de uma relação de dependência entre o professor e aluno vice-versa, por mais que na prática não seja notória, de forma disfarçada se manifesta (Rego, 2018).

A soma dos caracteres de revelação da verdade dos factos em estudo, a formação baseada nas competências técnico-científicas demonstrou que a maioria respondeu, em discordo (2), com a grande faixa de probabilidade à indiferença (3), de acordo com o panorama escalar (2.58 a 3) e uma mutabilidade de dados em relação à média de (1.77) ponto de desvio padrão, um sinal de tentativa para uma boa distribuição de valores amostrais em torno da mesma média. (Vide a tabela 16.4) devidamente apresentada na página 271.

Tabela 16.4*Perfil da Formação baseada nas competências.*

Factor afirmativo	N	Média	D. Padrão
A formação na ACIPOL baseia-se no portefólio	182	3.25	0.56
A formação na ACIPOL baseia-se na autonomia académica	182	1.55	2.65
A formação na ACIPOL baseia-se na teoria	182	3.98	2.05
A formação na ACIPOL baseia-se na aprendizagem por problema	182	3.44	1.22
A formação na ACIPOL baseia-se na prática-reflexiva	182	3.85	2.75
A formação na ACIPOL baseia-se na aprendizagem por projecto	182	1.92	1.88
A formação na ACIPOL baseia-se na prática	182	2.95	2.08
A formação na ACIPOL baseia-se na dependência académica	182	1.02	1.11
A formação na ACIPOL baseia-se na aprendizagem independente	182	1.21	1.85
A formação na ACIPOL baseia-se na aprendizagem por tutoria	182	3.50	2.11
A formação na ACIPOL baseia-se na independência docente e aluno	182	2.85	0.85
A formação na ACIPOL baseia-se na independência aluno e docente	182	1.40	0.75
Formação baseada nas competências	182	2.58	1.77

Fonte: Autor da pesquisa (2021).

4.1.4.10 Formação baseada na aprendizagem integral

A evolução das teorias de educação não tem sido um sistema acabado, pois sempre obedece a dinâmica da natureza e a sociedade humana respectivamente. Para mais intensificação do presente estudo, se resgatou a dimensão composta por três factores que pretendem caracterizar o modelo de educação tecnológica e científica, através dos quais procurou se saber, a posição da formação na Academia de Ciências Policiais, se enquadra neste paradigma.

A afirmação, a formação na ACIPOL baseia-se na dependência ciência e cultura, os 182 “cento, oitenta e dois” estudantes inquiridos sobre a matéria, responderam, em (1) não concordo plenamente, com a margem elevada de tendência a (2) discordo, devido a aproximação de valores escalares (1.71 a 2) mas, com a variação de valores junto à média de (1.31) pontos de desvio padrão.

A asseveração segundo ela, a formação na ACIPOL, baseia-se na dependência cultura e ciência, a maioria da amostra de participantes no estudo, retorquiu, em (1) não concordo plenamente com a ligeira probabilidade para (2) discordo, como demonstra a escala, (1.45 a 2), cuja a inconstância de dados em relação a média é de (1.00) ponto de desvio padrão face à média.

O factor, a formação na ACIPOL baseia-se na independência cultura e ciência, a amostra de 182 “cento, oitenta e dois” estudantes respondeu em (1) não concordo plenamente, com a tendência para (2) discordo, de acordo com o carácter dos valores escalares (1.23 a 2), mas com a mutabilidade homogénea dos dados em relação à média, de (1.47) pontos de desvio padrão, factor que indica a tendência de boa distribuição dos dados em volta da média.

O total dos dados, quanto a formação baseada na aprendizagem integral, os discentes inquiridos foram unânimes por retorquirem, em (1) não concordo plenamente com a inclinação maior para (2) discordo, segundo apresenta a escala, (1.46 a 2) mas, com a probabilidade de mutação de (1.26) pontos de desvio padrão.

A presente dimensão se configurou em torno dos estudos levados a cabo por autores como Delors (1996), Moreira (2013), Rego (2018), Santomé (1998) e Santos (2005), que de maneira tão sumária, nos revelam que os paradigmas de educação decorrentes na contemporaneidade se descrevem dentro de uma relação robusta entre a ciência e a cultura reciprocamente. Esta relação explica-se nas circunstâncias, que os programas e os currículos de uma dada formação técnico-científica, detêm a conexão entre a ciência e os valores culturais, em curso no espaço geográfico, onde se desenvolve a educação. Pelo que, observa-se o mesclar da integração no contexto da interdisciplinaridade com a inclusão de valores culturais, éticos, morais e deontológicos no processo de ensino e aprendizagem.

A amostra em estudo revelou-se pessimista em relação à afirmação. Essa conduta, julga-se que esteja associada com a insuficiência dos conhecimentos de inquiridos, face à matéria. Uma instituição instalada no mundo moderno, sobretudo o estabelecimento de ensino e aprendizagem superior, dificilmente esteja

dissociada das propriedades da aprendizagem integral, mesmo que seja em proporções menores. (Vide a tabela 17.4) ilustrada abaixo.

Tabela 17.4

Perfil da Formação baseada na aprendizagem integral.

Factor afirmativo	N	Média	D. Padrão
A formação na ACIPOL baseia-se na dependência ciência e cultura	182	1.71	0.99
A formação na ACIPOL baseia-se na cultura e ciência	182	1.45	0.83
A formação na ACIPOL baseia-se na independência ciência e cultura	182	1.23	0.75
Formação baseada na aprendizagem integral	182	1.46	1.26

Fonte: autor da pesquisa (2021).

4.1.4.11 Formação baseada na aprendizagem socio-crática

O homem é um animal político por natureza, isto é, um animal social. A pessoa humana desde os primeiros momentos da vida, ele precisa de outra pessoa para viver e satisfazer o resto das suas necessidades primordiais.

A educação surge para facultar o homem a sua convivência social ao longo da sua vida. Porque a vida humana sempre foi concebida em ambiente de muitos desafios e, para superar os obstáculos, precisa de uma educação forte, que pode ocorrer em todos estados de desenvolvimento do ser humano, desde na instância familiar e primária, onde aprende as primeiras regras e normas de consenso e convivência social; a segunda é das agremiações sociais de vária ordem, dentre as desportivas, laborais e empresariais, as eclesíasticas e culturais e, a terceira instância é aquela formada e reconhecida na óptica da coerção, as leis, a escola no contexto dos níveis de formação educativa e desenvolvimento do homem (Guidens, 2004, 2012).

Este radicalismo sociológico e antropológico da pessoa humana, onde se embala o acto educativo, cujo nos faz entender as regras de convivência harmoniosa entre os homens e o meio ambiente, imbuíu-nos em trazer no presente trabalho a dimensão socio-crática, constituída por factores que permitiram aferir que nível de aderência da ACIPOL no mesmo paradigma educativo (Moreira, 2013).

Relativamente ao factor segundo o qual, a formação na ACIPOL baseia-se na aprendizagem colaborativa, os 182 “cento, oitenta e dois” estudantes que participaram no inquérito, retorquiram em, (3) não concordo e nem discordo, com uma ligeira probabilidade para (4) concordo, segundo a escala (3.28 a 4), cuja variabilidade de dados em torno da média, foi de (1.07) pontos de desvio padrão.

Quanto à firmação, a formação na ACIPOL baseia-se na aprendizagem interactiva, a maioria da amostra em estudo, respondeu em (3) não concordo e nem discordo, com a maior tendência para (4) concordo. De acordo com a distância escalar (3.56 a 4) mas, com a mutação de dados no valor de (1.87) pontos de desvio padrão, o que espelhou um sinal inclinado à boa distribuição dos valores amostrais em volta da média.

Comparativamente ao factor, a formação na ACIPOL baseia-se na dependência académica, a amostra de 182 “cento, oitenta e dois” discentes desta instituição académica, cujos participaram activamente no estudo, responderam em, (1) não concordo plenamente, com a probabilidade para discordo de acordo com a escala exposta, que foi de (1.48 a 2), cuja inconstância dos dados, ingrena-se para (2.71) pontos de desvio padrão, o simbolo de boa distribuição de dados em torno da amostra.

Quanto à afirmação, a formação na ACIPOL baseia-se no contrato de aprendizagem, a maioria dos estudantes que formaram a amostra da pesquisa, respondeu, em (2) discordo com a tendência para indiferença, segundo a distância entre os valores escalares (2.44.a 3), com a variação de dados face à média de (1.96) pontos de desvio padrão, cujas tonalidades foram à boa distribuição de dados.

Referencialmente ao factor, a formação na ACIPOL baseia-se na dependência aluno e docente, a maioria dos estudantes inquiridos, respondeu, em (2) discordo, com a branda probabilidade para indiferença, isto é, (3) não concordo e nem discordo (2.05 a 3) mas, com uma mutabilidade de dados de (1.35) pontos de desvio padrão, cujos matizes demonstram a ligeira à boa distribuição de dados em volta da média.

A afirmação, a formação na ACIPOL basea-se na dependência docente e aluno, a maior parte dos discentes que participaram no inquérito desta pesquisa, respondeu, em (1) não concordo plenamente, com uma ligeira tendência para (2) discordo, por causa da menor distância entre os valores da escala (1.21 a 2). Todavia, com a mutabilidade de valores amostrais de (1.25) pontos de desvio padrão. Cujos, indícios expressão a probabilidade de boa distribuição de valores, em relação à média.

O computo dos factores acima devidamente analisados, indicam que a formação de agentes de segurança pública na ACIPOL, baseada na aprendizagem socio-crática, a amostra de 182 “cento, oitenta e dois” estudantes, na sua maioria, respondeu, em (2) discordo com a probabilidade de indiferença (3), segundo reporta a separação entre os valores escalares (2.34 a 3), onde a incostância de dados amostrais é de (1.74) pontos de desvio padrão.

Conforme Moreira (2013), Rego (2018) e Santos (2005), os procedimentos educativos têm o eixo no consenso social porque o homem nasce, cresce e morre aprender no meio social, onde se encontra inserido. Daí, o lema ‘aprender-aprender sempre’. Mesmo a experiência prévia que cada homem e mulher têm, foi aprendida em ambientes sociais e têm sido incrementadas em ambientes, também, sociais: na família; no trabalho, locais de produção e produtividade; na escola do nível primário, secundário e terceiro versus universitário e, locais de cultos eclesiais. Especificamente, a escola onde decorre a educação formal, recordem-se que é um ambiente socio-educativo.

A decisão dos estudantes julga-se ser o resultado da insuficiência nos conhecimentos dos alunos, em relação as circunstâncias do decurso dos procedimentos pedagógicos. Mas, é óbvio que todo o processo educativo quer o tradicional, quer o técnico-científico, tem se registado de uma forma socio-crática. (Vide a tabela 18.4) devidamente apresentada na página 276.

Tabela 18.4

Perfil da Formação baseada na aprendizagem socio-crática.

Factor afirmativo	N	Média	D. padrão
A formação na ACIPOL baseia-se na prática colaborativa	182	3.28	1.07
A formação na ACIPOL baseia-se na aprendizagem interactiva	182	3.56	1.87
A formação na ACIPOL baseia-se na dependencia academica	182	1.48	2.71
A formação na ACIPOL baseia-se no contrato por aprendizagem	182	2.44	1.96
A formação na ACIPOL baseia-se na dependencia aluno e docente	182	2.05	1.35
A formação na ACIPOL baseia-se na aprendizagem docente e aluno	182	1.21	1.25
Formação baseada na aprendizagem socio-crática	182	2.34	1.70

Fonte: Autor da pesquisa (2021).

4.1.4.12 Síntese

O inquérito realizado e incidido nos estudantes, cujo envolvera 182 “cento, oitenta e dois” estudantes dos cursos de licenciatura e mestrado em ciências policiais, demonstrou que, das onze dimensões que procuraram caracterizar a formação de agentes de segurança pública na Academia de ciências Policiais, a maioria da amostra, identificada em média retorquiou que concorda (4.20), que a formação na ACIPOL se baseia no ensino e professor, com a didática classificada como sendo a exposição de conteúdos do professor aos alunos, com uma mutabilidade de dados, face à média de (0,38) pontos de desvio padrão.

O professor tem sido considerado como sendo o senhor do saber científico e os alunos tomam a figura de espectadora do auditório, em suma, os estudantes são sujeitos passivos do processo, ensino e aprendizagem (Rego, 2018).

Ciente que a Academia de Ciências Policiais é uma instituição de ensino, aprendizagem, investigação e extensão científica, mas se notou a ilustração do predomínio desta tipologia de formação, apesar de haver esforços envidados pelos docentes, com vista a aplicação de outras modalidades de formação.

Quanto a modalidade de ensino, a maior parte da amostra respondeu em concordo (4.54), com a variância dos dados junto à média de (0,82) pontos de desvio padrão. O sinal que indica a concentração dos mesmos junto à média.

4.1.5 Análise comparativa da observação participante considerando a prática reflexiva

O período entre Junho e Setembro do ano 2020 na Academia de Ciências Policiais sediada no Km – 16, Avenida Moçambique, na Localidade de Michafutene, Distrito de Marracuene, Província de Maputo, decorreu o estudo de campo ligado com a presente tese.

Durante a pesquisa empírica que levou noventa dias correspondentes a três meses, em jeito de um trimestre lectivo, além de servir-se da entrevista, questionário e a escala de Likert como as técnicas de recolha de informações e dados sobre o tema, também, foi servindo da observação participante, para se conferir a maneira como se procedeu a formação educativa e corporativa de quadros de segurança pública naquele estabelecimento de ensino e aprendizagem superior.

Importa ainda salientar que a técnica de observação se efectuou em dois momentos fundamentais:

1. O primeiro se destinou à análise de documentos vinculativos ao processo de ensino e aprendizagem, nomeadamente os regimentos curriculares e, planos temáticos e analíticos que juntos formaram o quadro das propostas didácticas reflectido ao período de 2010 a 2021. A documentoscopia - o processo de observação de documentos se desenvolveu em torno de 150 “cento e cinquenta” planos de estudo entre os de licenciatura e mestrado.

No decurso da conferência documental, notou-se que, dos 123 “cento, vinte e três” exemplares de planos analíticos de graduação, licenciatura e, 27 “vinte e sete” de cursos de pós-graduação, em especial os de mestrados académico e profissional, concluiu-se que o universo de cento e cinquenta planos temáticos correspondentes a 100 % “cem por cento”, onde se procuraram aferir semelhanças comparativas entre os eixos configurados nos currículos centrais dos cursos leccionados na ACIPOL com as características das variáveis que formam o corpo das estratégias curriculares propostas para a prática-docente pelos professores, mais de 75 % “setenta e cinco” por cento os conteúdos reflectem à educação de

modelo tradicional. Cujas corroboram com as ideias de Macedo (2011), Moreira (2013) e Neto (2015). Em virtude da predominância da exposição de conteúdos como a metodologia de ensino e aprendizagem, mais descrita.

Enquanto a quantidade de 25 % “vinte e cinco” por cento espelha para outros métodos didáticos, entre interativo, seminário, conferência e projectos (Ostermann & Cavalvanti, 2010).

Os regimentos curriculares elaborados em 2012 definiram as modalidades de ensino e aprendizagem na ACIPOL, que delinearão claramente as regras de formação no contexto do protocolo de Bolonha, onde aparecem os créditos académicos e respectivo fundo de tempo de aula, que cabe por disciplina. Mas, os docentes no acto de configuração das propostas didáticas, raramente observaram o preceituado (ACIPOL, 2012).

Comparativamente ao uso das novas tecnologias de informação e comunicação, que incidem no panorama da sociedade do século XXI, a comunidade conhecida como sendo de informação, conhecimento e electrónica (Castells, 1998; Gimeno, 2001; Sancho, 2000), verificamos apenas um plano analítico de uma disciplina, que consta o uso de mini-video ou dada show.

Esta insuficiência da inclusão das TICs na altura da descrição das propostas didáticas concretiza eficazmente a ideia e necessidade da formulação da segunda hipótese da presente pesquisa.

2. O segundo momento se centralizou na participação em actividades lectivas decorridas nos cursos de licenciatura e mestrado, em segurança pública e investigação criminal. Relativamente aos cursos de licenciatura, foram sendo participadas as aulas nas disciplinas, que formam o tronco comum e aquelas que fazem parte dos perfis de culminar do curso, entre a Migração humana e Fronteiras, Investigação Criminal e Criminalística, Administração e Logística policial e, Segurança Pública.

O momento da participação das aulas, que permitiu a integração do pesquisador no seio da cultura da comunidade académica, também, foram se verificando fortes evidências do ensino baseado no professor e nos conteúdos (Macedo, 2011; Ostermann & Cavalvanti, 2010), indentificando fruto da

insuficiência da prática reflexiva entre o teórico, prescritos nos planos centrais de estudo e a própria prática-docente efectuada durante as aulas.

A Academia de Ciências Policiais, na qualidade de instituição de formação superior e universitária, tem a missão de adquirir, transmitir e produzir conhecimentos por intermédio de processos de ensino, aprendizagem e investigação científica (ACIPOL, 1999).

Alicerçando-se nas interpretações de autores como Freire (1996), Macedo, (2011), Rocha, Fidalgo e Sampaio (1999) e Skinner (1993), se concluiu que a observação participante e a documentoscopia, onde se notaram e descreveram as formas, como têm sido efectivados os actos pedagógicos pela maioria dos docentes, vislumbrou-se maior potencial de educação centrada no professor, conteúdos e ensino. Modelo de formação, cuja didáctica tem como raízes na exposição de conteúdos e, aluno tendo sido considerado como sujeito passivo e simples receptáculo da matéria transmitida pelo professor, uma figura detentora de conhecimentos técnico-científicos e, a consideração da aprendizagem como processo mecânico, que se adquire através de estímulos condicionados e incondicionados, longe dos fundamentos mentais e cognitivos.

Ciente da maior importância deste modelo de educação na formação corporativa dos agentes de segurança pública, em prol da perpetuação da Ordem e Tranquilidade Públicas mas, os desafios são imensos que devem residir na aglutinação com outros modelos de educação de uma forma proporcional e equilibrada (Correia, 2015; Nunes & Silveira, 2015; Oliveira, 2011; Saporì, 2007), os quais passamos a citar:

1. Paradigma de educação centrada no estudante, onde a priori se dá maior importância a cognição como o conjunto das operações mentais do cérebro e o sistema nervoso central e periférico, a partir da geração dos fenómenos biológicos intrínsecos e do inconsciente ao consciente e extrínseco, em uma perspectiva da psicanálise: - ide, ego e superego. Sabendo que o ide está ligado ao sistema endócrino e o inconsciente; ego vincula-se ao sistema nervoso central e processos mentais e superego se aglutina com a ética e direito, analisando, a bondade e a

maldade para discernir o consenso, educação e, a coerção e leis que regulam a convivência social. Também, nota-se a percepção de aluno como sujeito com experiências prévias (Saviani, 2013).

2. Paradigma de educação incidido nas competências de aprendizagem, permite ao estudante se dedicar ao saber ser, estar e fazer na base da transferência dos conhecimentos teórico para a prática de uma forma autónoma, responsável e independente, primeiro individualmente e, em seguida de forma colectiva, com colegas e pessoas mais experimentadas na matéria, no contexto de aprendizagem por colaboração e interactividade (Distler, 2015; Lopes, 2015; Zarifian, 2012. Recordemos que as competências são demonstráveis na resolução das questões complexas e incertas.

3. Paradigma de educação por integração, onde se verifica a questão da interdisciplinaridade técnico-científica e sua vinculação com a cultura e a cívica (Santomé, 1998). A ligação da escola com a comunidade e inclusão de programas de cultura geral nas matérias académicas surgiu na perspectiva deste modelo de formação educativa (Soarez, 2013).

4. Modelo de educação baseada nas tecnologias de informação e comunicação, conjugada com a pedagogia electrónica (e-pedagogia) caracterizada pelo uso dos meios electrónicos e informáticos durante o processo de ensino e aprendizagem (Danielski et al., 2020). Pois, a sociedade actual de século XXI é tipificada no fabrico e uso massivo dos recursos electrónicos na maioria dos meios de produção e produtividade de bens e serviços, bem como no convívio social. A educação como processo e sector de formação e desenvolvimento do homem e da mulher acredita-se que é indissociável à esta dinâmica socio-económica emparelhada com as TICs⁷.

5. Paradigma de educação de inter-relação a copulada com a pedagogia de reciprocidade, constitui uma simbiose entre todos modelos de formação educativa e corporativa acima mencionados, com maior ênfase na relação entre os recursos essenciais do processo de ensino e aprendizagem: - professor, aluno, sociedade e recursos materiais. Entretanto, quer recursos humanos quer os meios materiais,

⁷ Modelo de formação educativa que constituiu como uma das primeiras hipóteses do presente estudo.

ambos se estabelecem na relação mútua entre eles. Ainda mais entre o professor e aluno se nota que explícita e implicitamente, os dois sujeitos se ensinam, e um aprende do outro assim sucessivamente⁸.

A saber que os dois últimos paradigmas supracitados foram abordados no ponto de vista do pesquisador e na reflexão da primeira e segunda hipóteses levantadas no princípio do presente estudo.

⁸ Paradigmas supracitados abordados no ponto de vista do pesquisador e na reflexão da primeira e segunda hipóteses levantadas no princípio do presente estudo.

CAPÍTULO V - CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E IMPLICAÇÕES

O recurso ao método comparativo conjugado com os métodos de abordagem qualitativa e quantitativa, compreendidos na hermenêutica com auxílio das técnicas de carácter filológico e linguístico, justapostas às informações obtidas por meio da revisão bibliográfica, documental, observação participante e entrevistas (De Pádua, 2011; Lakatos & Marconi, 2007), foram direccionadas aos investigadores científicos e docentes. E, no positivismo com uso das técnicas estatísticas, programa SPSS, de concentração e dispersão dos dados, como a média e desvio padrão (Loureano & Botelho, 2017; Oliveira, 2011), cujas foram aplicadas aos dados colectados nos estudantes e nos funcionários da Academia de Ciências Policiais (membros da Polícia da República de Moçambique e Corpo Técnico Administrativo), através da escala social de Likert e questionários respectivamente, foi importante para a obtenção de informações do panorama geral do estudo.

Também, a conjugação do manancial da metodologia com matizes que vislumbram, ainda a abordagem sócio-crítica (Kuark, et al., 2010; Oliveira, 2011), foi nos facultando no cumprimento das nossas questões de pesquisa articuladas em torno dos objectivos específicos que foram formulados no início do presente estudo: a). examinar teorias que facultam a definição de modelos curriculares adequados à formação de agentes de segurança pública, face a prevenção e o combate às novas formas de criminalidade; b). Caracterizar os desafios de Ministério de Interior – MINT, Polícia da República de Moçambique - PRM e Academia Ciências Policiais - ACIPOL, em relação com as novas formas de criminalidade em Moçambique; c). Compreender o currículo da formação superior das Forças de Segurança Pública na Academia de Ciências Policiais, em conexão com as orientações curriculares de formação contemporânea.

Baseando nas abordagens de De Pádua (2011), Lakatos e Marconi (2007) concluiu-se que a técnica de observação participante se realizou em dois momentos fundamentais, sendo a primeira focalizada à análise documental no contexto da perspectiva documentoscópica que facultou avaliar as configurações

das formas modelares dos currículos e respectivos actos pedagógicos que galvanizam as formações educativas e, corporativas dos quadros de segurança pública na Academia de Ciências Policiais. A segunda fase da observação foi direccionada à participação nas actividades lectivas levadas a cabo nos cursos de graduação, licenciatura em ciências policiais rumo à esteira dos perfís do culminar dos mesmos cursos, dentre a Segurança Pública, Investigação Criminal, Migração e Fronteiras e, a Administração e Logística Policial. Por último foi para o curso de pós-graduação, em especial para o mestrado académico e profissional nas especialidades de Segurança Pública e, Investigação Criminal e Criminalística.

Deste modo, a entrevista estruturada e aprofundada (De Pádua, 2011; Oliveira, 2011), que fora aplicada aos investigadores científicos e docentes, permitiu obter opiniões que reflectiram sobre estratégias, desafios e relações na definição de modelos curriculares, que venham melhorar a formação superior da polícia moderna, em concretização dos objectivos específicos constantes nas alíneas, a), b) e c) acima expostos.

O questionário aplicado aos funcionários da ACIPOL, dentre Corpo Tecnico Administrativo e membros da Polícia, facultou a aquisição das crenças com enfoque nas estratégias e desafios curriculares na formação superior de agentes de segurança pública, para a prevenção e repressão das novas formas de crime e criminalidade, em confirmação dos objectivos específicos prescritos nas alíneas a) e b), também, mencionados devidamente.

A escala social de Likert, que fora administrada aos estudantes da instituição em estudo, possibilitou se analisarem minuciosamente as atitudes, opiniões e o retrato geral do quadro de modelos curriculares em curso na formação superior da PRM na ACIPOL e sua relação comparativa com os modelos curriculares decorrentes na contemporaneidade, dignificando a confirmação dos objectivos específicos, em especial da alínea c) que se encontra devidamente exposto no segundo parágrafo do presente capítulo.

A observação participante efectuada durante as actividades académicas junto ao Departamento de Ensino e Aprendizagem da Direcção Pedagógica e, no

Departamentos de Investigação e Extensão Científicas, em especial na secção de Coordenação dos Curso de Pós-graduação, Mestrados, outorgou a conferência das atitudes e opiniões, face ao esquema de modelos curriculares em curso na formação superior de quadros de segurança pública na ACIPOL e seus impactos na prevenção e repressão das novas formas e, dinâmicas do crime e da criminalidade, para se delinearem estratégias curriculares que intensificarão melhorias no desempenho policial, concordando, também, com os conteúdos exarados nos objectivos específicos com enfoque no número, 3 (três) da presente pesquisa.

Todavia, docilmente se esclarece que no presente espaço foi apresentada a descrição das conclusões tiradas no decurso da pesquisa, cujas ficaram proporcionalmente vinculadas com as questões, os objectivos, as hipóteses e o problema do estudo. Posteriormente se realizou a breve descrição das limitações encaradas ao longo do trabalho, consecutivamente se efectivou a súpula exposição das implicações, sugestões que reflectem à doravante continuação dos propósitos do estudo.

5.1 Conclusões

O estudo foi desenvolvido na esteira dos conceitos ligados com as teorias de educação dentre aquelas, que se destacaram na formação educativa humana e currículo no contexto dos distintos modelos paradigmáticos juntamente com a respectiva gênese, com vista a sua melhor compreensão, para facultar a comparação com as práticas educativas, que têm sido aplicadas no processo de formação educativa e corporativa dos agentes de segurança pública na Academia de Ciências Policiais, em prol da garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana no exercício da cidadania e convivência social harmoniosa.

O processo de apresentação e interpretação dos dados e informações de naturezas qualitativas e quantitativas, devido a sua extensão e complexidade, em certos momentos, os mesmo dados foram organizados em forma de dimensões que correspondem aos paradigmas de educação, que simultaneamente se conjugam com os modelos curriculares descritos nas teorias de formação

educativa humana, dentre as tradicionais às modernas e contemporâneas (Danielski et al., 2020; Neto, 2015; Ostermann & Cavalvanti, 2010; Rego, 2018), por destaque: educação tradicional, centrada nos conteúdos, ensino e professor; educação centrada na aprendizagem e no aluno; educação baseada em competências; educação baseada na aprendizagem integral; educação baseada em TICs; educação incidida na aprendizagem sócio-crática; educação baseada no modelo presencial; educação baseada na modalidade à distância e educação baseada na modalidade heterogénea, entre a presencial e à distância, em simultâneo, cujas caracterizaram a essência da parte das variáveis das hipóteses levantadas no início da pesquisa e que foram constantes nos instrumentos de recolha de dados da pesquisa, cuja formulação se reflectiu nas questões de pesquisa, nos objectivos específicos com vista a concretizar o objectivo geral da mesma.

As relações e desafios institucionais da Academia de Ciências Policiais, Polícia da República de Moçambique e Ministério do Interior, os crimes modernos que recrudescem no país, como resultado do impacto da globalização, tecnologias de informação e comunicação e, as migrações étnico-culturais, as estratégias curriculares, que são aspiradas para a intensificação de melhorias na formação dos agentes de segurança pública, bem como as modalidades de frequência dos educandos nas acções formativas e educativas, também, fizeram parte do teor das dimensões formuladas para a recolha, apresentação e análise de dados da pesquisa.

A análise dos dados na base do banco de dados SPSS (Loureano & Botelho, 2017), tornou-se acessível através da conversão das variáveis qualitativas para quantitativas, por exemplo, no questionário as opções: sim, não e não sei, se converteram em numeração árabe, 1 (um), 2 (dois) e 3 (três), respectivamente. Enquanto, as opções: não concordo plenamente; discordo; não concordo e nem discordo; concordo e concordo plenamente, configurados na escala social de Likert, foram convertidos, também, em numeração árabe: 1 (um), 2 (dois), 3 (três), 4 (quatro) e 5 (cinco), assim sucessivamente.

A pesquisa de campus em comparação com as teorias tecidas por certos autores: De Pádua (2011); Distler (2015); Lakatos e Marconi (2007); Kuark, et al. (2010); Moreira (2013); Neto (2015); Nunes & Silveira (2015); Ostermann & Cavalvanti (2010) e Rego (2018), que se debruçaram sobre a temática, conjugadas com o teor dos regimentos nacionais que regulam o ensino superior em Moçambique (MINT, 2008; ACIPOL, 2008; Premugy, 2012), levou-nos confirmar que a formação na Academia de Ciências Policiais tem decorrido no círculo de sistema modelar híbrido: 1. a educação tradicional; 2. educação centrada no aluno; 3. educação incidida em padrões de competência; 4. educação integral e 5. educação baseada nas TICs.

A educação tradicional tem sido caracterizada por ensino e aprendizagem incidido nos conteúdos, ensino e professor, onde os processos pedagógicos são levados a cabo com uso da exposição verbal oral e escrita de conteúdos da matéria (Macedo, 2011; Moreira, 2013). A aprendizagem é compreendida como processo mecânico, que se pode conceber através estímulos incondicionais e condicionais, movimentado por acontecimentos externos e internos do ser humano a semelhança dos animais irracionais (Neto, 2015).

A educação centrada na aprendizagem e no estudante é o paradigma educativo, cujas evidências se tipificam nas aceções de a aprendizagem ser acção humana, que se pode adquirir por meio dos procedimentos mentais e cognitivos, gerados pelos sistemas endócrino e nervoso central auxiliado por sistema nervoso periférico através da sua interactividade com os fenómenos decorrentes no ambiente externo, os quais têm sido interiorizados e, depois de processados pelo cérebro (sistema nervoso central) e armazenados, em forma de memória, se classificam por pensamentos. Quando os pensamentos ficam exteriorizados, tomam o nome de conhecimentos humanos (Rego, 2018; Saviani, 2013).

A educação centrada nos padrões de competência, tem se baseado na aprendizagem autónoma, responsável e independente, através da consolidação dos conhecimentos teóricos aprendidos de maneira individual e colectiva, em forma de saber fazer, a prática reflexiva. Os procedimentos didácticos se

reproduzem por meio de aprendizagem interactiva, por problema, projectos, estudos de caso, seminários entre outra (Distler, 2015; Lopes, 2015; Zarifian, 2010, 2012).

A educação integral, onde a interdisciplinaridade constitui o factor mais característico. A introdução da componente cultural e comunitária forma a metodologia de aprendizagem mais rica e rendosa, para este modelo de pedagogia (Macedo, 2011; Soares, 2013; Organização das Nações Unidas para Ciência, Educação e Cultura [Unesco], 2015).

A educação baseada em tecnologias de informação e comunicação, cujo carácter fundamental tem sido uso de meios electrónicos e informáticos, em conexão com a sociedade contemporânea, Sociedade de Informação e Conhecimento, caracterizada por traços repletos de fabrico e uso massivo das TICs, onde consequentemente os fenómenos de ensino e aprendizagem são movidos pela mesma circunscrição (Danielski, et al., 2020; Pérez, et al, 2015).

Os estudos foram demonstrando que a formação de quadros da Polícia da República de Moçambique na Academia de Ciência Policiais se realiza em regime presencial. Mas, a emergência da pandemia, Covid-19 (Instituto Nacional de Saúde [INS], 2020), que não permitidira a realização das aulas presenciais, arrastou a comunidade académica recorrer ao ensino à distancia por intermédio dos recursos informáticos, e as tecnologias de informação e de comunicação. Apesar dos estudantes não terem se sentido a vontade, em estudar via on-line, através de plataformas configuradas nos computadores, tabletes e telemóveis, as insuficiências de hábito nessa modalidade de ensino e aprendizagem encaradas pela maioria dos actores primordiais do processo, concluímos que constitui um desafio enorme, para a instituição superar esta faceta.

Todavia, dentre os padrões de formação educativa, que se encontra envolvida a instituição académica em estudo, de acordo com os dados colectados por meio de recurso às técnicas de entrevista em profundidade, questionário, escala social de Likert e observação participante conjugada com a documentologia ou revisão documental, foi verificada que o modelo teórico da educação mais potencial, que se enquadra a formação de quadros da Polícia da República de

Moçambique na Academia de Ciências Policiais, tem sido o paradigma de educação tradicional (Neto, 2015; Nunes & Silveira, 2015; Ostermann & Cavalvanti, 2010), facto que nos levou a confirmar o primeiro objectivo específico da pesquisa.

No âmbito dos desafios contra as novas formas e dinâmicas de crime e criminalidade em Moçambique, foi se notando que a Academia de Ciências Policiais e as instituições congéneres, em especial o Ministério do Interior e o Comando Geral da Polícia da República de Moçambique (MINT, 2008; ACIPOL, 2008; Premugy, 2012), todas têm envidado esforços na perpetuação de relações maciças com vista a intensificar a formação de recursos humanos qualificados, para prevenir e combater esse flagelo social, que tem criado o maior espírito de sentimento de insegurança no seio dos cidadãos e retracção de investimentos domésticos, estrangeiros e desenvolvimento socio-económico do país.

Os desafios da Academia de Ciências Policiais, na qualidade de instituição superior da formação educativa e corporativa dos agentes de segurança pública, se cingem na promoção de programas curriculares capazes de melhorar a formação de quadros, em matéria de segurança pública, para fornecer ao Comando Geral da PRM, recursos humanos altamente qualificados, com vista a dar cobro o fenómeno criminal e, resgatar a paz e harmonia social no seio dos cidadãos moçambicanos (ACIPOL, 2008; Correia, 2015).

O Comando Geral da PRM, envida esforços no reforço logístico e patrimonial, bem como o acolhimento dos estudantes finalistas durante os estágios pré-profissionais, o momento da consolidação dos conhecimentos teórico com realidade laboral (PRM, 2003). Cujos processos prepara os formandos para a futura carreira que almejam com toda expectativa e interesse na defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos.

O Ministério do Interior promove acções conjuntas e institucionais para robustecer as funções e missões da Academia de Ciências Policiais e da Polícia da República de Moçambique na formação dos quadros em competências, habilidades e aptidões, para a protecção do cidadão e seus bens patrimoniais, por meio da prevenção e repressão ao crime e à criminalidade (Graciano, 2013; MINT, 2008).

O Ministério do Interior, Comando Geral da Polícia da República de Moçambique e Academia de Ciências Policiais, para além das relações institucionais domésticas, que têm envidado, também, efectuem a cooperação internacional ao nível da região dos países da Comunidade para Desenvolvimento da África Austral (SADC) e do Mundo inteiro, com vista à melhoria da formação de recursos humanos, face à incrementação das competências operativas contra todas formas de crime e criminalidade, que por todo custo procuram se recrudescer em Moçambique (MINT, 2008; ACIPOL, 2008; Premugy, 2012).

Os dados obtidos ao longo do estudo, têm vislumbrando que os programas de ensino e aprendizagem, para os agentes de segurança pública, realizadas pela Academia de Ciências Policiais, costumam ser efectivamente coordenados entre os estabelecimentos homólogos, concretizando deste modo o prescrito no segundo objectivo específico, definido no início do presente trabalho.

Quanto aos modelos curriculares, o estudo de campus nos levou a concluir que a formação na ACIPOL foi configurada no contexto do ensino universitário com padrões regionais da Comunidade para Desenvolvimento da África Austral, (SADC) e internacionais da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). O termo que coincide com os preceituados nos Planos Estratégicos de ACIPOL, onde se clama pela formação de Oficiais da Polícia dentro dos padrões educativos e científicos regionais e internacionais da Unesco, para a intensificação de estratégias preventivas e combativas às novas dinâmicas do Crime e Criminalidade no país.

Todavia, verificamos que a maioria de actores que operacionaliza os preceitos educativos, tem se negligenciado nos momentos de implementá-los, optando na didáctica com o predomínio no currículo educativo incidido no docente, cujas raízes vão se desenvolvendo nos conteúdos, ensino e professor, colocando em segundo plano a posição que o aluno ocupa, como actor activo do processo de ensino e aprendizagem (Macedo, 2011; Oliveira, 2011)..

A ACIPOL na qualidade de estabelecimento de ensino superior com a missão de desenvolver o ensino, aprendizagem, investigação científica e extensão.

Concluiu-se que a missão de ensinar saber ser, estar, fazer e viver juntos, não reflecte de forma clara e concisa nos planos analíticos ou propostas didácticas elaborados pelos docentes de cada disciplina. Assim, tornou difícil perceber o currículo com rizomas que incidem nos padrões de competência. cujos sinais se notabilizam na metodologia de ensino e aprendizagem, com métodos, técnicas e instrumentos que permitem ao aluno demonstrar as habilidades de deduzir a teoria no saber ser, estar e fazer (Macedo, 2011; Zarifian, 2012). O saber fazer baseado na prática reflexiva constitui o estofa da tecnologia e ciência. A aprendizagem interactiva, por projecto, estudo de caso, seminários e conferências, faculta a autonomia e responsabilidade na resolução de tarefas didácticas, e outras categorias de actividades humanas.

Os regimentos curriculares e percursos formativos de agentes policiais em ambos níveis de graduação e pós-graduação, em especial o mestrado, foram caracterizados eficazmente com tonalidades de currículo integral, com propriedades que indicam a incorporação proporcional das disciplinas técnico-científicas, para fluxo da formação educativa humana (Caminius, 1985; Ramos, 2005; Santomé, 1998). Os programas lectivos revisados durante a observação, observação participante, contiveram um pouco de tudo, como a ciência e cultura geral, para o engrandecimento de conhecimentos dos educandos.

O facto da pesquisa se desenvolver em torno de tema inserido no campo da educação, um processo socio-formativo, logo nos impregnou no currículo socio-crático, onde se manifesta a organização de procedimentos de formação educativa considerando, que processos de ensino e aprendizagem, apesar se desenrolarem no contexto da cognição, caracterizada por actividades psicológicas individuais, também, são de carácter social (Ostermann & Cavalvanti, 2010). Pois, o ser humano com as suas experiências prévias alicerçadas no esforço individual, o seu sucesso no desenvolvimento das capacidades de aprendizagem, sempre se fortificou por intermédio de contactos com os semelhantes mais próximos e experimentados na matéria e vida. A perceber que o conhecimento humano tem o seu eco nas relações interpessoais de complementaridade, diz o velho ditado popular *‘uma mão lava a outra, e as duas lavam a cara’*. A razão pela qual, tem

vido importante a aprendizagem por interactividade, com vista consolidar a teoria da zona de desenvolvimento proximal (Vygotsky, 1996).

De acordo com a PGR (2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2010, 2021), actualmente Moçambique tem sido palco de crimes atípicos e não tradicionais para o povo nativo, onde os motivos se atribuem às migrações étno-culturais, a célere emergência e uso massivo das tecnologias de informação e comunicações, incluindo a globalização. Os crimes que conseqüentemente se repercutem em criminalidade, de forma geral se classificam em crimes ecológicos e ambientais, crimes hediondos e crimes contra a economia nacional: espoliação de recursos florestais e faunísticos, tipificados como abate desenfreado de animais e plantas em via de extinção; exploração e delapidação de recursos minerais acompanhada com a poluição das águas ribeirinhas e fluviais; raptos e assassinatos de pessoas com problemas de pigmentação da pele, vulgo albinos; tráfico de tecidos e órgãos humanos, para fins meramente obscuros e supersticiosos; falsificação de moeda e corrupção, pondo em causa os cofres do erário público; entre outros tipos de infracções de natureza criminal, administrativo e fiscal.

O âmbito das estratégias curriculares que a Academia de Ciências Policiais pode envidar no sentido de intensificar melhorias na formação de quadros de segurança pública e conciliar com o progresso sócio-económico actual, tem sido clamado como sendo as seguintes: a promoção de oficinas pedagógicas para capacitação dos docentes em matéria pedagógica vinculada com o desenvolvimento do mundo e do país; a consideração dos quadros formados em ciências de educação e pedagogia, com vista se lograr imensamente esses quadros formados em ciências de educação, para o incremento do desempenho do sector responsável pelo ensino e aprendizagem.

Todavia, para robustecer mais o perfil das estratégias necessárias para a melhoria da produtividade pedagógica na Academia de Ciências Policiais, foram formuladas duas hipóteses, que se desenvolveram no círculo de currículo tecnológico, definido no contexto das tecnologias de informação e comunicação,

em conexão com a Sociedade de Informação e Conhecimento do século XXI (Danielski et al., 2020), cujas evidências se demonstram no uso massivo de recursos electrónicos e informáticos, na maioria dos sectores de produção e produtividade e, currículo de inter-relacção, cujos elementos característicos se verificam na necessidade da aplicação inclusiva e proporcional de um pouco de todos currículos durante os processos de educação tecnico-científica. Porque a experiência dita que na educação não existe o currículo mais importante e melhor do que outro. Somente o que deve existir é a complementaridade entre as várias e diferentes tipologias curriculares, em forma de uma inter-relação entre as mesmas.

De forma sintetizada, se concluiu que a conferência da conectividade entre as teorias curriculares gerais com a forma, como foram organizadas e articuladas actividades pedagógicas e formativas de ACIPOL, levou-nos a compreender o modelo de currículo que mais predomina na formação do estabelecimento académico em estudo, é currículo centrado no ensino (Neto, 2015; Rego, 2018), cujo gesto nos imbuíu confirmarmos o terceiro objectivo específico definido no começo da tese.

A primeira hipótese que apregoa na concepção do modelo de inter-relação curricular e pedagogia de reciprocidade pode melhorar as estratégias de currículo e formação em aquisição e desenvolvimento de competências aos agentes da segurança pública na Academia de Ciências Policiais, face à prevenção e combate à criminalidade, foi nos confirmada pelo estudo de campus, que é tão pertinente, apesar de ter sido demonstrada a sua inexistência nas práticas pedagógicas realizada na instituição, onde se centralizou a presente pesquisa. Lembrem-se que o currículo de inter-relação curricular se caracteriza nas dimensões que se manifesta a aprendizagem, onde os autores envolvidos compreendam que cada um aprende do outro, na (pedagogia de reciprocidade) e, os modelos curriculares devem se complementar entre si, assim sucessivamente (Santos, 2005; Zarifian, 2010, 2012).

A educação que se emprenha no modelo de inter-relação curricular, proclama que não existe um currículo de formação educativa: centrado no professor; centrado no aluno; nem por competência; por integração e o incidido

nas tecnologias, o qual seja melhor que outro. O que pode acontecer é a combinação proporcional e contextual dos currículos, para o exercício de determinada formação humana.

A segunda hipótese que chama para a concepção de paradigma tecnológico curricular e pedagogia electrónica (e-pedagogia) pode intensificar as estratégias na formação extensiva aos quadros de segurança pública na Academia de Ciências Policiais, em prol da manutenção da Lei e Ordem, também, a pesquisa nos revelou ser a iniciativa importante porque, apesar da fundação do Departamento e a Sala de Aulas de Informática, nesta instituição se registam provas suficientes que conferem o desafio no domínio e uso correcto dos recursos informáticos e electrónicos para impulsionar o processo de ensino-aprendizagem em torno da pedagogia electrónica (Danielski et al., 2020).

A eclosão da pandemia, Covid-19, no princípio de ano 2020, coincide com os últimos momentos do culminar desta pesquisa, serviu do ponto de partida para o registo dos primeiros sinais da pedagogia electrónica, mas com maiores limitações, associadas com a falta da preparação técnico-científica dos actores responsáveis pela formação no processo, dentre docentes e discente. Alias, a essência desta iniciativa funda-se na perspectiva de levar os professores e outro pessoal interessado na área, compreenderem que, o facto de o docente estar a usar os instrumentos informáticos como computador e dada show, durante o processo de leccionação das aulas, o professor está praticando a e-pedagogia.

A pedagogia electrónica é todo sistema de práticas relacionadas com o ensino-aprendizagem com recurso a meios informáticos e telemáticos, exemplo: dada show; computador; tablete; telemóvel; Internet; televisão; entre outros. Pois que, esses aparelhos estão dotados de ferramentas digitais como correio electrónico (e-mail), whatsapp, chats, vídeo-conferência, google-classroom, google-meet, que permitem o decurso favorável dos acontecimentos pedagógicos, quer na forma presencial, quer à distância (Pantoja, 2004; Pérez, et al., 2015).

Portanto, após o estudo sobre as distintas formas de currículo e formação, foram concretizadas as hipóteses definidas no início da pesquisa: 1. A concepção

do modelo de inter-relação curricular e pedagogia de reciprocidade pode melhorar as estratégias de currículo e formação em aquisição e desenvolvimento de competências aos agentes da segurança pública na Academia de Ciências Policiais, face à prevenção e combate à criminalidade e 2. A concepção de paradigma tecnológico curricular e pedagogia electrónica (e-pedagogia) pode intensificar as estratégias na formação extensiva aos quadros de segurança pública na Academia de Ciências Policiais, em prol da manutenção da Lei e Ordem. Consequentemente se concluiu que são melhores estratégias curriculares, que proporcionarão as competências profissionais para agentes de segurança pública, na perspectiva dos desafios contra as novas formas de criminalidade na sociedade humana.

5.2 Limitações

A realização do curso de doutorado em educação, se procedeu no perímetro de maior sonho depois de ter concluído a formação de pós-graduação, mestrado em ciências policiais, nada de tempo foi deixado passar. Mas, logo que se pretendeu implementar o projecto em latência, pensou-se nos fundos monetários para se custear, cujo nada existia na algibeira.

Porém, o sonho não podia se apagar por esta causa, logo apareceu a ideia de solicitar de forma humilde às estruturas laborais competentes para a concessão dos recursos financeiros relacionados com a bolsa de estudos, junto ao local de trabalho, onde exerceu funções de docência, mas tudo resultou em fracassos. O pior de tudo, foi a coincidência com o momento crítico que Moçambique se encontrava mergulhado, a crise financeira que eclodiu no país, em 2016, através da qual, o governo moçambicano acabou por declarar a contenção de despesas em todos sectores do erário público, facto que motivou o responsável da instituição ter que esclarecer que não existia dinheiro para custear o curso.

A vontade de aprender, aprender sempre, bem como de estudar os contornos da educação, obrigou que solicitasse empréstimo à banca, com vista a realizar o sonho. Alias, a Fundação Universitária Iberoamericana (FUNIBER) disponibilizava bolsas aos candidatos e, outras despesas podia suportar o próprio estudante, cujas puderam ser cobertos por tal empréstimo.

O estudo começou a decorrer normalmente, o que constituía a maior e bela tonalidade da luz que cintilava no fundo do túnel, portanto um belo sinal da realização do sonho de fazer doutorado em educação. A maior surpresa de insólito se surtiu, quando durante o decurso da formação, foi recebida a novidade do encerramento da Sede da FUNIBER, sitiada na Cidade da Beira, em Moçambique. As notícias da Imprensa Nacional e da Televisão de Moçambique, que circulavam no país naquela altura, não tinham sido agradáveis. O pesquisador como acreditara as qualidades das universidades que formam a rede da FUNIBER, procurou por todas formas se conformar, prosseguindo a sua pesquisa, apesar de tanto pensar na validação do seu certificado de habilitações pelo Ministério de Educação e Desenvolvimento humano, foi caminhando tranquilamente, movido pela aceção de que o conhecimento técnico-científico bem qualificado tem sido transfronteiriço.

Na verdade, um belo dia e mês que não precisou citar, mas sendo em 2020, a sua alegria se incrementou na medida que abriu o correio electrónico, onde leu o título, “Uma nova Sede da FUNIBER na Cidade de Maputo. A partir daquela data, o sonho foi reactivando a alegria e a vontade de aprender mais, bem como a força de trabalhar se aumentou de forma proporcional.

Salienta-se ainda que, durante o decurso da pesquisa, um dos marcos indeléveis, na história da humanidade de uma forma geral e do autor da pesquisa de outra forma especial, foi a emergência da Covid-19, uma pandemia causada por “Coronavirus”, cuja doença alterou totalmente as formas de ser e estar da pessoa humana e, as culturas tradicionais dos povos do mundo inteiro se alteraram, provocadas pelas regras e normas impostas pelas autoridades da saúde, para a prevenção contra o coronavirus, microrganismo de rápida chacina

humana, que atingiu o globo terrestre, em especial para Moçambique de certo modo afectou directamente realização do curso normal do presente estudo.

A análise de dados quantitativos por meio do banco de dados, Statistical Package for the Social Sciences, traduzido em idioma português, pacote estatístico para as ciências sociais (SPSS), foi uma das fases que constituiu desafio bastante complexo e difícil, que levou cerca de três meses aproximadamente uns noventa (90) dias lectivos, para se concretizar. Pois, o plano para a apresentação da tese segundo o prescrito no projecto de pesquisa, fora previsto para finais de de 2020 mas, devido a estes constrangimentos conjugados com outros acima devidamente descritos, se tornou impossível cumprir com o compromisso, facto que levou à sua extensão para os presentes momentos. Porém, a vontade de estudar e a força de trabalhar, acabaram se servindo de maiores elementos propulsores, para se conseguir atingir os objectivos definidos nos primórdios do estudo.

5.3 Implicações

A celeridade das dinâmicas sociais e naturais caracterizadas por várias manifestações comportamentais da pessoa humana, tangentes aos âmbitos da bondade e maldade, em consonância com a ética social, para com a própria vida humana confluindo ao ecossistema, em especial as mudanças climáticas, cuja a culpa principal tem sido atribuída à conduta humana.

A educação é a melhor medida para a formação da consciência do homem e da mulher, com vista a compreender de melhor maneira os fenómenos sociais e naturais que ocorrem a sua volta e no mundo em geral. O sentido da percepção destes factos, tem sido como resultado a tomada da consciência plena pela humanidade para julgar e reparar a maldade, em conquista da bondade para a convivência social harmoniosa.

Portanto, a educação está à conquista do consenso social por intermédio da compreensão da maldade para a construção da bondade, enquanto se manifesta, em torno disso se encontra a coação, a norma ou lei social e política, para regular o modo da vida social, perpetuando a ordem social e política.

Os agentes de segurança pública, constituem a componente política e estatal para a manutenção da Lei, Ordem e Tranquilidade Públicas, em prol da garantia dos direitos fundamentais do cidadão.

O processo da formação educativa e corporativa carece de uma adaptação técnico-científica contextual, daí a razão da adopção das conjecturas que no decurso da pesquisa foram devidamente confirmadas como sendo imprescindíveis para a melhoria da formação educativa dos quadros de segurança pública pela Academia de Ciências Policiais: I. A concepção do modelo de inter-relação curricular e pedagogia de reciprocidade pode melhorar as estratégias de currículo e formação em aquisição e desenvolvimento de competências aos agentes da segurança pública na Academia de Ciências Policiais – ACIPOL, face à prevenção e combate à criminalidade e II. A concepção de paradigma tecnológico curricular e pedagogia electrónica (e-pedagogia) pode intensificar as estratégias na formação extensiva aos quadros de segurança pública na Academia de Ciências Policiais - ACIPOL, em prol da manutenção da Lei e Ordem.

A Academia de Ciências Policiais, em parceria com o Comando Geral da PRM e o Ministério do Interior, se encontram comprometidos afincadamente na formação de quadros da Polícia da República de Moçambique altamente qualificados de acordo com o plasmado nos programas estratégicos de desenvolvimento institucional de cada uma delas.

O currículo de ACIPOL foi configurado em conformidade com os padrões curriculares de formação superior e universitária internacionais da contemporaneidade. Mas, para a implementação efectiva destas cláusulas com a consistência, envolve em primeiro plano, a formação pedagógica a curto, médio e longo prazos aos gestores e docentes dos processos de ensino e aprendizagem.

Nas circunstâncias, que a academia tenha certo número de quadros formados em ciências de educação, devia se envolver esses profissionais nas áreas ligadas com ensino, aprendizagem e, investigação e extensão científicas.

A educação técnico-científica constitui o acto humano bastante delicado, por se tratar de uma função para formação e desenvolvimento humano, a razão

pela qual não pode ser levada a cabo por curiosos, precisa de homens e mulheres profissionais com competências em ciências de educação, especialmente aos docentes, em psicopedagogia e didáctica, sem se descartar das habilidades integrais. O professor deve exercer a função na base da prática reflexiva, significa o conhecimento prático deve se reflectir ao conhecimento teórico.

Assim sendo, constitui o maior desafio institucional a intensificação da formação de docentes e gestores dos processos de ensino e aprendizagem, em ciências de educação e, no aperfeiçoamento das Tecnologias de Informação e Comunicação, TICs.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aaker, D. A.; Kumar, V. & Day, G. S. (2004). *Pesquisa de marketing*. Atlas.
- Althusser, L. (1980). *Aperelho do Estado* (2ª ed.). Presença.
- Althusser, L. (1987). *Aparelhos Ideológicos do Estado* (3ª ed.). Graal.
<https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livrosdiversos/os-aparelhos-ideologicos-de-estado>.
- Ausubel, D. O.; Novak, J. D & Hanesian, H. (1980). *Psicologia Educacional*. Interamericana.
- Apple, M. W. (2006). *Ideologia e Currículo*. Arned.
- Aranha, M. L. (2012). *História da Educação e da Pedagogia Geral*. Moderna.
- Assembleia Geral das Nações Unidas (2000). *Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional*. ONU.
<https://www.cursosapientia.com.br/conteudo/noticias/a-convencao-de-palermo>.
- Assis, A.; Tajú, G. & Covane, L. (1999). *História: Da aurora do Capitalismo às vésperas da Primeira Guerra Mundial*. Asa.
- Basílio, G. (2010). *O estado e escola na construção de identidade política moçambicana* [Tese de doutorado em educação]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Bravo, S., R. (1998). *Técnicas De Investigación Social*. Editorial Paraninfo.
- Baudelot, C. & Establet, R. (1971). *L'école capitaliste en France*. F. Maspero.
- Beleza, T. P. (2003). *Direito Penal*. (2ª Ed.). AAFDL Editora.
- Bisquerra, R. (Coord.). (2004). *Metodología de la investigación educativa*. La muralla.
- Bogdan, R. S. & Biken, S. (2003). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. (12ª. Ed.). Porto.
- Bourdieu, P. & Passero, J. C. (1975). *A reprodução*. Francisco Alves.
- Bowles, S. & Gintis, H. (1976). *Schooling in capitalista America*. Routledge.

- Brandão, C. R. (1981). *O que é o método Paulo Freire*. Brasiliense.
- Bruno, L. (2011). Educação e Desenvolvimento Económico no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 16(48), 545 – 562.
- Bruner, J. (1973). As funções do ensino. In W. Morse & G. M. Wingo, (1979), *Leitura em Psicologia Educacional*. (pp. 35-69). Nacional.
- Buendía, L., Colás, P., & Hernández, F. (1997). *Métodos de investigación en psicopedagogía*. McGraw-Hill.
- Bunge, M. (1981). *Epistemología*. Ariel.
- Cabral, R. et. al. (2008). *Enciclopédia verbo da Sociedade e do Estado*. Verbo.
- Calleja, J. M. R. (2008). Os professores desde século – algumas reflexões. *Revista institucional de la Universidad tecnológica de Choco: investigación, biodiversidade y desarrollo*, 27(1), 109-117.
- Cambi, H. (1999). *História da Pedagogia* (4ª ed.). UNESP.
- Camenu, J. A. (1985). *Didáctica Magna* (5ª ed.). Vozes.
- Castells, M (1998) *La era da la informacion, Economía, sociedade e cultura*. Aleguza.
- Candau, V.M.F. (1983). *A didática em questão*. Petrópolis Vozes.
- Cardona, M. C. (2002). *Introducción a los métodos de investigación en educación*. EOS.
- Carreño, M. (Ed.) (2000). Teorías e instituciones contemporáneas de educación. Síntesis educación. *Revista Esponhola de Educación Comparada*, 7(2001), pp. 399-402.
- Castiano, J. P. (2005). *Educação para quê: as transformações no Sistema de Educação em Moçambique*. INDE.
- Castiano, J. P., Ngoenha, S. E. & Berthoud, G. (2005). *A longa Marcha duma Educação para todos em Moçambique*. Imprensa Nacional.
- Chilundo, A. (2003). African higher education. In D. Teferra & P. G. Altbach (2003). *African higher education: An international handbook*. (pp. 362 – 403)Indiana University Press.

- Chisnall, P. (1973). *Marketing Research: Analysis and Measurement*. McGraw-Hill.
- Churchill, G. (1998). *Marketing research: methodological foundations*. The Dryden Press.
- Correia, E. P. (Coord.) (2015). *Liberdade e segurança*. ISCPsi-ICPOL.
- Cruz, S. T. (2008). *Instituições de ensino superior e investigação em ciências sociais: A herança colonial, a construção de um sistema socialista e os desafios do século XXI: o caso de Moçambique*. UEM
- Cumbi, G., Maconha, J. & Nhapulo, T. J.A. (2009). *História*. Longman Moçambique.
- Da Silva, L. M. (2015). Política e Fundamentos da Educação em Direitos Humanos. *Revista Temas em Educação, João Pessoa, 24(2)*, 179-182.
- Danielski, K., Do Prado-Lenise, M., De Lima-Maria, M., Kempfer-Silveira, S., Heinzle-Selpa, M. R., & Canever-Pedroso, B. (2020). Tecnologias de informação e comunicação para a educação para cidadania global de enfermeiros. *MLS Educational Research, 4(2)*, 7-21. [https://doi: 10.29314/mlser.v4i2.183](https://doi.org/10.29314/mlser.v4i2.183).
- De Barros, A. J. & Leheld, N. A. S., (1999). *Projecto de Pesquisa: propostas metodológicas* (9ª ed.). Vozes.
- De Pádua, E., M. (2011). *Metodologia de Pesquisa: Abordagem Teórico-Prático*. Papirus Editora.
- Decreto nº 24/99 do Conselho de Ministros: Criação da Academia de Ciências Policiais. (1999). Boletim da República nº 19, Série I de 18-05-1999.
- Delors, J. F., Al-Muft, I., Amagi, I., Carneiro, R., Chung, F., Geremek, B., Grkam, W., Kornhauser, A., Manley, M., Quero-Padron, M., Savane-Anelique, M., Singh, K., Stavenhagen, R., Suhr-Won & Nanzhao, Z. (1996). Educação um tesouro a descobrir: *Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. Asa.
- Dewey, J. (1938). *Experience and education*. Collier. <https://talkcurriculum.files.wordpress.com/2014/09/dewey-j-1938experience-and-education-pp-17-31-new-york-ny-touchstone>.
- Dewey, J. (1978). *Vida e educação* (5ª ed.). CEN - Melhoramentos.
- Dewey, J. (1979). *Democracia e educação* (3ª ed.). Companhia editora nacional.

Dias, J.F. (2007). *Direito Penal: Questões fundamentais a doutrina geral do crime*. Editora Limitada.

Dias, H. N. (2009). *Ensino superior em Moçambique: Comunicação apresentada no seminário sobre o ensino superior nos países da CPLP*. (texto não publicado).

Distler, R. R. (2015). Contribuições de David Ausubel para a intervenção psicopedagógica. *Revista de Psicopedagogia*, 32(98), 191-199. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862015000200009.

Domingos, B. (2020). *Ética e valores na gestão escolar. Um estudo na escola de 2º ciclo de ensino secundário em Moçâmedes-Angola* [Tese de Doutoramento em Ciências de Educação]. Universidade de Évora.

Donaciano, B. (2011). *Vivências Académicas, Métodos de Estudo e Rendimento Escolar em Estudantes da Universidade Pedagógica* [Tese de Doutoramento em Ciências de Educação, especialidade em Psicologia da Educação]. Universidade de Minho.

Dubet, F. (2008). *O que é uma escola justa: A escola das Oportunidade*. Cortez.

Eby, F. (1976). *Historia da educação moderna: teoria, organização e práticas educacionais*. Globo.

Fabretti, H. B. (2014). *Segurança Pública: Fundamentos jurídicos para uma abordagem constitucional*. Atlas. [https://www.google.com/search?q=Fabretti%2C+H.+B.+\(2014\).+Seguran%C3%A7a+P%C3%BAblica%3A+Fundamentos](https://www.google.com/search?q=Fabretti%2C+H.+B.+(2014).+Seguran%C3%A7a+P%C3%BAblica%3A+Fundamentos).

Fleury, M. L. & Fleury, A. (2001). Construindo o conceito de competências. *Revista de Administração Contemporânea - RAC*, 2, 183-196. <http://www.scielo.br/pdf/rac/v5nspe/v5nspea10.pdf>.

Filocre, L. D. (2010). *Direito de segurança pública: limites jurídicos para políticas de segurança pública*. Loyola.

Formozinho, J. (1991). Currículo uniforme – pronto-a-vestir de tamanho único. In F. Machado, & M. E. Gonçalves, (1991). *Currículo e Desenvolvimento Curricular* (pp. 112 – 132). Editorial ASA.

Freire, P. (1980). *Conscientização: teoria e pratica da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. Cortez e Moraes. https://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/Paulo%20Freire%20%20Consciencia%C3%A7%C3%A3o_pp.5-19.

- Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia - Saberes Necessários à Prática Educativa* (25ª ed.). Paz e Terra. <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire>.
- Freire, P. (2010). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. (41ª ed.). Paz e Terra. Coleção Leitura.
- Frente de Libertação de Moçambique (1977). *Relatorio do 3º Congresso*. Tempo - gráfica.
- Fukuyama, F. (1992). *O fim da história e último homem*. Rocco.
- Gade, C. (1980). *Psicologia do consumidor*. EPU.
- Gadotti, M. (1995). *História das idéias pedagógicas*. Ática.
- Gadotti, M. (2005). *A questão da educação formal e não-formal*. Institut Internacional des Droits de 1º Enfant.
- Gabriel, M. (2017). *Estágios do desenvolvimento para Henri Wallon*. http://www.blogpsicologos.com.br/psicologia_de_senvolvimento-humano/item/98-estagios-do-desenvolvimento-para-henri-wallon.
- Garcia, A. C. (2011). *Teorias de Currículo*. Cortez.
- Garcia, M. M., Mateo, I. & Gil, E. (2008). Métodos de investigación cualitativa en Salud pública. En F. Martínez, J. M. Antó, P. Marset y F. Bolumar (Eds), *Salud Pública*. McGraw, Hill-Interamericana.
- Gárciga, R. (1999). *Formulacion estratégica: un enfoque para directivos*. La Havana: Félex Varela.
- Gardner, H. (1995). *As Inteligências Múltiplas*. Artes Médicas. <https://pt.slideshare.net/gabrielsoares08/howard-gardner-teoria-das-inteligencias-mltiplas>.
- Giddens, A. (2004). *Sociologia*. Penso.
- Giddens, A. (2012). *Sociologia* (2ª ed.). Penso.
- Ghiraldelli, P. Jr. (2002). *Didática e teorias educacionais*. DPA.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (5ª ed.). Atlas.

Gimeno, J. (2001). El significado y la función de la educación en la sociedad y cultura globalizados, *Revista de Educación* V(1), 121-142.

Girox, H. (1983). *Pedagogia radical: Subsídio*. Cortez.

Giroux, H. (1997). *Os professores como intelectuais. Rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Artmed.

Gomez, M. B. (1999). *Educação moçambicana: história de um processo (1962-1984)*. Livraria Universitária – Universidade Eduardo Mondlane.

Gomez, M. B. (2010). Samora Machel e a educação. In A. Sopa (coord.), *Samora Machel: Homem do Povo* (pp. 101-143). Maguezo.

Gõni, J. M., & Linares, M. D. L. (2016). *Projecto curricular e programação: Lições de Pós-graduação*. Funiber.

Goodson, I. (1998). *Currículo: teoria e história*. Tradução de Atílio Brunetta. Vozes.

Graciano, M., Matsuda, F., & Fernandes, F. C. (2009). *Afinal, o que é segurança pública?*. Global.

Gouveia, J. B. (2013). *Direito Internacional da Segurança*. Almedina - S.A.

Gouveia, J. B. (Coord.) (2014). *Estudos de Direito e Segurança*. Almedina. S.A.

Hamilton, D. (1992). Sobre as origens do termo classe e curriculum. *Teoria e Educação*, (6), 33-52. Pannonica.

Hedges, D. (Coord.) (1999). *História de Moçambique: Moçambique no Auge do Colonialismo, 1930 – 1961*. Departamento de História da UEM.

Hernandez, M. (2004). *Curso a distancia sobre dirección estratégica*. CEDTDIR.

Hernandez-Sampieri, R.; Fernandez-Collado, C., & Baptista-Lucio, P. (2003). *Metodología de la investigación*. McGraw-Hill.

Hurtado, G. M., & González, N. R. (2008). *Estilo de ensino e modelos de pedagógicos: um estudo com professores de engenharia financeira da universidade piloto da Colômbia* [Dissertação de Mestrado]. Universidade de La Salle.

Instituto Nacional de Saúde, (2020). *Conheça melhor o novo coronavírus, Sars-Cov-2*. INS. <https://covid19.ins.gov.mz/wp-content/uploads/2020/03/CORONA-VIRUS-Flyer-5-1.pdf>.

- Jackosn, P. W. (1996). *Handbook of research on curriculum*. Simon & Schuster MacMillian.
- João, C. (2012). *Arte de Guerra*. (3ª ed.). Editorial Clássica.
- Kant, I. (2004). *A paz perpétua e outros opúsculos*. Editorial - 70.
- Kemmis, S. (1988). *El curriculum: más allá de la teoría de la reproducción*. Morata.
- Kerlinger, F. N. (1980). *Metodologia de pesquisa em ciências sociais*. Loiyola.
- Kolker, T. (2004). A Actuação dos psicólogos no sistema penal. In H. S. Gonçalves, & E. P. Brandão, (s.d.), *Psicologia Jurídica no Brasil* (pp. 199-251). Nau Editora.
- Krell, A., J. (2004). *Discricionarieidade e proteção ambiental: o controle dos conceitos jurídicos indeterminados e a competência dos órgãos ambientais*. Livraria do Advogado. <http://www.ambitojuridico.com.br/>.
- Krippendorff, K. (1990). *Metodología de análisis de contenido*. Paidós.
- Kuark, F. S., Manhães, F.C., & Medeiros, C. H. (2010). *Metodologia: um guia prático*. Via Literarum.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (1999). *Fundamentos de metodologia científica*. (4ª.ed.). Atlas.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2001). *Fundamentos de metodologia científica*. (5ª ed.). Atlas.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2007). *Fundamentos de metodologia científica*. (6ª ed.). Atlas.
- Latorre, A., Del Rincón, D., & Arnal, J. (2005). *Bases metodológicas de la investigación educativa*. Experiencia.
- Laureano, R., & Botelho, M. C. (2017). *SPSS- O Manual de Consulta Rápida*. Silabo. <https://www.amazon.com/SPSS-Statistics-Manual-Consulta-Portuguese/dp/9726188865>.
- Laville, C., & Dionne, J. (1999). *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. UFMG.

Lei nº 16/2013 da Polícia da República de Moçambique e revoga a Lei nº 5/88 de 27 de Agosto de 1988 e Lei nº 19/92 de 31 de Dezembro de 1992. (2013). Boletim da República nº 64, Série I de 12-08-2013.

Lemmer, E. (2006). *Educação contemporânea: questões e tendências globais*. Texto Editora.

León, O. G., & Montero, I. (2002). *Métodos de Investigación en Psicología y Educación*. McGraw-Hill.

Leopoldo, F. & Silva, J. J. M. (2009). *Conceito de Informação*. <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/conceitodefomacao.pdf>

Libâneo, J. C. (1989). *Democratização da escola pública: pedagogia crítico-social dos conteúdos*. Loyola.

Libâneo, J. C. (2005). *Pedagogia e pedagogos para quê?*. (8ª ed.). Cortez Editora.

Libâneo, J. C. (2006). *Didática*. Cortez Editora. <https://www.professorrenato.com/attachments/article/161/Didatica%20Jose-carlos-libaneo obra>.

Lima, R. S, Silva, C. G. A. & Oliveira, S. P. (2013). Segurança pública e ordem pública: apropriação jurídica das expressões à luz da legislação, doutrina e jurisprudência pátrios. *Rev. bras. segur. Pública*. 7(1), 58-82.

Lopes, A. C. (2015). *Currículo: Debates contemporâneos*. Cortez.

Louro, G. L. (2000). *Currículo, Género e sexualidade*. Porto. <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/821/1/livro%20edufes%20Curr%C3%ADculos%2C%20g%C3%AAneros%20e%20sexualidades%20experi%C3%AAncias%20misturadas%20e%20compartilhadas>.

Macedo, R. S. (2002). *Chrysallís. Currículo e complexidade. A perspectiva crítica multirreferencial e o currículo contemporâneo*. Edufb.

Macedo, R. S. (2011). *Pedagogia: Currículo, Educação, currículo e avaliação*. <https://www.google.co.mz/search?q=conceito+de+curriculo+pdf>.

Malhotra, N. (2001). *Pesquisa de marketing*. (3ª ed.). Bookman.

Manacorda, M, A. (2002). *História da Educação: Da Antiguidade aos nossos dias*. Cortez.

Marcineiro, N. & Pacheco, G., C. (2001). *Polícia Comunitária. Evoluindo para a Polícia do Século XXI*. Editorial Insular.

- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M., (1999). *Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. (4ª ed.). Atlas.
- Mattar, F. N. (1996). *Pesquisa de Marketing: metodologia, planejamento*. (2ª ed.). Atlas.
- Mattar, F. N. (2001). *Pesquisa de marketing*. (3ª ed.). Atlas.
- Mazula, B. (1995). *Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985*. Afrontamento.
- Melo, A. & Urbanetz, S. T. (2008). *Fundamentos da Didáctica*. Ibplex.
- Mclaren, P. (1997). *Multiculturalismo revolucionário: Pedagogia do dispenso para o novo milênio*. Artmed.
- McClelland, D. C. (1973). *Teste de Competência em vez de Inteligência*. Psicólogo americano. <http://dx.doi.org/10.1037/h0034092>.
- McMillan, J. H. & Schumacher, S. (2005). *Investigación educativa*. Pearson.
- Millars, R. R. (2019). *Tumblr: un forma de expandir el aula*. Intef. <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>.
- Moçambique - Frente de Libertação de Moçambique (1979). *Terceiro Congresso da Frelimo*. FRELIMO.
- Moçambique Ministério de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Academia de Ciências Policiais (1999). *Regulamento Interno*. ACIPOL.
- Moçambique – Ministério de Educação e Cultura (1980). *Gabinete Nacional de Sistema de Educação*. MEC.
- Moçambique – Ministério de Educação e Cultura (1995). *Política Nacional de Educação e Estratégias de Implementação*. MEC.
- Moçambique - Ministério de Educação e Cultura (1999). *Reformas gerais*. MEC.
- Moçambique – Ministério de Educação e Cultura (2008). *Proposta do Quadro Nacional de Qualificações do Ensino Superior*. MEC.
- Moçambique – Comando Geral da Polícia da República de Moçambique (2003). *Plano Estratégico*. PRM.

Moçambique - Ministério do Interior (2008). *Plano estratégico de Desenvolvimento Institucional*. MINT.

Moçambique Ministerior de Ciencia, Tecnologia e Ensino Superior - Academia de Ciências Policiais (2008). *Plano estratégico da Academia de Ciências Policiais*. ACIPOL.

Moçambique Ministério de Ciencia, Tecnologia e Ensino Superior - Academia de Ciências Policiais (Org.) (2013). *Políticas Públicas de Segurança: Lições de mestrado*. ACIPOL.

Moçambique Partido Frelimo - Departamento de Trabalho Ideológico (1978). *História de Moçambique*. Maputo: DTI.

Moçambique - Procuradoria-Geral da República (2010). *Informe anual à Assembleia da República*. PRG.

Moçambique - Procuradoria-Geral da República (2011). *Informe anual à Assembleia da República*. PRG.

Moçambique - Procuradoria-Geral da República (2012). *Informe anual à Assembleia da República*. PRG.

Moçambique - Procuradoria-Geral da República (2013). *Informe anual à Assembleia da República*. PRG.

Moçambique - Procuradoria-Geral da República (2014). *Informe anual à Assembleia da República*. PRG.

Moçambique - Procuradoria-Geral da República (2015). *Informe anual à Assembleia da República*. PRG.

Moçambique - Procuradoria-Geral da República (2016). *Informe anual à Assembleia da República*. PRG.

Moçambique - Procuradoria-Geral da República (2017). *Informe anual à Assembleia da República*. PGR.

Moçambique - Procuradoria-Geral da República (2018). *Informe anual à Assembleia da República*. PGR.

Moçambique - Procuradoria-Geral da República (2019). *Informe anual à Assembleia da República*. PGR.

Moçambique – Procuradoria-Geral da República (2020). *Informe anual à Assembleia da República*. PGR.

- Moçambique – Procuradoria-Geral da República (2021). *Informe anual à Assembleia a República*. PGR.
- Moçambique - Universidade Eduardo Mondlane (Org.). (1978). *Leis e Regulamentos sobre educação e ensino durante o período colonial: 1934-1975*. Livraria da UEM.
- Mondlane, E. C. (1995). *Lutar por Moçambique*. Nosso chão.
- Moreira, M. A. (2008). Organizadores prévios e aprendizagem significativa. *Revista Chilena de Educación Científica*, 2(7), 23-30.
- Moreira, M. A. (2011). Aprendiagem significativa, campos conceituais e pedagogicas da autonomia: implicações para o ensino. *Aprendizagem significativa em Revista*, 2(1), 44-65.
- Moreira, A. F. (Org.) (1013). *Currículo, Cultura e Sociedade*. Cortez.
- Morin, E. (2001). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Corte.
- Marrou, H.I. (1973). *História da educação da Antiguidade*. E.P.U.
- Nhambiu, J.O.P. (Coord.). (2016). *Dados estatístico sobre o ensino superior em Moçambique*. MCTESTP.
- Nhampule, T. & Mavie, A. M. S. (2011). *História*. Plural Editores.
- Navarro, P. & Diaz, C. (1998). Analisis de contenidos. En J. M. Delgado & J. Gutiérrez, (Eds). *Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias* (pp. 178-224). Sintese.
- Nérici, I. G.(1990). *Introdução à supervisão escolar*. Atlas S.A.
- Neto, C. (2015). O livro didático e as teorias pedagógicas. *Holo*, 13(6), 401-414.
- Niculcar, C. E., Alvarez, R. & Vera, A. (2018). *Direcção e planeamento estratégico: Lições de especialização em gestão de recursos humanos*. Funiber.
- Nunes, A. I. & Silveira, R. N. (2015). *Psicologia de aprendizagem*. Universidade de Ciará.
- Oliveira, L. (2011). *Psicologia da aprendizagem e do desenvolvimento*. Centro Universitário de Maringá.

- Oliveira, M. F. (2011). *Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração*. UFG.
- Opilhar, M. C. (2006). *Criminalística e Investigação Criminal*: Palhoça Unisul/Virtual.
- Ostermann, F & Cavalvanti, C. J. (2010). *Teorias de Aprendizagem*. http://www.ufrgs.br/uab/informacoes/publicacoes/materiais-de-fisica-para-educacao-basica/teorias_de_aprendizagem_fisica.pdf.
- Pacheco, J. A. (1996). *Currículo: teoria e práxis*. Porto Editora.
- Pantoja, A. (2004). *La intervención psicopedagógica en la Sociedad de la Información*. Educar y orientar con nuevas tecnologías. EOS.
- Parasuraman, A. (1991). *Marketing research*. AddisonWesley Publishing Co.
- Passmore, J. (1980). *The Philosophy of Teaching*. Duckworth. <https://www-amazon-com.translate.goog/Philosophy-Teaching-John-Arthur-Passmore/dp/0715614657?>
- Piaget, J. (1971). *Biologia e conhecimento*. Vozes
- Piaget, J. (1996). *Biologia e Conhecimento* (2ª ed.). Vozes.
- Penteado, H. D. (1992). *Metodologia do ensino de história e geografia*. Cortez.
- Pérez, F. M. (2000). *Conocer el Curriculum para asesorar en Centros*. Algibe.
- Pérez-Navío, E., Rodríguez-Moreno, J. y. & García-Carmona, M. (2015). El uso de mini-videos en la práctica docente universitaria. *EDMETIC, Revista de Educación Mediática y TIC*, 4(2), 51-70.
- Perrenoud, P. (1999). *Construir as competências desde a escola*. Artmed.
- Perrenoud, P. (2000). *Novas competências para ensinar*. Artmed. Disponível em https://www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php_main/OUVRAGES/Perrenoud_2000.
- Perrenoud, P. (2003). *Porquê construir competências a partir da escola*. Edições Asa. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5090801/mod_resource/content/1/PERRENOUD_Construir%20as%20compet%C3%82ncias.
- Pimenta, M. M. (2015). Relações de poder e controle social em áreas de grande exposição à violência. *Civitas. Porto Alegre*, 1(15), 84-104.

- Pinto, J. (2003). *Psicologia da aprendizagem. Concepções, teorias e processos*. Stória Editores.
- Polícia da República de Moçambique (2003). *Plano estratégico da Polícia da República de Moçambique*. CGPRM.
- Porter, M. (1986). *Estratategia competitiva*. Harvard Business School Press.
- Pouw, L. G. (2011). *Antologia: Metodologia de Pesquisa Científica*. ACIPOL.
- Premugy, C. I. C. (2012). *Colectânea de Legislação do Ensino Superior*. Moçambique - Ministério da Educação.
- Prodanov, C. C. & De Freitas (2013). *Metodologia de Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Académico*. FEEVALE. WWW.feevale.br/editora.
- Ramal, A. C. (2002). *Pedagogo: a profissão do momento*. <http://www.escoladavida.eng.br/participantes%20da%20escola%20da%20vi da/PEDAGOGO.pdf>.
- Rego, A. M. (2018). Educação: Concepções e Modalidades. *Scientia Cum Industria*, 1(6), pp. 38-47.
- Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa social, métodos e técnicas* (3ª ed.). Atlas.
- Rocha, A. (2006). *Moçambique: História e Cultura*. Textos Editores.
- Rocha, U. (2002). *Historia Curricular e quotidiano escolar*. Cortez.
- Rocha, A. & Fidalgo, Z. (1999). *Psicologia 12º Ano*. Texto Editora.
- Rodrigues A. T. (2008). *Sociologia da Educação*. Lamparina.
- Rolim, M. (2009). *A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI*. Jorge Zahar editora. <https://www.amazon.com.br/s%C3%ADndrome-Rainha-Vermelh Policiamento-securan%C3%A7a/dp/8571109176>.
- Rummel, J.F. (1981) *Introdução aos instrumentos de pesquisa em educação*. Ed. Globo.
- Sabariego, M., & Bisquerra, R. (2004). El proceso de investigación (Parte 1). In R. Bisquerra (Coord.), *Metodología de la investigación educativa*. (pp. 89-12). La Muralla.

- ESTUDO DE CURRÍCULO E FORMAÇÃO DE AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA, NA PERSPECTIVA DOS
DESAFIOS CONTRA AS NOVAS FORMAS DE CRIMINALIDADE EM MOÇAMBIQUE
(Caso da Formação Superior da Polícia da República de Moçambique, 2010 a 2021)*
- Sancho (coord.). (2000). *Para una tecnología educativa*. Horsori.
- Santos, B. (2005). *A globalização e as Ciências sociais*. Cortez.
- Santomé, J.T. (1998). *Globalização e Interdisciplinariedade: o currículo integrado*. Artes Médicas.
- Saloner, G., Shepard, A., Podolny, J. (2008). *Strategic Management*. Mwwiley-India.
- Sapori, L. F. (2007). *Segurança pública no Brasil*. Editora FGV. https://books.google.co.mz/books/about/Seguran%C3%A7a_p%C3%BAblica_no_Brasil.html?id=IblHAAAAYAAJ&redir.
- Saviani, D. (1984). *Escola e democracia*. Cortez.
- Saviani, D. (2013). Pedagogia: o espaço da educação na universidade. *Revista Cadernos de pesquisa*, 37(2013), 99-134.
- Skinner, B. F. (1993). *Sobre o behaviorismo*. Cultrix. <https://www.ufrgs.br/psicoeduc/behaviorismo/sobre-o-behaviorismo/>.
- Snyders, G. (1988). *A alegria na escola*. Manole.
- Soarez, O. (Coord.). (2013). *Currículo de Pós-graduação*. ACIPOL.
- Sprinthall, N. A. & Sprinthall, R. C. (1999). *Psicologia educacional: uma abordagem desenvolvimentista*. McGraw.Hill.
- Stake, R. E. (2012). *A arte da investigação com estudos de caso*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Suassuna, A. (2007). *Romance da pedra do reino e o príncipe do sangue do Vae-vê*. Paz e Terra.
- Taimo, J. U., (2010). *Ensino Superior em Moçambique: História, Política e Gestão*. Tese de Doutoramento. Universidade Metodista de Piracicaba.
- Tavares, J. & Alarcão, I. (2007). *Psicologia de desenvolvimento e da Aprendizagem*. Almedina.
- Teixeira, G. (Ed.). (2004). *Grande Dicionário: Língua Portuguesa*. Porto Editora.
- Tijus, C. (2003). *Introdução à psicologia cognitiva*. Climepsi.

- Unesco (2015). *Educação para a cidadania global. Preparando estudantes para os desafios do século XXI*. UNESCO.
- Velasco-Rodríguez, L. C. & Villa-Pueyo, S. (Eds.). (2016). *Metodologia de Pesquisa Científica*. Funiber.
- Vergara – Sylvia, C. (2000). *Projectos e relatórios de pesquisa em administração* (3.ed.). Atlas.
- Vianna, V. M. (2008). Bolsa: um instrumento inovador para a promoção da saúde em comunidades tradicionais na Amazônia. *Estud. Av. São Paulo*, 22(64), 143-153. [http://www. Scielo. Br](http://www.Scielo.Br).
- Vygotsky, L. S. (1989). *Pensamento e Linguagem*. Martins Fontes.
- Vigotsky, L. S. (1991). *Formação social da mente*. (4ª ed.). Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (2007). *Formação Social da Mente*. Martins Fonte. <https://pedagogiaconcursos.com/autores/formacao-social-da-mente-vygotsky/>
- Yinl, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (2ª.ed.). Bookman.
- Young, M. F.D. (2000). *O currículo do futuro: Da nova sociologia da educação à uma teoria crítica do aprendizado*. Papirus.
- Zarifian, P. (1996). *A gestão da e pela competência: Centro Internacional para Educação, Trabalho e Transferência de Tecnologia*. Atlas.
- Zarifian, P. (2010). *O modelo da competência: trajetória histórica, desafios atuais e propostas* (2ª ed.). Senac Editora.
- Zarifian, P. (2012). *Objetivos e competências: por uma nova lógica*. Atlas.

APÊNDICES

GUIÃO – 1. ENTREVISTA DIRIGIDA AOS INVESTIGADORES CIENTÍFICOS

José Caetano, pesquisador do tema: *Currículo e Formação de Agentes de Segurança Pública, na perspectiva dos desafios contra as novas formas de Criminalidade em Moçambique: Caso de Formação superior da PRM, 2010 a 2019*, estudo destinado para o fim do curso de doutorado em educação, vem mui respeitosamente pedir que lhe seja fornecido informações ou dados, em condições de anonimato, garantindo de forma efectiva a preservação da dignidade humana, em virtude da sua ajuda ser de vital importância para a realização do presente estudo. Face à solicitação gostava de saber se aceita ou não. Em ambas respostas agradecemos o seu tempo. Aceitando participar, fizemos as perguntas seguintes.

1. Dados pessoais

Sexo:____, Habilitações Literárias:_____, Profissão:_____.

2. Questões

1. O processo de educação humana se configura em um sistema global, onde Moçambique faz parte, em especial a formação superior de quadros da Polícia da República de Moçambique.

a) Que paradigma se enquadra o sistema de educação superior na PRM, no contexto das correntes teóricas gerais de educação?

b) Que modelo curricular se insere a formação superior da Polícia da República de Moçambique pela Academia de Ciências Policiais?

2. A Academia de Ciências Policiais que desafios tem envidado para robustecer as estratégias operativas na prevenção e repressão ao crime e à criminalidade no País?

3. Os movimentos migratórios socio-económicos, étno-culturais e as tecnologias de informação e comunicação (TICs) conjugados com os processos de globalização e integração regional, tornam as fronteiras naturais, artificiais permeáveis e, como corolário têm promovido formas de crimes atípicos e não tradicionais para o povo moçambicano.

a) Que crimes acha que sejam atípicos no contexto actual em Moçambique?

b) A Academia de Ciências Policiais como instituição superior de formação policial, que estratégias curriculares tem concebido, para intensificar melhorias para o desenvolvimento de competências nos agentes de segurança pública, face às dinâmicas do crime e da criminalidade?

Maputo, Junho, 2020

GUIÃO – 2. ENTREVISTA DIRIGIDA AOS DOCENTES DA ACIPOL

José Caetano, pesquisador do tema: *Currículo e Formação de Agentes de Segurança Pública, na perspectiva dos desafios contra as novas formas de Criminalidade em Moçambique: Caso de Formação superior da PRM, 2010 a 2019*, estudo destinado para o fim do curso de doutorado em educação, vem mui respeitosamente pedir que lhe seja fornecido informações ou dados, em condições de anonimato, garantindo de forma efectiva a preservação da dignidade humana, em virtude da sua ajuda ser de vital importância para a realização do presente estudo. Face à solicitação gostava de saber se aceita ou não. Em ambas respostas agradecemos o seu tempo. Aceitando participar, fizemos as perguntas seguintes.

1.Dados pessoais

Sexo:_____, Habilitação Literária:_____, Profissão:_____.

2. Questões

1. A Academia de Ciências Policiais é uma instituição de educação superior vocacionada à formação de agentes de segurança pública em Moçambique. Considerando as teorias gerais de educação, que modelo de educação se enquadra o processo ensino e aprendizagem na ACIPOL?

2. A globalização e o processo de integração regional que actualmente os estados aderem para a promoção do desenvolvimento socioeconómico integral, têm como consequência o recrudescimento de crime e criminalidade violentos e transfronteiriços, que suscita novidades para as Nações no que tange ao crescimento dos índices de insegurança. Relativamente à Moçambique, que

crimes atípicos têm sido de origem do impacto de movimentos socio-económicos, étno-culturais e as tecnologias de informação e comunicação?

3. O Ministério do Interior, Polícia da República de Moçambique e ACIPOL são instituições públicas comprometidas no processo de Segurança Pública em Moçambique. Que desafios têm sido enfrentados para a melhoria do desenvolvimento de competências de agentes policiais na prevenção e combate ao crime e à criminalidade?

4. Que modelo curricular ACIPOL pode conceber para fortificar a melhoria na formação dos quadros de segurança pública para a manutenção da ordem, segurança e tranquilidade públicas no país?

Maputo, Junho, 2020

GUIÃO – 3. QUESTIONÁRIO DIRIGIDO A PRM E CTA

José Caetano, pesquisador do tema: *Currículo e Formação de Agentes de Segurança Pública, na perspectiva dos desafios contra as novas formas de Criminalidade em Moçambique. (Caso de Formação superior da PRM, 2010 a 2019)*, estudo destinado para o fim do curso de doutorado em educação, vem mui repetidamente pedir que lhe seja fornecido informações ou dados, em condições de anonimato, garantindo de forma efectiva a preservação da dignidade humana, em virtude da sua ajuda ser de vital importância para a perfeição do presente estudo. Face à solicitação passamos as perguntas seguintes.

1. Dados pessoais

Sexo: _____; Habilitação: _____; Profissão: _____.

2. Questões

I. Relativamente às teorias gerais de educação. Escreva um x entre parentes (x) na opção que julga ser melhor e certa.

i. A educação superior moçambicana/ACIPOL baseia-se nos conteúdos?

Sim (), Não () e Não sei ().

ii. A educação superior moçambicana/ ACIPOL baseia-se no professor?

Sim (); Não () e Não sei ().

iii. A educação superior moçambicana/ ACIPOL, baseia-se no aluno?

Sim (); Não () e Não sei ().

iv. A educação superior moçambicana/ACIPOL baseia-se na aprendizagem?

Sim (); Não () e Não sei ().

v. A educação superior moçambicana/(ACIPOL baseia-se na aprendizagem autónoma.

Sim (); Não () e Não sei ().

II. Quanto aos caracteres de planos de Mint, PRM e CIPOL, face à prevenção e repressão do crime e criminalidade. Escreva (x) na opção que julga ser melhor e certa.

i. Os programas do Ministério de Interior e ACIPOL, relacionados com a habilitação de agentes são independentes? Sim (); Não () e Não sei ().

ii. Os programas do Ministério de Interior e ACIPOL, relacionados com a habilitação de agentes são coordenados? Sim (); Não () e Não sei ().

iii. Os programas do Ministério de Interior e ACIPOL, relacionados com a habilitação de agentes se subordinam? Sim (); Não () e Não sei ().

iv. Os programas do Ministério de Interior e ACIPOL, relacionados com a habilitação de agentes se complementam? Sim (); Não () e Não sei ().

v. Os programas do Ministério de Interior e ACIPOL, relacionados com a habilitação de agentes se diferenciam? Sim (); Não () e Não sei ().

III. Quanto aos projectos curriculares. Escreva (x) na opção que julga ser a certa.

i. A ACIPOL, para se desenvolver melhor e preferível o currículo independente? Sim (); Não () e Não sei ().

ii. A ACIPOL, para se desenvolver melhor e preferível o currículo, centralizado no estudo e aprendizagem? Sim (); Não () e Não sei ().

iii. A ACIPOL, para se desenvolver melhor e preferível o currículo que incide no conhecimento e ensino? Sim (); Não () e Não sei ().

iv. A ACIPOL, para se desenvolver melhor e preferível o currículo incidido na autonomia e responsabilidade? Sim (); Não () e Não sei ().

v. . A ACIPOL, para se desenvolver melhor e preferível o currículo reflectido na interdependência? Sim (); Não () e Não sei ().

vi. A ACIPOL, para se desenvolver melhor e preferível o currículo centralizado na conjugação e integração? Sim (); Não () e Não sei ().

IV. Quanto ao factor de extensão académica.

i. A ACIPOL pode se expandir na base da fundação de delegações regionais?

Sim (); Não () e Não sei ().

ii. A ACIPOL pode se expandir na base de repartições regionais de recurso?

Sim (); Não () e Não sei ().

iii. A ACIPOL pode se expandir na base de Recursos tecnológicos tradicionais?

Sim (); Não () e Não sei ().

iv. A ACIPOL pode se expandir na base de recurso tecnológicos e cibernéticos?

Sim (); Não () e Não sei ().

Maputo, Junho de 2020.

ROTEIRO IV. ESCALA DE MENSURAÇÃO DE ATITUDES E OPINIÕES

José Caetano, pesquisador do tema: *Currículo e Formação de Agentes de Segurança Pública, na perspectiva dos desafios contra as novas formas de Criminalidade em Moçambique: Caso de Formação superior da PRM, 2010 a 2019*, estudo destinado para o fim do curso de doutorado em educação, vem mui respeitosamente pedir que lhe seja fornecido informações ou dados, em condições de anonimato, garantindo de forma efectiva a preservação da dignidade da pessoa humana. Face à solicitação gostava de saber se aceita ou não. Em ambas respostas agradecemos o seu tempo. Aceitando participar, apresentamos a escala de atitudes e opiniões seguinte.

1. Dados pessoais

Sexo: _____, Curso: _____, Ano: _____.

Escala de atitudes e opiniões

Baseando-se na legenda abaixo, marque com um (x) a opção que julga ser o melhor que manifeste a sua atitude e opinião, em relação a cada afirmação apresentada sequencialmente ao longo deste quadro: 1 = Não concordo plenamente; 2 = discordo; 3 = Não concordo e nem discordo; 4 = Concordo; 5 = Concordo plenamente.						
N/O	Afirmações	1	2	3	4	5
1	A formação na ACIPOL baseia-se nos conteúdos da matéria em estudo.					
2	A formação na ACIPOL baseia-se no professor que ensina.					
3	A formação na ACIPOL baseia-se na exposição de conteúdos da matéria.					
4	A formação na ACIPOL baseia-se nos conteúdos e no professor.					
5	A formação na ACIPOL baseia-se no estudante.					
6	A formação na ACIPOL baseia-se na aprendizagem.					
7	A formação na ACIPOL baseia-se na aprendizagem por portefólio.					
8	A formação na ACIPOL baseia-se no aluno e na aprendizagem.					
9	A formação na ACIPOL baseia-se no professor e no ensino.					

*ESTUDO DE CURRÍCULO E FORMAÇÃO DE AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA, NA PERSPECTIVA DOS
DESAFIOS CONTRA AS NOVAS FORMAS DE CRIMINALIDADE EM MOÇAMBIQUE
(Caso da Formação Superior da Polícia da República de Moçambique, 2010 a 2021)*

10	A formação na ACIPOL baseia-se na aprendizagem e no conteúdo.					
11	A formação na ACIPOL baseia-se no aluno e na aprendizagem.					
12	A formação na ACIPOL baseia-se na aprendizagem e no professor.					
13	A formação na ACIPOL baseia-se na aprendizagem e no ensino.					
14	A formação na ACIPOL baseia-se na transmissão de conteúdos.					
15	A formação na ACIPOL baseia-se no aluno e no professor.					
16	A formação na ACIPOL baseia-se no professor e no estudante.					
17	A formação na ACIPOL baseia-se na aprendizagem autónoma.					
18	A formação na ACIPOL baseia-se na autonomia académica.					
19	A formação na ACIPOL baseia-se na aprendizagem responsável.					
20	A formação na ACIPOL baseia-se na teoria.					
21	A formação na ACIPOL baseia-se na aprendizagem por problema.					
22	A formação na ACIPOL baseia-se na prática reflexiva.					
23	A formação na ACIPOL baseia-se na aprendizagem por projecto.					
24	A formação na ACIPOL baseia-se na prática.					
25	A formação na ACIPOL baseia-se na aprendizagem colaborativa.					
26	A formação na ACIPOL baseia-se na interdependência académica.					
27	A formação na ACIPOL baseia-se na aprendizagem independente.					
28	A formação na ACIPOL baseia-se na aprendizagem interactiva.					
29	A formação na ACIPOL baseia-se na dependência académica.					
30	A formação na ACIPOL baseia-se em contrato de aprendizagem.					
31	A formação na ACIPOL baseia-se na independência académica.					
32	A formação na ACIPOL baseia-se na aprendizagem tutorada.					
33	A formação na ACIPOL baseia-se na dependência aluno e docente.					
34	A formação na ACIPOL baseia-se na independência docente e aluno.					
35	A formação na ACIPOL baseia-se na dependência docente e aluno.					
36	A formação na ACIPOL baseia-se na independência aluno e docente.					
37	A formação na ACIPOL baseia-se na dependência ciência e cultura.					
38	A formação na ACIPOL baseia-se na independência cultura e ciência.					
39	A formação na ACIPOL baseia-se na dependência cultura e ciência.					

*ESTUDO DE CURRÍCULO E FORMAÇÃO DE AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA, NA PERSPECTIVA DOS
DESAFIOS CONTRA AS NOVAS FORMAS DE CRIMINALIDADE EM MOÇAMBIQUE
(Caso da Formação Superior da Polícia da República de Moçambique, 2010 a 2021)*

40	A formação na ACIPOL baseia-se no ensino presencial.					
41	A formação na ACIPOL baseia-se no ensino à distância.					
42	A formação na ACIPOL baseia-se no ensino à distância e presencial.					
43	A formação na ACIPOL baseia-se no ensino presencial e à distância.					
44	A formação na ACIPOL baseia-se nas TICs.					
45	A formação na ACIPOL baseia-se no ensino presencial com TICs.					
46	A formação na ACIPOL baseia-se no ensino presencial e à distância c/TICs					
47	A formação na ACIPOL baseia-se no ensino à distância com as TICs.					
48	A formação na ACIPOL baseia-se nas tecnologias tradicionais.					
49	A formação na ACIPOL baseia-se das tecnologias clássicas e TICs.					
50	A formação na ACIPOL baseia-se somente nas TICs.					

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2020).

Maputo, Junho, 2020

ANEXOS

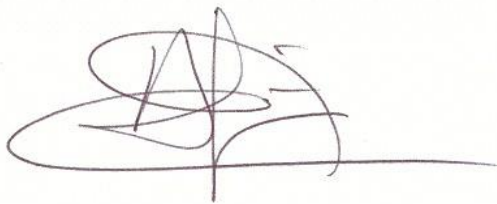
**O COMITÊ DE ÉTICA DA
UNIVERSIDAD INTERNACIONAL IBEROAMERICANA**

CERTIFICA

Que o projeto de pesquisa intitulado *“Estudo de currículo e formação de agentes de segurança pública, na perspectiva dos desafios contra as nova formas de criminalidade em Moçambique”*, da autoria de **José Caetano**, orientando de **Dra. Juliana Azevedo Gomes** foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética da **Universidad Internacional Iberoamericana**, na sessão do **10 de julho de 2020**.

Com base no que foi manifestado anteriormente, o Comitê de Ética considera que o projeto cumpre com todos os requisitos de qualidade exigidos e, em consequência, concede sua aprovação. O parecer encontra-se inscrito na ata N° **CR-068** da sessão correspondente.

Este certificado foi expedido no **10 de julho de 2020**.



Dr. Antonio Pantoja Vallejo
Presidente
Comitê de Revisão Ética